

LIÇÕES

DE

HISTORIA PATRIA

PELO

DR. AMERICO BRASILIENSE

PUBLICADAS POR

JOSÉ MARIA LISBOA



S. PAULO

TYP. DA "PROVINCIA" — RUA DE PALACIO, 14

1876

LIÇÕES

DE

HISTORIA PATRIA

PELO

DR. AMERICO BRASILIENSE

PUBLICADAS POR

JOSÉ MARIA LISBOA

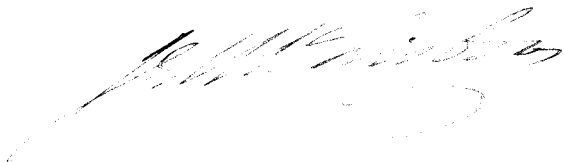


S. PAULO

TYP. DA "PROVINCIA".--RUA DE PALACIO, 14

1876

*O editor protesta contra a reprodução das lições contidas
no presente volume e promete fazer valer os direitos que lhe
concede o art. 261 do Cod. Crim., como proprietário da obra
cujos exemplares terão a sua rubrica :*

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'J. H. Silva', written in a cursive style. The signature is positioned below the printed text and is enclosed within a faint, hand-drawn oval border.

AO LEITOR

Em 1873 funcionava em Campinas o Collegio S. *João*, de propriedade do sr. J. B. da Silveira Caldeira.

Desejando este cavalheiro cercar aquelle estabelecimento de merecida nomeada, assente n'uma solida educação, convidou o sr. dr. Americo Braziliense, para, em dias determinados, explicar a seus alumnos lições de historia patria.

Estas lições a principio foram semanaes, depois mais amudadas.

O sr. dr. Americo Braziliense acquiesceu obsequiosamente ao pedido e desde logo se tornou publico esse facto, que todos applaudiram de coração.

As notaveis prelecções do sr. dr. Americo Braziliense, que a principio deviam apenas ser ouvidas pelos discipulos do Collegio, foram escutadas por innumerous cavalheiros que iam ouvir a palavra clara e erudita do illustre doutor.

No numero dos presentes achava-se tambem o obscuro editor deste livro. Conhecendo ligeiramente a historia do paiz pelos pequenos livros destinados ás escholas, pareceu-lhe que seria de grande importancia a publicação das prelecções que alli ouvia—pois reuniam ellas em si maior somma de factos

historicos, elucidados com mais methodo e além disso acompanhados de uma critica judiciosa, indispensavel em obras de semelhante ordem.

Dirigio-se, pois, ao sr. dr. Americo Braziliense e solicitou-lhe com instancia a permissão para editar na *Gazeta de Campinas* (de que então era gerente) e depois em livro, essas esplendidas lições, que não deviam só ser proveitosas ao auditorio que as escutava, mas aos que tivessem avidez de saber das cousas da patria.

Foi renhida a luta; uma mal entendida modestia do distincto historiador ia sepultar, para sempre, no esquecimento esse consciencioso e magnifico trabalho.

Entretanto, á força de instancias, conseguiu o editor destruir todos os obstaculos oppostos pelo honrado doutor e dias depois a *Gazeta de Campinas* publicava as primeiras prelecções, que o publico, em geral, applaudio e a imprensa festejou com os mais merecidos encomios, tendo varios trechos sido transcriptos em algumas folhas.

Diversos motivos demoraram, em começo, essa publicação, que apparece hoje no presente livro.

Acredita o editor, que publicando-o, presta um pequeno serviço ao paiz, que tão benignamente o tem acolhido, e recommenda á gratidão de todos os brasileiros o nome já festejado, por muitos diversos motivos, do illustrado doutor, collocando-o na fileira dos mais distinctos historiadores do paiz.

Terminando esta succinta exposição, cumpre-me agradecer intimamente ao sr. dr. Americo o valioso presente que me fez da propriedade das suas *Lições de Historia Patria*.

S. Paulo—Setembro de 1876

JOSÉ MARIA LISBOA

HISTORIA PATRIA

I

(25 de Janeiro de 1873)

Razão destas exposições.—Instrucção civica.—O que é a historia.
—Viagem de Christovam Colombo á America e a de Pedro
Alvares Cabral ao Brasil.—Considerações sobre ambas.—Expe-
dições de Portugal.—Divergencia dos historiadores.—Martim
Affonso de Souza e a fundação da villa de S. Vicente.—João
Ramalho.—Tebyreçá.—Guayanazes e outras tribus.—Obser-
vações sobre as dactas.

Senhores.—O director deste collegio pediu-me que dêsse li-
ções de historia patria aos seus alumnos.

De boa vontade accedi ao pedido do sr. Caldeira compromet-
tendo-me a vir aqui, uma vez por semana, dar-lhes conhecimen-
to dos principaes acontecimentos do nosso paiz desde sua des-
coberta.

Não me é desagradavel ter occasiões de prestar auxilios ao
director, cujos esforços constantes em ampliar as matèrias de
ensino neste collegio sou o primeiro a reconhecer.

Além disso folgo muito de poder eu ser util á mocidade pau-
lista, que aqui vem procurar instrucção.

Espero que de minhas explicações algum resultado aprovei-
tavel lhe ficará.

Para que assim aconteça usarei, na narração e apreciação
dos factos, de uma linguagem singela e tão clara, quanto me
fôr possível, e como convém á natureza e fim do trabalho litte-
rário, que agora enceto.

O estudo das coisas patrias vae muito descuidado. E' facil
encontrar entre nós muitas pessoas ao caso de dizerem alguma
coisa dos antigos gregos, e dos romanos, da Allemanha, da In-
glaterra, da França.

Mas poucas são as que conhecem a historia do Brasil. Póde-

se dizer sem receio de errar que mesmo na nossa alta sociedade raras são as que tem sciencia dos principaes acontecimentos das proprias provincias, em que nasceram.

O estudo da historia patria, a meu vêr, faz parte do que se chama—*instrução cívica*.

E esta é altamente considerada e diffundida em todos os paizes, em que se procura fazer de cada homem um cidadão, capaz de intervir nos negocios publicos.

Recordo-me de ter lido ha pouco tempo um relatorio do ministro brasileiro, na Suissa, ao nosso ministro de estrangeiros, dizendo que ali se dá muita importancia á—instrução cívica—ensinando-se não só a historia do paiz, como os direitos e deveres do cidadão.

Na União Americana ensina-se a historia de cada estado, e com especialidade a constitucional.

Parece-me que semelhante diffusão de conhecimentos só se dá entre as nações regidas por governos e instituições democraticas.

E' nellas onde se procura e facilita o desenvolvimento integral e harmonico do homem em sua natureza, em todas as suas faculdades.

Os povos, que desconhecem a sua historia, que ignoram o seu passado, não podem d'ahi tirar lições, que o guiem no futuro.

A historia, disse Cicero, é—*testis temporum*, testemunha dos tempos, *lux veritatis*, luz da verdade, *magistra vitæ*, mestra da vida.

Houve nas passadas epochas uma celebre maxima, que ao historiador cumpria ter em vista e era—*deve-se respeito aos vivos, não se deve aos mortos se não a verdade*.

Depois veio outra expressada nesta frase—*parce sepultis*.

Com esta parece se queria dizer o contrario d'aquella: aos mortos não se devia a verdade, desde que era preciso poupal-os diante da historia.

Quanto á mim a verdadeira maxima, que ao historiador cumpre observar, é—que se deve respeito e verdade aos vivos e aos mortos.

A justiça da historia assim o exige.—Ella tem por missão, apreciando os factos na linguagem calma, desapaixorada, apresentar os vivos e os mortos taes quaes são, ou taes quaes foram.

Não lhe é lícito recuar diante das lapides, que cobrem tumulos. Sem que se manejem expressões acres, epithetos injuriosos, bem se pôde expôr á opinião, ao juizo do publico, os acontecimentos, embora tenham desaparecido dentre os vivos as pessoas, que directa ou indirectamente envolveram seus nomes nos successos,

E se assim não fosse, como conhecer as acções gloriosas de uns e os tristes feitos de outros?

Como dizer diante do tumulo de Socrates: aqui estão os restos do philosopho notavel, que foi condemnado á morte por seus inimigos, depois de haver sustentado, contra as idéas de seu tempo, as verdades eternas e fundamentaes da sociedade humana—a immortalidade da alma—a existencia de um só Deos.

Como dizer de Nero—foi o desvairado imperador romano que se deixou dominar de satanicas intenções, symbolisou a perversidade em delirio, e assignalou com caracteres de sangue a sua passagem pelo mundo.

Se á historia não é dado enunciar a verdade, porque encontra de frente o *parce sepultis*, se deve escolher as posições sociaes, para lisongear os grandes, os poderosos, e julgar com severidade os pobres, os pequenos, os abandonados pela prosperidade, então a sua justiça é abominavel. Em taes casos a philosophia da historia é uma sciencia sem merito, sem principios certos, sem logica, sem utilidade para direcção da vida dos povos, para ensinar-lhes os mais seguros meios de progresso e felicidade.

Se ao historiador fosse permittido adulterar intencionalmente os factos, conforme as circumstancias das pessoas, que nelles intervieram, se á narração e julgamento não devesse presidir a imparcialidade, se esta não fosse essencial condição da justiça, eu não teria o direito de vir aqui, repetindo o que a historia nos conta, dizer aos alumnos do collegio S. João—o dia de hoje é o anniversario de uma data memoravel.

Ha 319 annos, isto é—em principios de Janeiro de 1554 treze collegiaes de S. Vicente, dirigidos pelo padre Paiva, partiram com destino aos campos de Piratininga.

Eram estes habitados por algumas tribus de Guayanazes, tribus notaveis por seu character pacifico, mas altivo, incapazes de se sujeitarem á escravidão, a que eram reduzidas só pelo emprego de muita força e em ultima extremidade.

Ainda neste estado pensavam sempre na liberdade, e procuravam todos os recursos para recuperal-a. Era seu chefe Tebyrecá.

Chegados os padres ao campo, e, servindo-me das frases do *Quadro Historico* de Machado de Oliveira, fitando na formosa miragem do paiz, que ante elles se distendia, fizeram parada nas alturas sobranceiras ao rio Tamanduatehy e ribeiro Anhangabáhu, e ahi levantaram um rustico aposento para seu abrigo.

A 25 de Janeiro, dia em que a igreja commemora a conversão de S. Paulo, celebrou-se missa nesse lugar.

Deste facto se derivou a denominação dada á povoação, que se começou a levantar, denominação que é conservada até o presente pela nossa provincia.

Mas antes de expôr os acontecimentos dessa data em diante, é necessario que eu não deixe em silencio os do passado.

Fallei por incidente da fundação da povoação de S. Paulo ; foi em attenção ao dia de hoje. Ha porém muita coisa a dizer-vos dos annos precedentes a 1554.

O fim do seculo XV e o começo do XVI se assignalaram por dous memoraveis descobrimentos—o do Novo-mundo e o da terra de Santa Cruz ou Brasil.

Mas uma notavel differença os caracteriza.

Um foi, permitta-se a frase, um acontecimento scientifico, como scientifica se deve considerar a viagem de Christovam Colombo ou Colon.

Sabindo de Palos a 3 de Agosto de 1492 o immortal navegante chegou a 12 de Outubro do mesmo anno á ilha Guahay, uma das Lucayas, á qual pôz o nome de S. Salvador.

A direcção, que tomou nesta viagem, disse algures Edgar Quinet, foi semelhante á da frêcha disparada a toda á força do arco.

Quem lançar os olhos para um *Mappa-mundi* moderno, de Colton, verá confirmada aquella opinião. Os estudos feitos por Colombo levaram-no a planejar e executar a viagem, como quem conhecia o caminho e o ponto, a que se destinava.

Outro tanto não se pôde dizer da viagem de Pedro Alvares Cabral, do descobrimento do Brasil.

Este facto foi devido ao acaso: um forte temporal desviára o illustre portuguez da róta, que elle seguia com destino ás Indias. Ainda quando porventura não se queira aceitar esta explicação, quando nem se queira crêr que Cabral, para evitar as calmarias das costas da Africa, procurára o oeste de Cabo-Verde, logo depois de se haver desgarrado da armada o navio de Vasco de Athayde, nas alturas da ilha de S. Nicoláu, o certo é que a nenhum historiador ainda approuve dizer que semelhante viagem, com destino as terras brasileiras, fosse o resultado de estudos e accordo do descobridor com as vistas do governo de D. Manoel, então rei de Portugal.

Foi o acaso e só o acaso a origem do acontecimento. A frota commandada por Cabral, em demanda das Indias, sabindo do Tejo a 9 de Março de 1500 desviou-se de sua carreira e veio se aproximando das costas do Brasil. No dia 21 de Abril, ultima oitava de Paschoa, foram encontrados signaes de terra.

A 22 do mesmo mez, e segundo outros historiadores, a 24 a frota teve á vista uma montanha redonda, e uma terra chã coberta de arvoredos.

A' montanha deu Cabral o nome de—*Monte-Paschoal*—e á terra o de—*Vera-Cruz*.

De 22 de Abril a 2 de Maio, nesse periodo de demora da

armada no Brasil, as occurencias mais importantes foram, depois de ancorada a frota em Porto-Seguro, a tomada de posse da terra em nome de D. Manoel, a collocação de uma cruz com as armas do rei, e a celebração da missa por Frei Henrique em um altar erigido ao pé daquelle.

E' aqui occasião de notar que alguns escriptores, entre estes Constancio citando João de Barros, dizem ter sido a primeira missa celebrada no dia 3 de Maio. Eu porém que na exposição, que agora faço, sigo a narração de Ferdinand Diniz e Abreu Lima, não posso acompanhar aquella opinião.

Estes dois historiadores dizem que a armada de Cabral partiu do Brasil a 2 de Maio. O que me parece fóra de duvida, é que a missa dita no altar ao pé da cruz, no dia em que esta foi levantada, teve lugar a 1º de Maio.

Se houve outra antes, não se deu á ella a mesma importancia historica que á de 1º de Maio.

Se tambem houve uma a 3 do citado mez, fica então sem explicação a partida da frota no dia 2.

Eu, torno a dizer-vos, aceito a narração dos dois historiadores, a que venho de referir-me, porque elles firmam-se em documentos que me parecem sem contestação séria.

Não duvidarei reformar este meu modo de pensar, quando me convencer do contrario.

A chegada, desembarque e outros passos de Cabral e sua comitiva não encontraram hostilidades da parte dos possuidores das costas. Os Tupiniquins, que ahi habitavam, associaram-se aos trabalhos dos portuguezes; os auxiliaram a transportarem a cruz para o lugar, que devia occupar, e assistiram ás ceremonias religiosas.

De todos os selvagens da raça Tupica eram elles os mais trataveis: talvez a isto se deva essa facilidade de relações, que se estabeleceram nessa occasião, concorrendo para inspirar-lhes mais confiança na comitiva o facto de ter Cabral tratado bem, á bordo, a dois indigenas, que Affonso Lopes, quando sondou o porto, recolheu ao seu batel, e levou ao commandante da frota. Cabral fel-os desembarcar depois de vestidos de camisas, e com barretes.

Depois da descoberta do Brasil o governo de Portugal resolveu fazer explorar a terra de Santa Cruz. Para isso mandou armar uma frota. Aqui apparecem tambem divergentes as opiniões dos historiadores. Não ha entre elles accordo nem quanto ao anno das expedições, e nem quanto aos seus chefes.

Pensam alguns que em 1501 Gonçalo Coelho viera commandando a frota destinada a reconhecer o Brasil, e que em 1526 viera a dirigida por Christovam Jaques para guardar os mares, limpando-os da pirataria européa. Suppõem outros que logo de-

pois da primeira foi expedida uma esquadra com 6 caravellas, e que desta foi commandante o mesmo Jaques. Varnhagem inclina-se a crêr que o chefe dessa foi Fernão de Noronha. Alguns entendem que D. Manoel enviou em 1502, e segundo outros em 1503, a Americo Vespucio para aquelle fim.

Sobre a vinda de Vespucio ainda dividem-se os escriptores.

Quanto a uns elle veio como chefe de frota; quanto a outros elle não serviu senão como piloto ou em posição secundaria sob as ordens de navegantes portuguezes.

Além de todas as discordancias, que venho de referir, apparece ainda a opinião daquelles que negam ter vindo Vespucio para percorrer as costas do Brasil. Estes suppõem fabulosa semelhante viagem. Cumpre-me nesta occasião tambem dizer-vos que mesmo a respeito do reconhecimento, que se attribue ao cosmographo Florentino, da terra firme do Novo-mundo, depois de Colombo haver descoberto a ilha de Guanahy, e outras, não ha uniformidade nos escriptos dos historiadores.

Além das *Pesquisas historicas* do visconde de Santarem, onde este falla das *suppostas* descobertas de Vespucio, vem ainda esta outra opinião, que sustenta não ter-se originado da viagem d'elle o nome dado ao continente Americano.

Pensam alguns que na epocha, que seguiu-se ao descobrimento do Novo-mundo, era geral entre os sabios europeus o estudo da lingua grega: traduziam-se nesta até os nomes proprios. Assim não julgam sem fundamento que o continente recebesse um nome composto de radicaes gregos. Conjecturam os authores dos escriptos, onde se encontra o que fica exposto, que *America* é a mesma palavra *Ameirogaia*, isto é, terra mui remota do antigo mundo. Esta palavra é composta de *meiró*, que quer dizer—dividir, separar ou *myrios*, muito grande, muito distante, *gaia*, terra.

Deixo expostos os juizos dos historiadores: mas confesso que no meio de tão pronunciadas divergencias é difficil acertar com a verdade. A vós fica inteira liberdade de aceitar a opinião que vos parecer melhor fundada, depois que tiverdes, mais tarde, prestado profunda attenção e minucioso exame sobre os dados historicos.

Voltando á narração dos acontecimentos patrios cumpre-me dizer-vos que as informações levadas pelas expedições do Brasil ao conhecimento de D. João III, rei de Portugal pela morte de D. Manoel em 1521, eram incompletas ou pouco satisfatorias no que diziam respeito ás terras e mares ao Sul da Bahia até o Rio da Prata. No intuito de conhecê-los bem, D. João ordenou que se armasse uma esquadra. Della nomeou commandante a Martin Affonso de Souza, a quem encarregou de estabelecer uma colonia em qualquer lugar do sul, que achasse

mais commodo para isso, e deu-lhe faculdade de conceder sesmarias.

A armada sahiu de Lisboa a 3 de Dezembro de 1530. Depois de ter reconhecido o cabo de Santo Agostinho seguiu para o sul, entrou no porto de Pernambuco, no da Bahia, e no do Rio de Janeiro a 30 de Abril de 1531, onde demorou-se tres mezes para reparar as avarias. Dahi partiu em Agosto e a 12 deste mez ancorou entre a terra firme e a ilha de Cananéa.

Depois de 44 dias de demora ahi, tratou Martim Affonso de dar cumprimento á um de seus principaes encargos, que era fazer explorações até o rio da Prata.

Dizem alguns historiadores que elle primeiro seguiu sua derrota para o Prata. Escrevem outros que fez partir a armada, confiando a seu irmão Pero Lopes de Souza aquelles serviços.

Depois de fundar a povoação de S. Vicente, voltou Martim Affonso á Portugal. D. João para facilitar a colonisação, povoar o continente, resolveu repartil-o em porções de 50 legoas de costas. Deu-lhes o titulo de *capitanias*, e em recompensa de serviços á corôa feitos por varios de seus vassallos dividiu-as entre estes, a quem incumbiu de á sua custa trazer ou fazer vir colonos para povoal-as.

E' occasião de desinvolver um ponto historico, de que fallei ligeiramente. Refiro-me á fundação da villa de S. Vicente, que deu nome á capitania. Devo desde já prevenir-vos de que nas exposições, que vou fazendo da historia patria no intuito de dar-vos noções ou conhecimentos geraes dos acontecimentos, eu procurarei ser mais demorado nas explicações dos que tiverem mais intimas relações com a capitania de S. Vicente. A' nós paulistas corre mais de perto o dever de estudar e conhecer tudo quanto diz respeito á nossa provincia desde seus principios. Neste trabalho eu me aproximarei quanto puder dos escriptos de Frei Gaspar, e do brigadeiro Machado de Oliveira.

A chegada de Martim Affonso á S. Vicente e a fundação desta villa não é narrada de modo uniforme pelos historiadores, começando a divergencia delles quanto ao anno, isto é, se os factos deram-se em 1531 ou 1532. Eu vou tratar dessas opiniões e das bases, em que assentam.

Frei Gaspar em suas *Memorias* diz que a principio sustentou ter Martim Affonso alli chegado a 22 de Janeiro de 1532. Mas depois aceitou o que disse o sargento-mór Pedro Taques de Almeida Paes Leme, que affirmou ter Martim Affonso aportado a aquelle lugar a 22 de Janeiro de 1531, sendo certa a sua partida, de Lisboa, no fim do anno de 1530. Funda-se Frei Gaspar na carta por D. João escripta a 28 de Setembro de 1532, em que diz, respondendo a que Martim Affonso lhe dirigira do

Brasil, ter mandado no *anno passado* fazer prestes um navio para vir saber mais novas de Martim Affonso.

Assim, entende o citado historiador que o *anno passado* sendo o de 1531 deve se crêr por *legítima consequencia* que já nesse anno o chefe da armada estava em S. Vicente.

Eu aceito a opinião contraria á esta. E neste ponto não divirjo do *Quadro Historico*, do brigadeiro Machado de Oliveira, no qual se lê que Martim Affonso chegou a 22 de Janeiro de 1532 á costa oriental da ilha *Induá-Guassú*, cujo nome foi mudado pelo de S. Vicente. Tomando em attenção as razões dadas por Frei Gaspar não vejo procedencia na argumentação. Em primeiro lugar a carta de D. João III, em resposta as de Martim Affonso, pôde provar que este esteve no Brasil em 1531, mas não dá a *legítima consequencia* de ter chegado á S. Vicente no mesmo anno. Bem podia elle escrever de qualquer outra parte do Brasil as cartas, á que o rei de Portugal se referia. Em segundo lugar merece-me muita consideração a profunda differença, que vai entre a viagem de Colombo e a de Martim Affonso, não podendo eu crêr que este realisasse a sua em menos tempo.

Já vos disse no principio desta lição que Colombo sahira de Palos a 3 de Agosto de 1492 e chegára a 12 de Outubro do mesmo anno á ilha Guanahy. A sua viagem foi em linha recta e, por isso Quinet a comparou á direcção da frécha disparada á toda força do arco. Colombo gastou entretanto dous mezes e nove dias naquelle percurso de Palos á Guanahy. Ora Martim Affonso sahiu do Tejo a 3 de Dezembro de 1530, tocou em portos brasileiros do norte, até que chegando a bahia do Rio de Janeiro ahi demorou-se para reparar avarias, como já deixei narrado. Como suppôr que elle tivesse chegado a 22 de Janeiro de 1531 á S. Vicente, gastando assim 49 dias de viagem? Como crêr na probabilidade de tão feliz viagem naquelles tempos, em que os meios e recursos da navegação estavam muito atrasados?

Além de tudo isto é sabido que Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Affonso, veio na mesma armada e escreveu o *Diario* da sua navegação. Recorrendo-se a este escripto ahi encontra-se claramente exposta a altura, em que se achava a armada a 22 de Janeiro de 1531. Do citado *Diario* consta que naquelle dia Pero Lopes «tomou o sol em 2 grãos; demorava a ilha de Fernão de Noronha ao sudoeste e a quarta d'oeste, achando-se a armada distante della 45 leguas.»

Ainda no mesmo *Diario*, e eu vou reproduzil-as, encontram-se, referindo-se a 22 de Janeiro de 1532, as frases seguintes, salvo o esquecimento de uma ou outra palavra: «Terça-feira achei um rio estreito muito abrigado de todos os ventos: á tarde mettemos as náus dentro com vento sul. Estando dentro

mandou o capitão J. (refere-se a Martim Affonso) fazer uma casa para metter as vélas e enxarcias.—Aqui neste porto de S. Vicente varámos uma nau em terra: a todos nós pareceu tão bem esta terra que o capitão determinou de a povoar e deu terras a todos os homens para fazerem suas fazendas, e fez uma villa na ilha de S. Vicente...»

Se a um espirito de investigação rigorosa não podem inspirar confiança os factos, que venho de expôr, se para elle fica definida, não a verdade, mas a duvida quanto ao anno da chegada de Martim Affonso á S. Vicente, cumpre-me entretanto dizer—a opinião, que designa o anno de 1532, me parece a mais aceitavel, pois é a que pelo menos mais se accomoda ás probabilidades historicas.

A recepção da comitiva de Martim Affonso pelos indigenas da terra, onde desembarcou, não foi rodeada de difficuldades. Concorreram para este resultado os esforços do portuguez João Ramalho, que ha annos estava no Brasil, não se tendo podido explicar se era elle um naufrago, ou um condemnado, que cumpria sentença. João Ramalho era casado com Bartira, filha de Tebyrecá, o chefe das tribus confederadas.

Martim Affonso, depois de explorado o litoral, e escolhido o da barra da Bertioga para o desembarque de sua gente, depois de levado á terra o seu sequito, quer por inspiração propria, quer por conselhos de Ramalho resolveu lançar na ilha de S. Vicente os fundamentos da povoação. Para ahi transportou as familias contractadas para a colonisação. Desenvolvendo toda a actividade tratou de fazer construir igreja, cadêa, casa de conselho, estaleiro e o mais que era necessario para os serviços da colonia. Não se descuidou de tambem prover-a de empregados para o exercicio de funcções religiosas e administrativas.

Nomeou o padre Gonçalo Coelho para parochiar a igreja, a Belchior de Azevedo para provedor de fazenda, e á Henrique Montes deu o lugar de almoxarife. Em virtude dos poderes, que tinha recebido do governo portuguez, fez distribuição de terras na ilha de S. Vicente, na de Guaymbé e na parte conhecida do interior.

Cabe aqui dizer-vos que foi em S. Vicente, onde se construiu o primeiro engenho para o fabrico do assucar. Foi ahi onde se cultivou primeiramente a canna, no Brasil, sendo depois transplantada para outros pontos.

Mas antes de continuar a tratar dos trabalhos do colonizador e de sua gente cumpre-me dar-vos noticias das tribus, que se achavam no lugar. Já vos disse que foi João Ramalho quem pelo prestigio, de que gosava perante seu sogro, Tebyrecá, conseguiu deste ordens no sentido de evitar a aggressão, que se intentava contra os recém-chegados. Foi elle quem

facilitou e alcançou estabelecer amigáveis relações entre os chefes dos selvagens e os portuguezes. Eu creio bem que se Ramalho tivesse nascido no meio daquelles indigenas, eahi fosse creado, não deixaria de ser dominado das mesmas intenções hostis, que á principio levaram as tribus a se prepararem para repellirem a invasão dos europeus. Mas o homem, que via nos invasores irmãos de nacionalidade, não suffocou sentimentos elevados para associar-se aos planos dos naturaes da terra. Ramalho prestou todos os serviços, todo apoio ás vistas de Martim Affonso.

Talvez só possa bem comprehender tanta dedicação, todo alcance desse sentimento, que se chama amor da patria, a intensidade desse prazer ao encontrar patricios, quem está em alheias terras. Eu não sei se é possível achar meios de explical-os satisfatoria e plenamente. Parece-me que tudo isto só pôde bem conhecer e avaliar quem se vê distante da patria. Não me refiro só ao homem, que se acha no meio de incultos povos. Mesmo aquelle, que vive nos paizes civilisados, contemplando ahi as bellezas das artes, rodeado das distrações das grandes cidades, sente uma infinita satisfação, um contentamento sem limites, quando encontra seus patricios. Vem-lhe á memoria saudosas recordações até das pequeninas coisas, dos insignificantes acontecimentos. Em tal encontro apresentam-se ao espirito com encantadoras, e attractivas proporções e vivamente lembrados os bosques, os campos, as casas, as desertas ruas, até a propria fealdade da aldeã, em que se nasceu.

Mas, senhores, deixando estas considerações, a que involuntariamente fui arrastado, continuo a fallar das tribus, que dominavam as terras, onde Martim Affonso lançou o germen de colonisação.

Tres povos indigenas habitavam essa região. Eram os Guayanazes, os Tupys, e os Carijós. Não conheço escriptor que melhor tenha tratado desta parte de nossa historia do que o brigadeiro Machado de Oliveira. Eu vou pois reproduzir o que elle disse.

Os Guayanazes occupavam a parte austral do paiz, confinando com os Tamoyos á leste, 50 legoas no litoral, e no interior a extensão, que lhes permittiam os Payaguás e outros aborigenes do centro. Os Tupys demoravam habitualmente no territorio, que vai do rio Itanhaen ao de Cananéa, apossados de 40 legoas de costa, e tendo por visinhos os Carijós pelo occidente. Os Carijós espalhavam-se por um litoral de 70 legoas desd'o rio Cananéa, divisa entre elles e os Tupys, até o dos Patos, que desagua em frente da ilha de Santa Catharina.

Tebyreçá era o superior destas nações, sendo porém Cayubi, sob as ordens daquelle, chefe das que se achavam no litoral.

Occupando localidades diferentes, e de dialectos tambem diversos, ellas se aproximavam quanto aos usos e costumes. Nos campos de Piratininga residia Tebyreçá e a tribu dos Guayanazes.

Já vos dei noticia desta, dizendo-vos que era de indole pacifica mas altiva. Tinha costumes brandos, habitos sedentarios, e não se dava á antropophagia. Desta tribu faziam parte ainda os Guarulhos, Maromomis, e Uvurays.

Dos Carijós se diz que eram, apesar de affaveis e socegados, maliciosos, e indolentes, e de facil sugeição á escravidão. Consta mais que eram traçociros em accommetter os inimigos, e faziam carnificinas só nos inermes e prisioneiros.

Dos Tupys se teve conhecimento, algum tempo depois de conquistado o territorio, onde se fundou a capitania de S. Vicente, quando elles reunidos a outros selvagens atacaram, em 1562, a nova povoação de S. Paulo de Piratininga.

Do que fica enunciado vê-se que a serra de Paranapiacaba não era só uma separação orographica do litoral e dos campos de Piratininga.

Até certo ponto deve-se consideral-a como uma separação ethnographica das tribus residentes nas costas e das que viviam áquem da referida serra.

Embora se approximassem essas nações, como ha pouco disse, quanto a usos e costumes, havia entretanto diversidade de origem, e de dialecto.

E entre os Guayanazes e Carijós já mostrei bem definida a differença de indole, quando eu disse que aquelles com immensas difficuldades se sugeitariam á escravidão, ao passo que da parte dos Carijós não seriam encontrados os mesmos obstaculos, a mesma altivez, o mesmo amor de liberdade, que caracterisava os Guayanazes.

Vou terminar a lição de hoje; não desejo fatigar vossa attenção, e sobrecarregar vossa memoria.

Antes porém de fazel-o devo dar-vos uma rapida explicação á respeito das datas, que tenho mencionado.

E' conveniente que fiqueis sabendo que ellas se acham determinadas conforme o kalendario então em vigor.

O anno foi no tempo de Romulo dividido em 10 mezes, contendo 304 dias.

Numa Pompilio accrescentou os mezes de Janeiro e Fevereiro fazendo que o anno tivesse 355 dias.

Julio Cesar considerando imperfeito este kalendario o reformou, ouvindo um astronomo celebre do seu tempo, e tendo adoptado como base a opinião desse astronomo, que dava ao anno solar 365 dias e 6 horas completas. Gregorio XIII tendo accceitado por base o anno solar de 365 dias, 5 horas e 49 mi-

nutos reformou o kalendario Juliano.—Em 1582 começou a vigorar a *correção* ou kalendario Gregoriano.

Se como se crê a differença entre os dois estylos é de 12 dias, fica bem claro que as datas dos annos anteriores a 1582 serão alteradas, quando tomadas ou consideradas em face do novo kalendario, que é o aceito pelas nações catholicas, e tambem pelos protestantes depois de longa opposição.

Assim o dia 1º de Maio de 1500 em que se disse a missa junto á cruz, que Cabral fez levantar logo depois de seu desembarque no Brasil, segundo o nosso kalendario deve ser 13: o dia 6 de Janeiro, em que se diz ter Martim Affonso chegado á Angra dos Reis, deve ser 18.

Está concluida a primeira exposição.

II

(1º de Fevereiro)

Habitantes do Brasil.—Considerações geraes.—Divisão do paiz em capitánias hereditarias.—Colonisação de umas e má situação de outras.—Caramurú.—Creação de governo geral.

Senhores.

Dizem os historiadores que ao tempo da descoberta do Brasil mais de cem nações ou povoações diferentes occupavam a grande extensão entre os rios da Prata e Amazonas, vivendo umas internadas nas florestas, outras nas costas; umas tirando da caça e pesca os meios de subsistencia, outras das produções da terra; umas pacíficas, outras de caracter feroz; quasi todas errantes e separadas por odios hereditarios.

Reconhecem a impossibilidade de tratarem de todas, visto que muitas tribus não foram bem conhecidas, limitando-se elles a fallarem só das que deixaram tradições, que foram melhor conservadas. Eis como se enuncia Abreu Lima.

Outros elevam a mais de quatrocentas o numero das tribus. F. Diniz diz que duas principaes raças existiam no Brasil — os Tapuyas e os Tupys. Não é uma opinião isolada: tambem outros historiadores assim pensam. Os Tapuyas expellidos do litoral pelos Tupys achavam-se espalhados pelo Norte, á chegada dos portuguezes. Della faziam parte mais de setenta povoações guerreiras, de nomes differentes. As variedades mais conhecidas dessa casta eram os Paliés, Mandavés, Naporás, Cuxaras, Guayos, Jaborós-Apuyares, Aquigiros, Margajas, Campehos, Mariquitos.

Os Aymorés, descendentes de uma tribu de Tapuyas, appareceram no litoral tempos depois do descobrimento da terra de Santa Cruz. Tambem eram conhecidas as seguintes nações: — Goytacazes, Onayanares, Molopaques, Ovaitaguassas, Tymbiras, Aucapuras, Jeicos, Guaycurús, Guanares, Arahis, Barbados, Papanases, Maraques, além das que se achavam nos campos de Piratininga e no litoral de S. Vicente, conforme já expliquei na lição passada.

A casta dos Tupys pertenciam dezeseis tribus, com signaes e nomes distinctos, formando nações separadas. As mais conhecidas eram os Carijós, Tupynambás, Tamoyos, Cahetés, Tabayares, Pitagoares e Tupiniquins. Quasi todas eram dadas á antropophagia.

A linguagem mais vulgarisada era a dos Tupys, a qual tem sido considerada por varios escriptores um dialecto do Guarany. E' por isto que se suppõe que a casta Tupy proveiu do Paraguay, onde até hoje ha uma tribu daquelle nome. Fallavam-se, porém, naquelles tempos mais de cem linguas barbaras.

Alguns historiadores dizem que a nação Tapuya era de raça mongolica, pela côr da pelle, maçãs do rosto e salientes e por outros traços. Os Tupys apresentavam em sua organização alguma cousa da raça caucasica.

Constancio torna-se mais claro a este respeito quando observa que as duas raças eram differentes, uma quasi tão alva como a européa, de alta estatura e feições regulares, e outra de menor estatura, côr fula mais ou menos avermelhada, e feições menos européas. Devo entretanto dizer-vos que me parece haver muita obscuridade quanto a alguns dos factos, que ficam expostos. Assim a proposito das linguas o citado author entende que apesar dos trabalhos dos hespanhoes, colligidos e analysados por Hervás, e das noções dadas pelos sabios viajantes Spix e Martius e outros, nada ha de certo ou bem claro.

Tambem não ha dados infalliveis que authorisem a affirmar, como alguns crêem, que as tribus existentes no Brasil nos tempos, de que fallo, tinham vindo do Perú e do Chile. Nem se pôde dizer que viessem da America do Norte. Acho que é questão, que ainda por largo tempo ficará sem solução. Na realidade é difficil enunciar juizos seguros sobre a materia. E tão vasto é o campo das conjecturas que alguns até suppõem que varias tribus do Brasil vieram da Patagonia.

F. Diniz sustenta que a povoação da America se operou sobre muitos pontos, e foi devida á raças differentes, e que estas subjugaram um povo *autochtono*, cuja primeira origem não é possivel descobrir. Encontra-se mais em seu livro este pensamento—que ainda voltarão ao estudo dos sabios muitas dessas idéas adoptadas pelo seculo XVI, e que o exame de monumentos, a descoberta de certas antiguidades na America do Norte, as etymologias constatadas por Humboldt, recordam os nomes dos Phenicios e Carthaginezes, povos navegantes da antiguidade, que começam a ser considerados como os primeiros exploradores do Novo-mundo.

Não me causam admiração as difficuldades, com que luctam os escriptores sempre que querem esclarecer os factos dos tempos antecedentes á descoberta da terra de Santa Cruz, e tam-

dem dos que decorreram proximoamente a este acontecimento. Bem se comprehendem os embarços, que especialmente em relação ao numero das tribus encontrariam, quando os elementos da estatistica eram tão pouco conhecidos, e não exploradas as terras, onde ellas residiam.

Hoje que esta sciencia offerece mais aperfeçoados recursos, ha mais facilidade de communicações e de viagens pelo interior do paiz, outra organização administrativa e enfim conhecimentos e meios, de que pôde dispôr uma nação civilisada, ainda ninguem sabe ao certo qual é a população do Brasil. E a respeito do numero de indigenas recordo-mê ter visto o calculo de quinhentos mil enunciado em um livro publicado em 1866 e destinado a acompanhar os productos nacionaes, que tinham de ser remettidos, como com effeito o foram, á Exposição de Paris em 1867.

Segundo a geral opinião essa obra foi escripta por dois brasileiros, conselheiros d'estado, e que gosam do conceito de muito illustrados. Que base tomaram para esse calculo é o que não posso dizer. Não acredito porém na sua exactidão. E com razão, pois que annos antes do apparecimento desse livro já havia neste paiz a mania de se dizer e escrever dando como certo sempre o mesmo numero de quinhentos mil indios. E' sem duvida difficil crêr-se que os quinhentos mil nunca fossem, como se costuma dizer, nem para traz nem para diante. Tal permanência seria um facto anormal e inexplicavel.

Ultimamente o ministro da agricultura, o sr. Barros Barreto, disse no relatório apresentado ás Camaras que a população indigena pôde computar-se em mais de quinhentas mil almas.

A conclusão do que fica dito é que com justos motivos tem-se visto os historiadores na impossibilidade de determinarem com certeza o numero de nações ou tribus existentes em nosso paiz, quando os portuguezes cá chegaram.

Fallando dos Tapuyas e Tupys eu vos referi as opiniões, que sustentam pertencer aquelles á raça mongolica e apresentar estes os mais aproximados caracteres da caucasiana.

E' occasião de vos dar algumas noções sobre as raças humanas. Ha 3 grandes raças, em que a humanidade está physicamente dividida. O aspecto, a côr e a estrutura anatomica, diz Emilio Montegut, constituem tres profundas separações, — a raça negra ou ethiopica, — a amarella ou mongolica, — e a branca ou caucasica. As outras raças, como a vermelha, a malayo-polynesianna, e as mais, significam variedades e misturas das 3 primitivas. Os caracteres de cada uma são tão definidos e pronunciados que tem levado varios sabios a não consideralas como diversos modos de um mesmo typo, mas como tres padrões da fôrma humana.

Daqui nasceu a grande questão—da unidade da espécie humana, questão que creou duas escolas—a do monogenismo e a do polygenismo. Os sabios se dividiram. A primeira teve entre seus apostolos Cuvier, Humboldt, Quatrefages e outros. Pela segunda se pronunciaram os Lamark, Pouchet e varios. Apesar das importantes discussões, e dos notaveis trabalhos, que até hoje tem apparecido, o certo é que ainda não foi proferida pela sciencia a ultima palavra sobre o assumpto.

Mas o que a historia nos mostra desde as mais remotas eras é a co-existencia das tres raças, com aptidões á civilisação, se bem que, nas frases do citado escriptor, rudimentaes e instinctivas na ethiopica, fortes mas limitadas na mongolica, e de expansão quasi infinita na caucasica.

Houve em outros tempos a crença de que o clima era a influencia physica, que principalmente determinava as differenças de raças, e dos seus destinos. Montesquieu foi um dos que assim pensaram quando ao clima attribuiu a diversidade dos caracteres dos povos, dos governos, das leis, das instituições. Outros tomando por base a theoria do—angulo facial—procuravam demonstrar a superioridade das faculdades intellectuaes do europeu, e a inferioridade da raça negra.

Camper, o celebre naturalista hollandez, disse que o angulo facial daquelles tinha ordinariamente oitenta grãos, e o dos negros perto de setenta, e á proporção que se descia do homem na série dos mamíferos o angulo tornava-se mais agudo. O angulo facial recto significava portanto intelligencia elevada, o agudo fraqueza ou abatimento das faculdades intellectuaes. Mas se a coincidencia tem justificado algumas vezes a regra, ou o principio em relação ao homem, não é entretanto accito como verdade inconcussa.

Outros entendem que o clima exerce uma influencia secundaria, representa um papel accessorio na explicação dos phenomenos historicos. Elles dizem que dos trabalhos e estudos da philologia comparada nasceu, entre outros resultados, a importante conclusão que todos os povos fallando idiomas, que se prendem a uma origem commum, tem revelado faculdades e aptidões analogas, e que salvo ligeiras differenças o seu desenvolvimento historico tem sido o mesmo.

Conforme esta theoria não são pois unicamente as distincções physicas, a cor preta ou branca, os olhos horisontaes ou obliquos, os cabellos lisos ou encarapinhados, que constituem a raça, é tambem a linguagem. Se a linguagem é a expressão do homem interior, o instrumento do homem moral, se aavez della se alcança e conhece a alma, ella tambem como a conformação do corpo determina ou extrema as raças

Ha ainda a theoria de Darwin, fundada sobre o principio da

selecção, da lucta pela vida. Este naturalista desinvolveu com mais amplitude e sob nova face a doutrina já prégada por Lamarck.

Dadas estas noções geraes cumpre-me dizer-vos que não tenho estudos profundos e especiaes sobre a materia, e não posso por isso fazer a critica das diversas opiniões. Isto não obsta que eu em resultado de ligeiros conhecimentos adquiridos com a leitura de alguns trabalhos dos escriptores, que tractaram do assumpto, me declare pela unidade da especie humana. Esta doutrina apadrinhada por sabios de tão alta reputação como Cuvier, Humboldt, Quatrefages e outros, é a mesma ensinada pelo Genesis.

Diga-se muito embora que ha raças privilegiadas para melhor comprehenderem—uma a liberdade, como a saxonica, outra a igualdade, como a latina, e outra a fraternidade, como a slava—eu não me affasto das crenças, que nutro. Sendo as condições fundametaes da natureza humana as mesmas em todas, todas tem os mesmos altos destinos. Se umas caminham mais depressa, e apresentam mais harmonico desinvolvimento, gosam de mais prospera existencia, certamente estas fases differentes, que se observam, são devidas ao *meio*, onde vivem; não só ás influencias physicas, mas ás moraes e intellectuaes, que as cercam. E' esta a doutrina, que professo; desde os primeiros tempos de minha mocidade aprendi a crêr que a intelligencia é um raio de luz divina dado á humanidade, que a liberdade é essencial condição de seu integral desinvolvimento, que todas as raças tendem á perfectibilidade, que não ha benções para uma e maldições para outra.

Passando agora a tractar das Capitánias hereditarias, em que foi dividido o Brasil, começarei por notar que ha divergencia de opiniões quanto ao seu numero: uns dizem que foram creadas oito, outros nove, e outros doze. A perda de um manuscrito intitulado—Santa Cruz—, de João de Barros, no qual, ao que consta, elle devia ter dado informações relativas aos donatarios das capitánias, trouxe duvidas sobre esse assumpto.

Era elle um dos que sustentavam ter sido o paiz repartido em doze. Na falta porém dos esclarecimentos daquelle notavel historiador tem sido aceita a divisão em nove, com estas denominações:—S. Vicente, Santo Amaro, Parahyba do Sul, Espirito Santo, Porto Seguro, Ilhéos, Bahia, Pernambuco, e Maranhão. A primeira foi dada á Martim Affonso de Sousa, a segunda á seu irmão Pero Lopes de Sousa, a terceira á Pedro de Goes, a quarta á Vasques Fernandes Coitinho, a quinta á Pedro de Campos Tourinho, a sexta á Jorge de Figueiredo Corrêa, a setima á Francisco Pereira Coitinho, a oitava á Duarte Coelho Pereira, a nona á João de Barros.

As capitánias eram dadas á vassallos de serviços prestados á corôa de Portugal e de elevada posição. Os donatarios gosavam de jurisdicção civil e criminal, e bém assim de certos direitos de regalia. A cunhagem da moeda e a percepção do dizimo territorial não lhes pertenciam. Eram direitos reservados á corôa.

Os donatarios trataram de povoar e desinvolver a cultura de suas propriedades. Mas os resultados não corresponderam aos esforços de uns e ás ambiciosas vistas de outros. Muito distantes da acção do governo portuguez, sem poderem contar com as medidas promptas, que as circumstancias exigissem, quasi que exclusivamente entregues aos recursos dos donatarios, as capitánias apresentavam muitas difficuldades á realisação dos intentos de colonisação dos donatarios. Em algumas accresciam á aquelles embaraços as repetidas luctas, sustentadas entre os selvagens, que dominavam o sólo, e os civilizados, que o invadiam. E muitas vezes a desmarcada ambição destes tambem gerou discordias entre os proprios colonos.

O certo é que se a capitania de S. Vicente, a mais antiga de todas, dava signaes de florescimento, se a de Santo Amaro progredia em quanto tinha por donatario a Pero Lopes, irmão do chefe daquella, vivendo ambos em harmonia, as do Espirito-Santo, Ilhéos, Porto-Seguro conservavam-se á custa de muitos esforços dos donatarios. A paz não reinava nestas capitánias; os indigenas constantemente as aggreliam.

Em Pernambuco os Cahetés e os colonos mantiveram-se em diferentes occasiões em estado hostil. Uma vez o estabelecimento de Iguarassú foi sitiado por doze mil indios. O sitio teve duração de mais de um mez. Perdidas as esperanças, que os selvagens alentavam, de vencerem o inimigo, retiraram-se dalli.

A fundação da capitania da Parahyba do Sul fálhou por falta de recursos de Pedro de Goes, á quem ella foi dada.

A do Maranhão, de que foi donatario João de Barros, não realisou-se por causa dos naufragios das expedições. Na ultima destas succumbiram dois fillos daquelle notavel historiador assassinados pelos Pitagoares.

Quanto a da Bahia tambem não lhe foi propicia a sorte. Diz-nos a historia que muitos annos antes da chegada de Coitinho havia naufragado ao norte da barra da Bahia o portuguez Diogo Alves Corrêa, que viajava para a India. Os companheiros de Corrêa morreram, uns no mar, e outros devorados pelos Tupinambás. Só elle salvou-se tendo tirado do navio naufragado, entre outros objectos, um mosquete e polvora. Seguiu a costa, trocando signaes de paz e affeição com os selvagens. Presenteou a estes, que o trataram amigavelmente e o apresentaram ao chefe da povoação. Em uma occasião, ao matar com sua espingarda um passaro, os selvagens ouvindo o estampido da arma, grita-

ram—Caramurú—querendo com isto denominar-o—homem de fogo, ou filho do trovão.

Este facto deu lugar a que Corrêa inspirasse medo aos índios, que desde então o respeitaram na persuasão de que era um homem poderoso. Caramurú prestou-lhes bons serviços acompanhando-os em suas guerras. Desde então viveu sempre em boas relações com os Tupinambás, que lhe dedicavam a mais completa obediência. Casou-se com Paraguassú, e fez com ella uma viagem á França, onde a índia foi baptisada e tomou o nome de Catharina, nome este da rainha mãe de Henrique II.

Voltando a Bahia continuou a residir no lugar, onde estava fundada Villa-Velha. Progredia a povoação, á qual Corrêa tinha dado certa forma de administração e policia, sendo elle o chefe do estabelecimento, quando o donatario Coitinho ahi chegou para tomar posse da capitania. Recorreu á Caramurú para o bom exito da empreza, que o trouxera ao paiz. Mas, com justiça ou sem ella, Coitinho logo nutriu desconfianças de que á suas pretensões Caramurú era hostil.

Além dos actos violentos e das rapinas commettidas pelos soldados e aventureiros da expedição, mais concorreu para augmentar os desejos de vingança da parte dos Tupinambás a prisão de Caramurú, em um navio por ordem do donatario.

Os índios fizeram guerra incarnizada aos portuguezes, e depois de alguns annos de destruidora lucta, Coitinho foi refugiar-se com os seus na capitania dos Ilhéos levando o preso.

Final os Tupinambás, aceitando as proposições de Coitinho, concordaram em ajustes de paz.

Em vista destas disposições favoraveis dos selvagens, o donatario animou-se a dirigir-se a Bahia. Antes de ahi chegar violenta tempestade o levou sobre a ilha de Itaparica, onde naufragou.

Os Tupinambás o reconheceram, e apesar das advertencias e reprovações dos chefes, que intervieram no accordo para a paz, Coitinho e quasi toda tripolação foram mortos.

Nada soffreu, durante o conflicto, Caramurú, que conseguiu salvar alguns de seus companheiros de naufragio. Chegado á sua antiga residencia elle tornou a levantar a sua colonia, gozou da mesma influencia, exerceu o mesmo poder de outrora sobre os Tupinambás.

Não só essa série de factos occorridos á proposito das fundações das capitancias, os receios de que alguma nação européa podesse se firmar em qualquer parte da terra de Santa Cruz, mas tambem o reconhecimento da inconveniencia dos privilegios concedidos aos donatarios, levaram d. João III a revogar esses poderes, e a chamar as capitancias sob immediatas vistas e dominio da corôa.

A d. João pareceu de alta e reconhecida necessidade crear no Brasil uma authoridade, que a elle representasse, e a roda da qual os portuguezes se reunissem quer para combater os selvagens, sempre inclinados a hostilisarem e repellirem os conquistadores do sólo, onde viviam, quer para nullificar os intentos ou emprezas de outro qualquer estado, que lançasse suas vistas para o Brasil.

Foi pois nomeado um governador geral, com plenitude de jurisdição no civil e no criminal.

Deste ponto da historia tratarei na outra exposição.



III

(8 de Fevereiro)

Thomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil.—Fundação de S. Salvador.—Expedições portuguezas á colonia.—Chegada de missionarios, jesuitas.—D. Pedro Sardinha, primeiro Bispo do Brasil.—Vinda de escravos Africanos.—D. Duarte da Costa, segundo governador.—Morte do Bispo.—Mem de Sá, terceiro governador.—Seus importantes serviços. Francezes na colonia.—Rapida vista d'olhos sobre a Companhia de Jesus.

Senhores.

Resolvida a nova organização administrativa da colonia pelos motivos, que já expuz na ultima lição, d. João III nomeou governador geral do Brasil a Thomé de Souza. Foi o primeiro que o paiz teve. Sahi de Lisboa a 2 de Fevereiro de 1549 e chegou a Bahia a 28 de Março. Encarregado de ahi fundar uma cidade em condições de ser a capital, e de tambem offerecer meios de defeza aos colonos contra as aggressões quer dos indios, quer dos europeos, tratou logo de lançar os alicerces della.

Os Tupinambás influenciados pelo velho Caramurú não receberam mal o governador e seu sequito. Pelo contrario os trabalhos de construcção das casas e dos primeiros edificios mais importantes—alfandega, palacio do governo e cathedral—tiveram auxilios dos indigenas. Em pouco tempo construíram-se mais de cem casas: levantaram-se engenhos de assucar, e os colonos fizeram plantações. Seis baterias foram montadas, quatro em posição de repellirem as aggressões dos indios, que viessem do interior, e duas fazendo frente ao mar para evitar a invasão estrangeira.

O governador presidiu os trabalhos da fundação e defeza da colonia com toda actividade, e deu á cidade o nome de S. Salvador. Dirigiu sua attenção para as outras capitánias, tratou de imprimir regularidade á marcha da administração, e civilisar os

indigenas. A expedição de Thomé de Sousa compunha-se de mil pessoas, mais ou menos, entre colonos, soldados, gente de serviço, e condemnados. Tinkam-no acompanhado tambem muitos officiaes e engenheiros. O governo portuguez comprehendeu bem que as conquistas feitas pela espada não se consolidariam sem que os povos invadidos se convencessem de que ellas traziam consigo importantes melhoramentos a seu estado.

Assim ao lado da força, representada pelo governador e seu sequito militar, enviou seis missionarios jesuitas sob a direcção de Nobrega, encarregados especialmente da cathequese dos selvagens.

Não obstante todos os auxilios já prestados á Thomé de Sousa não se esqueceu o governo de Portugal de mandar-lhe novos reforços no anno seguinte, em 1550. Nesta occasião chegou a terra de Santa Cruz o primeiro bispo do Brasil—d. Pedro Fernandes Sardinha acompanhado de clérigos, e trazendo vestimentas, e ornatos de igreja, e sinos. O padre Manoel de Paiva, de quem fallei na primeira lição, veio tambem nesse anno.

Em 1551 ainda novos recursos, novos soccorros a colonia recebeu, e augmentou-se a população. Vieram colonos e orphãos de familias pobres de Lisboa. Foi neste anno, que se lançou em nosso paiz o germen dessa desgraçada instituição, que ainda temos; para os trabalhos de cultura das terras vieram escravos africanos.

As medidas realisadas por Thomé de Sousa, seu tino, e dedicação aos serviços, de que fôra incumbido pelo governo portuguez, fizeram que a cidade progredisse rapidamente.

E' aqui occasião de dizer-vos que dois incidentes ameaçaram perturbar o estado de mais ou menos socego da colonia. Um colono, que se internára nas florestas em distancia de 5 a 6 leguas do povoado, foi morto por um indio. O governador temendo as más consequencias da impunidade do crime exigiu a entrega do assassino. Os Tupinambás ou para evitarem luctas, ou, como dizem outros historiadores, em obdiencia a uma lei, que observavam, de entregar o criminoso á familia ou parentes da victima, entenderam conveniente não oppôr-se á exigencia de Thomé de Souza. O infeliz indio foi atado a boca de uma peça e feito em pedaços. Este facto deu lugar a que os indios se intimidassem e por algum tempo vivessem em melhor harmonia com os colonos.

Em outra vez preparavam-se os selvagens das visinhanças da cidade para devorarem um prisioneiro: os alaridos do festim despertaram a attenção de alguns dos jesuitas. Estes impavidamente dirigiram-se ao lugar, e arrancaram das mãos dos antropophagos o misero selvagem. A principio contiveram os indios seus intentos de vingança, mas passados os primeiros

momentos resolveram accommetter a povoação. Avisado o governador em tempo tomou providencias para os receber. Ou por medo ou por meios amigaveis o certo é que a aggressão não se verificou.

Depois de quairo annos de serviços prestados á colonia Thomé de Sousa retirou-se para Portugal. Era de estylo que um governador não exercesse o cargo por mais tempo do que aquelle. Em 1553 veio Duarte da Costa substitui-lo. Acompanharam-no dezeseis jesuitas, entre estes o celebre José de Anchieta, que veio no gráu de irmão da companhia, ou coadjutor temporal. Elle ordenou-se em 1566, na Bahia, quando para ali o levaram acontecimentos de que ao depois tratarei.

O segundo governador do Brasil achou a administração organizada, marchando regularmente, e os indios em tranquillidade. Pouco pois teve a fazer. Não obstante diz um historiador que durante seu governo teve elle neccssidade, uma vez, de repellir um assalto dos selvagens á colonia, o que fez com auxilios de seu filho Alvaro da Costa. Foi durante seu governo que deu-se o lamentavel assassinio do primeiro bispo do Brasil.

Desavenças havidas entre o governador e d. Pedro Sardinha deram lugar a retirar-se este para Lisboa, onde pretendia pedir providencias contra alguns actos daquelle administrador. O navio, em que ia o bispo, naufragou, e nas margens do pequeno rio S. Miguel das Almas, em 1556, cahiu o bispo em poder dos selvagens, que o devoraram e a seus companheiros de naufragio. Findo o tempo de administração de Duarte da Costa foi este substituido por Mem de Sá.

Morto d. João III em 1557 a rainha Catharina de Aragão, tutora de d. Sebastião, assumiu a regencia de Portugal. Não lhe era extranha a attitudo firme, com que seu marido tinha-se empenhado em estabelecer e consolidar um governo regular no Brasil, e promover a sua prosperidade. O terceiro governador recebeu o mais decidido apoio da rainha. Já a carta patente, que o investia da administração da colonia, tinha aberto uma excepção aos precedentes e estylos observados em relação aos governadores, que o antecederam.

Assim não fôra elle nomeado para, conforme o costume, exercer o cargo por tres á quatro annos, mas por todo tempo, que o rei julgasse conveniente. Em 1558 veio tomar conta do governo. O periodo de sua administração, que foi de quatorze annos mais ou menos, tornou-se celebre pela sabedoria de seus actos. De espirito justiceiro elle se esforçou sempre por conter os excessos e as desordens quer dos indios quer dos colonos.

Severo para com todos, chamando aquelles ás normas da vida civilisada, e estes á um regimen legal revelou a intelli-

gencia e fidelidade, com que comprehendêra os planos de d. João III, e caminhava no intuito de realisal-os. De accordo com os jesuitas não poupou meios para facilitar e conseguir a cathequese dos indigenas. Promulgou todas as medidas necessarias em vistas de obstar a continuação das atrocidades, que nasciam da selvageria de uns e da desmarcada ambição de outros. Ordenou aldeamentos dos indigenas, construcção de casas e igrejas. Prohibiu que comessem os prisioneiros. E tambem providenciou afim de que as guerras não podessem ter lugar entre elles, sem que o governador o consentisse.

Aos colonos prohibiu o abuso de reduzirem os indios á escravidão.

Estes actos da administração não foram bem acceitos pelos aventureiros, que habituados a nos governos anteriores verem mais ou menos triumphantes seus interesses illegitimos, não podiam se resignar diante da energia das repressões de Mem de Sá. As lutas entre os selvagens forneciam occasiões da venda de prisioneiros. E de uma lei que condemnára á escravidão os indigenas, que tiveram parte no assassinato do bispo Sardinha, se aproveitavam os colonos para escravisarem a todos os indios, que podiam apprehender. A tolerancia, que os animava na practica de maus feitos, cahiu diante da severidade, com que o governador procurou sempre fazer triumphar a justiça.

Além do que dizia respeito á vida interna da colonia Mem de Sá teve de dirigir sua attenção á inimigos de fóra. As noticias levadas aos povos navegantes da Europa exageravam as riquezas da terra de Santa Cruz. Corsarios francezes já em tempos de Thomé de Souza tinham apparecido nas alturas do Brasil meridional espalhando o susto e desanimo entre os colonos portuguezes. Já a bandeira franceza tinha sido vista desfraldada sobre o oceano nas costas orientaes da America do Sul, quando Nicoláu Villegaignon planejou crear um estabelecimento permanente no Brasil, que podesse servir de refugio aos adeptos das doutrinas de Calvino.

O apoio do almirante Coligny fortificou seus intentos.

Mem de Sá ao sahir de Lisboa havia recebido terminantes ordens para expulsar os francezes da terra de Santa Cruz. Era pois chegada a occasião de, com a sua reconhecida fidelidade á corôa de Portugal, invidar esforços afim de inutilisar a tentativa dos francezes em se estabelecerem no Brasil.

Destes factos tratarei na exposição seguinte. Na de agora é necessario que eu diga alguma cousa dos jesuitas.

Os primeiros, que vieram ao Brasil, foram os que acompanharam a Thomé de Souza em 1549. Nas expedições portuguezas, que proximaemente seguiram a vinda do referido go-

vernador, como já ficou narrado, o governo da metropole não se descuidou de enviar novos membros da Companhia fundada por Ignacio de Loyola.

E' esta a occasião de vos dizer que eu não pertenco ao partido daquelles que só tem palavras para condemnarem a todos os jesuitas, a todos os seus actos, quando delles tratam: nem: tambem associo-me aos que em seus enunciados revelam ardente enthusiasmo pelos feitos dessa Companhia, dirigindo-lhe constantes frases laudatorias. A minha opinião, póde-se dizer, está no justo meio.

A Companhia de Jesus foi fundada por Ignacio de Loyola em Agosto de 1534. Em Setembro do mesmo anno foi esta instituição sancionada pelo papa Paulo III. A origem da Companhia, conforme refere Frederic Morin e outros escriptores, é explicada deste modo.

A 15 de Agosto Ignacio de Loyola acompanhado de seis companheiros encaminhou-se para a collina de Mont-martre. Ahi em uma capella subterranea se disse missa, e depois da communhão estes sete associados comprometteram-se, por um voto solemne, a tentarem a conquista espirital da Palestina, e se este projecto encontrasse muitos obstaculos a irem á Roma offerecer seus serviços ao papa. Ella pois tinha por missão converter os infieis e tornar-se a milicia dos soberanos pontifices.

Em quanto estava em suas vistas, para conversão dos infieis, prégar as santas doutrinas do Evangelho, e espalhando seus santos principios sustentar o catholicismo contra a reacção protestante, que ganhava terreno, não ha duvida que a Companhia era levada por louvaveis intentos, e encaminhava-se a nobres e altos destinos. Até ahi ninguem tem o direito de censural-a.

Nestes intuitos procurou estender sua influencia sobre a maior parte do mundo. Fundou institutos em Portugal, na Hespanha, na Allemanha, na França, nos Paizes-Baixos. Enviou missões a Marrocos, ao Japão, ao Congo, a Fez, a China, e a todas as terras, que se descobriam.

Nas missões os jesuitas por vezes mostraram vistas largas, elevada intelligencia e a mais infatigavel actividade unida á mais pronunciada abnegação da vida.

Sem que eu possa tornar-me minucioso analysando e citando todos os factos direi entretanto que mesmo nas missões houve occasiões em que se praticaram os mais singulares actos, e em muitas dellas os jesuitas tornaram-se não os apóstolos do espirito evangelico, mas antes os propagandistas de principios, que davam á authoridade religiosa uma supremacia indefinida.

O prestigio, de que gosava a Companhia, despertou-lhe desejos de ampliar a esphera de seus trabalhos.

Parece que a fatalidade leva todo poder a cada vez mais for-

tificar-se em busca de realizar o condemnado principio—governar de mais.

Quando a autoridade singular ou collectiva vê-se prestigiosamente rodeada de força e poderio não comprehende a necessidade de se conter no circulo traçado pela justiça; ambiciona tudo. Dahi os excessos, os abusos, as desordens. E mais tarde ou mais cedo cumprem-se os preceitos dessa lei moral, que não deixa impune a violação da justiça; o—*governar de mais*—encontra desinvolvidos os elementos de dissolução, que já em si trazia. A Companhia de Jesus recebeu em sua organização um elemento militar, que lhe imprimira seu fundador. O geral della—Ignacio de Loyola—passou sua mocidade na carreira das armas. Ferido no cerco de Pampelune recolheu-se á casa de seus pais. Ahi durante sua convalescença foi que se entregou á leitura de livros religiosos. Dessa occasião é que data sua applicação aos estudos, seus desejos de instrução.

Tratou então de frequentar as universidades de Hespanha. Com muito espirito diz Frederic Morin, elle não obteve alli grandes successos. Tinha passado sem sciencia trinta e tres annos; a sciencia delle teve rancor. » Ou por falta de sciencia, ou levado pelos habitos e recordações da vida militar o certo é que Loyola adoptou como base da organização e trabalhos da Companhia a obdiencia passiva, que eu chamo—obediencia irracional.

Constituida sob este principio e mantida a hierarchia entre os membros da Companhia facil foi ao geral tornar-se uma grande potencia—e á Companhia atirar-se á todas aspirações. Repito o que ha pouco disse, em quanto a missão dos jesuitas era propagar as doutrinas do Evangelho, e procurar ganhar proselytos convertendo os infieis, a ninguem me parece licito condemnar-a.

Ella porém fugiu dessa senda, e proclamou, para a victoria de suas aspirações, um principio fatal e immoral—o fim justifica os meios.—Tomando como serviços secundarios a propagação e manutenção da fé catholica, afastando-se da linha, que devia seguir a bem dos interesses espirituaes da humanidade, desceu á arena das coisas mundanas, procurando governar a sociedade, dominar sobre os reis e sobre os povos, envolveu-se nas intrigas de côrte, e chegou até, como dizem varios escriptores, a tomar parte em conspirações.

Collocada nesta situação a Companhia de Jesus associou-se á todas as paixões más, commetteu excessos, perdeu os direitos á estima publica, e attrahiu censuras de alguns papas. A historia diz que Clemente XII e Benedicto XIV tentaram por breves, que eram condemnações implicitas da Companhia, chamal-a á bom caminho.

Ahi ficou como uma grande maxima revelando os sinistros intentos dos jesuitas essa resposta do geral Ricci—*sint ut sunt aut non sint*—sejam como são ou não sejam, dada a aquelles que se interessavam pela marcha regular da Companhia, aconselhavam a reforma de seus estatutos. Os desvios religiosos della tomaram altas proporções: o papa Clemente XIV a supprimiu.

No breve de suppressão elle recordava os esforços de seus antecessores afim de que a Companhia se mantivesse em bom caminho.

O procedimento de Clemente XIV foi e será sempre digno de louvores. Elle attendeu aos mais essenciaes interesses da egreja catholica supprimindo a Companhia fundada por Loyola. Pio VII a restabeleceu Mas nos tempos modernos ella não conta com os mesmos recursos para a dominação, que deseja. O seculo scientifico, em que vivemos, diariamente offerece elementos de resistencia, e diante desta cahirá qualquer pretensão, que ella tenha de avassallar o espirito publico.

Dados estes esclarecimentos eu devo, em homenagem á verdade, dizer-vos que se em minhas palavras ha bem claras censuras aos abusos, aos desvios da instituição, de que fallo, não podem ellas alcançar os missionarios, que pela eloquencia da palavra, pela persuasão, pelos exemplos de uma vida irreprehensivel, pela dedicação á propagação da fé, pelo exercicio da charidade constituiram-se verdadeiros agentes de civilisação, prestaram, á custa de seus enormes sacrificios, os mais valiosos serviços á humanidade.

Francisco Xavier, Nobrega, Anchieta, Manoel de Paiva, e outros são nomes inscriptos na historia em letras indeleveis. E em relação ao Brasil a ninguem é dado obscurecer as notaveis acções dos Nobregas e Anchietas, e especialmente os filhos da provincia de S. Paulo não tem direito de lançarem ao olvido os portentosos feitos daquelles dois missionarios.

Quem não conhece os serviços de Nobrega, o fundador do Collegio da Bahia, de S. Vicente, e que determinou a fundação de outro nas planicies de Piratininga para derramar a instrução? Quem ignora o que elle e Anchieta fizeram á bem da cathequese dos indigenas, e muito principalmente a intervenção benefica de ambos nas questões internas da capitania de S. Vicente e em suas luctas com os visinhos?

Eu terei occasião de com mais minuciosidade recordar seus actos, quando me occupar de acontecimentos daquella antiga capitania, hoje nossa provincia. Seja-me lícito porém desde já dizer-vos que até hoje ninguem ainda descobriu melhor systema de cathequese do que esse inventado por Anchieta. Elle reunia em torno de si grande numero de discipulos, e á propor-

ção que os instrua e os julgava habilitados fazia que se dirigissem ao interior do paiz em busca das tribus mais distantes, afim de chamal-as á vida civilisada.

Essa ininterrompida série de trabalhos e soffrimentos, que rodearam a existencia daquelles jesuitas, os tornaram dignos de respeito e admiração.

Deveis estar lembrados de vos ter eu dito na primeira lição que em Janeiro de 1554 treze collegiaes de S. Vicente sob adreccão do padre Paiva chegaram aos campos de Piratininga, enviados por Nobrega para estabelecerem um Collegio. Anchieta era um daquelles. Em Agosto desse anno, em carta dirigida ao geral da Companhia, dizia elle: «Desde Janeiro até agora aqui vivemos, não menos de vinte pessoas, contando os meninos cathecumenos, em uma pobre casinha, feita de madeira e barro, coberta de palha, com uma esteira de cannas por porta, a qual não chega a ter quatorze passos de comprimento com dez de largura: este estreito lugar serve de escola, enfermaria, dormitorio, cosinha e refeitório, e nem por isso cobiçamos habitação mais folgada e agasalhada. . .»

Em minha opinião as justas censuras, que em geral a Companhia de Jesus mereceu pelos desvarios e desatinos, que commetteu, não podem ser extensivas aos Nobregas, aos Anchietas e á outros, que revelaram desinteressada dedicação na propaganda dos preccitos do Evangelho, na educação dos povos, e procuraram pelos meios pacíficos e persuasivos a realisação daquelles fins. Verdadeiros heroes eram esses que no Brasil se empregavam na cathequese dos indigenas, contrariando as exageradas e criminosas ambições dos colonos, que perseguiram os selvagens e os reduziam á escravidão.

Verdadeiros heroes esses que chegando ao seio das populações embrutecidas, atravez de tantas privações e sacrificios, fundavam escolas, e empenhavam-se na civilisação daquellas por meio da cultura de sua intelligencia. Verdadeiros heroes esses, que corajosamente invadiam os festins das tribus aglomeradas em torno dos prisioneiros, e salvavam as victimas votadas á antropophagia. Esses, que viviam de esmolas, trabalhavam com suas proprias mãos na edificação das egrejas, e das casas, abriam escolas de instrucção primaria, e, como bem narra o sr. Pereira da Silva, ensinavam officios mechanicos, consolavam os infelizes e afflictos, dormiam sobre a terra fria, e, como dizem varios escriptores, eram no meio dos indios os medicos d'alma e do corpo, deixaram sulcos luminosos apoz sua passagem pelo mundo.

Grande e sensível differença, como grande e sensível é a que se dá entre o dia e a noite, vae entre esses homens e os jesuitas modernos, os que em nossos dias em vez de agentes

de civilisação parece que desejam embrutecer a sociedade. Eu fallo desses sacerdotes intolerantes, desses prelados que o paiz vae conhecendo como instrumentos cegos de principios retrogrados, como adeptos da eschola, que quer suffocar a liberdade de pensamento, a liberdade de consciencia.

Quando no futuro a historia registrar e recordar os nomes e os feitos de uns e de outros hade consignar a notavel distancia, que os separa. Uns soffrendo toda sorte de privações, arrostando as sêtas dos selvagens, internando-se nas mattas virgens e seculares, onde antes não tinha posto os pés o homem civilisado, plantavam a cruz no sólo povoado de selvagens, e pacificamente encetavam a obra da regeneração. Outros, os jesuitas modernos, rodeados de todos os commodos da vida, habitando em sumptuosos palacios, vivendo em atapetados salões, mimoseados com honras de principes, pretendem reformar costumes, propagar a fé catholica, reconstruir a sociedade, fazer conquistas espirituaes—declarando interdictas as egrejas e irmandades sob futeis pretextos, negando o enterro de protestantes em cemiterios publicos, e escrevendo pastoraes contra maçons, e contra os sectarios das idéas liberaes.

Eu lamento que os prelados brasileiros não tenham mais felizes inspirações, mais elevadas vistas, e não empreguem melhor seu tempo e seus esforços. Não ha no que deixo dito o menor receio de vêr triumphantes os principios retrogrados, que professam, e nem creio na efficacia dos meios, que são manejados. Eu penso que Macaulay enunciou incontestavel verdade quando disse que não se póde converter o homem do seculo XIX em um do seculo XV.

O jesuitismo moderno, já o disse Bastiat, não é capaz de fazer á sua imagem o seculo, em que vivemos; pelo contrario este hade á sua feição dirigir aquelle. Nada de mais judicioso que semelhante pensamento. Eu tambem tenho profunda convicção de que não ha forças capazes de nullificar a opinião de uma epocha. Nem os raios do Vaticano, nem os exercitos de todos os reis conseguirão combater victoriosamente as idéas, os sentimentos, e as altas aspirações do seculo XIX.

IV

(15 de Fevereiro)

O forte Coligny.—Retirada de Villegaignon para a França.—Mem de Sá no Rio de Janeiro.—Tomada do forte.—Mem de Sá na capitania de S. Vicente.—Volta á Bahia.—Aymorés.—Confederação dos Tamoyos.—Pacificação devida a Nobrega e Anchieta.—Estácio de Sá —Ataque aos francezes.—Mem de Sá no Rio de Janeiro, com novos reforços.—Expulsão dos francezes.—Expedição de Luiz de Vasconcellos.—A frota destruída por corsários.—Divisão do Brasil em dois governos.—Luiz de Brito.—Antonio Salema.—Retirada dos Tupinambás para o Norte.—Estado pacífico da colonia.—Descoberta de minas.—Reunião do governo do Rio ao da Bahia.—Diogo da Veiga.—Administração collectiva.—O Brasil passa á corôa da Hespanha.—Manoel Telles Barreto.

Senhores.

Em 1555 Nicoláu Durand de Villegaignon em uma pequena ilha, na bahia do Rio de Janeiro, cercada de rochedos á flor d'agua lançou os fundamentos de uma possessão franceza. Levantou um forte, a que deu o nome de Coligny, fez construir cabanas para alojamento de seus companheiros, armazens, e segundo dizem alguns historiadores também edificou um templo. Em todos estes serviços os poucos homens, que trouxe da França, oitenta mais ou menos, foram ajudados pelos indios, já inclinados aos Francezes pelas relações de negocios anteriormente entretidas com corsarios daquelle nacionalidade. Também estava nas crenças dos indigenas que aquelles se propunham a libertal-os das invasões e oppressão dos portuguezes.

Ao que consta Villegaignon conseguiu obter da corôa de França todo apoio a seu intento de fundar estabelecimentos no Brasil. Também se havia pronunciado em seu favor o almirante Coligny, a quem elle fez crêr que suas vistas eram manter neste paiz uma colonia de sectarios de Calvino, e of-

ferecer refugio aos que fossem perseguidos pela intolerancia religiosa na Europa.

Conhecidas as relações de Villegaignon com os indigenas, e parecendo facil á corda de França consolidar a posse do lugar tomado por Villegaignon resolveu acceder aos pedidos deste enviando-lhe reforços. A' custa de Henrique II foi preparada uma expedição, que chegou ao forte Coligny em Março de 1557, trazendo protestantes Francezes e ministros Calvinistas.

Crêem alguns que o zelo de Villegaignon pela religião reformada era fingido e que tambem nunca entrára em seus planos coloniaes o sincero proposito de fazer a França ter parte em terras do Brasil, sendo pelo contrario levado por ambição e interesses particulares, que soube occultar para merecer os soccorros concedidos por Henrique II e Coligny.

Seja porém como fôr o certo é que perseguiu os protestantes da colonia, o que deu lugar a uma conspiração contra elle, e ás crueldades, com que depois mais odioso se tornou aos olhos de seus patricios, que o denominaram o—*Caim da America*.

Villegaignon resolveu ir á Europa em busca de novos auxilios, visto que as occurencias da colonia a tinham enfraquecido pela diminuição dos habitantes, sendo muitos expulsos d'ali. Acontecimentos diversos impediram que Villegaignon visse satisfeitos seus desejos: não lhe foi possivel alcançar os recursos, que pretendia, e lá morreu. Quando fez aquellá viagem deixou o forte guarnecido por francezes de sua confiança, tendo nessa occasião lançado ao mar um ministro protestante.

Como já ficou dito na lição passada, Mem de Sá veio ao Brasil com expressas recommendações da rainha para expulsar d'elle os Francezes. Tratando de dar execução ás ordens em tal sentido encontrou opposição em seus subordinados. Nobrega foi quem mudou, por seus conselhos e prestigio, a má situação, em que se achavam as coisas, e fez ser aceita a deliberação de se encetar a luta com os francezes. Para augmentar as forças do governador geral dirigiu-se á capitania de S. Vicente, donde levou soccorros. Em 1560 foi o forte Coligny tomado de assalto.

De uma carta dirigida por Mem de Sá á Rainha consta que o ataque foi á 15 de Março, e só cessou quando a victoria se declarou em favor dos portuguezes. Os francezes, que escaparam á morte, refugiaram-se uns á bordo de seus navios, e outros procuraram o continente, onde se reuniram aos Tamoyos e fortificaram-se. Mem de Sá não tinha forças para guardar a ilha, e por isso achou melhor tirar a artilharia, e demolir as obras, que ali havia; Depois disto dirigiu-se á Santos no intento de visitar a capitania de S. Vicente. Dos actos do governador

geral, durante sua estada na capitania e em relação á esta, eu tratarei em outra lição, em que pretendo occupar-me especialmente de occurrencias, que nella tiveram* lugar: deixo hoje de lado esses acontecimentos.

Mem de Sá voltou á Bahia, mas não pôde descansar das fadigas de sua viagem ao sul; teve de bater os Aymorés, que levavam a destruição á todos os pontos, por onde passavam, nas capitanias de Ilhéos e Porto Seguro. Conseguiu derrotal-os—restituindo assim a tranquillidade áquelles lugares.

Ao mesmo tempo formava-se uma confederação de indios com vistas de atacarem os portuguezes. Os Tamoyos dominadores de quasi toda região entre o Rio de Janeiro e S. Vicente reuniram-se e prepararam a aggressão. Victoriosos nos primeiros encontros resolveram atacar a povoação de S. Paulo. Masahi foram batidos pelos indios convertidos, que tinham a sua frente Tebyreçá, e eram também animados e guiados por Anchieta. Defendida a povoação e d'ahi repellidos os Tamoyos, nem por isso deixaram de ser vencedores em outras partes da capitania, e na do Espirito Santo, onde Fernam de Sá, filho do governador, morreu combatendo.

Nobrega e Anchieta vendo que a guerra continuava com grande tenacidade dos Tamoyos, e que as tribus preparavam-se para um ataque geral, tomaram a intrepida resolução de dirigirem-se aos selvagens afim de obterem a paz. Aos esforços, ao zelo, ao prestigio, á coragem desses dois missionarios foi dado pacificar os guerreiros. Depois de penosos soffrimentos, e de incessantes perigos, no fim de 5 mezes, seus trabalhos foram coroados de bom exito.

Crêem os historiadores que á este tão arriscado empreendimento, á essa tão notavel intervenção de Nobrega e Anchieta deveu Portugal a salvação de suas colonias. Eu vos darei em outra occasião mais minuciosos esclarecimentos á tal respeito, e então vereis a grande parte, que os dois missionarios tiveram.

A noticia da paz concluida com os Tamoyos chegou logo á côrte de Lisboa, e o governo resolveu aproveitar-se desta oportunidade para fundar uma colonia no Rio de Janeiro, e expellir inteiramente d'ahi os Francezes.

Estacio de Sá veio em 1564 á Bahia com ordens ao governador para fornecer-lhe todos os recursos necessarios afim de desempenhar o encargo que trazia. Mem de Sá pôz á disposição de Estacio todas as forças, que pôde reunir, e este veio ao Rio e d'ahi á capitania de S. Vicente, onde obteve ainda novos reforços. Em principio do anno de 1565 desembarcou nas proximidades do Pão de Assucar, e logo atacou os Francezes. Estacio de Sá porém foi sempre repellido, prolongando-se a luta por um anno mais ou menos.

Foi nesta conjunctura que Estacio de accordo com Nobrega tomou o alvitre de pedir todos os auxilios ao governador geral, então na Bahia. Em 1566 Anchieta foi enviado por Nobrega para aquelle fim e tambem para, nas frases de um historiador, cuidar dos interesses da Companhia fazendo-se ordenar sacerdote.

Depois da chegada de Anchieta á Bahia Mem de Sá resolveu tentar decisivos esforços para a expulsão dos Francezes. Fez novas levas, armou uma frota, e veio ao acampamento de Estacio, onde chegou a 18 de Janeiro de 1567. A 20 deste mez o forte de Urucamirim cahiu em poder das forças portuguezas, não tendo escapado á morte um só dos Tamoyos, que o deffendiam. Marchando os vencedores contra outra fortaleza franceza, a tomaram de assalto. Estacio de Sá depois de um mez de padecimentos causados por uma frechada no rosto morreu. Salvador Corrêa de Sá tomou o commando, em lugar delle.

Depois destes ataques os francezes fugiram para as embarcações, que tinham no porto em numero de quatro, e seguiram para Pernambuco donde foram expulsos pelo governador. Mem de Sá tratou logo de edificar uma cidade, á que deu o nome de S. Sebastião, fez levantar fortificações, para deffender a barra, e varias outras obras. Em Junho de 1568 retirou-se para a Bahia, deixando a Salvador Corrêa de Sá como a primeira authoridade na cidade de S. Sebastião. Nesse mesmo anno quatro navios francezes appareceram em Cabo Frio e logo depois entraram na barra do Rio de Janeiro.—Suppõem-se que eram os mesmos rechacados de Pernambuco.

Poucas eram as forças deixadas por Mem de Sá, quando partiu para a Bahia; Salvador Corrêa resolveu porém bater os francezes, e para isso obteve os auxilios de Martim Affonso, o Ararigboia, chefe dos indios convertidos e que estavam nas proximidades, mas de outro lado da bahia. A victoria coroou os intentos de Salvador Corrêa. Os francezes perderam uma embarcação com artilharia, que foi aproveitada por Salvador para guarnecer a barra.

Em 1570 o rei d. Sebastião tendo em muita consideração os serviços prestados á corôa de Portugal pelos jesuitas quer na India, quer na America, ou, como pensam outros historiadores, inteiramente dominado por aquelles enviou reforços de missionarios, em numero de 69, na mesma armada conduzindo Luiz de Vasconcellos, nomeado governador. Esta expedição foi infeliz. Dividida a frota por uma violenta tempestade, parte cahiu em poder do corsario Jacques Soria, e parte no de João Capdeville. O governador foi morto, e tambem os missionarios tendo escapado só um.

Foi neste mesmo anno de 1570 que morreu Nobrega, a respeito de quem um historiador muito infenso aos jesuitas disse,

em homenagem á verdade, estas palavras, que eu reproduzo : « á este infatigavel jesuita se deve em grande parte a colonisação do Brasil, e a pacificação de muitas tribus de indios..... » Quando á Portugal chegou a noticia dos desastres da expedição de Luiz de Vasconcellos, d. Sebastião nomeou a Luiz de Brito para substituir a Mem de Sá.

Em 1572 chegou o novo governador á Bahia, e entrou no exercicio de seu cargo. Neste anno morreu Mem de Sá, que governou o Brasil por longo tempo, tendo-se empenhado com toda actividade em promover a prosperidade do paiz. E foi attendendo ao rapido incremento, que a colonia teve, devido á fecunda administração do referido governador, que a côrte de Lisboa julgou util a divisão do Brasil em dois governos.

A Bahia ficou sendo a séde do do Norte, e a cidade de S. Sebastião a séde do governo do Rio de Janeiro, o qual começava em Porto Seguro e comprehendia todos os estabelecimentos do Sul. Luiz de Brito ficou na Bahia, e o dr. Antonio Salema veio para o Rio de Janeiro. Durante o governo deste a cidade de S. Sebastião viu-se ameaçada de aggressões dos Tamoyos e Tupinambás unidos á corsarios francezes, que mantinham relações de commercio com aquellas tribus.

O governador resolveu atacar estes inimigos. Reunindo 400 portuguezes e 700 indios marchou contra aquelles. Dizem alguns escriptores que a victoria coube ás forças de Salema, tendo havido grande carnificina de indios, especialmente de Tamoyos.

Pensam outros que a resistencia dos selvagens foi tão vigorosa que deu lugar a Salema considerar necessaria uma convenção, tendo nesta sido estipulado que os francezes deporiam as armas, e tambem entregariam á elle as que tinham fornecido aos Tamoyos e Tupinambás.

Inclino-me á primeira opinião, e ainda quando haja-duvida sobre taes acontecimentos, o que a historia dá como resultado seguro é a retirada dos Tupinambás, depois de queimadas suas habitações, para o Norte, commandados pelo chefe Japyassú. Lá se estabeleceram em diversos pontos da margem meridional do Amazonas desde a confluencia com o Madeira até a sua embocadura. Deste importante facto resultou ficar toda a costa em poder dos portuguezes, que não tiveram mais a temer a influencia dos francezes sobre os povos indigenas. Neste estado de paz o governador do Rio de Janeiro empregou seus cuidados no augmento e prosperidade da colonia, e o da Bahia tratou de mandar fazer explorações no interior do paiz. Foi Sebastião Tourinho o primeiro dellas encarregado.

Dirigiu-se para uma parte do territorio, hoje de Minas-

Geraes, e voltando para a Bahia deu a Luiz de Brito informações sobre a existencia, naquelles pontos, de ricas minas. Continuaram as explorações, tendo o capitão Dias Adorno confirmado quanto dissera Tourinho, e asseverando mais a existencia de diamantes e outras pedras preciosas. Repetidas expedições, depois destas, tiveram lugar com as mesmas vistas, e sempre com bons resultados.—Apezar porém de ser verificada com certeza a existencia de minas só foram lavradas tempos depois.

A côrte de Lisboa, no fim de 4 annos de divisão do Brasil em 2 governos, considerou de mais interesse para a colonia restabelecer o antigo *systema*. Em 1576 e segundo outros em 1577 foi pois o do Rio de Janeiro reunido outra vez ao da Bahia. Assim a administração de Luiz de Brito abrangeu a colonia toda. Em 1578 veio á S. Salvador o governador geral Diogo da Veiga substituir a Luiz de Brito. Velho e doente—Veiga no fim de pouco tempo entregou as redeas da administração á camara e ao ouvidor geral Cosme de Macedo.

Esta fórma de governo foi confirmada por Felippe II, rei da Hespanha, á quem tinha passado a corôa de Portugal, e com ella seus dominios no Brasil. Durou quasi dois annos, até que veio tomar conta da colonia o governador geral Manoel Telles Barreto. Vou dar-vos ligeira noticia das occurrencias, que occasionaram a passagem de Portugal ao poder de Felippe II. Em 4 de Agosto de 1578 teve lugar a batalha de Alcacer-Quivir, em que morreu d. Sebastião, e, nas frases de um escriptor, a flôr da nobreza portugueza. Este acontecimento foi fatal á Portugal.

O cardeal d. Henrique tendo subido ao throno, em avançada idade, falleceu a 31 de Janeiro de 1580. Appareceram então alguns pretendentes á corôa. Entre estes distinguiram-se d. Antonio, Prior do Crato, e Felippe II. Enviou este um exercito á Portugal sob o commando do duque de Alva; e as côrtes de Thomar viram-se forçadas a reconhecerem os direitos do rei de Hespanha e o proclamaram rei de Portugal. O Brasil ficou tambem sujeito á authoridade de Felippe II. O Prior do Crato procurou assenhorear-se de Portugal e do Brasil, mas baldados foram seus intentos, e estereis os esforços dos que o sustentavam. Uma expedição franceza destinada a apoiar sua pretensão tendo sido batida pela hespanhola perto dos Açores retirou-se em desordem. Tres navios francezes enviados ao Brasil para alcançarem que d. Antonio fosse reconhecido dirigiram um emissario á Salvador Corrêa de Sá, prevenindo-o de que o commandante da esquadra trazia despachos de d. Antonio.

Mas o governador não os quiz receber, e nem authorisar

a entrada dos navios no porto. Também tinha aceitado o dominio hespanhol. Cumpre dizer-vos que Felippe II occupando o throno de Portugal prometteu confirmar as leis e privilegios dessa nação, não augmentar os impostos, e empregar os portuguezes nos cargos e lugares de governo. Estas concessões revelavam talvez os desejos, que Felippe alentava, de merecer a estima do povo, sobre que estendêra violentamente sua authoridade, e de consolidar o seu poder.

Mas a historia offerece os exemplos de que as violencias não asseguram, não garantem a permanencia de instituições, quaesquer que sejam, ou politicas, ou meramente sociaes. Não é entretanto licito que nos admiremos dessa illusão de tantos reis. Desd'os os tempos antigos até nossos dias os exercitos, como os de Felippe II fizeram em Portugal, modificam as cartas geographicas das nações, realisam grandes mudanças, desenhm fases novas na vida dos povos.

Semelhante estado imposto pela força pôde prolongar-se por mais ou menos tempo: isto depende de tantas condições. E' certo porém que de repente chega o dia, em que o direito levanta-se contra a oppressão, e della triumpho. O mais valente guerreiro deste seculo, Napoleão I, enunciou uma grande verdade, quando uma vez disse a Fontanes:—ha duas forças capazes de organisar uma sociedade—a da espada e a do espirito, mas a espada é afinal vencida pelo espirito.

O poder de Hespanha sobre Portugal durou 60 annos; em 1640 cahiu, como depois também findou-se o dominio portuguez sobre a terra de Santa Cruz. Mas de tantas lições dadas pela historia neste sentido parece que se esquecem muitos governos. E' porisso talvez que se notam frequentes lutas ora entre as nações, ora entre os chefes dos estados e seus povos. Ninguém porém desespere da victoria da justiça: ella corôa sempre os esforços dos que a defendem: o triumpho é questão de mais ou menos tempo.

V

(22 de Fevereiro)

Observações sobre o estado do Brasil quando passou á corôa de Hespanha.—Synopsis das exposições precedentes.—Physionomia do seculo em que o Brasil foi descoberto e colonisado.

Senhores.

Tres capitánias estavam em florescente situação, quando o Brasil acompanhando a sorte de Portugal, passára ao dominio hespánhol em 1581.

A da Bahia, como narra o illustrado litterato brasileiro, o sr. Macedo, onde se achava a capital do paiz, tinha uma população de 16 mil almas, entre colonos, indios cathequisados e escravos africanos; 36 engenhos para o fabrico do assucar, e grande desinvolvimento de navegação no reconcavo. Contava 16 freguezias, quarenta igrejas e capellas, e 3 conventos de frades. Era a mais rica e povoada do Brasil.

A de Pernambuco occupava o segundo lugar. Repellidos os Cahetés para o interior a população entregou-se com tranquillidade aos trabalhos agricolas e outros. A cultura da canna desinvolveu-se com grande incremento. Além disto o páu Brasil por seu valor e qualidade era um dos productos, que animava com muita vantagem o commercio da capitania. A cidade de Olinda sobresahia a todas as outras povoações. Começava a erguer-se a do Recife.

A capitania de S. Vicente via decadente a sua primeira villa, do mesmo nome, mas florescia a de Santos, estabelecimento maritimo muito importante. Em prospero estado se achava a villa de S. Paulo de Piratininga. A população crescia, a agricultura augmentava-se.

As outras capitánias não apresentavam notaveis progressos, como as tres referidas. Mais ou menos lentamente recebiam melhoramentos, mas bem longe estavam de rivalisarem com aquellas.

Assim a do Rio de Janeiro, que só começou a ser colonisada

pelos portuguezes em 1567, quando Mem de Sá expelliu os francezes, mereceu séria attenção, e recebeu animação do governo de Antonio Salema, e principalmente depois da derrota dos Tamoyos e transmigração dos Tupinambás. Entretanto na epocha, de que estou fallando, tinha 3 engenhos de assucar, e diminuta população.

As dos Ilhéos e de Porto-Seguro, como vem referido pelo citado sr. Macedo em suas *Lições de Historia*, estavam reduzidas —a primeira á villa de S. Jorge, a 3 engenhos, e a 50 colonos mais ou menos ;—a segunda á villa capital, com 40 colonos, á de Santa Cruz, a duas aldeas de indios cathequisados, e tinha 1 engenho.

Ressentiam-se ellas ainda das frequentes guerras, que lhes fizeram os indios, e especialmente os Aymorés, que, como já deixei dito, causaram-lhes grandes estragos. As costas ao norte de Pernambuco em extensão de 200 leguas eram ainda dominadas pelos indigenas. Ao sul porém, com excepção dos Guayanaez e Aymorés, tinham sido repellidas e sujeitas as povoações selvagens.

Eis rapidamente descripto o estado das capitánias, quando o Brasil tornou-se possessão hespanhola.

Tendo eu nas exposições até aqui feitas tratado dos principaes acontecimentos do paiz no periodo decorrido desde sua descoberta, em 1500, até o anno de 1581, considero de alta conveniencia, e de bom methodo occupar-me em seguida, especialmente, da historia da capitania de S. Vicente desde 1532, quando ali chegou Martim Affonso de Souza, e, como já vos disse, lançou os fundamentos da colonia.

Depois de narrados os mais importantes acontecimentos, e exposto o desenvolvimento, que ella teve até 1581, então continuarei a dar-vos conhecimento da historia, em geral, do Brasil. Versarão portanto sobre aquella capitania as lições seguintes á esta, e espero que em duas ou tres conseguirei ministrar os esclarecimentos indispensaveis afim de que tenhaes sciencia do que occorreu de mais importante no periodo a que alludo.

Rapidamente demonstrado, como ficou, o florescimento de certas capitánias, e o pouco prospero estado de outras, cumpre-me lembrar-vos que o governo portuguez, tendo deixado em abandono a terra de Santa Cruz por longo tempo depois de sua descoberta, desde 1530 mais ou menos invidou esforços em vistas de povoal-a e fazel-a progredir material e moralmente. Desde 1500 até 1580 governaram successivamente Portugal d. Manoel, d. João III, d. Catharina, como regente, d. Sebastião, e o cardeal d. Henrique.

De todos estes porém foi d. João quem mais interesse mostrou pela prosperidade da possessão portugueza. Depois d'elle e

com fiel attenção a seus planos, merece menção d. Catharina de Aragão, regente do reino na menoridade de d. Sebastião.

A principio foi a colonisação deixada principalmente aos recursos dos donatarios, entre os quaes foram distribuidas as capitánias. Depois d. João substituiu este systema criando um governo geral no Brasil.

Foram governadores geraes—1º Thomé de Souza ; 2º Duarte da Costa ; 3º Mem de Sá. Separado o paiz em duas grandes divisões administrativas, a do Norte e a do Sul, foi governador da primeira Luiz de Brito e da segunda Antonio Salema.

De novo constituido sob um só governo, e nos ultimos tempos da administração de Luiz de Brito ficou este como governador geral. Substitui-o Diogo da Veiga. Depois deste provisoriamente dirigio os destinos da colonia o governo collectivo da camara da Bahia e do ouvidor geral Cosme de Macedo, o qual durou por 2 annos ; tendo começado em 1581 foi extinto em 1583, quando Telles Barreto veio tomar conta do Brasil.

Foi durante o governo de Diogo da Veiga que o paiz passou para o dominio hespanhol.

Nesta recordação, que estou fazendo, dos acontecimentos, sendo que a maior parte delles constam das lições anteriores, é occasião de dizer-vos que sobre o anno da divisão do Brasil em dois governos ha divergencia entre os escriptores : uns dizem, e entre estes o sr. Macedo, ter-se ella verificado em 1573, outros, e entre estes o sr. Pereira da Silva, que o foi em 1574.

Eu não divirjo da opinião de Abreu Lima, que diz ter Luiz de Brito substituido a Mem de Sá, de quem recebeu o governo em 1572, mas não com a mesma extensa jurisdicção sobre o Brasil.

Sendo certo este facto, e bem assim que nesse mesmo anno morreu Mem de Sá, está evidente que a divisão não se effectuou em 1573 ou 1574, mas sim em 1572.

Entretanto não duvidarei abandonar esta opinião, se me convencerem que estou em erro.

Mas deixando esta questão, e continuando eu a fazer ligeira apreciação dos factos devo tambem lembrar-vos que nas vistas do governo portuguez entrou sempre como primeira medida para a marcha regular e tranquilla da colonia a cathequese dos indigenas.

E o mais fiel observador dos planos da corôa de Portugal foi sem duvida o terceiro governador geral, que lançou mão de severas providencias para conter não só os colonos, que por seu procedimento ambicioso difficultavam a cathequese, mas tambem para chamar á vida civilisada os selvagens.

Entre as acertadas ordens do governador devem ser citadas as que prohibiam que as tribus vivessem em guerra, e devo-

rassem os prisioneiros, a que determinava aldeamentos, e a prohibindo aos colonos reduzirem á escravidão os indios.

Para a cathequese de muito serviram os esforços de missionarios jesuitas. Elles não se poupavam á fadiga, e arriscavam-se a todos os perigos nos trabalhos de propagar o Evangelho, instruir, converter, e civilisar as tribus. Já tive occasião de dizer-vos que os Nobregas e Anchieta deixaram duradouras recordações de importantes feitos naquelle sentido.

Além das uniões havia para os serviços da igreja o clero secular, que teve á sua frente d. Pedro Sardinha, primeiro bispo do Brasil, que aqui chegou em 1550, e depois d'elle o segundo bispo d. Pedro Leitão.

Entre os acontecimentos de maior alcance para os interesses da corôa de Portugal deve-se mencionar a expulsão dos francezes do Rio de Janeiro em 1567. Ahí estabelecidos durante doze annos mais ou menos não só procuravam manter a posse dessa parte da terra de Santa Cruz, como tinham na situação occupada um ponto de apoio para estenderem suas vistas e seu poder sobre outros lugares do paiz.

Desta e das anteriores exposições consta tudo quanto occorreu de mais importante no Brasil até o anno de 1581, em que Felippe II se apossou de Portugal e seus dominios. Não devo entretanto terminar a lição de hoje sem chamar a vossa attenção para a notavel fisionomia apresentada pelo seculo XVI, em que foi a terra de Santa Cruz descoberta e colonisada.

Paulo Janet diz que foi nelle quando pela primeira vez se lançou attivo olhar sobre os fundamentos do direito de soberania, expondo os escriptores os principios de politica democratica. Do movimento religioso suscitado por Luthero se aproveitou a sciencia de governo.

Desde que se sujeitavam á exame as bases da crença religiosa era impossivel não subordinar-se ao mesmo exame as crenças politicas. Foi então que tambem appareceu o monumental livro de Bodin—*a Republica*—, que além das theorias politicas, que discutiu, se pronunciou contra a escravidão, não sendo de menor importancia as eloquentes reclamações de L'Hopital em favor da liberdade de consciencia.

Desta ligeira enunciação do pensamento de Paulo Janet fica evidente que naquelle seculo se lançou o germen de uma revolução pacifica contra as doutrinas erroneas dos tempos anteriores. Já não se sustentava então como inconcussa verdade a opinião de Aristoteles, tão vigorosa no periodo qualificado de grego-latino pela historia, fundamentando na natureza humana a divisão social em duas classes—a dos livres e a dos escravos. E se na realidade até certo ponto predominava o espirito das instituições romanas, que, no dizer de um escri-

ptor, tendo aperfeiçoado a sociedade civil haviam pervertido a politica, não é lícito entretanto desconhecer-se que já o poder absoluto dos reis definido nas celebres frases de Ulpiano—quid quid principi placuit, legis vigorem habet—não encontrava geral e servil acceitação.

E' incontestavel pois que no seculo XVI começou essa reacção, que está caminhando com mais ou menos lentidão conforme a indole e illustração dos povos, em cujo seio se faz sentir, contra as velhas doutrinas, que nunca se apoiaram nos dictames da justiça.

Quanto a mim—a regeneração social, que ella trata de realisar, se effectuará tendo como meio mais seguro a educação publica.



VI

(1.º de Março)

Fundação da villa de S. Vicente.—Concessões de terras.—Martim Affonso em Piratininga.—Proibição de commercio dos colonos com os indios.—Doações de cem leguas de costa á Martim Affonso, e de cincoenta a seu irmão.—Volta daquelle donatario á Portugal.—Gonçalo Monteiro loco-tenente de Martim Affonso em S. Vicente.—Assalto de Moschera á esta colonia.—Retirada para o Sul.—Gonçalo Monteiro substituído pelo segundo loco-tenente Antonio de Oliveira.—Origem da decadencia da villa de S. Vicente.—Braz Cubas funda a povoação de Santos.—Seus primeiros estabelecimentos.—Considerações sobre a escravidão de indios da colonia.

Senhores.

A provincia de S. Paulo, que mui brilhantes paginas occupa na historia do Brasil, foi antigamente, em seus principios, denominada—capitania de S. Vicente. Eu já vos disse que Martim Affonso de Souza chegára á costa oriental da ilha de Induaçuassú a 22 de Janeiro de 1532. Este dia é pela igreja consagrado a S. Vicente. Foi pois mudado o nome da ilha, que recebeu o daquelle santo. E como a primeira povoação regular que os portuguezes levantaram naquelle lugar, povoação que tambem foi a primeira na terra de Santa Cruz, tomou o nome de S. Vicente, ficou este extensivo á toda capitania pertencente á Martim Affonso.

No seguimento da narração, que enceto agora, vereis as fizes, por que passou essa parte da antiga possessão portugueza. Tereis tambem occasião de notar que o povo paulista por suas ousadas excursões descobriu muitas terras, augmentando assim os dominios da corôa de Portugal, e praticou memoraveis feitos revelando o espirito altamente emprehendedor, de que era dotado. A sua coragem foi sempre notavel; não os detiveram em seus passos nem os caudalosos rios, e as escuras e seculares matas, nem as setas dos indios, e milhares de perigos, e diffi-

culdades. Fizeram excursões ao Paraguay, ao Perú, ao Piauíhy, á Bahia, á Goyaz, Cuyabá, Minas e Rio-Grande do Sul.

As aggressões dos Guaycurús, as emboscadas, os traçoeiros ataques dos Payaguás, as molestias, e innumerous obstaculos que encontravam] em suas viagens a Cuyabá, fornecem e fornecerão sempre argumentos, com que mostrar-se que na execução de um plano os paulistas não recuavam nem diante do risco de vida. Essas viagens, que vão sendo esquecidas pela actual geração, tem, em minha opinião, um grande valor—como prova da energia, da coragem, da virilidade de espirito dos nossos antepassados. Mas não devo tratar de acontecimentos, que pela ordem chronologica pertencem á exposições posteriores á esta.

Eu vou entrar no assumpto da exposição de hoje; mais tarde terei oportunidade de vos mostrar que representaram importante papel quer nos primeiros tempos coloniaes, quer quando sob o influxo de mais adiantadas idéas o Brasil foi declarado reino; emfim em todos os tempos. E se por ventura outros titulos faltassem para recommendar o nome paulista, bastaria a recordação de seus trabalhos pela emancipação de nosso paiz, bastaria lembrar os acontecimentos de 1822, que efficazmente concorreram para o brado levantado no Ypiranga a 7 de Setembro.

Já deixei explicado que Martim Affonso depois de estabelecidas as mais amigaveis relações, por intermedio de João Ramalho, com Tebyreçá, soberano das tribus confederadas e dominadoras do solo, onde desembarcou a comitiva portugueza, lançou os fundamentos da povoação—a que denominou—S. Vicente,—e que foi por muito tempo capital da capitania. Tambem já expuz que a colonia, logo nos primeiros trabalhos de sua edificação, teve empregados para os serviços administrativos e religiosos.

Deveis estar lembrados de vos haver eu dito que Martim Affonso nomeou parcho da igreja, que se estava construindo sob a invocação de Nossa Senhora da Assumpção, a Gonçalo Monteiro, provedor de fazenda a Belchior de Azevedo, e almoxarife a Henrique Montes. Continuarei pois deste ponto em diante, seguindo a narração do Quadro Historico do brigadeiro Machado de Oliveira. E quando me apartar de sua opinião vos darei os motivos, que fundamentarem aquella, que eu adoptar. Martim Affonso, ao mesmo tempo que se fundava a povoação fazia distribuição das terras não só na ilha de S. Vicente, e na de Guaymbê, mas tambem das que eram conhecidas no interior.

Com este proceder elle punha em execução a faculdade, que lhe foi concedida pelo Alvará de 20 de Novembro de 1530, em que d. João III o authorisara a, para fundar a colonia, distribuir terras. Nas das duas ilhas, de que fallo, tiveram parte o portu-

guez Antonio Rodrigues, que auxiliou a Ramalho por occasião do desembarque de Martim Affonso, e varios colonos, á arbitrio de Martim Affonso.

Tocaram ao dito Rodrigues na ilha de S. Vicente as terras fronteiras á Tumiarú, a duas leguas da barra de Santo Amaro. Foi dellas reservada uma area para estaleiro de embarcações. Grande parte da ilha foi dada a Pedro de Góes, e tambem se fez uma concessão a Francisco Pinto, mezes depois. Martim Affonso ficou aquinhoado com a porção, que no centro da ilha achou mais apropriada para a cultura da canna de assucar vinda da Madeira, e depois transplantada de S. Vicente para varios pontos do Brasil. Foi ahi onde se levantou a 1.^a fabrica tocada á agua nesta região.

A doação de terras estendeu-se as das fraldas da serra de Paranaapiacaba, á beira do rio Cubatão. Martim Affonso, logo que os primeiros trabalhos da fundação da villa de S. Vicente o permittiram, dirigiu-se a reconhecer os campos de Piratininga por conselhos de Ramalho, que fez vêr a conveniencia de se criar ali uma povoação. Tendo a Ramalho por guia Martim Affonso fez a viagem, passou a serra por um trilho feito pelos indios, e chegou a habitação de Ramalho, onde fez parada, em dias de Outubro de 1532. A situação, onde residia Ramalho, era conhecida com o nome de—Borda do Campo.

Aquella denominação provinha de formarem essas paragens a linha, que separava os campos de Piratininga das matas da serra. Nesses lugares foram dadas terras a Ramalho. Ahi já vivia este com sua familia, rodeado de indios, que bons serviços lhe prestavam mais pela brandura, com que eram tratados do que pela condição de escravos de Ramalho.

Quando Martim Affonso ahi esteve resolveu fundar uma povoação. Préviamente encarregou o velho portuguez do governo della—quando fosse levantada. Com effeito foi edificada sob a invocação de Santo André, e só recebeu o predicamento de villa em 1553, na administração de Thomé de Souza, que, como já ficou dito, foi o 1.^o governador geral do Brasil.

Martim Affonso depois de reconhecidos os lugares da—Borda do Campo—voltou a S. Vicente, que não tinha deixado de progredir durante o pouco tempo de sua ausencia.

Convencido da conveniencia de se povoarem as terras do interior da colonia, não se descuidou de providenciar afim de que as relações dos colonos com os indios não pudessem prejudicar os interesses de paz e progresso de S. Vicente. S. Vicente, e que cumpria desinvolver nas povoações, que se fossem criando. Assim um de seus primeiros actos, ao voltar da viagem, que fizera aos campos de Piratininga, foi prohibir que os brancos sem sua licença, ou dos seus loco-tenen-

tes, a qual seria concedida com muita circumspecção e á pessoas bem morigeradas, fossem *negatar* (significando negociar) com os indios d'ali.

Foi exceptuado desta regra Ramalho, que vivia entre os indios, sempre estimado por estes, e considerado por Martim Affonso—incapaz de commetter e authorisar quaesquer abusos. Essa prohibição durou pouco; foi revogada pela mulher e loco-tenente de Martim Affonso.

Nova faze tiveram os negocios da colonia com a chegada de João de Souza, official da armada de Martim Affonso, de volta de Portugal. A carta de d. João III de 28 de Setembro de 1532, de que foi portador o referido official, além de reconhecimento aos serviços do fundador da villa de S. Vicente, dizia a Martim Affonso que nas terras descobertas desde Pernambuco até o rio da Prata tinham sido dadas 100 leguas de costa a elle, e 50 a seu irmão Pedro, ou Pero Lopes, como dizem alguns escriptores.

As 100 leguas foram divididas em dois quinhões, a pedido do donatario. Um comprehendia o territorio desde a barra de S. Vicente até 12 leguas ao sul, ou perto da barra mais septentrional de Paranaguá; outro desde o rio Juquery-querê até a barra de Macahé. A costa desde o rio Juquery-querê até a barra de S. Vicente tocou a Pedro Lopes. Martim Affonso resolveu povoar o primeiro quinhão a começar da ilha de S. Vicente para o sul. Dirigiu-se pois ao littoral occupado pela tribo Itanhaen, e na barra do rio deste nome indicou o lugar para assento da povoação, que teve desde seus principios o nome de villa da—Conceição de Itanhaen.

Em 1533 Martim Affonso retirou-se para Portugal. Deixou por seu loco-tenente a Gonçalo Monteiro dando-lhe os poderes, que podia delegar. Pouco antes de sua partida concedeu a Ruy Pinto as terras da—Armada—conhecidas posteriormente pelo nome de—Santa Cruz. A este e a Pedro de Góes recommendou que em compensação das doações recebidas se encarregassem de formar uma *bandeira* contra os indios Tupys e Carijós que tinham commettido atrocidades em uma expedição, que em 1531, mais ou menos, guiada por Francisco de Chaves havia sahido de Cananéa em explorações ou descobertas de minas de ouro e prata

Chamava-se *bandeira* naquelles tempos uma reunião de homens armados, sujeitos á um chefe, destinada a invadir as matas para atacar os indios e captival-os. Martim Affonso retirando-se para Portugal nem porisso descuidou-se da colonia. Antes de partir dali para a Asia enviou em 1533 colonos portuguezes e mudas de canna de assucar. E' occasião de dar-vos noticia de revezes que soffreu a povoação de S. Vicente, pouco

depois daquelle anno. Dos primeiros povoadores hespanhóes do Rio da Prata, que tinham sido batidos pelos indigenas, fugiram alguns homens tendo por chefe a Ruy Moschera, e vieram aportar a Iguape—onde se uniram ao já referido Francisco Chaves,—o mesmo, a quem fôra antes confiada a expedição destinada a explorações ou descobertas das minas, de que já falei. E a elle se attribue a entrega traiçoeira da expedição ao massacre, que os indios fizeram.

Gonçalo Monteiro, ao saber da chegada dos refugiados á Iguape, intimou-os a evacuem o lugar, por ser dependencia da capitania dada pela corôa de Portugal a Martim Affonso. Moschera desobedeceu as ordens allegando achar-se em possessão do rei de Castella. Em vista desta resposta o loco-tenente do donatario resolveu empregar a força contra os intrusos de Iguape. Aprestados alguns barcos pequenos e canôas a expedição formada de vicentistas e indios á seu serviço dirigiu-se á Cananéa e desembarcando dahi seguiu para o interior.

Atacada, de surpresa, pela gente de Moschera auxiliada pelos indigenas do lugar foi posta em fuga e completa debandada. Moschera com seus companheiros apoderando-se dos barcos navegou em busca da povoação de S. Vicente, tendo por guia um indio daquelle expedição. A colonia foi assaltada subitamente e entregue á pilhagem, retirando-se os assaltantes pouco depois para o sul. Passados os momentos de surpresa Pedro de Góes e Ruy Pinto reuniram gente e seguiram para batel-os: mas era tarde, os aggressores nem, em sua fuga para o sul, pararam em Cananéa para deixarem os indios dahi levados quando Moschera e os seus companheiros foram á S. Vicente. Eis o que de mais notavel se deu durante a administração de Gonçalo Monteiro.

Quanto a concessões que se continuaram a fazer de terras aos colonos, que acompanharam M. Affonso, de preferencia aos que tinham titulos de nobreza, deixo de parte o que ha a dizer-se.

Por de mais longas se tornariam as exposições, que me incumbi de fazer, se eu me affastasse da narração dos principaes acontecimentos, e tratasse minuciosamente de outros, que não tem a mesma importancia daquelles. Nas *Memorias* de Frei Gaspar encontra-se este assumpto com bastante desinvolvimento, e indicação dos nomes dos que obtiveram doações de terras.

O segundo loco-tenente do donatario da capitania foi Antonio de Oliveira, provido em 16 de Outubro de 1537, e accumulando o cargo de ouvidor ao de capitão-mór. A villa de S. Vicente, que, apesar dos reforços de colonos enviados por Martim Affonso, pouco medrava em população, teve, no começo

da administração de Oliveira, como origem de decadência, a quasi completa obstrucção da barra do rio de S. Vicente.

Frustrada a navegação de embarcações de grande calado está bem claro que o porto de Santos seria procurado, e em consequencia se trataria de povoal-o. Com effeito em pouco tempo tomou grandes proporções. No *Quadro Historico* de Machado de Oliveira se dá como resultado indirecto da obstrucção da barra, de que venho de fallar, a povoação de Santos, e as das villas de Santo André da Borda do Campo, e de S. Paulo de Piratininga.

E' ainda no referido escripto onde se diz—que o desanimo produzido na colonia de S. Vicente pela obstrucção da barra, pelo transbordamento do mar, que levou a melhor parte dos edificios, e pelas vicissitudes, a que estão sujeitos os terrenos baixos e alagadiços, fez convergir as vistas dos colonos, para o lado da ilha, que faz face a nordeste, e onde termina o lagamar de Santos escoado para o mar pelo rio da Bertoga, e pelo de Santo Amaro, denominado ao depois—Barra-grande de Santos. Nesse lugar então conhecido com o nome de porto de S. Vicente, porque ali abicavam as canoas procedentes do interior com comestiveis para aquella povoação os quaes eram conduzidos por terra desde o porto até a villa, achavam-se estabelecidos Paschoal Fernandes e Domingos Pires lavrando em commum as terras entre o litoral e Montserrate. O fundo das aguas desse litoral era já reconhecido de grande capacidade,—pois que além de sondagens feitas por diversas vezes, a armada de Martim Affonso esteve fundeada ali quando teve de regressar a Portugal.

Braz Cubas, que não tinha obtido vantagens correspondentes aos trabalhos de cultura das terras, que lhe foram doadas em 1536 além de serem situadas em lugar muito distante do povoado, conseguiu haver de um daquelles lavradores estabelecidos nos terrenos adjacentes ao porto uma parte inculta. Tratou logo de adaptal-a á geito de receber edificação, e esta foi rapida. O certo é que decahia S. Vicente a medida que sua rival prosperava. Não só dali, mas tambem da ilha de Santo Amaro concorreram os habitantes para o povoado de Braz Cubas.

A boa ancoragem do porto de Santos, e a boa estréa, com que começou a povoação, chamaram para ali os navios de cabotagem com destino á colonia. Eis o que encontra-se no citado *Quadro*: eu reproduzi com a possivel fidelidade as frases do escriptor, salvo uma ou outra palavra. Braz Cubas, o fundador de Santos, dotado de sentimentos philantropicos, resolveu levantar uma casa de saúde para fornecer curativos á gente de mar e estrangeiros, que ali chegassem.

Os habitantes do porto aceitaram essa idéa, que foi levada a realidade em principios do anno de 1547, e mereceu approvação do governo da metropole a 2 de Abril de 1551, que determinou a organização de uma confraria, para ter á seu cargo a direcção e serviços do hospital, o primeiro que no Brasil se fundou. Foi construida a igreja da Misericordia, sob a invocação de—Santos—, como accessorio indispensavel á casa de caridade. Esta invocação se estendeu á povoação, que ficou então conhecida sob o nome de—Porto de Santos.

Cumpra notar que tendo a povoação florescido em commercio, população e edificação, já em 1545 havia recebido o foral de villa, que lhe deu o fundador, e foi confirmado pelo governo portuguez no anno seguinte.

Antes de terminar esta lição devo dizer-vos que se Martim Affonso procedeu com tino e acertadas medidas quanto ao seu desembarque e tomada de posse das ilhas de S. Vicente e Santo Amaro; se manifestou na fundação da colonia, manutenção e desenvolvimento de seus interesses altas e justas vistas, procurando conter as animosidades dos indios, e as imprudencias e ambições dos colonos, commetteu porém uma grande falta, que marcou seus sentimentos humanitarios.

Talvez que diante de uma apreciação rigorosa de seus actos, tudo quanto fez de bom possa perder a sua importancia em vista dessa licença, que concedeu á Pedro de Góes a 3 de Março de 1533—de mandar 17 *peças de escravos* indigenas para Portugal nas náus de El-rei. Nem ao menos podia Martim Affonso invocar o velho, embora fraco principio, que proclamava como licito reduzir á escravidão os prisioneiros de guerra. E' verdade que dizem alguns historiadores que elle chegando á S. Vicente teve de sustentar por vezes guerras com os indios possuidores da terra até derrotal-os.

Mas semelhante opinião é destituida de fundamento: a que tem geral acceitação é a de ter elle sido bem recebido pelas tribus, embora para este resultado concorresse efficazmente João Ramalho. E' pois evidente que Martim Affonso, se não instituiu, incorreu na grande culpa de permittir a escravidão de indios da capitania de que foi donatario. Entretanto não me causa admiração este facto, e nem o proceder da nação portugueza, que por differentes vezes prescreveu semelhante attentado como se vê de varias leis antigas. E se deixando de parte os indios do Brasil se quizesse analysar o procedimento de outras nações cultas da Europa vêr-se-hia que ellas toleravam e animaram a escravidão de africanos, permittindo francamente a venda delles.

Não vai longe a epocha, em que para defeza dessa instituição, na mesma culta Europa sustentava-se que a escravidão era um meio de civilisação. Felizmente nova é a corrente das idéas, e

o espirito agita-se no sentido de apoiá-las. E á proposito direi que no empenho de realisá-las, e de vêr triumphantes os sentimentos humanitarios, que hoje são melhor comprehendidos, são dignos de applausos os esforços das nações e dos governos. Nunca porém serão justificaveis os meios violentos, de que se servirem ; antes de os porem em pratica deverão sempre recordar-se de seu passado, e certamente em alguma fase de sua vida encontrarão as provas de que nem sempre foram energicos defensores dos principios de justiça.

Diante da recordação de actos condemnaveis, que tambem commetteram, não lhes assiste o direito de empregarem violencias contra aquelles, que ainda se mantêm em excepcional situação conservando essa instituição, de que fallo. Entre os povos illustrados do mundo não será difficil encontrar alguns, que incorressem na mesma culpa. Penso que a moderação no manejo dos meios é o recurso mais conveniente e efficaç para se fazer triumphar as grandes verdades sociaes.

VII

(11 de Março)

Lutas entre Vicentistas e Tamoyos.—Assalto á Bertioga.—Hans Stad.—Thomé de Souza na capitania de S. Vicente.—Nobrega e a cathequese dos indios de serra-acima.—Fundação do Collegio e povoação de S. Paulo.—Mem de Sá na capitania de S. Vicente.—Extincção da villa de Santo André.—A povoação de S. Paulo elevada á villa.—Novo caminho na serra.—Expedição para descoberta de Minas.—Defecção dos indios de Piratininga.

Senhores.

A população da villa de S. Vicente não gosou de ininterrompido sossego. Por vezes foi assaltada pelos Tamoyos, que practicavam barbaros actos, matando colonos, aprisionando homens, mulheres, crianças e devastando as fazendas.

Os vicentistas auxiliados pelos indigenas seus affeiçãoados e por colonos de serra-acima repelliam as aggressões tambem com dura reacção. Atacavam os alojamentos dos indios, massacrando a muitos e escravizando a outros. Estas reciprocas hostilidades duraram por muito tempo, e só findaram-se, quando os Tamoyos foram completamente derrotados no Rio de Janeiro, durante a administração do terceiro governador geral do Brasil. Nessa occasião as forças deste receberam valiosos auxilios dos habitantes da villa de S. Vicente.

Não deixarei de vos mencionar como um dos mais renhidos assaltos dos Tamoyos esse dado ao povoado da Bertioga em 1547. Em roda do forte ali levantado quando Martim Affonso chegou formou-se uma pequena povoação, e havia plantações pertencentes aos colonos. No referido anno os selvagens em 70 canoas mais ou menos ali aportaram. Apesar de todos os esforços dos filhos de Diogo Braga, auxiliados por alguns colonos seguidos de Tupiniquins e Carijós na deffesa do forte, rendeu-se este. A lucta era desigual; elles não podiam sustentar-se diante da coragem, do arrojo, e principalmente do grande numero dos aggressores.

A victoria declarou-se por estes, que então incendiaram o povoado, devoraram os prisioneiros, e retiraram-se levando outros. Este acontecimento mostrou que o forte da Bertioiga e outro levantado na outra margem daquelle rio, na ilha de Santo Amaro, não serviam para intimidar os indios, e contel-os em suas investidas.

E' aqui occasião de dar-vos ligeira noticia de Hans Stad, que commandou por algum tempo o forte ou fortim de Santo Amaro. Quasi todos os historiadores, que se tem occupado do Brasil, fallam daquelle infeliz prisioneiro dos Tamoyos. Entre outros recordo-me que F. Diniz com bastante minuciosidade narra as occurrencias, que se deram durante a vida de Stad no seio dos selvagens.

Não me é possível ser estenso a respeito destes factos. Direi pouco. Aquelle filho da Allemanha, quando esteve ao serviço da Hespanha na armada, que navegava em demanda do Rio da Prata, naufragou em 1549 em Paranaguá. Separado de seus companheiros seguiu rumo diverso, e naufragou na costa de Itanhaen. Os Tupiniquins o acolheram, e conduziram-o á S. Vicente e entregaram a seu patricio Heliodoro Eoban, que dirigia uma fabrica de assucar na colonia.

A attenção, que nesse tempo se dava á deffesa da barra da Bertioiga, porque por ali faziam os Tamoyos repetidos assaltos á villa de S. Vicente, á povoação da referida barra, e ás plantações da ilha de Santo Amaro, levou o capitão-mór da villa a encarregar Stad do commando do fortim de Santo Amaro. Antes de concluir os trabalhos, que encetou de reparar, ou dar ao fortim mais força para resistir aos indios, foi em 1550 aprisionado pelos Tamoyos, em uma de suas emboscadas nas visinhanças.

Em 1552 conseguiu fugir o prisioneiro, depois de ter passado uma vida de dolorosos soffrimentos, presenciando as horrorosas scenas de antropophagia, de que eram victimas colonos e indios, que cahiam sob o poder dos selvagens, e vendo-se á todo momento arriscado a ter sorte igual á daquelles.

Foi em fins deste mesmo anno de 1552 que Thomé de Souza partiu da Bahia com destino a S. Vicente, onde chegou em Fevereiro de 1553. Já antes tinha elle enviado para ali o ouvidor-geral Pedro Borges, e provedor-mór Antonio Cardoso afim de obter informações insuspeitas do que occorria nas capitánias do Sul. Os esclarecimentos, que estes, de volta á Bahia, deram ao governador, apesar de serem satisfatorios, não o demoveram da convicção de que sua presença nas capitánias muito util seria aos interesses destas, entregues á administração de loco-tenentes dos donatarios, ás vezes caprichosos. Eis por que fez aquella viagem.

Entre outros actos de Thomé de Souza, quando esteve na

capitania, cita-se como importante—o de ter feito cessar a communicacão da colonia com o Paraguay, á qual déra principio o governador hespanhol Cabeça de Vacca, quando chegando á Santa Catharina dirigiu-se por terra ao Paraguay. Thomé de Souza no mesmo anno de 1553 esteve na povoação de Santo André,—que recebeu a cathegoria de villa, a 8 de Abril, tendo sido Ramalho nomeado Alcaide-mór. Ordenou a este que centralisasse no povoado os colonos, que sahindo de S. Vicente tinham se estabelecido em diferentes partes do campo. Com estes reunidos á gente de Ramalho, e aos numerosos indios ao serviço augmentou-se a população de Santo André, e dahi o engrandecimento da villa.

Em uma das exposições anteriores eu vos disse que com Thomé de Souza vieram ao Brasil em 1549 os primeiros missionarios jesuitas sob a direcção do padre Nobrega, continuando o governo portuguez nos annos seguintes a enviar mais. Lançados na Bahia os fundamentos de um collegio da Companhia, Nobrega resolveu doutrinar os indios em S. Vicente e nos campos de Piratininga. Para este fim mandou naquelle anno o padre Leonardo Nunes, e o irmão Diogo Jacome. Trataram estes de levantar um collegio em S. Vicente. Foi o segundo que se erigiu no Brasil. Na casa de ensino, que ao depois se annexou á aquelle, admittiam-se os meninos filhos dos colonos, e os dos indios.

Nobrega, a quem Leonardo pedira mais companheiros para os trabalhos da cathese; resolveu ter conhecimento pessoal do modo, porque proseguia aquelles trabalhos. Neste proposito partiu da Bahia com destino a S. Vicente. Ahi chegado e verificado que tudo marchava em bom caminho para as vistas, que elle tinha, mandou vir da então capital do Brasil seis religiosos sendo superior delles o padre Vicente Rodrigues, e entrando nesse numero José de Anchieta, que ainda não era sacerdote, mas merecia alta consideração de Nobrega e seus companheiros, pela dedicação, que manifestava á causa dos indigenas.

Continuaram em regular andamento os serviços da cathese e instrucção em S. Vicente, quando Nobrega deliberou estendel-as aos campos de Serra-acima. Tendo recebido a sua nomeação de Provincial da Ordem, diz Frei Gaspar, foi seu primeiro acto ordenar que o collegio fosse transferido da villa para os campos, ficando ali a antiga casa, onde deveriam residir os religiosos necessarios para darem o alimento espirital aos christãos da marinha. Em cumprimento desta ordem do provincial trataram os padres de escolher a situação conveniente para o estabelecimento do collegio. Não lhes pareceram boas para este fim a villa de Santo André, e a aldeia de Piratininga.

De passagem vos direi que esta aldêa onde residia Tebyreçá, era em uma das margens do ribeiro Piratininga, na confluencia com o Tietê, meia legua distante da hoje cidade de S. Paulo. Escolheram pois, como já ficou dito na 1.^a lição, um lugar eminente entre o Anhangabahú e Tamanduatehy, a três leguas da villa de Santo André, e ahí lançaram os fundamentos do collegio em Janeiro de 1554. Aconselharam a Tebyreçá e Cayubi que mudassem suas residencias para as proximidades daquelle collegio. Tebyreçá levantou suas casas onde hoje está o convento de S. Bento; seus vasallos, a seu exemplo, fundaram nova aldêa no terreno hoje occupado pela capital.

Deveis estar lembrados da reproducção, que eu fiz das frases da carta de Anchieta, escripta em Agosto do mesmo anno ao geral da ordem. Celebrou-se a primeira missa a 25 do referido mez, dia de S. Paulo, que ficou sendo o orago da povoação.

Muitos indios do sertão e lugares visinhos foram aos poucos concorrendo para ali: com estes e com os colonos do litoral e outros da villa de Santo André se foi augmentando a população e edificação do povoado.

Não tardou muito que entre as duas povoações apparecessem rivalidades. De um lado os jesuitas procuravam engrandecer a de S. Paulo, de outro Ramalho e os seus empregavam esforços para a prosperidade da de Santo André. Afinal em 1560 triumpharam os jesuitas, conseguindo que Mem de Sá, que se achava em S. Vicente, ordenasse a extincção e demolição da villa de Santo André, o que verificou-se, e transferiu-se o foral de villa para a povoação junto ao collegio, que desde então tomou o nome de villa de S. Paulo de Piratininga.

No mesmo anno de 1554 um triste acontecimento incutiu desalento no animo dos jesuitas. Pedro Corrêa e João de Souza, que occupavam o gráu de irmãos da companhia, dirigiram-se à Cananéa encarregados da pacificação dos Tupys e Carijós, que se achavam em desastrosas e frequentes lutas, e de tambem trabalharem na cathequese. Os missionarios nestes serviços viajavam procurando relacionar-se ora com uma ora com outra tribu. Em uma viagem destas encontraram os Carijós e foram mortos á frechadas por estes. Attribue-se este facto ás suggestões perversas de alguns hespanhoes, ali largados por expedições maritimas, com destino ao Rio da Prata, os quaes das lutas das duas tribus esperavam vel-as anniquilladas ou reduzidas a numero, que elles pudessem dominar, para assim assenhorearem-se daquellas terras.

A estada de Mem de Sá em S. Vicente, em 1560, quando mandou demolir Sauto André, foi devida a factos, de que já fallei relativamente ao estabelecimento dos francezes no Rio

de Janeiro. Deveis estar lembrados que, como vos disse, aquelle governador veio da Bahia atacar o forte de Villegaignon. Para este fim necessitou de soccorros de S. Vicente, e os obteve não só de colonos, indios e mestiços, mas de um bergantim, de botes, e canoas carregadas de viveres. Depois do ataque do forte Mem de Sá dirigiu-se á S. Vicente. Daqui encaminhando-se á nova villa de Piratininga seguiu a direcção, que atravez da serra era mais frequentada pelos indios em seu trajecto para o litoral ou quando dahi regressavam.

Este caminho era de difficil accesso. O governador resolveu fazer abrir outro para facilitar a communicacão de beira-mar para o campo, e dar segurança ao transitto dos viajantes, que pelo antigo eram expostos ás hostilidades e accommettimentos de indios. Confiou ao arbitrio de Anchieta a abertura dessa estrada pelas localidades melhores. Por este motivo veio a chamar-se «caminho do Padre José.»

Tambem em Piratininga Mem de Sá deliberou mandar uma expedição em descoberta de minas. Com este fim partiu para o sertão Luiz Martins, que tinha vindo de Portugal expressamente para taes serviços, levando os companheiros, que lhe pareceram mais habilitados, ou conhecedores desses trabalhos. Malograda essa tentativa depois de longa e perigosa viagem o acaso fez que a expedição, ao retirar-se, deparasse com as minas do Jaraguá, a duas leguas da villa.

Dahi extrahiui-se ouro, que foi remettido para Portugal com algumas pedras verdes. Rapido foi o augmento da população em Piratininga, mas entre as duas racas, que a formavam, nasceram discordias. Foram causas dellas de um lado—ambições dos brancos, sua attitudo senhoril, e o desprezo, com que consideravam os indios, de outro lado—esse esforço dos indigenas em não sugcitarem-se aos trabalhos impostos arrogantemente pelos invasores do solo. Como resultado de semelhante estado de coisas deu-se a defeccão de uma parte dos indios, que concorreram para o povoamento de Piratininga. Elles foram levantar alojamentos fóra do povoado, e nesses lugares, onde depois se estabeleceram as aldêas de S. Miguel e dos Pinheiros.

Ao terminar a lição de hoje vos lembrarei que a capital da nossa provincia foi a 4ª povoação fundada na capitania de S. Vicente. A 1ª foi a villa de S. Vicente, a 2ª a de Santos, a 3ª a de Santo André da Borda do Campo, e a 4ª a de S. Paulo. Como já ficou dito, creada a povoação em 1554, em 1560 teve a cathegoria de villa.

VIII*(15 de Março)*

A villa de Piratininga é assaltada pelos dissidentes.—Retirada d'estes.—Renovam-se as hostilidades —Os colonos repellem os indios para longe.—Morte de Tebyreçá.—Nobrega e Anchieta no alojamento dos Tamoyos.—Paz celebrada com estes.—A variola grassa na colonia.—A fome—nova fonte de escravidão de indios.—Attitude incoherente do governo da metropole.—Leis a respeito da condição dos indigenas.—Novos reforços da capitania de S. Vicente para a expulsão dos Francezes do Rio de Janeiro.—Segunda visita de Mem de Sá á capitania.—Fundação dos conventos do Carmo e S. Bento em Santos.—A villa de S. Paulo séde do governo da capitania em 1581.

Senhores.

A defeecção dos indios, que fugiram da villa de Piratininga e estabeleceram-se nos arredores, deu occasião a que se formasse um nucleo de dissidentes, em cujo seio encontravam apoio aquelles, que não queriam sujeitar-se aos duros trabalhos impostos pelos colonos. Tambem para ali afluíam os indios que evitavam a influencia da cathequese, mantendo implacavel aversão aos portuguezes. Acorçoavam estas evasões os mestiços da extincta villa de Santo André, que conservando ressentimentos nascidos da demolição daquella villa não poupavam esforços para criarem obstaculos ao engrandecimento da de S. Paulo de Piratininga hostilizando assim as vistas dos jesuitas, a quem não prestavam obediencia e sujeição.

Consideravel se tornou o numero dos dissidentes, tendo accrescido a estes os selvagens chamados das matas por Ururay, irmão de Tebyreçá. Aquelle chefe á testa do bando mais numeroso de indigenas, e um seu sobrinho capitaneando outro bando, deram assalto á Piratininga em Julho de 1562. Não encontraram desprevenida a povoação. Conhecida com antecedenencia a attitude hostile dos confederados dissidentes os jesuitas chama-

ram ao povoado os indios, que viviam fóra, e na fidelidade dos quaes confiavam. Tebyreçá foi encarregado de dirigir a defeza, como achasse melhor.

A resistencia dos aggredidos, embora em menor numero, foi vigorosa, e assim inutilizou o arrojo do accommettimento. Tebyreçá infundia coragem nos indios e colonos, combatendo com notavel denodo. Os padres tambem envolviam-se no meio dos combatentes, e exhortavam os seus. Os assaltantes retiraram-se devastando os cultivados terrenos, por onde passavam. Por algum tempo continuaram as hostilidades e depredações da parte dos insurgidos, até que alguns colonos organisando e reunindo novas forças os repelliram para longe.

Em 25 de Dezembro deste mesmo anno morreu Tebyreçá, que nos tempos primitivos da capitania incontestavelmente foi um importante vulto historico. Para o assalto de que fallei, tinham concorrido os Tamoyos prestando um contingente das tribus, que estavam nas margens do Parahyba. O máu successo dos dissidentes exacerbou os odios dos Tamoyos, já tão excitados pelos frequentes ataques dos colonos de S. Vicente e Santo Amaro. Elles pois fizeram reiteradas investidas aos povoados do litoral. Estas lutas contrariavam os interesses das missões, e os progressos da colonia.

Os neophytos levados por natural inclinação, e sympathias para com os de sua raça achavam barbaro o procedimento dos brancos. Este sentimento era prejudicial ás exhortações doutrinarias dos jesuitas, enfraquecia a sua preponderancia ou influencia sobre os indios, e as crenças dos que se encaminhavam para a conversão. Nobrega bem comprehendeu os perigos desta situação, e resolveu invidar esforços para evitar que os Tamoyos mantivessem e realisassem as vistas aggressivas, de que a colonia se achava ameaçada. Acompanhado de Anchieta, que conhecia a lingua dos indigenas, e gosava de prestigio, dirigiu-se Nobrega ao alojamento dos Tamoyos, em 1563.

Com assentimento de Coaquira chefe da tribu de Yperohy, os dois emissarios de paz arrancharam-se nas proximidades, e entraram no exercicio de actos religiosos. Os indios communicaram-lhes os recursos de guerra para atacar por terra e mar o litoral e Piratininga. Em occasião, que lhes pareceu opportuna, os dous jesuitas propuzeram a paz á Coaquira, e outros chefes. Aimbiré, que guardava rancor aos portuguezes pelo máu trato, que delles recebera quando uma vez foi aprisionado, se oppôz aos ajustes de paz, e não podendo impossibilitar que elles fossem aceitos impôz a condição, para haver trégua, de lhe serem entregues tres chefes de sua nação, que haviam procurado as relações dos portuguezes em S. Vicente, e ahi eram bem considerados.

Os enviados oppuzeram-se a semelhante exigencia, allegando que os deveres de lealdade não permittiam effectuar a entrega dos tres chefes. O historiador Constancio, que trata com alguma minuciosidade destes factos, diz que a conferencia pareceu rôta á vista da resposta de Nobrega e Anchieta, e que Aimbiré se dispunha a maltratar os missionarios, quando o velho Pindobuçú (esta palavra significa grande palmeira) chefe do districto, onde se fazia a reunião, tomando Aimbiré pela mão o impediu de commetter violencias.

Pareceu porém mais acertado a Nobrega accitar a proposta de Aimbiré para ser resolvida pelas authoridades e homens notaveis de S. Vicente. Com isto tinha elle em vista ganhar tempo. Aceita esta opinião por todos, os padres dirigiram cartas fazendo vêr que convinha ser recusada em S. Vicente a condição da entrega dos 3 chefes, ainda quando disto resultasse a morte dos dois emissarios. Em resposta foram ambos chamados para ali conferenciarem sobre os ajustes de paz. Não consentiram entretanto os Tamoyos na retirada dos dous jesuitas, exigindo que um ficasse como refem. Ficou Anchieta.

Varios escriptores narram as differentes occurrencias, que cercaram a estada de Anchieta entre os indios,—sendo um daquelles o citado Constancio. Eu porém deixando de parte todos os acontecimentos dessa occasião limito-me a dizer que foi durante a estada de Anchieta, como refem entre os selvagens, que elle compôz o tão fallado poema latino em 7,500 versos em louvor da Santissima Virgem. Não tendo papel, penna e tinta, escrevia-os na arêa, e os hia decorando.

A final depois de reiteradas instancias de Nobrega chegaram ao devido termo os ajustes de paz, e esta foi celebrada, comprehendendo-se nella, segundo se refere no—Quadro Historico—os indios de Itanhaen, que estavam fóra do gremio dos vicentistas, os dissidentes de Piratininga, e os Tamoyos que habitando as margens do Parahyba não faziam parte das tribus alliadas sob os dominios dos chefes Coaquira e Aimbiré

O anno de 1563 foi de duros soffrimentos para a colonia, e especialmente para os indios. Appareceu a variola em Itaparica, e dahi espalhou-se com grande intensidade para outros pontos. As aldêas estabelecidas ao redor de Piratininga, sob a direcção dos jesuitas, e as tribus, que com aquellas se relacionavam, foram atacadas da epidemia. A mortalidade foi grande. De onze aldêas dirigidas pelos padres restaram cinco e estas muito diminuidas de população. Como se tal calamidade não bastasse para causar estragos á colonia, ainda correu a estação tão fatal ás plantações, aos cerêaes e aos fructos silvestres, que entravam na alimentação dos indios, ao ponto de produzir extrema falta de viveres.

Dahi veio a fome associar-se á peste,—e com esta fazer destroços na população indigena. Os que para escaparem aos horrores daquella sugeitavam-se a receber alimentos dados pelos colonos viram-se forçados a se reduzirem á escravidão, e a seus filhos em troca dos escassos meios de subsistencia fornecidos. Se até então a escravidão originava-se dos aprisionamentos feitos em guerra, a fome offereceu mais uma oportunidade para os colonos facilmente alcançarem o captiveiro de indios. Se a escravidão como resultado de guerras, filha da força, consequencia da victoria, não tinha legitimidade, a especulação com a miseria era uma torpeza.

O governo da metropole contemporisou com semelhante estado de cousas, e, segundo refere Constancio, a Mesa de Consciencia de Portugal tendo sido consultada sobre a validade de taes contractos opinou que—*em caso de penuria um homem podia vender a si e a seus filhos*. Este parecer foi publicado na colonia pelo bispo e ouvidor geral para tranquillisar a consciencia dos colonos.» Os jesuitas porém sempre mostraram-se incansaveis em profligar a escravidão, clamaram no pulpito contra o procedimento dos colonos qualificando-o de atroz, e fazendo vêr que elle geraria nos corações dos infelizes indigenas implacavel odio ao nome portuguez. Mas estereis foram seus esforços, e em pura perda a coragem, com que censuravam a desmascarada ambição dos que não recuavam, nem diante da miseria dos indios, para impôr a estes iniquas condições

O governo de Portugal não seguiu uma coherente marcha relativamente á condição dos indios. Se umas vezes auxiliou as vistas dos missionariós jesuitas, dedicados á causa da liberdade dos indigenas, outras as contrariou acoroçoando assim as pretensões dos colonos, contra quem aquelles viviam lutando em favor dos selvagens. Da incoherencia, ou irresolução do governo desde os tempos antigos até principios deste século ahi estão como provas varias leis. No reinado de d. Sebastião, em 1570, se tratou de limitar a escravidão dos indios, declarando-se livres os que não fossem aprisionados em guerra justa e feita por determinação do rei.

Felippe II em 1595, já então de posse da corôa portugueza, confirmou aquelles principios. Felippe III teve primeiramente mais altas vistas: nas leis de 5 de Junho de 1605 e 30 de Julho de 1609 proscreeu absolutamente o captiveiro, ainda quando se originasse de guerra justa. Os colonos porém que não cessavam de salvaguardar seus interesses, e não se sugeitavam facilmente as medidas governamentaes, dirigiram representações, e o rei voltou ás disposições do reinado de d. Sebastião relativas aos prisioneiros em guerra justa. Tambem determinou as

formalidades, segundo as quaes se consideraria a justiça da guerra, que tivesse de ser declarada, e permittiu—como justo—o captivo dos prisioneiros dos proprios indigenas, quando fossem tomados ou comprados.

Pela lei de 1º de Abril de 1680 d. Pedro II deu inteira liberdade aos indios. Depois foram promulgadas as leis de 6 e 7 de Junho de 1755, pelas quaes d. José I confirmou aquella liberdade, e sujeitou os indigenas—quanto ao espirital—aos bispos, e quanto ao temporal aos magistrados.

Depois de semelhantes providencias ainda de novo teve vigor o antigo systema de escravisar indios, em virtude das cartas Regias de 13 de Maio e 5 de Novembro de 1808. Ellas permittiam aos commandantes militares, que aprisionassem, declarada a guerra, os Botocudos de Minas, reduzil-os á escravidão por 10 ou mais annos. Tambem eram obrigados a servir por 15 annos ao miliciano, ou paizano, que os captivasse, os Bugres de S. Paulo.

Proclamada a independencia do Brasil em 1822 ainda vigoraram as referidas Cartas Regias até que no memoravel anno de 1831 foram revogadas pela lei de 27 de Outubro. Em virtude desta foram os indios equiparados aos orphãos, e como taes sujeitos á jurisdicção destes juizes. E aos de paz se incumbiu tambem a vigilância da liberdade delles, e deu-se a faculdade de providenciar contra os abusos, que offendessem essa liberdade.

Em leis posteriores, os indigenas continuaram a merecer attenção dos poderes publicos, e entre aquellas ahi está o Acto Addicional que conferiu ás assembléas provinciaes cumulativamente com a geral a attribuição de promover a cathequese e civilisação delles. Diante da legislação moderna de nosso paiz não se encontram outros meios, senão os de persuasão, para chamal-os á vida civilisada.

E' inegavel que neste assumpto o Brasil, ainda joven em sua existencia independente, e lutando ainda com as difficuldades proprias do periodo de sua nova organização politica, mostrou mais elevadas vistas do que o governo de Portugal, revelou ter melhor comprehendido os sentimentos de humanidade, e com louvavel firmesa tem procedido, nunca se afastando do respeito á liberdade dos indios.

Deixando de parte esta materia e continuando a tratar das occurrencias da capitania de S. Vicente devo dizer-vos que além dos auxilios por ella prestados ao governador geral Mem de Sá para o ataque do forte de Villegaignon, novos reforços foram obtidos para a empreza á cargo de Estacio de Sá de expellir os Francezes do Rio de Janeiro.

Já vos narrei os acontecimentos, que tiveram lugar, os infru-

ctiferos resultados dos ataques dados por Estacio, até que outra vez veio da Bahia Mem de Sá em soccorro deste. Não ha necessidade de repetir com minuciosidade o que ficou dito: limito-me pois a dar-vos sciencia do que houve para a organização de forças da capitania.

Estacio de Sá chegando á villa de S. Vicente em 1564 e expondo os motivos de sua viagem, e a tarefa de que se achava encarregado, não encontrou a principio apoio. Os indigenas mais affeigoados aos francezes do que aos portuguezes pelo trato ameno e leal, que delles recebiam, mostraram má vontade em associarem-se ás pretensões de Estacio. De outro lado os colonos exclusivamente applicados á manutenção e augmento de seus haveres, sentiam repugnancia em deixal-os mal seguros, ou em abandono, para acompanharem aquelle.

A' conselhos de Nobrega dirigiu-se Estacio á Piratininga; ahi obteve todos os soccorros, que pediu, quer de forças, quer de provisões. Retirou-se para S. Vicente acompanhado de grande sequito de indios adestrados e promptos para a guerra, fazendo conduzir por elles viveres em abundancia para a armada e para os combatentes.

Este facto influuiu de tal modo sobre os vicentistas que resolveram tomar parte na empreza—unindo-se aos reforços de serracima. Da Bertioja partiu em Janeiro de 1565 o contingente formado em S. Vicente sob o commando de Heliodoro Eoban, o mesmo, de quem já fallei em uma das anteriores exposições, em navios, embarcações ligeiras, e nove canoas. Anchieta e Gonçalo de Oliveira acompanharam esta força. Foi esta a 2.^a vez, em que a capitania concorreu com os recursos, que lhe foram pedidos para a expulsão dos francezes.

Depois de lutas sem vantagens para a gente de Estacio de Sá foi reconhecida a necessidade da vinda do governador geral. Já ficou explicado que este em 1567 veio da Bahia, atacou os fortes francezes, derrotou estes e os indigenas seus alliados. Depois disto fez a 2.^a visita á capitania de S. Vicente, e ahi sempre manifestou publicamente a gratidão, de que se achava possuido, pelos serviços prestados pelos vicentistas nos combates com os francezes. De 1567 a 1580 não occorreram factos importantes, na capitania, dos quaes eu deva fazer menção.

Continuou a distribuição de terras aos colonos, ao redor dos lugares indicados para assento das povoações. Foi nesse tempo que começaram os paulistas a fazer incursões nas matas, mas á pouca distancia de Piratininga. Talvez se possam consideral-as como os ensaios dessas ousadas e longinquas viagens, que depois fizeram atravez de grandes sertões, por serranias de difficil accesso, e no meio de innumerables e variadas difficuldades e perigos; dellas mais tarde tratarei.

As noticias levadas á Europa da situação dos jesuitas no Brasil incitaram outras ordens a virem se estabelecer. Em 1580 fundou-se em Santos o convento do Carmo sob a direcção de frei Domingos Freire e no anno immediato levantou-se o dos Benedictinos, que vieram de Portugal em companhia de frei Antonio Ventura. Posteriormente se fundaram outros em differentes lugares. Em 1581 foi transferida de S. Vicente a séde do governo da capitania para a villa de S. Paulo de Piratininga.

A posição da villa offerecia melhores garantias ao governo contra os assaltos dos selvagens. Além disto S. Paulo de Piratininga já era a povoação mais florescente da capitania. Para ali tinha affluido grande numero dos habitantes do litoral, levados pelas esperanças de obterem vantajosos resultados da mineração.

Nada mais de importante occorre-me expor, em relação á capitania de que estou fallando, no periodo decorrido até o anno de 1581. Na lição seguinte encetarei a narração dos principaes acontecimentos do Brasil durante o dominio hespanhol.

IX

(22 de Março)

Administração de Telles Barreto.—Colonisação da Parahyba.—
 Morte do governador geral.—Governo provisório —Colonisa-
 ção de Sergipe.—Fundação de conventos nas cidades de São
 Salvador e Olinda.—Administração de d. Francisco de Souza.
 —Roberio Dias.—Aggressões de estrangeiros á varios pontos
 da colonia.—Colonisação do Rio-Grande do Norte.—Admi-
 nistração de Diogo Botelho.—Pacificação dos Aymorés.—
 Administração de d. Diogo de Menezes.—Colonisação do Ceará.
 —Os francezes no norte do Brasil.—Installação de Relação
 na Bahia.—Governo de Gaspar de Souza.—Lutas com os fran-
 cezes.—Alexandre de Moura chega ao Maranhão.—Expulsão
 dos francezes.—Expedição de Francisco Caldeira ao Amazo-
 nas.—Fundação de Bethlém.—Dissenções.—Jeronymo de Al-
 buquerque, governador do Pará.—Estado do Maranhão.—
 Seu primeiro governador.

Senhores.

Na quarta exposição eu vos disse que o governo colectivo, que substituiu a Diogo da Veiga, durou até a vinda de Manoel Telles Barreto. Este governador geral do Brasil chegou á Bahia, e entrou no exercicio do seu cargo em Maio de 1583.

Entre os serviços, que prestou, apparece como mais importante o de ter promovido a colonisação da Parahyba, depois de esforços empregados em tempos anteriores para esse fim, sem satisfatorio exito. Achando-se na Bahia uma esquadra hespanhola commandada por Diogo Flores Valdez, o governador o fez seguir, em 1584, com alguns navios para a Parahyba. Por terra dirigiram-se, de Pernambuco, ao mesmo destino Felipe de Moura, e Fructuoso Barbosa acompanhados de mil homens mais ou menos, para auxiliarem a Valdez.

Chegando a expedição ao termo da viagem foram lançados os fundamentos de um forte á margem esquerda do rio Parahyba, o qual tomou o nome de S. Felipe, sendo encarregado das obras necessarias o hespanhol Francisco Castrejon. Valdez retirou-se para a Europa.

As forças, que ali ficaram, e os reforços por vezes prestados poderam manter-se por algum tempo, apesar das lutas com os indígenas dirigidos pelo famoso chefe Piragybe. Novas dificuldades, que depois appareceram, o abandono, em que se viram os colonisadores, e tantas privações, por que passaram, fizeram que o forte fosse abandonado pelos que o defendiam, e perdidos ficaram tantos esforços empregados. Posteriormente a alliança do chefe Piragybe com os portuguezes, resentido por injustiças dos indios para com elle, que foi até accusado de cobardia, e outras occurrencias, que se deram, facilitarão a conquista da Parahyba.

Em 1585 João Tavares, e Martim Leitão, e um mestre de obras do rei, acompanhados de colonos, seguiram para aquelle lugar. Em Novembro foi marcado o local, em que se levantou novo forte á margem direita do rio, e em 1586 tomou posse do commando d'elle Francisco de Moraes, vindo expressamente da Europa para esse fim, por ordem do governo.

Firmou-se assim o dominio dos conquistadores da Parahyba. Em 1587 morreu Telles Barreto. Do governo provisório do Brasil ficaram encarregados o bispo d. frei Antonio Barreiros, o provedor-mór de fazenda Christovam de Barros, e o ouvidor geral Coelho de Aguiar, que em breve deixou o exercicio, por se ter dirigido a Pernambuco á serviço. Os mais notaveis acontecimentos, que se deram durante aquella administração, que durou por quatro annos, foram a pacificação dos selvagens do districto de Sergipe, onde perto do rio Serigy se construiu um forte e se formou um povoado—com o nome de S. Christovam,—e a fundação de outro—hoje a importante cidade da Cachoeira, na Bahia. Originou-se este facto da posição prestigiosa, de que gosava Alvaro Rodrigues diante de uma tribu de Aymorés, ao ponto de conseguir dominar-os e mantel-os aldeados á margem do rio Paraguassú. Eis como se explica o principio daquella povoação.

De passagem vos direi que foi no tempo da administração de Telles Barreto que se fundaram os conventos dos Benedictinos na cidade de S. Salvador, do Carmo em Olinda, e depois destes o dos Capuchos de Santo Antonio tambem em Olinda. O governo provisório findou-se em 1591, quando á Bahia chegou o novo governador d. Francisco de Souza. Dizem alguns historiadores que antes d'elle foi nomeado Francisco Geraldês, mas tendo embarcado em Lisboa com destino ao Brasil viu-se forçado a arribar por duas vezes, e em consequencia disto pediu demissão do cargo. D. Francisco de Souza foi um dos governadores, que vieram a colonia portugueza, dominado das mais bellas esperanças.

Além dos deveres do cargo e vantagens de tal posição trazia

em vistas a descoberta de minas, e a promessa de, verificada ella, receber o titulo de marquez. A recommendação feita pelo rei em relação ás minas, e o offerecimento do marquezado tiveram por origem o facto, que passo a expôr. Já á côrte de Madrid haviam chegado noticias de abundancia de ouro nas terras do sul do Brasil, quando a ambição da metropole foi despertada pela presença, na referida capital, de Roberio, ou Roberto Dias, que de proposito para ali se dirigira.

Apresentando-se ao rei Felippe II assegurou conhecer a existencia de ricas minas de prata, e propondo-se a effectuar o descobrimento exigia em recompensa o titulo de marquez das minas. O rei considerou exagerada a exigencia, e então incumbiu o governador de trabalhar no intuito de descobri-las, prometendo a este o referido titulo. Em vista da recusa do rei Roberio Dias voltou á Bahia, e morreu sem ter revelado o segredo, de que dizia ser senhor. Baldados foram os esforços e cuidados de Francisco de Souza para satisfazer as recommendações de Felippe II. Nunca pôde effectuar o descobrimento.

O certo é que se Roberio Dias, o descendente de Catharina Alvares, não conseguiu afidalgar-se, como tanto desejava, tambem o governador não ganhou o marquezado. Sobre a existencia destas minas—pensam alguns historiadores que Roberio nunca teve conhecimento dellas, e que fabulosa foi a narração, ou noticia, que levou ao rei de Hespanha. Não obstante os estereis trabalhos do governador para o descobrimento das minas—cumpre-me entretanto dizer-vos que a sua administração foi assignalada por acontecimentos de outra ordem.

Refiro-me ás aggressões de estrangeiros á varios pontos da colonia, e á conquista do Rio Grande do Norte.

Em 1591 Thomaz Cavendish sahio da Inglaterra, e veio ao Brasil com vistas de assolar o paiz. Na altura da capitania de S. Vicente mandou o vice-almirante Cook, com dois navios, se apoderar de Santos e fazer provimento. Os habitantes foram surprehendidos, quando se achavam na igreja, que foi cercada. O vice-almirante porém perdeu o tempo, entregando-se com os seus á orgias. Aproveitaram-se os colonos desta situação para fugirem em direcção ao interior com seus haveres. Assim ficou frustrada a esperanza, que elle tinha de obter grandes sommas pelo resgate dos prisioneiros na igreja.

Oito dias depois chegando Cavendish e vendo inutilizados os fins do ataque, deu expansão á sua colera mandando incendiar S. Vicente. Fez-se ao largo depois disto, mas violenta tempestade dividiu a frota, e o navio, em que o pirata se achava, foi de novo lançado ás costas de Santos. Ahi fez desembarcar 25 homens para tomarem provisões. Estes infelizes foram mortos pelos colonos. Então Cavendish navegou para a

capitania do Espirito Santo, onde tambem encontrou vigorosa resistencia, e retirando-se morreu ainda em viagem, quando seguia para a Europa, ou para o Sul, segundo dizem outros escriptores.

Novas hostilidades recebeu o Brasil da parte dos inglezes, Uma outra expedição commandada por Lancaster veio a Pernambuco. Apesar dos esforços dos habitantes do Recife, e do governador cahiu esta povoação e seus armazens cheios de mercadorias em poder de Lancaster. Em quanto o vencedor carregava seus navios, no que gastou dias, reuniram-se os colonos e na occasião de sahir a frota, houve renhido combate, em que morreram muitos inglezes e francezes á elleſ associados.

Não obstante conseguiu aquelle pirata retirar-se para a Europa com os despojos, que roubou. Taes acontecimentos occorreram nos annos de 1591 a 1595. Estes e outros ataques á varios pontos do Brasil foram devidos ao estado de guerra ou inimisade, em que se achava a Hespanha, a que então pertencia Portugal e suas possessões na terra de Santa Cruz, com a Inglaterra e outras potencias européas.

Em 1597 sahiu de Pernambuco, por ordem do governo da metropole, Manoel de Mascarenhas, acompanhado de colonos, indios, e escravos para conquistar e povoar as terras do Rio-Grande do Norte. A meia legua da barra deste rio fundou uma povoação que foi denominada—Natal, e levantou um forte. Houve lutas com os indios, mas afinal triumpharam os colonisadores. Em 1603 veio substituir a d. Francisco de Souza o governador geral Diogo, ou segundo dizem outros escriptores Pedro Botelho. Foi o primeiro nomeado pelo rei Felipe III.

Botelho auxiliou a Pedro Coelho de Souza, colono da Parahyba, nas explorações e descobrimentos, que tinha em vistas. Este colono já na administração de Francisco de Souza havia feito descobertas ao norte do Brasil. Em 1603 seguiu este explorador com oitenta homens para a serra de Ibiapaba, onde bateu os Tapuyas dirigidos pelo francez Adolpho Montbille, e conseguiu sугeital-os. O resultado desta expedição depois auxiliada por João Soromenho foi que não só ficaram escravizados indios inimigos, mas até os proprios alliados.

Em consequencia disto Pedro Coelho viu-se abandonado dos indigenas amigos, quando já o haviam desamparado os primeiros auxiliares, com que se dirigiu para a Ibiapaba, e então teve de por terra voltar á Parahyba.

O procedimento dos exploradores gerou grande irritação da parte dos selvagens, de modo que quando dois jesuitas de Pernambuco no intuito de civilisar os Tapuyas chegaram á serra, foram mal tratados, e afinal um foi morto e outro fugiu para evitar igual sorte. Nos tempòs, a que me refiro, tambem

os Pitagoares convertidos, que foram mandados de Pernambuco em auxilio da Bahia, que estava ameaçada pelos Aymorés, tiveram como recompensa de seus serviços a escravidão.

As capitánias do Sul eram de novo assaltadas pelos Aymorés. Porto Seguro e Ilheos achavam-se quasi destruidas. Não obstante a ferocidade desses intrepidos selvagens, o jesuita Domingos Rodrigues e um colono trabalharam e conseguiram abrandar os sentimentos rancorosos de que viviam dominados, e ensinar-lhes as normas da vida civilisada.

Considera-se um acontecimento importante da administração de Botelho, está fase em que entraram os Aymorés. Foi sem duvida, de beneficêõs effeitos para a prosperidade da colonia. Em substituição deste governador chegou á Bahia em 1608 D. Diogo de Menezes. Tinha especial recommendação de mandar explorar o Amazonas, e expellir os francezes, que tentavam firmar-se no Norte. Faltando-lhe recursos para levar á bom caminho estas emprezas tratou de fundar no Ceará um estabelecimento, que servisse de ponto de apoio á projectos posteriores.

Soares Moreno, official portuguez, foi encarregado de seguir para o Ceará afim de atrahir os Tapuyas á seus planos. Tendo sido bem recebido por estes, construiu um forte e lançou os ali-cercos da povoação.

Ao norte do Brasil appareceram os francezes.

Já um pequeno estabelecimento no Maranhão tinha sido começado antes, em 1594, por Jacques Riffautt. Quando retirou-se para a Europa ali deixou encarregado da administração a Carlos Veaux. Conseguiu este ganhar as affeições dos Tupinambás, e tornou-se possuidor de toda ilha situada na bahia do Maranhão. Para obter apoio de Henrique IV no intuito de formar ali um estabelecimento permanente seguiu para a França. Em resultado desta viagem foi organizada uma companhia entre Augusto Ravardiere, Carlos Harley e Emilio Rassilly, que a sua custa prepararam uma pequena esquadra.

Em Junho de 1612 a expedição chegou ao Maranhão. Os chefes e quatro missionarios, que desembarcaram, trataram de levantar um forte, a que deram o nome de S. Luiz. Lançados os fundamentos da colonia, cresceu e prosperou esta rapidamente.

Os chefes procederam de accôrdo e com tino, e obtiveram os auxilios dos selvagens.

Cumpre-me aqui dizer-vos que nas—Lições de Historia do Brasil—do sr. Macedo encontram-se mais minuciosos esclarecimentos em relação a alguns dos factos de que trato—esclarecimentos, que não foram dados na Historia de Abreu Lima, de quem me tenho aproximado muito na narração, que estou fazendo. Julgo util reproduzir o que enuncia o sr. Mace-

do, o illustrado escriptor que tantos serviços tem prestado ás letradas patrias. A cõrte de Madrid dividiu a colonia portugueza na America em dois governos independentes no empenho de dar vivo impulso ao descobrimento de minas auríferas.

Foi então nomeado governador das capitanias do sul, que começavam na do Espirito-Santo, Francisco de Souza, que no anno de 1608 chegou á cidade do Rio de Janeiro. Morto em 1610 succedeu-lhe seu filho d. Luiz de Souza, que nomeado governador das capitanias do norte em 1616 reuniu no anno seguinte as duas administrações, tendo ficado extincta a divisão em duas. Tambem o citado autor, a quem estou me referindo, diz que quando Diogo de Menezes governava o norte, vieram em 1609, varios desembargadores que instaliam na Bahia a 1ª Relação do Brasil, sendo seu presidente Gaspar da Costa.

A Diogo de Menezes succedeu Gaspar de Souza em 1612, ou 1613 segundo outros escriptores. Fixou sua residencia em Olinda, considerado ponto mais conveniente para a partida de expedições, que deviam conquistar e colonisar as terras desde o Rio-Grande do Norte até o Amazonas. O governo da metropole tinha dado ordens ao governador neste sentido. A expedição com destino ao norte foi confiada ao commando de Jeronymo de Albuquerque, que levou em sua companhia a Soares Moreno, o fundador do Ceará. Albuquerque chegando ao Maranhão construiu um forte, e mandou Moreno reconhecer a ilha.

Taes occurrencias se deram que Albuquerque viu-se forçado á voltar á Pernambuco, onde reuniu novas forças, e seguiu para o forte, onde havia deixado a primeira expedição. Desembarcando em Guaxenduba ahi fortificou-se. Atacada a gente de Albuquerque pelos francezes, que se consideravam senhores do lugar, conseguiu elle, apesar de serem em maior numero os aggressores, derrotal-os e os Tupinambás, seus alliados. Ravidiere celebrou com Albuquerque um tratado de suspensão de armas, enquanto recorriam ás cõrtes de França e de Hespanha e aguardavam as ordens. Ficou porém a ilha em poder dos francezes até decisão final.

O tratado não foi observado com fidelidade. Em breve chegou ao Maranhão Alexandre de Moura com reforços, e no cargo de governador geral da armada, enviado pelo governo de Hespanha para expellir immediatamente dali os francezes. O forte de S. Luiz, onde os francezes se tinham refugiados, foi atacado e rendeu-se, recebendo então a denominação de S. Felipe, e ficando o primeiro nome á povoação, hoje capital da provincia do Maranhão e uma das mais importantes cidades do Brasil.

Depois disto Alexandre de Moura fez seguir Francisco Caldeira Castello Branco commandando uma expedição para o

Amazonas. Caldeira desembarcou na margem oriental do Tocantins, lançou, em 1616, os fundamentos da hoje cidade do Bethlem, sobre a bahia de Guajará, e construiu um forte. Por muito tempo teve de sustentar lutas com os indígenas. Algumas feitorias hollandezas em activo commercio com os indios se achavam acima da embocadura do Amazonas. Por ordem de Caldeira seguiu para esses pontos o alferes Pedro Teixeira, e destruiu todos.

O estabelecimento do Pará fundado por Caldeira foi perturbado por dissensões decorridas em 1619.—Caldeira foi preso pelos colonos e deposto, e os selvagens ameaçaram a capitania.

O governo geral, em vista destes factos, nomeou governador do Pará a Jeronymo de Albuquerque.—Na mesma occasião Bento Maciel Parente foi encarregado do commando de uma expedição para bater os selvagens, que infestavam o territorio desd'o Maranhão até a povoação do Bethlem. Ao passo que Albuquerque procedendo com tino conseguiu logo restabelecer a harmonia entre os colonos, Maciel Parente, homem de character feroz, ordenou contra os indios correrias, em que se commetteram atrocidades, tendo sido mortos milhares de selvagens e outros escravizados.

As conquistas de terras e fundação dos estabelecimentos de que fallei, deram lugar a nova divisão do Brasil. Felipe IV separou do resto do paiz o Ceará, Maranhão, Pará e delles formou o—Estado do Maranhão.

Dizem alguns historiadores que esta criação teve lugar no anno de 1621; pensam outros, que em 1624, e que tendo sido nomeado governador geral do Brasil Diogo de Mendonça Fufado, que entrou no exercicio do cargo em 1622, foi primeiro governador do Estado do Maranhão Francisco Coelho de Carvalho.

Deveis estar lembrados de vos haver eu dito, quando tratei da situação do Brasil no anno de 1581, em que passou para a corôa de Hespanha, que o norte de nosso paiz, desde Pernambuco, em extensão de duzentos leguas mais ou menos na costa estava occupado pelos selvagens, pela numerosa e valente casta dos Tapuyas. Da exposição que acabo de fazer vedes claramente que de 1581 a 1624, em 43 annos, muitas terras foram, ao norte de Pernambuco, conquistadas pelos colonisadores, que levantaram diferentes povoações.

Assim pois nos reinados de Felipe II e III os planos de colonisação tiveram muito desinvolvimento. Foi nesse periodo que a Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, e Pará receberam o germen da civilisação.

Na lição seguinte encetarei a narração dos acontecimentos relativos á invasão e dominio dos hollandezes em parte do Brasil.

X

(29 de Março)

Considerações sobre as relações entre a Hespanha e Hollanda.

—Organisação da Companhia das Indias Occidentaes.—Os holandezes invadem o Brasil.—Tomada da cidade de S. Salvador.—Serviços do bispo d. Marcos Teixeira.—Chegada da esquadra hespanhola.—Entra de novo a cidade na posse dos hespanhóes —Segunda invasão hollandeza.—Tomada de Olin-da e Recife.—Mathias de Albuquerque organisa o campo do Bom-Jesus.—Fernandes Vieira.—Camarão.

Senhores.

O governo de Felipe II foi inspirado desse espirito de dominação universal, que presidiu a politica de seu pai Carlos V. D'ahi resultaram constantes lutas entre a Hespanha e outros estados europeus. Foi na proseguição de semelhante intento que se consumiram grandes riquezas levadas da America á Hespanha. Além das vistas de dominação universal Felipe II seduzido por excessivo, senão fanatico, zêlo de suas crenças religiosas tornou-se acerrimo perseguidor dos protestantes.

A Hollanda foi uma das nações, que mais soffreu com o procedimento rigoroso, ou, como dizem alguns historiadores, cruel de Felipe II. Este, a quem os catholicos denominavam —Salomão, e os protestantes —Tiberio, não conseguiu abater a Hollanda.

Por sua morte subiu ao throno Felipe III, que seguiu os mesmos planos de seu pai sustentando guerra com aquelle paiz. Cançado porém da esterilidade da luta assignou, em 1609, com aquelle estado, que já se achava constituido sob a denominação de—Republica das Provincias Unidas—uma tregua por 12 annos.

Em 1621, quando já estava esta prestes a findar-se, a Hollanda tratou de preparar-se para a continuação da guerra. Organizou-se então uma companhia com elevado capital e largas concessões do governo, e por este protegida, com o duplo fim de apoderar-se dos transportes, que levavam á Hespanha as riquezas auferidas de suas possessões no continente americano, e de apossar-se de alguma região pertencente ao dominio hespanhol.

Já desde annos anteriores funcionava a Companhia das Indias Orientaes, que tão grandes prejuizos causava á Hespanha, atacando suas possessões na Asia. A companhia então organizada tomou a denominação—das Indias Occidentaes.

Era esta dirigida por um conselho de dezenove membros. Resolvida pela direcção da companhia a invasão do Brasil, e especialmente a conquista da cidade de S. Salvador, e approvado o plano pelo governo preparou-se uma esquadra que em Janeiro de 1624 fez-se ao mar. Reinava então na Hespanha Felipe IV.

Na esquadra sob o commando do almirante Jacob Willekens, e vice-almirante Pieter Heyne, veio com o encargo de commandar as tropas e governar os paizes, que fossem conquistados, Johan Wandorth. Em Maio de 1624 os navios hollandezes ancoraram na bahia de todos os Santos. A cidade de S. Salvador estava indefesa. O governador geral Diogo de Mendonça Furtado achou-se com poucas forças, quando foi aquella atacada.

Não obstante—o governador fortificando-se em Palacio resistiu corajosamente, mas a cidade foi tomada a 10 de Maio pelo major Schouten, commandante das tropas desembarcadas, e na falta de Vandorth, cujo navio se tinha separado da esquadra, de modo que não entrou na bahia ao mesmo tempo que esta. No dia immediato á tomada da cidade chegou o referido Vandorth, que então assumiu as redeas do governo. Depois de tão facil victoria pareceu a Vandorth que o dominio hollandez estava poderosamente firmado naquella parte da possessão hespanhola. Entretanto formava-se no interior um exercito para repeller os invasores.

Antes de chegar reforços de Mathias de Albuquerque, governador de Pernambuco, e successor do governador geral Furtado, o 5º bispo do Brasil d. Marcos Teixeira, que em 1622 succedera a d. Constantino Barradas, foi encarregado da administração e direcção dos preparativos e meios de guerra. D. Marcos pôz em sitio a cidade de S. Salvador, e prestou assignalados serviços. Mas não teve a satisfação de vêr coroados de bom exito seus esforços para a restauração da cidade: em Outubro de 1624 morreu.

No fim deste anno veio da Europa d. Francisco de Moura

nomeado para tomar o commando das forças na Bahia—substituindo assim a Nunes Marinho, que as commandava desde que ali chegou vindo de Pernambuco com auxilios enviados por Mathias de Albuquerque. Corria mal a situação dos invasores. Vandorth tinha cahido em uma emboscada, e succumbido. O major Schouten, que o substituiu no governo, tambem falleceu. O exercito hollandez achava-se indisciplinado, e o sitio da cidade diariamente se tornava mais apertado. Já a esquadra hollandeza se tinha retirado.

A posição dos invasores cahiu em peiores condições com a chegada, em Março de 1625, de uma grande esquadra hespanhola commandada por d. Fradique de Toledo. Estabelecidas as communicações entre as forças de mar e as de terra se completou o cerco dos invasores. A 30 de Abril rendeu-se a cidade. Fez-se reciproca restituição de prisioneiros, e foi permitido as tropas hollandezas retirarem-se para seu paiz. Pouco tempo depois chegaram á bahia navios hollandezes trazendo reforços, mas voltaram estes logo que souberam dos acontecimentos e desastre dos seus. Cumpre-me aqui dizer-vos que quando a esquadra hespanhola appareceu na bahia, o vice-almirante Pieter Heyen com quatro navios tentava a conquista da capitania de Espirito-Santo. Mas foi dahi repellido, tendo muito concorrido para inutilisar os planos do vice-almirante os soccorros prestados por Salvador Corrêa de Sá. A restauração da Bahia, e os infructiferos esforços de Pieter Heyne, que batido no Espirito-Santo seguiu para a Europa, significam que os hollandezes não foram felizes na primeira invasão. Mas a pertinacia da Hollanda em atacar os dominios hespanhóes no Brasil não se enfraqueceu diante dos máus resultados daquella tentativa de apossar-se delle. Ella planejou novas aggressões, que, como passo a expôr, alcançaram exito bem differente daquelle que assignalou o emprehendimento de 1624.

E' aqui occasião de observar que na historia de Abreu Lima se diz que foi Adrião Patrid quem atacou a capitania do Espirito Santo, depois de já ter sido batido em Ioanda, para onde tinha partido logo depois da entrada dos hollandezes na cidade de S. Salvador. Tambem refere o citado escriptor que D. Fradique de Toledo, depois de ter regularisado a administração do Brasil e entregue esta á d. Francisco de Moura, regressando para a Europa soube em viagem que uma esquadra hollandeza navegava para apprehender os galeões do Mexico com destino á Hespanha.

Para evitar encontro seguiu para Africa, mas violenta tempestade deu lugar á perda de muitos navios, tendo sido tomados alguns pelos hollandezes, alcançando as costas da Hespanha apenas tres.

Tratando agora da segunda invasão tenho a dizer-vos que a Companhia das Indias Occidentaes planejou a conquista de Pernambuco. Esta capitania talvez a mais rica de todas era sem duvida a mais exposta ás vistas dos inimigos. Entretanto as fortalezas nella estavam arruinadas.

Felippe IV tinha enviado, em 1626, para governar o Brasil Diogo de Oliveira, em substituição de d. Francisco de Moura. A côrte de Madrid mantinha-se em inercia, contentando-se com a nomeação e substituição de governadores, sem tomar efficazes medidas para tornar suas possessões brasileiras em pé de repellirem os aggressores. Em tempo daquelle governador por duas vezes o almirante Pieter Heyne tinha entrado na Bahia e tomado muitos navios mercantes, segundo narra o sr. Macedo nas suas—Lições de Historia.

Na historia de Abreu Lima se diz que o almirante Patrid foi quem arrebatou do porto doze navios carregados, levando o terror por todo *Reconcavo*, que elle assolou nessa incursão.

Em todo o caso é evidente que não havia no Brasil regulares meios de defessa contra os assaltos do estrangeiro. Preparada uma segunda expedição hollandeza o governo da metropole mandou Mathias de Albuquerque, que estava em Madrid, com uma caravela, ou tres, segundo o sr. Macedo, algumas munições e pequeno numero de soldados afim de cuidar da fortificação da costa de Pernambuco. Não entro agora na indagação do procedimento de Mathias de Albuquerque para dizer se elle estava com taes auxilios habilitado para tratar da segurança e meios de defessa da capitania sob seu governo, ou se, como dizem alguns historiadores, elle foi descuidado entretendo-se em frivolas occupações, e festas pelo nascimento de um principe hespanhol.

O que está fóra de duvida é que Pernambuco não contava com bons elementos de resistencia, ou não podia victoriosamente combater os aggressores. Em Fevereiro de 1630 appareceu diante de Olinda a armada hollandeza. Era seu commandante em chefe Hendrik Loncq. A' bordo vinham 7,000 soldados commandados por Vandenburg. Olinda foi atacada e tomada no dia 16 de Fevereiro. Os hollandezas dirigiram-se depois para o Recife. Esta povoação porém não se entregou com facilidade. Os fortes de terra e do mar resistiram, tendo aquelle sido commandado pelo capitão Antonio de Lima que se houve com denodo, auxiliado de poucos mas valentes soldados. Afinal a guarnição rendeu-se a 1º de Março.

A frota hollandeza entrou então no porto. Dias depois vieram novos reforços. Os hollandezes ficaram pois senhores do Recife. Na historia de Abreu Lima se faz menção de um acto de heroismo praticado por Fernandes Vieira, aquella

mesmo que estava destinado a receber por seu procedimento posterior a gloriosa fama de um dos restauradores de Pernambuco. O facto é este: quando o capitão Lima vendo-se desamparado na defesa do forte mandou pedir auxilios a Mathias de Albuquerque, estava com este Fernandes Vieira, de 17 annos de idade. Offereceu-se para auxiliar a Lima, e acompanhado de 20 voluntarios defendeu o forte até sua rendição.

A coragem, a bravura desses tão denodados voluntarios, foi apreciada, ou melhor, admirada pelo commandante Vandenburg; que julgou a guarnição, por taes feitos, merecedora de retirar-se livre da posição, que tinha defendido heroicamente.

Os triumphos da invasão, em vez de abaterem os animos dos habitantes de Pernambuco, despertaram nestes os intentos de organisarem forças para expellir os inimigos. Mathias de Albuquerque muito concorreu para a realisação destas vistas.

Em uma estensa planicie entre Recife e Olinda levantou Mathias de Albuquerque um arraial, onde fortificou-se, e a que deu o nome de—Campo do Bom Jesus. Não só ahi se reuniram as forças sahidas do Recife, mas tambem as que chegavam do interior. Os holandezes bateram este arraial, mas foram repellidos. Foi nesta occasião que se crearam as celebres *companhias de emboscada*. O indio Poty, natural do Ceará, e depois conhecido pelo nome de Felippe Camarão, foi capitão de uma das referidas companhias. Este indigena, que tambem pela parte activa, que tomou na guerra contra os holandezes, adquiriu gloriosa reputação, enectou sua carreira militar naquelle campo.

Uma vez com trezentos homens da sua tribu bateu forças duplas do general Lomeq, em sua passagem do Recife para Olinda. A' ligeireza do cavallo, em que Lomeq estava montado, se attribue o ter elle escapado desse reahido combate, em que além de muitos mortos a sua escolta ficou quasi toda prisioneira de Camarão.

Por vezes os holandezes atacaram este campo, mas sempre foram repellidos. Cumpre-me dizer-vos que bem desigual era a sorte dos invasores e a das tropas acampadas. Aquelles gosavam das commodidades da vida dadas pela poderosa companhia das Indias Occidentaes. No acampamento de Mathias de Albuquerque grandes eram os soffrimentos. Faltavam a essas tão dedicadas tropas todos os recursos, de que precisavam em suas molestias. Estavam já os soldados quasi nús, fatigados, e entregues a tantas privações. A notavel resignação, com que supportavam essa serie de males, é digna de admiração. Baldadas as aggressões dos holandezes ao campo resolveram fortificar-se e ampliar os meios de defesa. Construíram dois fortes.

Cançado Mathias de Albuquerque de esperar os soccorros, que constantemente pedira ao governo da metropole, deliberou

reunir todas as suas forças e atacar os holandezes. Com effeito—seguiu para Olinda, levou de vencida os postos avançados e destruiu as fortificações exteriores. Mas os holandezes se achavam em melhores circumstancias : havia ainda 4,000 homens na praça. Julgou Albuquerque mais prudente retirar-se para evitar a derrota.

Antes de por fim á lição de hoje devo dizer-vos que tendo eu já fallado de dois homens que se tornaram notaveis, como vereis das exposições seguintes, Fernandes Vieira, e Camarão, é conveniente desde já indicar os nomes de outros dois, que associados á estes tambem desempenharam brilhante papel na guerra contra os holandezes. Refiro-me a Henrique Dias, e Vidal de Negreiros. A proposito da occupação do Brasil pelos holandezes, e em relação a aquelles quatro chefes, que pugnaram pela restauração de Pernambuco, eu citarei as bellas considerações, que se encontram na historia do Brasil, de F. Diniz.

Este bem conhecido sabio diz que todas as raças, de que se formava a população do Brasil, concorreram para a obra da regeneração nacional, tendo apparecido de repente quatro homens intrepidos que representaram a nacionalidade brasileira, e que esta illustrou com os titulos de libertadores. E' o mesmo citado escriptor quem observa que um homem de raça branca, um pardo, um negro e um indio conquistaram a liberdade do paiz, e o chefe delles foi bastante grande abandonando o poder, quando se completou a obra. E' conveniente que fiquéis sabendo que o negro era Henrique Dias, o indio—Felippe Camarão, o branco—Vidal de Negreiros, e o pardo—Fernandes Vieira.

Não obstante a opinião de F. Diniz é meu dever não vos occultar que divergem os historiadores a respeito da côr de Fernandes Vieira. Se F. Diniz está de accôrdo com alguns sustentando que aquelle era pardo, outros dizem que elle era branco.

XI

(29 de Abril)

Expedições hollandeza e hespanhola.—Combate naval.—Morte do almirante hollandez.—As forças sob o commando de Bagnuolo unem-se ás de M. de Albuquerque.—Incendio de Olin-da.—Calabar passa-se para os hollandezes.—Consequencias de sua deserção.—Jaguary.—Os Palmares.—Os hollandezes conquistam o Rio-Grande e Parahyba —Os portuguezes abandonam Pernambuco.—Occupação de Porto-Calvo.—Calabar é executado.—Rebello, Camarão e Henrique Dias.—Mauricio de Nassau.—São derrotados os portuguezes em Porto-Calvo.—Invasão da Bahia.—Retirada de Nassau.—Outras conquistas dos hollandezes.—Considerações sobre o procedimento de Calabar.

Senhores.

Motivos independentes de minha vontade interromperam por mais de um mez o curso das exposições de historia patria, que eu fazia neste collegio. No intuito de recuperar o tempo perdido as tornarei mais proximas umas das outras, não me limitando unicamente a dar lições aos sabbados, como era costume.

Na ultima exposição tinha eu narrado os principaes acontecimentos da invasão hollandeza até o ataque á Olin-la pelas forças portuguezas do campo do Bom-Jesus commandadas por Mathias de Albuquerque. Este valente militar não se poupava á trabalhos para manter os direitos da metropole sobre a sua possessão no Brasil. E' porém certo que na maior parte das vezes viu-se sem reforços e soccorros da côrte de Madrid. Não eram mais felizes os invasores. Suas armas não conseguiam decisivas victorias. Assim pois se aos portuguezes não sorriam bem fundadas esperanças de expellirem os hollandezes : á estes tambem não tinha sido dado conservar-se tranquilllos nos pontos occupados, e menos estender suas conquistas á outras partes da terra de Santa Cruz.

Pernambuco não foi inteiramente abandonado pela metropole, porque a noticia de ter a Hollanda mandado grande armada contra o Brasil, e com o fim especial de em seguida procurar e apprehender os galeões do Mexico, levou o governo hespanhol a enviar uma esquadra e algumas tropas para proteger as duas mais importantes capitaniaes do Brasil. Era desta commandante d. Antonio Oquendo, e da hollandeza o almirante Adrião Pater ou Patrid. Ambas as esquadras chegaram ás aguas do Brasil em 1631. Neste mesmo anno deu-se o encontro dellas nos mares da Bahia, e da grande batalha havida resultaram muitos desastres á ambas.

Crêm alguns historiadores que a batalha ficou indecisa, e outros que a victoria pertenceu á hespanhola. Parece-me mais aceitavel esta opinião. O acto de desespero de Adrião Patrid que envolto no pavilhão de sua nação lançou-se ao mar dizendo—o oceano é o unico tumulto digno de um almirante batavo—deixou bem claro que os louros da victoria não foram colhidos por sua gente. Depois disto os hollandezes fizeram-se ao largo, e foram ancorar no Recife. A. Oquendo desembarcou em uma enseada a expedição commandada por Bagnuolo destinada a Pernambuco, reparou seus navios, e seguiu para proteger os galeões do Mexico, conforme as ordens que trazia.

Apoz difficullosa viagem os reforços dirigidos por Bagnuolo chegaram ao campo do Bom-Jesus, onde se reuniram ás tropas de M. de Albuquerque. Illudiram-se os hollandezes suppondo que consideraveis e poderosos eram os auxilios recebidos pelos inimigos, e então resolveram incendiar Olinda. Verificou-se este acontecimento a 23 de Novembro do mesmo anno de 1631. Os invasores tentaram apossar-se do Parahyba, do Rio-Grande do Norte, e do porto chamado *Pontal* de Nazareth, mas foram rechassadas as primeiras expedições. Até então fóra do recinto do Recife o successo das armas hollandezas, e seus ousados emprehendimentos não tinham correspondido ás suas vistas e planos de conquista.

De repente a situação, em que se achavam, mudou-se, e os hollandezes viram desenhar-se nova e mais animadora fase em sua carreira. Isto foi devido á deserção de Domingos Calabar, natural de Porto-Calvo, mulato habil, corajoso, e perfeito conhecedor da costa e interior de Pernambuco. Tendo servido no campo do Bom-Jesus desde o começo da guerra abandonou a bandeira, sob que se alistára, e passou-se para o lado dos hollandezes em Abril de 1632. Servindo de guia á seus novos allia-dos deu-lhes ensejos frequentes para conseguirem bom exito em suas empresas.

Assim por seus conselhos e auxilios em 1632 é tomada e sa-

queada a villa de Iguarassú; em 1633 é atacado o forte do Rio-Formoso, que rende-se depois de notavel resistencia; é tomado o posto dos Afogados, além do Capiberibe. Só encontra revezes quando induz os holandezes a atacarem o campo do Bom-Jesus, a 24 de Março, quinta-feira de endoenças, do qual são repellidos, ficando morto Reimbach, que substituiu no commando das forças a Vandenburg. No interesse de recuperar seus creditos Calabar encaminha Sigismundo van Schkoppe ao ataque á ilha de Itamaracá, onde capitula a guarnição.

O campo do Bom-Jesus é de novo assaltado, mas os portuguezes defendem vantajosamente suas posições. Continuam os holandezes a dirigir suas vistas para outros pontos, e sempre com os valiosos auxilios de Calabar atiram-se á novos emprehendimentos. Tomam Porto-Calvo, nas Alagôas, e depois vão ao Rio-Grande do Norte, onde apoderam-se do forte dos—Tres Reis Magos, em Outubro de 1633, e occupam os portos do cabo de Santo Agostinho em Março de 1634.

No Rio-Grande dão liberdade ao celebre indio Jaguarary, ali preso por ter abandonado os portuguezes. Diz-se que este indio, tio de Camarão, tinha-se passado aos holandezes, na Bahia, afim de poder salvar a mulher e um filho, que ficaram prisioneiros, quando foi occupada aquella cidade. Voltando depois ás fileiras das forças portuguezas, e apesar de procurar justificar seu procedimento, foi lançado em uma masmorra no forte do Rio-Grande onde se conservou por oito annos. Solto pelos holandezes em vez de alliar-se á estes uniu-se aos portuguezes, e com elles tomou parte em differentes ataques, prestando relevantes serviços á seus alliados, e debaixo do nome de Simão Soares tornou-se celebre por seus feitos, e adquiriu bella reputação.

A sorte das armas portuguezas não corria porém sob felizes auspícios. A deserção de Calabar, a alliança dos holandezes com a tribu dos *Jauduis*, indios de caracter feroz, e os *Palmares* occasionaram varios desastres aos defensores do solo brasileiro. Sobre tudo é de notar-se que a Hollanda dispunha de grandes recursos e de admiravel tenacidade para ampliar e fortificar as conquistas, que fazia no Brasil.

Cumpre-me aqui dar-vos rapida noticia dos *Palmares*.

Os *Palmares*, ou *Republica dos Palmares* eram povoações de negros, escravos fugidos, que reuniram-se, começando por 40, no interior de Pernambuco. E' meu dever não ser minucioso nesta parte da historia: comprehendeis bem a natureza do assumpto e eu não quero passar por inconveniente desenvolvendo-o sob todas as suas faces, na epoca e lugar, em que vivemos. Dir-vos-hei entretanto que variam as opiniões dos escriptores á respeito do numero das povoações, de que se formavam os *Pal-*

mares, do dos habitantes, e até do ponto de sua séde. Quanto a uns—a população dos *Palmares* não chegou á mais de 11 mil pessoas; quanto á outros—elevou-se á mais de 20 mil; e segundo outros á mais de 30.

Não significa porém esta divergencia a negação do facto principal. A existencia dos *Palmares* não é contestada, e nem tão pouco os grandes estragos feitos pelas excursões dessa gente aos estabelecimentos dos colonos. Mas deixando de lado este assumpto continuarei a expôr a marcha das forças holandesas. Resolvem estes atacar a Parahyba; o general Sigismundo ameaça o forte de Cabedello, á margem direita do rio Parahyba, e depois dirige-se ao *Pontal* de Nazareth. Ainda é Calabar quem o auxilia na tomada do porto.

Mathias de Albuquerque esforça-se para repellir os holandeses do *Pontal*, mas suas tropas são dispersadas por um terror panico, de que é presa, e tambem pela artilharia dos navios inimigos. Depois deste triumpho o general Sigismundo intenta tomar a Parahyba, e nestas vistas segue para ali com dois vasos, e mais de dois mil homens. Os habitantes queimam a cidade, e fogem para o interior. Mas á final exasperados pelo desregrado comportamento dos soldados hespanhoes e italianos, que tinham sido enviados para socorrerem a praça, deliberaram recolher-se a cidade, e entregar-se ao jugo hollandez. O general Sigismundo realisada a conquista da Parahyba, em fins de 1634, volta ao Recife. O litoral do Rio-Grande do Norte, Parahyba e Pernambuco fica pois sob o dominio dos invasores, que tinham conseguido fazer tremular ahi a bandeira hollandeza.

Os pontos fortificados, em que se mantinham os portuguezes, estavam reduzidos a dois em Pernambuco. Nelles conservavam-se as forças aguardando auxilios da metropole. Os holandeses, a quem á fortuna, senão a audacia de Calabar, soccorria, considerando perigosa a inacção, atacaram o campo do Bom-Jesus, e o forte de Nazareth. As pequenas guarnições, que ali estavam, procederam denodadamente, mas afinal capitularam. Foi então que Mathias de Albuquerque resolveu abandonar a provincia, e offereceu-se para escoltar todos que quizessem seguil-o e emigrar. Mais de sete mil familias deixando suas propriedades acompanharam as forças de Albuquerque em marcha para Alagôas.

Ao approximarem-se de Porto-Calvo, Sebastião Souto, que residia na villa, offereceu-se ao governador Picard para reconhecer o estado das forças. Depois de se dirigir a Albuquerque, e de accôrdo com este voltou dando ao governador informações inexactas e no sentido de mandar este atacar o inimigo, que estava muito fraco. Era uma cilada, que Souto preparava aos holandeses. Picard fez seguir 300 homens em companhia de Souto. Chegando este á frente dos portuguezes passou-se para

seu lado. Mathias de Albuquerque cahé sobre os hollandezes, e estes sorprendidos fogem desordenadamente. As forças de Albuquerque os seguem e entram na praça, rendendo-se a guarnição a este ataque inesperado. Calabar, além de outros, ficou prisioneiro, e foi executado a 22 de Junho de 1635.

A victoria não deteve a Albuquerque. Arrasadas as fortificações da villa continuou elle a viagem para Alagôas, onde se manteve com o resto de suas tropas até que no fim do anno de 1635 ali desembarcou um pequeno reforço ás ordens de d. Luiz de Roxas. Veiu este para substituir a M. de Albuquerque, que logo retirou-se para a Europa. O novo commandante adoptou um systema de guerra opposto ao de seu antecessor. Deixou Bagnuolo em Alagôas com 600 ou 700 homens, e seguiu ao encontro do inimigo. Mandou occupar Porto-Calvo pelo seu tenente-general Dias de Andrade, com 500 praças.

Esta separação de forças deu em resultado ser Roxas combatido pelos hollandezes. Nesta batalha em 1636 ficou morto, e o exercito passou por grandes perigos, tendo sido salvo pelas acertadas manobras de Camarão e Francisco Rebello—dirigindo e protegendo a retirada. Bagnuolo tomou o commando das tropas. Reuniu sua gente, e o resto do exercito em Porto-Calvo, e fortificou-se ahi. Desde então se poz em pratica um systema de guerrilhas, por meio das quaes Camarão, Vidal de Negreiros, Rebello, e Henrique Dias, commandante de um contingente de pretos, causaram grandes males aos hollandezes, e aos colonos que tinham reconhecido sua authoridade.

Em consequencia disto grande parte dos habitantes de Pernambuco resolveram emigrar, e com effeito o fizeram sob a escolta de Camarão. Nesta segunda emigração bem tristes scenas se deram, devidas a viagem por desertos caminhos, soffrendo os infelizes fugitivos toda a sorte de privações. Em Janeiro de 1637 Mauricio de Nassau nomeado governador do Brasil-Hollandez, desembarcou no Recife. A 18 de Fevereiro deu ataque as tropas de Bagnuolo, em Porto-Calvo. Renhida foi a batalha. Dizem alguns escriptores que nesta occasião Bagnuolo aproveitando-se da noite retirou-se, sempre seguido por Nassau, e só parou em Garcia d'Avila. Crêem outros que elle fugiu para as Alagôas abandonando os seus.

Nesta mesma batalha tornaram-se notaveis por seus actos de bravura Henrique Dias, que tendo perdido a mão esquerda, não deixou o theatro da guerra, Rebello, Souto, Camarão, e sua mulher d. Clara. No fim de alguns dias de cerco regular Porto-Calvo foi occupado pelos hollandezes. Nassau dirigiu-se até a villa de S. Francisco, hoje do Penedo, ahi fez construir um forte, que foi guarnecido por mais de mil homens, e depois seguiu para o Recife. A historia apresenta a Mauricio de Nassau,

em vista dos actos de seu governo, como habil politico e administrador. Mandou reedificar Olinda; garantiu a tolerancia religiosa, chamou os emigrados, conteve a pilhagem dos soldados por meio de severos castigos, protegeu a agricultura, as industrias e as letras e melhorou o *systhema* financeiro.

Neste tempo Bagnuolo toma a resolução de retirar-se para a Bahia com o resto de suas tropas. Estas porém só se aproximaram da cidade de S. Salvador depois de difficuldades criadas pela repugnancia do governador Pedro da Silva em admittil-as. A victoria animára a Nassau á nova empresa. Com mais de sete mil homens embarca-se com destino á capital da Bahia, enquanto outra expedição ao mando de Sigismundo vai atacar Sergipe. Esta povoação é saqueada e incendiada. Chegando a armada á Bahia o governador confia a Bagnuolo o commando das forças, e este recupera seus creditos desenvolvendo muito valor e actividade. A cidade foi salva da invasão, e Mauricio de Nassau viu-se forçado a partir para Pernambuco depois de grande perda de seu exercito. Ainda nesta occasião appareceram representando brilhante papel Camarão e Henrique Dias. As tropas de Pernambuco receberam provas de gratidão dos habitantes de S. Salvador, e Felipe IV conferiu titulos honorificos a Pedro da Silva, e a Bagnuolo, além de outras recompensas a este dadas.

Os hollandezes porém augmentavam suas conquistas por outro lado. O Ceará sujeitou-se a seu dominio, e a ilha de Fernando estava entregue ao almirante Jol. Antes de dar fim a exposição de hoje seja-me licito dizer duas palavras á respeito da desercão de Calabar. Não se sabe com certeza qual o motivo, que o fez abandonar os seus; se foi á isso levado para fugir a punição de algum crime, se por ambição ou esperanças de melhor sorte, ou se enfim por desgostos originados de rigores, ou da insolencia, com que por ventura seus commandantes o tratassem. Entretanto a sua memoria conserva-se tismada nas paginas de nossa historia.

Não creio que haja justiça em se qualificar de ignominioso o proceder de Calabar, desde que os historiadores não deixaram consignado, de modo a não levantar duvidas, o verdadeiro motor do seu procedimento. Bem comprehendendo que não ha circumstancias, que possam justificar o acto de quem deixa as fileiras, sob que milita, para alliar-se aos inimigos da patria. Mas, sem contestação, podem dar-se factos, que attenuem tão desgraçado proceder. Sirva de exemplo a desercão de Jaguarary, de quem ha pouco vos fallei.

Este indio passou-se para os hollandezes, onde estavam prisioneiros sua mulher e um filho, mas depois voltou ao seio das forças portuguezas. Entretanto suas explicações não foram accitadas, e seus alliados o lançaram á uma prisão onde

esteve oito annos. Quando os hollandezes conquistaram o Rio-Grande do Norte deram liberdade a Jaguarary; este porém não uniu-se á seus libertadores, pelo contrario, dirigiu-se ao exercito portuguez, e muitos e valiosos serviços prestou-lhes —de então em diante. Seu nome e seus feitos—guar-da-os a historia em brilhantes paginas. Mas perguntarei, a deserção de Jaguarary—por causa da familia—ficaria justificada diante dos direitos da patria? Atenuada—parece-me que sim.

Em conclusão, se, como é evidente, não se tem exacto conhecimento das razões, que motivaram a deserção de Calabar, no silencio da historia pede a justiça que não se mantenha esse juizo tão severo, irrogando injurias á memoria do infeliz pernambucano. A consciencia publica não está, até hoje, esclarecida por provas irrecusaveis sobre todas as circumstancias do acontecimento: não é licito á imparcialidade do historiador criar ou alimentar precipitadas opiniões, especialmente contra um homem, nascido em uma provincia de elevados e patrioticos sentimentos, e que começou a sua carreira militar no campo do Bom-Jesus ao lado de Albuquerque, Camarão e outros.

XII*(7 de Maio)*

Situação do Estado do Maranhão.—Viagem de Teixeira até Quito.—Volta ao Belém.—Resultados dessa viagem.—Medidas de Nassau em relação ao commercio da colonia hollandeza.—O conde da Torre vem governar o Brasil.—Volta d'elle e da esquadra á Lisboa.—A expedição dirigida por Camarão e outros chefes brasileiros chega á Bahia —O marquez de Montalvão primeiro vice-rei do Brasil.—Guerrilhas.—Revolução em Lisboa.—Portugal torna-se independente da Hespanha.—D. João IV é aclamado rei.

Senhores.

Em quanto lutavam os hollandezes para fortificarem o seu dominio, e os portuguezes para expulsal-os das terras brasileiras, o Maranhão e as ricas regiões banhadas pelo Amazonas eram o theatro de importantes acontecimentos. Tinham os inglezes tentado criar estabelecimentos no Pará, mas foram repellidos pelo governador.

E' preciso tambem notar-se que o systema adoptado de se confiar as administrações das aldêas de indios á colonos, pagando-se estes de seus cuidados com os serviços daquelles, deu lugar a desintelligencias no Pará desde que em 1624 foram extinctas taes administrações. O estado pois do Maranhão não podia progredir livre de difficuldades.

Já vos disse em uma das lições anteriores, quando e como foi constituido o referido estado. Morto o seu primeiro governador, Jacome Raymundo de Noronha, em 1637, usurpou o governo. Não consta entretanto que sua administração sahisse de uma carreira moderada; pelo contrario se diz que soube por generoso procedimento ganhar a affeição dos habitantes, não tendo empregado medidas de rigor.

Não era ignorada a famosa jornada de Orellana ao Amazonas, e desde então não foi esquecida a necessidade de conhecê-lo e explorá-lo, tanto mais quanto uma comunicação segura com o Perú evitaria que as riquezas d'ali exportadas para a Europa corressem os perigos do transporte pelo cabo de Hornos. Depois de longa e penosa viagem tinham chegado ao Belém, no Pará, dois leigos franciscanos, Briebe, e André de Toledo. Estes homens faziam parte de uma missão vinda de Quito para catequizar os índios chamados Cabelludos na confluência do Ahuarico com o rio Napo. Os missionários viram-se forçados a voltarem para Quito. Só os dois leigos entregando-se ao curso do rio em fragil barca chegaram ao lugar, que referi.

Este acontecimento fez que Noronha resolvesse emprehender a exploração do rio. Foi preparada uma expedição, e encarregado de seu commando Pedro Teixeira, official valente, e que conhecia o idioma e costumes dos índios. Com elle seguiu o brasileiro Bento Rodrigues, a quem Teixeira nomeou commandante de uma secção, a da vanguarda da esquadilha, depois dos acontecimentos que occasionaram, logo em começo da viagem, o descontentamento de alguns dos tripolantes, que voltaram para Belém.

A viagem foi encetada em Outubro de 1637. Parte da expedição dirigida por Bento Rodrigues chegou em Agosto de 1638 ao lugar, onde o rio Paganino se lança no Amazonas, e parou junto ás ruínas de um forte que fôra construído pelos hespanhoes para sua defesa quando aggreddidos pela tribu dos *Quixos*, que vivia nas proximidades. D'ahi seguiu por terra para Quito. Teixeira passando por Baeza, praça hespanhola em abandono, não se demorando em acompanhar a secção da vanguarda, tambem logo chegou a Quito.

Foram bem recebidos pela população, e o vice-rei do Perú resolveu fazer Teixeira voltar ao Pará, pelo mesmo rio, afim de que a navegação fosse bem estudada por elle, sendo acompanhado dos padres André de Artieda, e Christovam da Cunha, reitor do collegio de Cuencas. Deviam estes escrever o diario da navegação, examinar o curso do Amazonas, e afluentes, e conhecer as nações habitando as margens.

Para evitar os encommodos da viagem por terra, que tinha sido muito trabalhosa, Teixeira entrou por uma das origens do Napo, e veiu sahir no Amazonas. Tendo tomado posse, em nome da corôa de Portugal, dos campos dos Açores povoados pelos índios Cabelludos desceu o rio abaixo, procedendo aos exames e investigações que julgou necessarias no intuito de conhecer os confluentes, e tambem as tribus que habitavam essas paragens.

O sr. Macedo em suas *Lições de Historia* diz que Teixeira tomou posse de todo territorio á margem esquerda do Napo, cem leguas acima da sua confluencia com o Amazonas. Consta que mais de 150 nações occupavam as terras banhadas por aquelle rio. Eram differentes os idiomas, e aquellas apresentavam tambem feições distinctas.

A população selvagem era muito numerosa, e segundo refere o padre Cunha, citado por Abreu Lima, no espaço de 1,276 leguas do curso do Amazonas, desde a confluencia de Napo até sua embocadura, as tribus se aproximavam umas das outras, de sorte que em muitos lugares o som dos golpes do machado, em uma povoação, era ouvido em outra de tribu diversa. A flotilha depois de ter costeado ilhas de muitas leguas de circumferencia, percorrido lagos, e conhecido confluentes, chegou a Belém no fim de 10 mezes, segundo pensa o sr. Macedo, e no fim de 11, como se lê na historia de Abreu Lima. Nesta mesma obra encontra-se uma nota, onde se diz que Teixeira, partiu de Belém a 28 de Outubro de 1637 e chegou á Quito em Julho do anno seguinte, tendo gasto oito mezes na viagem. Voltou de Quito em Janeiro de 1639 e chegou a Belém a 12 de Dezembro desse anno, com 11 mezes de viagem. A volta foi mais demorada porque teve elle de parar em differentes lugares para reconhecer os confluentes do rio, e tomar informações dos povos, que residiam em suas margens. E' isto o que se encontra na alludida nota. A expedição foi recebida com enthusiasmo, e o governador Noronha obteve perdão do crime de haver usurpado o governo, devida essa graça ao bom resultado da empresa por elle ordenada como já deixei explicado.

Os dois padres do Pará seguiram para a Europa afim de darem conta da importante exploração. Os planos concebidos pela Hespanha no intento de manter esta communicação entre o Brasil e Perú, em proveito da união das corôas portugueza e hespanhola, desvaneceram-se diante dos acontecimentos de 1640, que deram lugar a ser restaurada a independencia de Portugal.

Voltando á narração do que diz respeito ás conquistas dos hollandezes no Brasil referirei que tratavam elles de consolidar seu poder. Se não pôde Mauricio de Nassau triumphar na sua primeira expedição e ataque a Bahia, é certo entretanto que grande foi o saque no Reconcavo, donde os invasores tomaram 400 escravos, além de outros despojos.

As estreitas vistas e o monopolio da Companhia das Indias Occidentaes causavam embarços ao progresso da colonia hollandeza. Nassau porém sustentando a necessidade de se tornar livre o commercio, franqueando-se os mares do Brasil, conseguiu

que suas vistas fossem aceitas, ficando só monopolizado o trafico de escravos, e da madeira de tinturaria. Restabeleceram-se muitos engenhos de assucar, que tinham sido destruidos pela guerra e por outras medidas economicas do conselho administrativo da Companhia estabelecido no Recife.

Não cessava porém Nassau de pedir reforços para de novo atacar a Bahia e conservar em segurança as possessões adquiridas. As reclamações portuguezas obtiveram que o duque de Olivares a testa do governo da metropole prestasse mais attenção aos interesses da colonia. Então enviou o conde da Torre, com uma esquadra, como governador do Brasil. A sua demora em Cabo-Verde deu occasião a que se desenvolvesse grave molestia a bordo. Assim chegando á Bahia nada pôde fazer, ao passo que os hollandezes reuniam suas forças de mar e terra e preparavam-se para a resistencia.

O conde da Torre apenas tomou posse do governo, dirigiu-se para o Recife afim de effectuar um desembarque, tendo deixado em seu lugar, na Bahia, o conde de Obidos. Lutando com ventos contrarios, e com os hollandezes, com os quaes teve alguns combates navaes, foi-se desviando do Brasil, e depois de errar pelos mares occidentaes alcançou a custo o porto de Lisboa. As forças brasileiras, que da Bahia tinham marchado por terra, para acompanhando os movimentos da esquadra proteger o desembarque, voltaram para a Bahia por accôrdo de seus chefes. Penoso foi este percurso de mais de 400 leguas de ida e volta. Mas a resolução dos chefes brasileiros salvou a Bahia de ser tomada pelo almirante Jol, que a ferro e fogo devastava as proximidades da cidade.

Com a chegada das tropas dirigidas por Camarão, Henrique Dias e outros valentes combatentes, já conhecidos em S. Salvador, desvaneceram-se os terrores dos portuguezes. Com o systema de destruição empregado por Jol estava nos planos de Nassau diminuir os rendimentos da capital, e cançal-a afim de mais facilmente entregar-se. Corriam as cousas nesta situação quando em Junho de 1640 chegou á S. Salvador o primeiro vice-rei nomeado para o Brasil, d. Jorge de Mascarenhas, Marquez de Montalvão.

Apenas tomou posse do governo cuidou de prevenir novos ataques augmentando as fortificações, e todos os meios de defesa. Com o fim de distrahir os hollandezes mandou Henrique Dias e Paulo da Cunha devastar-lhes as possessões. Divididas as forças em pequenos contingentes cahiam repentinamente sobre as habitações dos hollandezes. Grandes excessos foram commettidos; o incendio, e a ruina assignalavam sua passagem. Era este o estado do Brasil, quando a 1.^a de Dezembro de 1640 desfraldou-se em Lisboa a bandeira da revolução pela independencia da pa-

tria. O heroismo portuguez inspirado pelas tradições gloriosas, que lhes legaram os Viriatos e Sertorios, dos tempos da dominação romana, sacudiu o jugo hespanhol, e de novo entrou Portugal na posse de sua soberania. Subiu ao throno a dynastia de Bragança.

A noticia destas occurrencias chegou ao conhecimento do vice-rei Montalvão em Fevereiro de 1641. O novo monarcha portuguez d. João IV foi acclamado na Bahia e em outros pontos não sujeitos ao dominio hollandez. Dizem porém alguns historiadores que o vice-rei primeiramente ouviu reservadamente os homens notaveis do lugar sobre o que cumpria fazer. Por tal proceder incorreu elle no desagrado do governo, e de Lisboa tinham vindo providencias para ser elle deposto e remetido preso para Portugal no caso de não ter acclamado o novo rei—ficando encarregado do governo um triumvirato composto do bispo, do mestre de campo, e provedor-mór. Com effeito este triumvirato entrou no exercicio interino do governo em Abril de 1641. Dizem outros que Montalvão não oppôz o menor obstaculo ao reconhecimento do monarcha, mas que levados de falso zêlo o bispo e mestre de campo prenderam o vice-rei e o enviaram para Lisboa.

A proposito da acclamação de d. João IV deram-se varias occurrencias na capital de nossa provincia. Eu porém acho melhor deixar a narração dellas para outra occasião. Tendo eu já feito exposições da historia da capitania de S. Vicente até 1582, quando o Brasil passou com Portugal para a corôa de Hespanha, agora que cheguei ao anno, em que se findou o dominio hespanhol, devo com especialidade occupar-me della em todo esse periodo de quasi 60 annos, isto é—desde 1582 até 1640. Deixarei por emquanto a historia geral do Brasil, e na exposição seguinte tratarei da capitania de S. Vicente.

XIII*(10 de Maio)*

Minas de Araçoyaba.—Excursões de Domingos Peixoto.—Fundação de Sorocaba.—Desintelligencias entre os jesuitas e o povo de S. Paulo.—Mamelucos.—Ataques as reduções do Guayrá.—Publicação da bulla de Março de 1638.—Motim do povo do Rio, Santos e S. Vicente.—Os jesuitas são expulsos.—Amador Bueno da Ribeira.—Expedições á Itatines.—Salvador Corrêa na capitania de S. Vicente.—Considerações sobre a expulsão dos jesuitas.

Senhores.

A historia da capitania de S. Vicente no periodo do dominio hespanhol não offerece grande série de importantes acontecimentos. O theatro de mais numerosas e variadas scenas era sem duvida o norte, isto é—Bahia, Pernambuco, e o estado do Maranhão, que como já vos expliquei estendia-se até o Pará. Não quero com isto dizer que as poucas occurrencias dadas naquella capitania não devam merecer nossa attenção, tanto mais quanto nesses poucos factos se revelava, desde esses tempos, um tal ou qual espirito de independencia, uma certa energia da indole dos paulistas.

No seguimento da exposição de hoje vereis a verdade de minha asserção, e mais tarde terei de narrar acontecimentos, que ainda mais convencidos vos deixarão desta opinião, que emitto.

Em uma das passadas lições, quando tratei de aggressões estrangeiras ás possessões portuguezas na terra de Santa Cruz vos dei noticia do que occorreu em Santos e S. Vicente á proposito das piratarias de Coke e de Cavendish. Não julgo necessario recordar esses factos, embora se tivessem dado no periodo de que me occupo.

Não é também de necessidade que vos torne a expôr a historia de Roberio Dias e o acolhimento que teve na côrte de Madrid. Dir-vos-hei entretanto que desde esse tempo o governo da metropole resolveu ordenar explorações para descoberta de minas. Tendo vindo ao Brasil o governador Francisco de Souza invidou esforços a vêr se conseguiria realizar as vistas do governo. Embora tivessem sido infructíferas as diligencias empregadas para descobrir as minas, de que fallára Dias, não deixou aquelle de continuar no empenho de obter conhecimento da existencia de outras.

Persistindo nestas idéas apenas constou-lhe que nas montanhas de Araçoyaba havia importantes jazidas de minas partiu do Rio de Janeiro e veiu a Piratininga em fins do anno de 1598, e dahi dirigiu-se ao Araçoyaba. Na presença do governador fizeram-se novos ensaios para conhecer-se a riqueza das minas de ferro, sendo certo que a existencia destas já estava demonstrada por processos de Sardinha, que ali tinha levantado fornos catalans. O governador retirou-se satisfeito, tendo antes mandado levantar pelourinho, como signal de villa, no valle das Furnas em proximidade das montanhas, afim de se formar ali uma povoação, que poderia auxiliar as explorações.

Nestes tempos foi que apoz repetidas investidas dos vicentistas sobre os indios Carijós e Patos, para assenhorearem-se de terras, Domingos Peixoto, natural de S. Vicente, tomou posse do lugar, onde se fundou posteriormente a villa da Laguna, ficando aquelle annexado ás terras de S. Vicente. Fazendo mais longinquoas explorações ao sul o mesmo Peixoto chegou aos campos do Rio-Grande. Em 1610 tornou Francisco de Souza a visitar o Araçoyaba. Já então estava mudado o pelourinho das Furnas para o lugar, onde está Sorocaba, povoação esta, que tomou o nome do rio, á cuja margem foi fundada, deixando o de S. Felipe, que fôra o da escolha ou vontade de Souza.

Nas explorações de minas e lavra das terras de Piratininga os indios, quer os captivos dos colonos quer os de aldeamentos proximos á povoação, eram empregados. Os trabalhos muito pesados, e rigorosamente impostos ou exigidos não encontravam lenitivos, pois que os encarregados de funções publicas não exerciam com efficacia seus poderes para proteger aquelles infelizes.

Pensam alguns escriptores que os jesuitas, a quem elles recorriam, davam-lhes acolhimento, e conselhos afim de que se resignassem aos soffrimentos, porque passavam.

No *Quadro Historico* de Machado de Oliveira, a quem vou seguindo na exposição, que estou fazendo, se diz que os padres aconselhavam os indios a affrontarem os desmandos e vi-

cissitudes do mundo com a esperança de recompensas eternas, mas que taes conselhos não tinham efficacia alguma, e que os indios para evitarem máu tratamento fugiam. Acreditavam os colonos que o proceder dos indios era devido á insinuações dos padres, pois que viam que os indigenas aceitavam os trabalhos impostos pelos jesuitas ao passo que furtavam-se aos dos colonos.

A observação destes factos deu lugar a reclamações da parte destes, que não eram attendidas. D'ahi originou-se um movimento hostil aos padres, e assim em Junho de 1612 o povo impôz ao conselho da villa o dever de separar o poder espirital do temporal, que os jesuitas exerciam nas aldêas em prejuizo da prosperidade da colonia e de seus trabalhos.

Era mais ou menos a reproducção do mesmo pensamento sustentado perante o conselho da villa em Agosto de 1611.

Já nessa occasião foram pedidas providencias no sentido de impedirem a influencia e predominio dos padres, aos quaes era imputada a intenção de attrahirem para seus trabalhos os indios empregados nos dos colonos. Não consta porém que houvesse decisão a respeito das pretensões apresentadas ao conselho em 1612. E' certo entretanto que o odio dos colonos aos missionarios teve mais elementos para sua recrudescencia.

Corria mal a situação da colonia. O pessoal dos indios, quer os aldeados sob a direcção dos padres, quer os empregados em serviços dos colonos, soffria grande e incessante diminuição. A falta de braços para os trabalhos de roteamento das terras se fazia sentir. Era necessario encher-se o vacuo, que progressivamente se abria. E o recurso lembrado pelos colonos era o de invadir as matas, e escravisar os indigenas. De passagem direi que no *Quadro Historico* se dá como causa do emprego daquelle meio para obter braços o não estar ainda introduzida no Brasil, nesse tempo, a ignominiosa escravidão africana.

Eu accitaria essa opinião, se o illustrado escriptor se tivesse referido á capitania de S. Vicente. Mas em relação ao Brasil não me parece fundada aquella asserção, por que, como já vos disse, a introdução de escravos africanos já tinha-se realisado na Bahia em 1551, dois annos depois da vinda do primeiro governador Thomé de Souza, e durante sua administração. A primeira remessa de escravos daquelle origem pela metropole á colonia data pois do referido anno. A empresa de investir contra as florestas e ahí aprisionar indios não era facil. Os colonos não se consideravam com força para tão arriscados commettimentos. Lembraram-se pois de induzir os *Mamelucos* com donativos e grandes promessas afim de se atirarem á caça de indios.

A' proposito daquelles homens recorde-me ter lido, em uma historia do Brasil escripta por um inglez, que eram elles descendentes dos mamelucos que invadiram o Egypto. Esta opinião é inteiramente infundada. Os mamelucos da capitania de S. Vicente não provieram da raça invasora que se manteve no Egypto por largos annos. O *Quadro Historico* explica satisfatoriamente a origem delles, quando diz que traziam sua linhagem desde João Ramalho, que teve extensa descendencia de sua mulher Bartira, filha de Tebyreçá.

Foi formado na antiga povoação de Santo André da Borda do Campo o seu primeiro nucleo. Extincta a villa, como já vos expliquei, dispersaram-se e viveram nos campos de Piratininga em plena liberdade, sem prestarem obdiencia ao governo, e mantendo-se de rapinas. Augmentou-se o numero com a chegada de estrangeiros á S. Vicente. Os immigrants desse tempo eram em grande parte desertores, fugitivos, e criminosos lançados de preferencia ao porto de S. Vicente.

A alliança de taes homens á mulheres indigenas deu, como resultado desse crusamento, o augmento dos mamelucos. Este nome foi injustamente confundido com o de paulistas, sendo certo que estes constituíam uma classe differente. Esta confusão foi devida a ignorancia ou pouco cuidado com que historiadores estrangeiros desde esses tempos tratavam dos acontecimentos do Brasil.

Sobre este ponto direi que pouco temos melhorado, pois que até hoje, quando ha mais facilidade para trabalhos dessa especie, ainda se publicam escriptos, feitos por estrangeiros, onde se encontram os mais infundados juisos á respeito de nosso paiz. Abra-se qualquer livro da mais recente data e ter-se-hão ás provas da verdade que deixo enunciada.

Para mais completa explicação do que eram os mamelucos reproduzirei as frases da—Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro—citadas por M. de Oliveira—« da aproximação da raça branca e india sahiu essa mescla hybrida e impura definida com o nome de *mamelucos*, esses filhos espúrios e equivocos que, renegando sua origem materna, ostentaram-se com incrível ferocidade os mais rancorosos inimigos dos indios, e o mostraram por sem numero de vezes. »

Eram pois estes homens os encarregados de acommetterem as tribus e dellas obterem os trabalhadores destinados a restauração dos serviços da colonia, que caminhava em decadencia por falta de braços. As vistas dos colonos dirigiam-se para o Guayrá. O Guayrá estava dividido em duas secções separadas pelo rio Tibagy, e constava de quatorze reduções. Data sua fundação de 1557, e crê-se que chegou a ser povoado por cem mil indios, administrados ou submissos aos jesuitas.

As reduções do Guayrá, diz M. de Oliveira, no escripto, que estou seguindo, bem poderiam ter o titulo de —confederação indiana— em vez do de imperio, que os hespanhoes lhes attribuiram no tempo de sua maior prosperidade. O nome de Guayrá é devido ao maior potentado da nação Guarany, que entrou na fundação das reduções, e era estacionada no territorio interposto ao Paraguay e Paraná.

Estiveram os indios por mais de um seculo sujeitos ao dominio dos jesuitas, que se dedicaram a cathequese no rio da Prata e nas matas do Paraná. Os padres ali começaram as missões sob a direcção de Cataldino, Maceta, e Montoya. Em 1628 as forças expedicionarias divididas em bandeiras atacaram as primeiras povoações do Guayrá, ao oriente e mais destacadas do centro.

Eram aquellas formadas de 900 mamelucos e 2,000 indios Tupys sob o commando de Antonio Raposo. Desde aquelle anno repetidos foram os acommettimentos, e em 1631 o Guayrá estava arrasado. Os indios aprisionados foram em numero superior ás necessidades das colonias da capitania de S. Vicente : o excedente se distribuiu por outras capitanias. Os indigenas que povoadam as reduções do Loreto e Santo Ignacio, achando-se estas em ponto mais central, escaparam e guiados pelos jesuitas formaram nucleos das reduções, que depois se levantaram nas margens do Uruguay, e das quaes procedem as missões do Rio-Grande do Sul.

Não cessaram porém as correrias dos mamelucos depois da destruição do Guayrá. Unidos aos hespanhões apresadores de indios cahiram sobre as reduções de Tapé e Itatines, e sobre Xeres, grande estabelecimento jesuitico ao oriente do Paraguay, onde se refugiou parte dos indigenas que á custo abandonaram as ruinas de Guayrá. Aquellas reduções foram tambem destruidas, e escravizados os indios, ficando de Xeres só o nome com as tradições de sua passada grandeza, como refere A. Lima na sua Historia do Brasil.

Em consequencia destes attentados commettidos pelos mamelucos e hespanhões do Paraguay os superiores da missão jesuitica mandaram emissarios á Europa pedindo providencias á respeito da situação arriscada, em que se viam. Os padres Tanho e Montoya foram os enviados para fazerem a narração do acontecido, e do que se devia temer de taes inimigos. Montoya obteve em Madrid a authorisação de armar e disciplinar os indios dos aldeamentos do Paraguay. Tanho alcançou em Roma medidas contra os senhores de indios, e os que tratassem de escravisal-os onde quer que fosse.

Voltando ambos com destino ao Prata tiveram de arribar ao Rio de Janeiro. Ahi as fulminações de Roma foram mani-

festadas solemnemente na igreja dos jesuitas pela leitura da bulla de Março de 1638. Este facto deu lugar a que se amotinasse o povo contra os jesuitas e aos esforços e prestigio do governador Salvador Corrêa de Sá foi devida a salvação delles. O governador assegurou que o governo sollicitaria da Curia Romana a revogação do anathema lançado pela bulla contra os possuidores de escravos.

Em Santos mais graves foram as explosões do odio popular. Quando o parochio leu na igreja a bulla, o povo encoleurado lançou-se contra elle, e o offendeu. O superior dos jesuitas apresentou-se para tranquillisar os amotinadores, mas o tumulto só se acalmou depois que os padres declararam que a sanção penal da bulla não era extensiva ao povo de Santos, pois que seus habitantes tinham incontestavel direito sobre os indios escravos.

Em S. Paulo de Piratininga logo que se divulgou a noticia de que ia ser publicada a bulla restaurando a liberdade dos indios, o povo no dia 13 de Julho de 1640 levantou-se contra os jesuitas, invadiu a sua residencia, e expelliu nove padres que ali estavam. Fugiram estes para Buenos-Ayres, e os demais, que se achavam na capitania tambem a abandonaram. Depois deste acontecimento a camara de Piratininga dirigiu ao rei de Portugal uma representação fazendo graves inculpações aos jesuitas.

O governo da metropole expediu o Alvará de 3 de Outubro de 1643 rehabilitando-os aos direitos espirituaes em suas igrejas, e aos de administrar as aldêas de indios. Entretanto os jesuitas, só depois de 10 annos, em 1653, regressaram á capitania, mediante a protecção de alguns paulistas influentes e geralmente respeitados, que lhes prometteram favoravel acolhimento.

Fui levado a tractar de factos posteriores ao periodo, de que estou me occupando, como são esses de 1643 e 1653, porque me pareceu conveniente, tendo eu referido a expulsão dos jesuitas em 1640, completar a exposição dando-vos noticia de sua volta, não por força do Alvará de 3 de Outubro, mas pela acquiescencia de pessoas geralmente estimadas e de prestigio em Piratininga.

Voltando ao periodo, de que me occupava, vos recordarei que a noticia da independencia de Portugal, a 1º de Dezembro de 1640, chegou ao conhecimento do vice-rei Montalvão em Fevereiro de 1641. A communicação do acontecimento veio logo ás capitanias do Sul. Em Março foi aclamado o novo rei, no Rio de Janeiro e poucos dias depois em Santos, e S. Vicente.

Nestes dois pontos a aclamação foi devida aos esforços de Salvador Corrêa, que para promovel-a enviára seu sobrinho Arthur de Sá. A falta de enthusiasmo ou espontaneidade na accla-

mação, ao que parece, era devida ao espirito de liberdade do povo paulista. Saint-Hilaire assim o dá a entender em sua—Historia da Provincia de S. Paulo—quando diz que os paulistas—altivos, e animados por esse espirito de liberdade rude, que caracteriza a raça americana, nunca foram um povo bem sujeito, e conservando-se quasi independentes durante o dominio hespanhol espreitavam o primeiro momento de perturbação no regimen publico para romperem os laços, que os prendiam á dominação européa.

Além destas disposições havia entre elles muitos hespanhoes europeus ligados por alliança de familia, e domiciliados uns em S. Paulo, no exercicio de cargos conferidos pelo governo, e outros por voluntaria immigração. A separação da corda portugueza da hespanhola significava decadencia da influencia dos hespanhoes. Prevendo isto era natural que estes procurassem aproveitar-se da indole independente dos paulistas, e os acorçoassem em manifestações contrarias á nova ordem de coisas, que ia originar-se da ascensão de d. João IV ao throno de Portugal.

Lembraram-se de aventar a idéa da eleição de um rei entre os paulistas, e no sentido de fazel-a vingar empregaram os meios. Descendente de hespanhoes vivia em S. Paulo, gosando de alta estima, e dotado de nobres qualidades Amador Bueno da Ribeira. Foi este homem prestigioso, a quem o povo quiz collocar á sua frente, proclamando-o rei. Bueno recusou-se a aceitar o encargo, e aconselhou o povo a acclamar d. João IV. Insistindo o povo em suas vistas, Bueno resolveu sahir de casa e esconder-se no convento dos Benedictos proximo á sua residencia.

Com effeito assim o fez: rompendo a multidão, que o cercava, correu para o convento, e em resposta ao povo, que o acclamava rei, dava vivas á d. João IV e dizia que estava disposto a morrer pelo rei. O abbade e outros monges de S. Bento, bem como os esforços de pessoas preponderantes de S. Paulo conseguiram tranquillisar os animos. Nesse mesmo dia d. João IV foi acclamado.

A restauração da independencia de Portugal veio dar nova fase aos acommettimentos aos indios das reduções do Paraguay. Em 1641 os jesuitas, á cuja administração estavam entregues as reduções, que surgiram das ruinas do Guayrá, prevendo que as aggressões dos habitantes da capitania de S. Vicente, possessão portugueza, continuariam contra os indios sujeitos as missões hespanholas, mas sob pretexto de guerra de nação á nação, trataram de organizar meios de resistencia.

Foram armados os indios com o armamento vindo, á pedido de Montoya, de Hespanha, entrando nesse armamento uma

peça de artilharia. Ensinou-se-lhes a manejar as armas, e fez-se distribuição de forças pelos pontos mais sujeitos á invasão.

Se no Paraguay trabalhava-se em preparar os recursos de defesa, tambem em S. Paulo o corpo de expedicionarios era organizado, e com authorisação e sob as vistas dos governantes do lugar, visto que deveria operar em guerra á uma nação inimiga, embora não tivesse ella sido declarada pelo poder competente. Ao corpo de 400 paulistas, sendo a maior parte de mamelucos, uniu-se grande numero de indios da nação Tupy.

A expedição partiu para as reduções de Itatines; mas ao approximar-se foi repentinamente atacada pelos inimigos, que empregavam o fogo de artilharia alternado com fuzilaria. A expedição foi desbaratada, e retomados pelos vencedores mais de 2,000 indios, que tinham sido capturados em diferentes occasiões pelos mamelucos, e eram trasidos para Piratininga. Não se acobardaram com este desfecho da expedição. Fizeram novos ataques ás reduções de Itatines, arrasaram-n'as e invadiram o Chaco, até então impenetravel aos hespanhões. Depois destes accommettimentos ao Paraguay se pôz fim a essa luta, e a capitania de S. Vicente entrou em paz, ou pelo menos se pizeram trégoas á guerra travada com os aborigenes da região do Paraguay.

Os revezes que os paulistas soffreram, e a nenhuma vantagem de seus ultimos assaltos ao Paraguay serviram de pretexto á uma trama contra o governador Salvador Corrêa. Alguns desaffectedos deste conseguiram persuadir os paulistas que elle tinha influido sobre as authoridades da capitania de S. Vicente de modo a fazerem avisos aos jesuitas do Paraguay das excursões preparadas em S. Paulo.

A' semelhantes avisos se devia attribuir a organização da resistencia naquelle paiz, e portanto os desastres da expedição, e os infructiferos passos posteriormente dados para aprisionamento de indios.

Em Setembro de 1640 do Rio tinha partido o governador para Santos, donde seguia para Paranaguá afim de promover a exploração de minas ali descobertas. Os paulistas illudidos pelas razões, que venho de expôr, tambem se deixaram levar pelas informações vindas do Rio apresentando a Salvador Corrêa do lado dos jesuitas e com vistas de em S. Paulo induzir os indios a insurgirem-se contra seus possuidores.

Nestas crenças mandaram dizer ao governador que se viesse á S. Paulo seria expulso. Salvador Corrêa não se intimidou com as ameaças. Em Setembro de 1641 por carta dirigida aos habitantes de S. Paulo mostrou não temel-as. Com effeito proseguiu sua viagem ao sul da capitania, e em quanto nella se demorou tratou de mandar construir pontes, abrir caminhos, e pres-

lou outros serviços. Os paulistas testemunharam seu reconhecimento ao governador, e offereceram seus auxilios contra os amotinados, que no Rio se haviam sublevado contra o governador.

Semelhante offerecimento concorreu para apasiguar os inimigos do governador, como vem referido na—Revista do Instituto Historico, volume 11.

Vou terminar a exposição de hoje, visto que não devo narrar acontecimentos posteriores ao anno de 1641, que põem fim ao periodo, sobre que versa a lição. Seja-me porém dado dizer-vos que respeitando muito as opiniões sustentadas no *Quadro Historico* relativamente a varios acontecimentos, divirjo entretanto do modo, porque foi apreciado o procedimento dos paulistas no dia 13 de Julho de 1640 contra os jesuitas.

Em 1611 e 1612 o povo pediu ao conselho da villa providencias que obstassem a intervenção dos jesuitas nas relações mantidas entre colonos e indios.

No ultimo anno, já depois de desattendidas as reclamações instou o povo afim de que o conselho estremasse o poder temporal do espirital, que os jesuitas exerciam cumulativamente. Nada mais justo do que semelhante pretensão. Queriam os paulistas que os padres se limitassem ás suas funções ecclesiasticas. Ainda nessa vez não foram attendidos. Resignados viveram largos annos, até que em 1640, como se de proposito se desejasse provocal-os, apparece a bulla de 1638, e della se faz leitura nas igrejas.

Evidentemente os jesuitas contavam com decidido apoio da Curia Romana; faziam disso alarde, e assim pretendiam fortificar sua influencia e intervenção em assumptos, que não eram da competencia do poder espirital. Os paulistas, que não contavam com os meios legaes, e com os auxilios do governo para contel-os, resolveram, confiados em seus proprios recursos, manter seus direitos e impedir a invasão jesuitica nas relações de natureza inteiramente temporal.

Fizeram o 13 de Julho, expelliram os jesuitas, que já não eram inspirados pelas idéas e sentimentos dos Nobregas e Anchieta, mas se tinham intromettido muito nos negocios mundanos. Bem manifestos eram os trabalhos para estenderem seu dominio sobre todos os interesses da capitania, ou melhor direi, da sociedade paulista. Ninguém condemne a energia dos nossos maiores; quando nem as instituições, nem os agentes do poder protegem os direitos de um povo, não lhe é licito encastellar-se na resignação da covardia. E' de sua obrigação pronunciar-se franca e energicamente contra aquelles, que intentam subjugal-o.

Eu applaudirei sempre essa virilidade de sentimentos dos

paulistas das passadas eras. E se o jesuitismo moderno continuar na carreira, que trilha, procurando abertamente estabelecer, e por meios revoltantes, sua preponderancia ou dominação no paiz, eu não duvidarei achar-me ao lado daquelles, que quizerem, imitando os antigos paulistas, reproduzir um 13 de Julho, para conter os ambiciosos em seus desatinos.

Em taes casos não vacillo em dizer—que pertenço ao partido da revolução.

XIV

(15 de Maio)

Tregua com a Hollanda.—Antonio Telles da Silva, vice-rei do Brasil.—Mauricio de Nassau volta para a Hollanda.—O Conselho Supremo.—Má administração da colonia hollandeza.—Começo de decadencia.—O Maranhão e Ceará expulsam os hollandezes.—Conjuração Pernambucana.—Vieira, chefe dos independentes.—Attitude do governo portuguez.—Combate em Tabocas.—Desastres em Tamandaré.—Ataque e tomada da *casa forte* pelas forças libertadoras ao mando de Vieira e Vidal.

Senhores.

D. João IV já estava reconhecido, como rei de Portugal, pela maior parte dos governos europeus, quando teve necessidade de assignar uma tregua por dez annos com a Hollanda. Não era possível ao estado, que restaurava sua independencia por meio de revolução contra a Hespanha, encetar guerra com a Hollanda. Foi disto que se originou o tratado de tregua. Mas ou porque o rei de Portugal demorasse a ractificação, ou por que a habilidade de Mauricio de Nassau se aproveitasse da impericia das authoridades portuguezas, o certo é que depois da tregua assignada Sergipe e Maranhão foram invadidos pelas forças hollandezas.

Em 1642 veio para a Bahia o vice-rei Antonio Telles da Silva tomar as redeas do governo, que se achava em mãos de governadores provisórios, como já deixei explicado, desd'a partida de Montalvão para Lisboa.

O vice-rei obteve que Mauricio aceitasse as consequencias do tratado referido, sem que entretanto este principe restituísse as ultimas conquistas. Desde então o chefe hollandez dirigiu as suas vistas para os melhoramentos da colonia. Não se limitou aos de ordem material, tambem cuidou dos meios de animar a agricultura, promulgou medidas uteis e no intuito de augmentar as rendas publicas.

Ou por que estes passos desagradassem os Estados-Geraes inspirando-lhes desconfianças de ambiciosas pretensões de Mauricio, e dêssem lugar a sua demissão; ou porque este não recebendo os auxilios, que pedia, resolvesse retirar-se, o certo é que em 1643 fez-se á vela para Amsterdão, ficando o Conselho Supremo da Companhia, no Recife, encarregado do governo do Brasil hollandez.

Desd'a retirada de Mauricio começou a decadencia da colonia. O Conselho só teve em mira obter o crescimento de rendas, perseguiu com processos violentos os devedores portuguezes, e afastou-se inteiramente da carreira de tolerancia religiosa seguida por Mauricio. Assim incarnicadas foram as perseguições aos que professavam o catholicismo, a seus ministros, e os templos foram entregues á pilhagem. Neste estado, que mais grave se tornou por outras circumstancias, os habitantes de Pernambuco resolveram invidar esforços para alcançarem a quêda do governo hollandez.

Fernandes Vieira, natural da ilha da Madeira, que vivia no Recife rodeado de prestigio e das commodidades, que lhe dava sua riqueza, não se julgava feliz, supportando impaciente-mente o jugo estrangeiro.

Embora rendeiro dos direitos da Companhia, e gosando de bons creditos, não se resignava á situação, em que se achava a colonia. Planejou a revolução para restaurar a possessão sujeita aos hollandezes e restitui-l-a a metropole. Confiou seus planos ao vice-rei, que mandou a Vidal de Negreiros, parahybano, conferenciar com o conspirador, e estudar o estado do espirito publico. Este distincto parahybano desempenhou satisfactoriamente o encargo. Com notavel prudencia e tino animou a revolta em Pernambuco e Parahyba, entendendo-se com os principaes habitantes, e scienticando-os de que o commando em chefe das forças restauradoras pertencia a Vieira.

Communicadas as providencias ao vice-rei, este as approvou, evitando porém tomar franca attitude, para não comprometter as relações politicas entre Portugal e Hollanda. Enquanto corriam as coisas deste modo, preparando Vieira os meios de atacar os hollandezes—de repente, em 1643 o Maranhão desfraldou a bandeira revolucionaria e conseguiu repellar os invasores. Os acontecimentos no Maranhão e no Ceará, que tambem tinha-se libertado do poder hollandez, animaram muito a conjuração pernambucana, mas serviram igualmente para despertar o Conselho no Recife.

Desde então as suspeitas, que elle alentava contra Vieira, attrahiram suas vistas de modo que tratou de vigiar os passos daquelle chefe. Estava marcado o dia 24 de Junho de 1645 para o rompimento da revolução. Esperava Vieira a chegada de Ca-

marão, Henrique Dias, e Antonio Dias Cardoso, que da Bahia tinham partido para unirem-se a aquelle, quando em Maio dois portuguezes—Fernando Valle, e Sebastião de Carvalho, e cinco judeus, todos conjurados e todos traidores, como bem os qualifica o sr. Macedo nas suas *Lições de Historia*, denunciaram ao Conselho todo o plano da revolta.

O Conselho pôz em estado de sitio os fortes, reunia tropas, e procurou attrahir os chefes da conjuração. Vieira teve tempo de fugir para os bosques vizinhos, e tomando as mais acertadas providencias viu em breve a roda de si outros importantes chefes, e conseguiu formar um corpo de mais de mil homens. A 13 de Junho os conjurados levantaram o brado de liberdade, e assim em vez de triumphar a denuncia dos traidores, ella precipitou o rompimento da guerra, que pôz fim ao dominio hollandez no Brasil.

O governo hollandez considerando de grandes resultados afastar Vieira do partido libertador mandou offerecer-lhe duzentos mil ducados, para abandonar os seus e retirar-se para qualquer parte do mundo, á sua escolha. A recusa não se fez esperar. A corte de Lisboa temendo lutar com a Hollanda, quando ainda as relações com a Hespanha não corriam pacificas, não podia occupar uma posição de franco appoio á revolução de Pernambuco. Ao vice-rei estava confiada a faculdade do proceder a respeito daquelle movimento de modo a não comprometter a metropole. Esta situação de Portugal não trouxe desanimo á Vieira.

Tomou sobre si a resolução de declarar em seu proprio nome guerra á Hollanda. Foi então que o Conselho no Recife levado pelos receios de ser supplantado por um partido, que tinha por chefe um homem de tão notavel coragem, publicou um decreto pondo á premio a cabeça de Vieira, e tomando medidas de rigor contra os revolucionarios. Vieira em represalia tambem pôz á premio as cabeças dos membros do governo. Sabendo aquelle chefe que debaixo do commando de Huss oitocentos homens sahiram do Recife para atacar as forças restauradoras, marchou contra elle e esperou o inimigo no monte de Tabocas.

Ahi teve lugar a 3 de Agosto de 1645 uma renhida batalha, sahindo victoriosos os portuguezes—e retirando-se á noite Huss para o Recife. Antes disto—queixando-se os hollandezes da infracção da tregua em vista dos actos de Vieira e outros, respondeu o vice-rei que não podia contel-os, mas que enviaria emissarios ao campo dos rebeldes para aconselharem a deixar as armas. Sob este pretexto sahiu da Bahia uma frota com dois regimentos que desembarcaram em Tamandaré. Vieira dirigiu-se a encontral-os acompanhado de Camarão e H. Dias chegados de vespóra. Em resultado da entrevista de Vieira e os comman-

dantes dos regimentos deu-se a união e accôrdo de todos para proseguirem a campanha contra os hollandezes.

O almirante Lichtast sabendo que a frota portugueza conservava-se em Tamandaré, atacou-a e a destruiu, ficando prisioneiro o commandante della Jeronymo Serrão de Paiva. Os hollandezes criaram esperanças de felizes successos, e ardiam em desejos de sahirem do Recife para encontrarem as forças dos independentes, e vingarem-se dos desastres de Tabocas. Huss com sua melhor gente sahe a campo, devasta as habitações dos colonos portuguezes, aprisiona muitas mulheres, cujos maridos se achavam sob a bandeira da revolução.

Vieira marcha sobre o engenho de *Wilt*, que depois teve o nome de *casa forte*—onde o general hollandez se tinha aquartellado. Aggredido o inimigo ali intrincheirado pôde repellir os primeiros ataques. Mas novos accommettimentos e com mais vigor foram feitos pelas forças revolucionarias. Então o commandante hollandez teve a selvagem lembrança de, para conter os assaltantes, mandar expôr às janellas da casa forte as mulheres aprisionadas. Vieira não recua: os gritos das infelizes não o detem.

As duras exigencias da guerra o levam a fazer incendiar o edificio, e a ordenar a continuação do fogo. Os hollandezes assombrados arvoram a bandeira branca; era o signal da rendição. Vieira toma medidas para extincção do incendio, recebe os vencidos, e faz passar pelas armas os soldados brasileiros encontrados ao lado dos hollandezes.

Quem sabe—no meio destes quantos infelizes não foram victimas de tão rigoroso acto! Quem sabe se alguns empunharam as armas contra a revolução, não por vontade, mas forçados por motivos, a que não lhes foi dado subtrahir-se!

Antes de terminar esta exposição devo dizer-vos que o prestimoso governador do Rio—Salvador Corrêa de Sá—não se furtou á prestar serviços ao partido restaurador.

Ao mesmo tempo, em que se achava em Tamandaré a frota commandada por Jeronymo de Paiva, appareceu nas aguas de Pernambuco a frota do Rio de Janeiro commandada por Salvador Corrêa. Procurou attrahir a dos hollandezes para dar-lhe combate, mas não o tendo conseguido fez-se ao largo.

Foi logo depois de sua retirada que tiveram lugar os desastres em Tamandaré, que ha pouco referi.



XV*(3 de Setembro)*

A fortaleza de Nazareth.—Ataque de Itamaracá.—Conspiração contra Vieira—Chegada de uma frota hollandeza ao Recife—Proposição de amnistia—Resposta de Vieira.—Tomada de Itaparica—Morte de Rebello—Telles da Silva é substituído—Barreto de Menezes, commandante do exercito de Pernambuco—Batalha dos Guararapes—Triumpham os Pernambucanos—Os Hollandezes tomam Olinda.—Devastação das costas da Bahia—Morte de Camarão.—Segunda batalha dos Guararapes.—Morte do general Brinck.—O conde de Castello-Melhor vice-rei do Brazil—Continuação do cerco do Recife.

Senhores.

A importante fortaleza de Nazareth era commandada pelo major Hoogstrate.

Este a vendeu e entregou a guarnição hollandeza aos portuguezes.

Propagava-se o movimento revolucionario sem que os hollandezes o pudessem impedir.

Por toda parte era Vieira reconhecido como chefe; sua reputação crescia, suas forças se augmentavam, recebendo até transfugas hollandezes.

Estes acontecimentos animaram a Vieira na resolução de sitiá-lo o Recife.

Trata de apoderar-se do forte das Cinco-Pontas.

Mas desvia-o d'este intento o projecto de atacar a Ilha de Itamaracá, considerada o celeiro do Recife.

Suas tropas atravessam o canal, que separa a ilha do continente, atacam a villa, junto da qual se achava o principal forte, e depois de renhido combate retiram-se sem resultado

victorioso. Na occasião do combate alguns transfugas influenciados pelas promessas dos governadores do Recife tentam trahir os Portuguezes, mas o golpe foi desviado a tempo.

Camarão tendo marchado contra o Rio Grande, havia alli praticado actos de valor, que mais augmentavam seu prestigio. Illudia-se porém, Vieira, crendo que todos estes acontecimentos lhe trariam o apoio do governo de Portugal, ao qual constantemente pedia auxilios.

A politica européa não permittia que D. João IV protegesse as aspirações e esforços dos revolucionarios: pelo contrario estes receberam terminantes ordens para abandonarem o emprehendimento a que se tinham dedicado.

Vieira dirigiu suas vistas para o governador da Bahia, esperando d'elle receber os soccorros recusados pelo rei.

Telles da Silva, no intuito de enfraquecer os recursos do inimigo, ordenou a Vieira que fizesse cortar e queimar as cannas de assucar de Pernambuco, pretendendo por este meio arruinar o commercio hollandez.

Vieira não executou inteiramente as ordens do vice-rei, mas para dar provas de que não era a isso levado por seus particulares interesses fez queimar as suas proprias plantações.

Dominado sempre pelo pensamento de expellir os hollandezes, lançou suas vistas e atenções para o bloqueio do Recife.

As medidas empregadas apertavam a praça de dia em dia; interceptadas as communicações e guardadas as passagens, a penuria se fazia sentir n'ella.

Dois moços portuguezes tentaram incendiar os navios hollandezes; mas a vigilancia do almirante Lichart inutilisou seus passos.

Generalisavam-se os feitos de bravura: os homens de todas as côres rivalisavam no campo de batalha.

Os soldados de Henrique Dias atacam os reductos entre o Forte dos Afogados e o das Cinco-Pontas, levantados pelos sitiados para impedirem os progressos do cerco.

A artilharia dos fortes vizinhos não faz os assaltantes recuar da marcha que seguem; elles destroem as obras e trabalhos do inimigo, e entram triumphantes em suas linhas.

A influencia e prestigio de Vieira cresce: os soldados o consideram muito, e elle querendo aproveitar estas favoraveis disposições das tropas planeja de novo atacar Itamaracá.

Dirigindo com acerto as forças, e empregando os mais adequados meios aconselhados pela experiencia do primeiro ataque conseguiu tomar a villa e logo em seguida o forte,—tendo sido auxiliado por tres embarcações, que de Nazareth tinham sido enviadas para aquelle fim.

Depois d'isto os inimigos de Vieira, ciosos de sua importan-

cia e serviços, tramam uma conspiração: assassinos o ferem de emboscada e fogem.

Vieira sabia d'onde partia o golpe, mas não quiz castigar os criminosos.

Curado de suas feridas Vieira, redobra de esforços e aperta o o sitio do Recife; a situação tornou-se desesperada para os sitiados: então os chefes militares, o supremo conselho, os magistrados opinam que seja feita uma sortida contra os sitiantes.

Estava prestes a sair a guarnição, quando os vigias annunciam navios com bandeira hollandeza.

Era a esquadra que condusia o general Segismundo Van-Scop, já conhecido nas primeiras guerras do Brazil.

Além das tropas de desembarque, a esquadra trazia viveres em abundancia e munições !...

Assim ficou o Recife preservado da fome e dos duros resultados do sitio, e os hollandezes poderam retomar a ilha de Itamaracá. Os independentes a abandonaram prevendo que a retirada lhes seria em breve cortada pelos navios da frota.

N'esta occasião os soffrimentos do Brazil hollandez foram minorados pelos soccorros da expedição de Van-Scop.

Com elle tambem vieram cinco novos membros do conselho supremo para substituirem os antigos.

Empossados os novos governadores do Recife, ordenaram novas levas de homens e propuseram amnistia aos portuguezes.

Vieira recusou as condições offerecidas.

O general Segismundo resolveo apoderar-se de Olinda, mas suas tropas foram batidas; Braz Barreto, fazendo vigorosa resistencia, deu tempo á junção das forças de João de Albuquerque e ambos repelliram os hollandezes.

Segismundo ferido retirou-se com o resto de suas tropas para o Recife.

Novo ataque tenta Segismundo, e de novo é repellido.

Auxiliado pela frota dirige-se com 4,000 homens para o forte da Barreta, toma-o e depois surge no Rio S. Francisco. Tentando atacar a Bahia reune este general toda a esquadra e vae fundear á vista da cidade de S. Salvador.

Desembarcou na ilha de Itaparica e alli construiu obras de defesa.

O vice-rei vendo o inimigo tão perto da capital ordenou ao mestre de campo—Francisco Rebello—que o fosse desalojar.

Com forças inferiores, mas em obediencia á disciplina, Rebello marcha contra o inimigo; morre atravessado por uma balla na occasião do assalto.

Grande foi o numero das victimas, e o resto das tropas portuguezas voltou em desordem para a cidade.

Segismundo, chamado para o Recife, fez destruir as fortificações e abandonou a ilha.

A cõrte de Lisboa receiando a tomada da Bahia enviou uma esquadra de 12 galeões sob o commando de Antonio Telles de Menezes, conde de Villa-Pouca, a qual chegou depois da retirada do general hollandez.

Menezes tomou as redeas do governo da Bahia substituindo Telles da Silva, chamado pelo rei de Portugal, como satisfação aos estados geraes.

Com a chegada de Menezes, Vieira acreditou receber soccorros; mas o vice-rei só tinha ordem de defender a Bahia.

Vieira só confiando em seus proprios recursos mandou Henrique Dias tomar o forte do Rio Grande.

Os acontecimentos forçaram os Estados Geraes a envidarem exforços para conservarem ao menos uma parte de suas conquistas.

Quarenta e quatro navios e 9,000 homens vieram ao Brazil.

O rei de Portugal sabendo d'esta expedição deu a Francisco Barreto de Menezes o mando do exercito de Pernambuco.

Barreto tendo sahido de Lisboa foi aprisionado na altura da Parahyba e conduzido ao Recife: por nove mezes esteve prisioneiro até que foi posto em liberdade pelos manejos de um hollandez: então depois de muitos trabalhos e penosa viagem chegou ao campo de Vieira.

Vieira cedeu-lhe o commando das forças, sem deixar transpirar a menor queixa ou resentimento.

Reinou sempre harmonia entre ambos, e a ella se attribuem as successivas victorias dos portuguezes.

Segismundo animado pelos reforços recebidos quiz tentar a sorte de uma batalha decisiva.

Os generaes portuguezes conhecendo a superioridade, em numero, das forças inimigas, opinavam que se evitasse um combate tão desigual.

Vieira manteve a opinião contraria, sustentando que a retirada n'aquellas circumstancias seria origem de desgostos entre os patriotas.

Vidal, Dias e Camarão o acompanharam n'este modo de pensar: Barreto rendeu-se a esta opinião.

Em consequencia d'isto, Barreto poz-se em marcha com suas tropas e acampou nas montanhas dos Guararapes.

Segismundo já se achava proximo, e dava por terminada a guerra de Pernambuco, suppondo impotente o inimigo para resistir.

Em breve deu-se o signal do combate: apesar de ser menor o numero das forças pernambucasas, o seu valor foi de beneficos resultados: a victoria pronunciou-se de seu lado.

Bagagem, artilharia, estandarte das provincias unidas e vinte e nove bandeiras cahiram em mãos dos vencedores.

Os triumphos alcançados em Guararapes exaltaram a fama dos independentes ao mais alto gráu de gloria, e mudaram a face da guerra.

Os vencidos refugiaram-se em suas fortificações e só cuidaram da defesa do Recife, que já não podia resistir sem novos soccorros europeus.

A derrota tambem lançou o germen de dissensões entre o supremo conselho e o conselho de guerra do Recife.

Deu-se esta batalha de Guararapes a 19 de Abril de 1648.

Depois de haver Segismundo procurado reparar as perdas da guerra, e ao constar-lhe que Olinda era fracamente defendida resolveu atacal-a com um contingente de 600 homens, que a tomaram sem resistencia.

Barreto prepara e encaminha a retomada da cidade : Henrique Dias é encarregado d'esta importante missão, e com suas forças realisa as vistas de Barreto.

O chefe hollandez abandona a cidade e recolhe-se ao Recife.

Novos reforços recebem os hollandezes com a chegada do coronel Brinck.

Apparecem divergencias entre este e Segismundo : o conselho supremo para evitar as más consequencias dessa discordia envia Segismundo com uma esquadra a tentar desembarque nas costas da Bahia.

Inesperadamente chega o chefe hollandez ao reconcavo : não contavam os proprietarios com esta invasão, e assim não puderam preparar-se para a repellir.

O general entrega tudo á pillagem, destróe propriedades e volta ao Recife com os despojos.

O vice-rei diante d'estes factos encarrega Francisco de Figueiredo, com um corpo de 500 homens, de hir a Pernambuco pôr fim á guerra.

Este official chega ao campo dos portuguezes, e com sua presença excita a coragem d'elles.

Logo depois occorre o infeliz passamento do valente Camarão; depois de ter prestado os mais relevantes serviços á causa dos independentes, succumbiu este denodado indigena sem ter tido o prazer de ver expulsos os invasores do solo brasileiro.

O regimento, que elle commandava, foi confiado a seu sobrinho Diogo Camarão; com isto se pretendeu manifestar um signal de respeito á memoria d'aquelle velho chefe.

Continuando o cerco do Recife com grande detrimento dos interesses hollandezes resolveram os generaes tentar de novo a sorte de uma batalha.

Brinck foi o encarregado do commando das tropas, e com ellas, em numero de 5,000 homens de infantaria, saiu do Recife e acampou nos Guararapes.

Os chefes portuguezes deliberaram ir ao encontro do inimigo. No dia 19 de Fevereiro deu-se renhida batalha entre as forças hollandezas e portuguezas, e a victoria coroou os esforços d'estas.

O general Brinck mantendo-se em seu posto foi feito em pedaços por uma bala de canhão que tinha partido de suas mesmas baterias.

O exercito hollandez deixa o campo, onde abandona peças de artilheria, bandeiras e bagagem, e grande numero de mortos e feridos.

Recolhidas ao Recife as reliquias do exercito hollandez, Segismundo pediu a Barreto suspensão da lueta, para enterrar os mortos, sendo-lhe esta concedida.

Esta segunda batalha dos Guararapes foi mais fatal do que a primeira aos hollandezes.

Não obstante ainda não estava segura a restauração de Pernambuco.

O governo portuguez resolveu organizar uma *companhia de commercio*, á imitação da das indias occidentaes.

Foi ella que equipou á sua custa uma armada de 60 navios, commandada por Pedro de Magalhães.

Chegando ao Brazil essa esquadra acreditaram os independentes que eram reforços para os auxiliarem na continuação da guerra.

Mas o conde de Castello-Melhor, que vinha como vice-rei, não tinha outra missão senão a de tomar conta do governo na Bahia, devendo fazer voltar, a Portugal o almirante Magalhães.

As esperanças dos patriotas foram de novo illudidas.

A força das circumstancias fez que os Estados Geraes, cansados de tantos e inuteis esforços, resolvessem não enviar mais soccorros.

Desde então o Recife ficou abandonado aos recursos dos dois partidos.

Os hollandezes desanimados deante do estado em que se viam, resolveram outra vez fazer uma sortida contra as linhas dos sitiantes: atacaram o seu quartel general.

Depois de desesperados esforços dos hollandezes ainda não lhes foi dado alcançar a victoria.

As forças foram batidas e derrotadas pelos portuguezes.

Varios navios vindos da Europa trouxeram algum allivio aos sitiados fornecendo-lhes viveres.

Nem por isso os hollandezes se julgavam fortes para manterem a sua resistencia, prolongando-a por muito tempo.

XVI*(5 de Setembro)*

Conselho de guerra.—Bloqueio do Recife.—Ataque das obras exteriores.—Capitulação dos holandezes.—Tratado de 1660.—Regencia de D. Pedro.—Tratado de 1668 entre Portugal e Hespanha —Estado do Brazil.—Fundação da colonia do Sacramento.—Observações.

Senhores.

No anno de 1653 em Nazareth, onde se achava fundeada a frota commandada por Pedro de Magalhães, se reuniram em conselho de guerra os generaes portuguezes, Barreto, Magalhães, e os principaes officiaes sob seu commando, presentes tambem Vieira, Vidal e outros.

Tratava-se de resolver sobre os meios de concluir a guerra.

Exposta por Barreto a situação do paiz e o estado das coisas, invocado o patriotismo do almirante Magalhães, este prometteu e prestou os auxilios a seu alcance a bem dos planos dos independentes.

Desembarcada a tropa, que tinha a bordo, dispoz a esquadra de modo a impedir qualquer soccorro ao Recife.

Varios navios holandezes foram tomados. Segismundo preparou suas forças para vigorosa defesa.

Barreto julgou necessario atacar as obras exteriores dos holandezes, e quiz que a Vieira coubesse esta gloria.

A 15 de Janeiro de 1654 começou o ataque.

Segismundo não podia guarnecer todos os fortes ; abandonou o da Barreta e depois o de S. Jorge, concentrando suas forças no Recife.

Fez dismantellar os fortes Parrexil e dos Afogados para mais reduzir o recinto das fortificações.

O forte das Cinco Pentas foi o unico, de importancia por sua vantajosa posição, que ficou aos holandezes.

Atacado o Recife debaixo de todas as regras militares, e quando já os portuguezes tinham occupado os melhores pontos, a consternação espalhou-se pela praça: reinavam a desordem e a anarchia.

O povo já não obedecia ás auctoridades; pedia-se a capitulação da cidade; os soldados mostravam-se inclinados a este passo; em vão Segismundo, em cumprimento de seus deveres militares e de lealdade, tenta oppôr-se á capitulação.

O supremo conselho e os generaes comprehendendo que uma lucta de 30 annos não lhes promettia satisfactorios resultados, enviaram ao general Barreto o capitão Vanloó, como parlamentar e encarregado de pedir a nomeação de commissarios para regularem os artigos da capitulação. Com effeito foi esta assignada no dia 26 de Janeiro.

Em consequencia o Supremo Conselho entregou, em nome da Hollanda, ao general Barreto de Menezes o porto do Recife e a cidade com todos os fortes de mar e terra.

Ao mesmo tempo estipulou-se a entrega das provincias do Rio Grande, Parahyba, Ceará, de Itamaracá e da ilha de Fernando. Concedeu-se a amnistia a todos os brasileiros que tinham militado no partido hollandez.

Mais de 300 peças e grande quantidade de munições de guerra fizeram parte d'esta importante conquista. Em todas as praças entregues entraram guarnições portuguezas, e dentro de pouco tempo não houve no Brazil uma pequena extensão de terra que deixasse de ficar sujeita á corôa de Portugal.

A Hollanda recebeu com grande pezar a noticia d'estes acontecimentos

Os membros do Supremo Conselho foram considerados traidores, mas defenderam-se com as ordens do governo e com o procedimento da Companhia occidental, que, pela demissão de Nassau e outras inconvenientes medidas, tinham preparado rapidamente a perda d'essa importante colonia maritima e commercial.

Em Portugal bem contrario era o sentimento nacional: o rei d. João IV manifestou seu contentamento nos louvores dirigidos a Magalhães, Barreto, Vidal, e a outros.

Mas com especialidade a Fernandes Vieira attribuiu o monarcha as vantagens da guerra do Brazil e o seu glorioso resultado.

Na Europa continuava, porém, a mesma situação entre Portugal e Hollanda, visto que só além dos mares se debatiam ambas as potencias.

Morto d. João IV, e depois de longas e penozas negociações, foi celebrado entre ambas as nações o tratado de 1660, que

firmou a Casa de Bragança na posse do Brazil pela somma de doze milhões, que a còrte de Lisboa deveria pagar á Hollanda.

Na regencia de d. Pedro, depois rei de Portugal, celebrou-se tambem um tratado de paz a 13 de Fevereiro de 1668 com a Hespanha, em virtude do qual Portugal ficou livre do jugo estrangeiro.

Abre-se então uma nova era para Portugal e para o Brazil.

O regente cuidou em reformar os abusos e em restabelecer o commercio, fixando sua attenção sobre a America Portugueza.

E' desde o governo de d. Pedro que o Brazil começa a engrandecer-se pela descoberta e povoação de varias provincias.

Os governadores e mais auctoridades correspondiam ás vistas do principe regente.

Pernambuco levantava-se de suas ruinas : a Bahia e o Maranhão mantinham-se em um respeitavel estado de defesa : o Rio de Janeiro continuava a florescer, nem mesmo foi perturbado durante a guerra dos hollandezes. Suas invasões não chegaram até lá.

As capitánias de segunda ordem conservavam-se pacificas, procurando no seio da paz realizar melhoramentos.

A capitania de S. Paulo de Piratininga era a unica que se tornava assignalada pela constante agitação, a que eram seus filhos levados por arriscadas emprezas.

Os Paulistas tornaram-se os exclusivos exploradores do Brazil ; fizeram correrias no interior deixando por toda a parte signaes de sua passagem e de seus importantes trabalhos.

Depois das lutas com os selvagens, o genio emprehendedor dos Paulistas os levou para as descobertas de terrenos auríferos e explorações de minas.

Entre as acertadas providencias, que o Brazil deveu ao regente d. Pedro, conta-se a expressa ordem dada ao vice-rei Affonso Furtado de Mendonça, em 1674, para fazer povoar o territorio das Alagôas e fortificar o porto de Maceió.

Cumpre-me aqui dizer-vos que a camara das Alagôas, conservou-se subordinada á capitania geral de Pernambuco até 1817, quando foi desmembrada para formar governo separado.

As vistas de d. Pedro se estendiam tambem para a parte meridional do Brazil.

A còrte de Lisboa pretendia que o Rio da Prata servisse de limite ás possessões hespanholas.

Para contel-as alli mandou fundar uma colonia na margem septentrional do referido rio. A execução d'este projecto foi confiada ao governador do Rio de Janeiro D. Manoel Lobo. Dirigiu-se este para o sul ; a expedição fundeou em uma enseada defronte das ilhas de S. Gabriel.

Ao governador de Buenos-Ayres, que pediu explicações ácêr-

ca d'este facto, respondeu Lobo, que estava no seu direito, porque pisava territorio do rei seu amo.

Foi então que principiou a edificar uma fortaleza, em 1680, origem da famosa colonia do Sacramento, pômo de discordia, que por longo tempo desuniu as côrtes de Lisboa e Madrid. Voltou Lobo para o Rio de Janeiro, deixando o forte do Sacramento em estado de defesa, porém, em 1681, o governador do Paraguay com indios das missões tomou o referido forte e o arrasou até seus alicerces.

Em 1673, depois da convenção celebrada entre as duas corôas, a colonia foi restituída a Portugal, e reedificada por Duarte Teixeira Chaves.

Depois de differentes phazes porque passou a questão de dominio d'esta colonia, foi ella cedida, em 1777, á Hespanha.

Era aqui occasião de vos dar noticia, para acompanhar o plano de A. Lima, cujas lições estou expondo, da viagem dos Paulistas ao districto de Sabará, da fundação d'este povoado, e da de Ouro Preto, das desordens que tiveram logar nas proximidades do rio das Mortes e das consequencias d'essas luctas: deixo porém de fazel-o, porque quando eu tratar especialmente de occurrencias relativas ás excursões dos habitantes da capitania de S. Vicente, me occuparei d'estes assumptos.

Não devo entretanto deixar para mais tarde as observações, que me são suggeridas deante do juizo injusto, que o referido historiador faz dos Paulistas, quando trata de suas excursões, dirigindo-lhes acres censuras. Não vejo outro meio mais efficaz para levantar-as do que citar a opinião do sabio francez, F. Diniz. Algures diz esse notavel escriptor, que a proposito dos Paulistas, muitas anedoctas e calumnias correm impressas nos livros dos historiadores e que a maior parte não fez mais do que reproduzir as invenções dos jesuitas, e d'aquelles que influenciados por suas informações, publicaram escriptos a respeito do Brazil.

Cumpre-me dizer que esta authorisada opinião de F. Diniz não pôde ser contestatada.

Prestando-se a mais ligeira attenção á natureza dos factos, á marcha dos acontecimentos, comprehende-se com toda a evidencia que as informações e juizos dos jesuitas a respeito dos Paulistas deveriam ser sempre, como de facto o foram, desfavoraveis a estes.

Os Paulistas, dotados de espirito apprehendedor, levados pelas idéas do tempo, invadiram as missões dirigidas pelos jesuitas, e as perturbaram nessa feliz tranquillidade, em que viviam, aproveitando-se dos trabalhos das populações embrutecidas na subserviencia, e que só se moviam aos acenos de seus directores. Muitas luctas se deram. Porém se sobre os Paulis-

tas de então, homens destituídos de cultura intellectual, devem recair graves censuras pelas correrias que fizeram, não sei como merecem ser qualificados os actos de sacerdotes, homens mais ou menos instruídos que serviram-se das doutrinas da religião para, illudindo os ignorantes, reduzi-los a meros automatos—e gosarem de seus serviços.

Pede a verdade que se diga que ao menos a ignorancia, o estado de infancia intellectual, permitta-se-me esta phrase, em que se achavam os Paulistas, póde relevar seus erros.

Estarão nas mesmas condições os jesuitas, que com a mais refinada hypocrisia preparavam, educavam, e alcançavam ter sob suas ordens e trabalhando para elles, os infelizes indigenas, mantidos no mais abjecto servilismo?

Não certamente, a má fé não tem justificação: a ignorancia póde merecer desculpa.



XVII

(11 de Setembro)

Bispados do Brazil.—Expedições francezas ao Rio de Janeiro.—Tratado de Utrecht.—Tratado de 1750.—Administração do Marquez de Pombal.—Extinção dos jesuitas.—Guerras do sul.—Tratado de 1777 e 1778.—Projecto da revolução em Minas.—O principe d. João, regente de Portugal.—Estados no Brazil no fim do seculo XVIII.—Guerra de 1801.

Senhores:

Em 1676 foi elevado a arcebispado o bispado da Bahia. A Constituição d'este bispado, a qual ainda vigora no Brazil, foi organisada por um synodo diocesano, celebrado em 1707.

No mesmo anno de 1676 as igrejas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão foram elevadas á cathegoria de episcopaes.

O Pará só teve esta preeminencia em 1719; Minas Geraes e S. Paulo em 1746.

Tambem n'este mesmo anno foram creadas as prelasias de Goyaz e Matto Grosso.

De acontecimentos, que se deram a proposito da successão na Hespanha, originou-se uma alliança entre a França e Portugal.

A Inglaterra, porém, conseguiu nullifical-a chamando para o seu lado a D. Pedro II.

Na guerra, que então abrazou a Europa, e cujos effeitos tambem sentiu a America, d. Pedro figurou como auxiliar dos Inglezes.

Morto elle, seu filho d. João V subiu ao throno e manteve a alliança de seu pae contra Luiz XIV.

A conducta de Portugal attrahiu os odios da França.

Intrepidos armadores faziam presas sobre o commercio portuguez das duas indias, e um official de marinha franceza concebeu o projecto de vir apoderar-se do Rio de Janeiro.

Uma expedição de 6 navios sob o commando de Carlos Duclerc, com mil homens de desembarque, surgiu no Rio de Janeiro em Agosto de 1710.

O governador Francisco de Moraes e Castro manteve-se em inação: o invasor penetrou na cidade e seguiu em direcção ao palacio do governo.

Gregorio de Moraes e Castro defendeu o posto durante 3 horas, até que cahiu mortalmente ferido.

Esta resistência deu coragem ao governador, que então aproximou-se do inimigo tendo este já perdido muitos homens.

Duclerc retirando-se encerrou-se no trapiche da cidade.

O governador mandou lançar fogo ao edificio.

Os francezes então renderam-se prisioneiros com seu chefe, que poucos dias depois foi assassinado na prisão.

Chegando á França a noticia d'estes factos geral foi a indignação e o celebre Duguay Trouin veio ao Rio de Janeiro com 16 navios de alto bordo e 4,500 homens.

Esta expedição appareceu na barra em 1711. Era ella auxiliada por Luiz XIV e pelo commercio de S. Maló.

Por motivos, que ainda a historia não explica, o governador portuguez, apesar de avisado da vinda da expedição, mandou desguarnecer as fortificações e as trincheiras.

Trouin ganha a Bahia e occupa a Ilha das Cobras; d'alli começou a bater a cidade e o morro de S. Bento.

Logo depois desembarca todas as suas forças e occupa os pontos mais importantes; n'estas circumstancias Trouin exige de Francisco de Moraes a entrega dos assassinos de Duclerc, a liberdade de todos os prisioneiros, e uma quantia sufficiente para indemnizar as despesas da expedição.

Recusando-se o governador a satisfazer as exigencias Trouin deu signal para que de todas as baterias rompesse o fogo sobre a cidade.

Os navios francezes tinham ordem de atirar juntos, ao signal de terra.

Deante d'este ataque o governador e a população ficaram aterrados e fugiram para o interior.

A cidade ficou deserta e á mercê do inimigo.

Trouin comprehendendo que não se manteria por muito tempo na praça, visto que podiam chegar reforços do interior para as forças portuguezas tratou de tirar partido d'esse estado de terror, em que via o inimigo, e propoz o resgate da cidade, ameaçando arrasa-la em caso de recusa de sua proposta.

O governador aceitou as condições impostas, obrigando-se a pagar 610,000 cruzados em moeda e 500 caixas de assucar, o que foi realisado no prazo de 15 dias.

Trouin voltou á França levando 92 por cento sobre o custo da expedição.

Se os portuguezes se tivessem sustentado mais de 24 horas teriam recebido os soccorros importantes de 3,000 homens que se aproximavam, vindos de Minas sob o commando de Antonio de Albuquerque Coelho.

Tranquillisada a Europa pela paz de Utrecht, Portugal reconciliou-se com a França.

Um tratado entre as duas potencias, em 1713, marcou os limites do Brazil pelo norte.

A França desistia de suas pretensões sobre as terras entre os rios Amazonas e Oyapock.

Depois da retirada de Trouin, o Rio de Janeiro tratou de reparar as suas perdas.

Reabriu-se o seu commercio interrompido pela invasão dos francezes.

Nestes tempos continuavam os paulistas a fazer explorações: a elles se deve o descobrimento dos thesouros brazileiros. As riquezas descobertas iam encher os cofres estrangeiros: as artes e agricultura não florescia n'esta época.

O governo de d. João V, tolhendo a actividade e industria portugueza, produziu maus effeitos em todas as colonias.

N'esse longo periodo de mais de 40 annos, em que este principe occupou o throno, é verdade que o Brazil augmentou-se com novos districtos de minas; mas estas riquezas não trouxeram beneficios ao paiz; só serviram para dar brilho á côrte de Portugal e sustentar o fausto do seu fanatismo religioso.

O governo de Madrid aproveitando-se da fraqueza de d. João V, fez que a côrte de Lisboa aceitasse o projecto da troca de algumas povoações do Paraguay pela colonia do Sacramento.

Esse tratado celebrado a 13 de Janeiro de 1750, cuja execução foi confiada, em relação ao sul, a Gomes Freire de Andrade, não teve effeito por causa de difficuldades locaes, com que se não havia contado na Europa. Acontecimentos se deram que influiram de modo benefico sobre os destinos do Brazil.

Morto d. João V, subiu ao throno d. José I. Seu reinado tornou-se notavel pelos actos do seu ministro o marquez de Pombal.

Foi este estadista que animou o commercio, formando companhias, rivaes do monopolio inglez; atacou os tractados com a Inglaterra, promulgou medidas salutaes, subtrahiu Portugal á influencia britanica. Confiou a repartição do sul do Brazil a Freire de Andrade, e a do norte a seu irmão.

Em vista das informações, que estes governadores enviaram

à côrte, Pombal convenceu-se da necessidade de extinguir o dominio dos jesuitas.

Foram estes declarados banidos e proscriptos em Portugal pelo Alvará de 19 de Janeiro de 1759.

Em virtude da carta regia de 21 de Julho do mesmo anno os governadores das capitánias do norte e sul os fizeram sahir dos lugares em que residiam,

Pelo Alvará de 25 de Fevereiro de 1761 se ordenou a confiscação de bens dos jesuitas.

O Brazil deve reconhecimento a importantes serviços, que recebeu de Pombal.

Entre outros authorisou este os vasos mercantes a que pudessem sahir de Portugal ou regressar do Brazil, quando bem lhes parecesse; vivificou o commercio por sabios regulamentos; favoreceu todas as classes; estimulou o genio dos Brasileiros chamando-os aos mais elevados empregos; espalhou a instrução por todas as capitánias, protegeu as artes e as sciencias; animou a agricultura; attendeu à segurança do paiz interior e exteriormente; poz limites ao poder da inquisição peando a tyrannia, que este tribunal exercia sobre todas as consciencias.

Chegando á America a noticia do rompimento de paz entre Portugal e Hespanha, em 1762, grandes hostilidades appareceram na extremã meridional.

D. Pedro Cevallos atacou a colonia do Sacramento e continuando a sua marcha occupou os fortes de S. Miguel, Santa Thereza e S. Pedro, em 1763.

N'este anno d. José I transferiu a capital do Brazil da Bahia para o Rio de Janeiro, afim de que o vice-rei pudesse mais facilmente attender às necessidades da guerra do sul.

Por sua parte os portuguezes oppuzeram invasão á invasão.

Seguiram pelo interior de Matto-Grosso até os estabelecimentos do Peru: fundaram a fortaleza de Coimbra sobre o Paraguay, derrotaram no Rio Pardo um corpo de 1,600 homens; organisaram uma cavallaria, a cujo aspecto fugiram, aterrados os hespanhoes.

A côrte de Madrid, sob pretexto de vingar a offensa, poz no mar 120 velas com 10,000 homens de desembarque, 2,000 soldados de marinha, armamentos, e munições em abundancia.

Esta armada partiu nos primeiros dias de Novembro de 1776 debaixo do commando de d. Pedro Cevallos com ordem de reprimir os excessos dos portuguezes; a armada muito alcançou na America. Os hespanhoes retomaram dos portuguezes quasi todas as praças; apoderaram-se da Ilha de Santa Catharina.

Pombal em vão quiz oppôr forças navaes á armada de Hespanha.

O mau estado de saúde de d. José I, e o embaraço de todos os ramos da administração inutilisaram as vistas do ministro.

O rei não chegou a vêr o final d'esta guerra: morreu em 1777.

Subiu ao throno sua filha d. Maria: os primeiros tempos d'este novo reinado foram assinalados pela desgraça de Pombal, a quem os portuguezes não perderam o uso arbitrario que fizera elle do poder.

O novo governo pôz termo ás luctas que dividiam as duas nações, por causa dos limites das respectivas colonias.

Concluiu-se em 1777 o tratado de Santo Ildefonso, marcando as fronteiras do Brazil pelo sul e pelo norte, e o do Pardo assignado em 11 de Março de 1778 estipulou as condições de amizade e commercio entre as duas corôas.

O tratado de Santo Ildefonso limitando a grande extensão da America portugueza abandonava á Hespanha a colonia do Sacramento, e tornava livre a essa potencia a possessão da margem septentrional do Rio da Prata.

Desde então viveram em paz as duas nações até 1801.

E' occasião de vos dar rapida noticia do movimento revolucionario, que teve logar em Minas, conhecido pela denominação de—Inconfidencia.

Na exposição d'este assumpto eu me aproximarei do que se acha escripto na « Leitura 23^a da historia do Brazil, de Estacio de Sá de Menezes ».

A riqueza da capitania de Minas consistia na lavra de ouro e diamantes; o governo de Portugal arrecadava a quinta parte do ouro; este imposto chamava-se dos « quintos ».

Foi depois substituido pelo de cem arrobas de ouro, que annualmente eram remettidas para Lisboa.

Tendo-se diminuido com o andar do tempo o rendimento das lavras, o pagamento devido deixou de ser feito com exactidão.

Ao cabo de 30 annos as remessas tinham descido a 30 arrobas. Ficou a Fazenda Real credora de 700 arrobas.

O governo da metropole em sua desmarcada avidez de ouro não attendia ás difficuldades em que se viam os mineiros.

Attribuindo o desfalque á negligencia dos governadores nomeou o visconde de Barbacena para substituir a Luiz de Menezes—encarregando-o de obter o pagamento dos atrasados.

Da inquietação dos animos, nascida d'estes factos, trataram de aproveitar-se alguns cidadãos, entre os quaes havia homens illustrados, enthusiasmados pela emancipação das colonias inglezas.

Desejavam elles igual sorte para o paiz.

De seu ardente patriotismo nasceu o pensamento de libertar

a capitania do jugo portuguez, considerado como causa de seu atrazo.

Discutido o plano da revolução a forma republicana foi aceita como a unica possível n'aquellas circumstancias.

Os conjurados eram: Thomaz Gonzaga, Claudio da Costa, Maciel, Alvarenga Peixoto, Vidal Barboza, Freire de Andrade, e Padre Carlos de Toledo.

Novos adeptos depois se associaram, entre elles Silva Xavier, o Tira-dentes.

De cautelosos que eram, os conjurados apresentaram-se depois por demais francos, tendo-se tornado notavel Silva Xavier pela sincera expansão de seus sentimentos politicos, manifestando seus planos e procurando fazer aquisições pelos quartéis e corpos de guarda.

Entre os conspiradores havia um individuo de mau character, intrigante, e muito individoado com a Fazenda Real: era o coronel Joaquim Silverio.

Foi este homem, que senhor dos segredos dos conjurados, os denunciou ao governador.

Novas occurrencias se deram que levaram os patriotas a enviar ao Rio Tira-dentes, afim de alli despertar o zelo de amigos occultos, com que contava a revolução.

Xavier no Rio continuou a proceder com a mesma franqueza, de que dera provas em Villa-Rica.

O vice-rei Luiz de Vasconcellos o fez prender, e communicou a Barbaena o que sabia a respeito da conspiração.

Este mandou prender a todos os indigitados, ou implicados na conspiração, e ordenou a apprehensão de todos os papeis, que fossem encontrados.

Foi instaurado processo, e os compromettidos procuraram attenuar sua culpabilidade.

Silva Xavier, porém, assumiu a auctoria e esforçou-se por ser considerado o unico cabeça da conspiração.

No dia 18 de Abril de 1792 foi lida a sentença condemnando á morte 11 réos, 5 a degredo perpetuo, e os mais a temporario.

A rainha d. Maria commutou as penas, menos quanto a Tira-dentes; este foi enforcado; seu cadaver esquartejado, e a cabeça exposta sobre um poste no logar mais publico de Villarica.

Eis o que se encontra narrado na obra, a que me referi.

Devo dizer-vos, que sobre este assumpto se tem publicado differentes escriptos, e em sentidos oppostos.

E' certo, porém, que a historia cortesã não terá forças para tisanar a memoria d'esses patriotas, que tanto soffreram por causa de sua dedicação ás legitimas aspirações de sua patria.

Os nomes dos homens da—Inconfidência—nunca se riscarão da memoria publica.

A infelicidade do successo não pôde marear o merito de seus feitos e a nobreza de seus sentimentos.

Passo agora a dizer-vos como d. João VI veio a ser principe do Brazil, e qual o estado d'este no fim do seculo XVIII.

Do consorcio de d. Pedro III com a rainha d. Maria existiam dous principes.

D. José, o mais velho e que dava as mais bellas esperanças, morreu a 11 de Setembro de 1788.

D. João de Bragança, que era o mais moço, apartado dos negocios, entregava-se ás suas inclinações pacificas e religiosas.

A sorte o tornou herdeiro do throno, e dentro de pouco tempo teve elle de dirigir os negocios do Estado por causa da doença e impossibilidade da rainha sua mãe.

A principio governou sem outro titulo mais do que o de herdeiro presumptivo da corôa. Porém, as circumstancias de Portugal tornando-se mais difficeis deram occasião a que elle tomasse o titulo de regente do Reino por decreto datado do palacio de Queluz aos 16 de Julho de 1799.

No fim do seculo XVIII a America portugueza achava-se dividida em 17 governos: constava do vice-reinado do Rio de Janeiro, de 8 capitánias geraes a saber: Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, S. Paulo, Minas, Goyaz e Matto Grosso; de 8 governos subalternos que eram o Piahy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Espirito-Santo, Santa Catharina, e Rio Grande do Sul.

As provincias do norte entregues á agricultura tinham augmentado a sua industria e riqueza, quando uma grande secca desvastou os sertões desde Pernambuco até Piahy.

Não obstante o Maranhão exportava arroz e algodão, Pernambuco algodão e assucar, e a Bahia assucar e fumo.

O acontecimento de Minas em nada tinha alterado a tranquillidade da repartição do sul; o augmento de sua população e do commercio foi espantoso nos ullimos annos do referido seculo.

Se é verdade que as minas já não eram tão productivas, como em suas primeiras lavras, contudo a agricultura desenvolvia-se para compensar a falta d'aquelles productos, e concorria para suavisar os costumes.

Foi no seculo passado que começou a cultura do café, que hoje faz a grande riqueza dos districtos do sul.

Santa Catharina, S. Pedro do Rio Grande prosperavam visivelmente até que a guerra de 1801 veio alterar a marcha de seu engrandecimento.

Logo que chegou do Rio Grande a noticia da declaração de guerra pela Hespanha, o tenente-general Sebastião Xavier da

Veiga Cabral, commandante n'aquella provincia, providenciou para defesa de todos os seus pontos no intuito de evitar sorpresas dos castelhanos.

O inimigo assustou-se com estas medidas e abandonou as vertentes da lagôa—Merim.

Veiga Cabral, aproveitando-se d'este desanimo, fez atacar o forte do—Serro Largo pelo coronel Manoel Marques de Sousa, que o tomou.

Os hespanhoes abandonaram tambem outros postos.

O que porém houve de mais admiravel foi a coragem de 20 aventureiros, que commandados por Manoel dos Santos Pedroso conquistaram os sete povos das missões com admiravel rapidez.

Os hespanhoes foram batidos por toda a parte e perseguidos até além do Uruguay.

Assim se annexou aquella porção de territorio aos dominios portuguezes.

A morte de Veiga Cabral e a desavença entre os chefes, que aspiravam ao mando superior, prejudicou este estado de coisas.

O Serro Largo foi de novo occupado pelos hespanhoes, e novos conflictos iam apparecer, quando chegou a noticia de paz celebrada pelo tratado de Badajoz.

Eis qual era o estado do Brazil n'esta época.

Na licção seguinte eu vos direi como esta possessão colonial se tornou o assento do governo e a metropole da monarchia portugueza.

XVIII*(16 de Setembro)*

Chegada ao Brazil da familia real de Portugal.—Abertura dos portos do Brazil.—Novos estabelecimentos.—Occupação de Cayenna.—O Brazil elevado a reino.—Revolução e independencia de Buenos-Ayres.—Campanha de 1811 e 1812.—A divisão portugueza de voluntarios d'el-rei.—Campanha de 1816 e 1817.—Occupação de Montevidéo e da colonia do Sacramento.—Revolução de Pernambuco.—Causas d'este acontecimento.—Governo provisório.—A Parahyba e Rio Grande do Norte.

Senhores.

Na grande lucta travada entre a França e a Inglaterra, Napoleão pretendeu vencer a Inglaterra pelo *bloqueio continental*, isto é, pelo fechamento de todos os portos da Europa ao commercio inglez.

Portugal viu-se em difficuldades, ameaçado por ambas as nações, procurando cada uma tel-o a seu lado.

De tal modo correram as cousas, que Napoleão ordenou que uma divisão ao mando de Juno invadissem Portugal: a Inglaterra por sua parte estabeleceu o bloqueio mais rigoroso na embocadura do Tejo.

O principe regente em vista das exigencias do embaixador inglez tomou a resolução de transportar-se com a familia real de Bragança para o Brazil, annunciando por um decreto que viria para o Rio de Janeiro e ahi se demoraria até que a paz geral fizesse a Europa entrar em nova phase.

Nomeou uma regencia para administrar o reino na sua ausencia, fez embarcar os archivos, os valores mais preciosos da corôa, e o thesouro.

A 29 de Novembro de 1807 a armada portugueza sahio do Tejo trazendo a familia real.

Uma tempestade separou os navios da esquadra; uns aportaram ao Rio de Janeiro, e outros á Bahia, sendo d'este numero a não que conduzia o principe regente, a qual fundeou n'este porto a 19 de Janeiro de 1808.

Nove dias depois de sua chegada á Bahia o principe regente fez publicar uma carta regia abrindo os portos do Brazil ás nações amigas, com a imposição de 24 0/0 de direito de importação.

Os bahianos deram provas de regosijo pela chegada do principe regente, e esforçaram-se afim de obterem que elle fixasse sua residencia na Bahia.

A isto não annuiu d. João, allegando as rasões d'estado que o faziam escolher de preferencia o Rio de Janeiro.

N'esta cidade desembarcou a familia real no dia 7 de Março de 1808.

O estabelecimento da còrte no Rio de Janeiro fez que logo se creassem tribunaes para a administração da fazenda e da justiça e repartições de segunda ordem, para regular o commercio, fabricas e outros objectos.

Montou-se a imprensa régia, onde se começou logo a publicar a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Organisou-se um banco nacional.

Fundaram-se academias para a marinha e para o exercito, e a escola medico-cirurgica e muitas outras instituições, o que tudo se attribue especialmente ao espirito creador de d. Rodrigo de Souza Coutinho, depois conde de Linhares.

Os capitães-generaes e governadores de provincias receberam recommendações para abrirem caminhos, para facilitarem as communicações e animarem por todos os meios a agricultura, fabricas e navegação.

A 1 de Maio, d. João fez um manifesto de guerra á França; em consequencia d'isto julgou o governo não dever permittir que ás portas do Brazil se conservasse a colonia franceza de Cayenna.

Foi organizada uma expedição, ao mando do coronel Manoel Marques com destino áquella possessão.

Da colonia se apossou com facilidade o chefe da expedição, obrigando o governador Victor Hugues a capitular, embarcando-se logo depois com direcção para a França.

Ao lado dos melhoramentos nascidos do estabelecimento da monarchia portugueza no Brazil, diz Abreu Lima, e com razão, sobrevieram alguns males.

A familia real teve necessidade de admittir nos differentes ramos da administração não pequeno numero de individuos sem principios e que não se interessavam pela prosperidade do paiz.

Consideravam temporaria a sua ausencia de Portugal, e tratavam mais de enriquecer-se á custa do estado do que de administrar justiça ou beneficiar o paiz.

A rivalidade, que desde muito havia entre portuguezes e brasileiros, tomou incremento deante de taes factos.

Em 1815 o príncipe regente elevou o Brazil á cathégoria de reino, e no anno immediato pelo fallecimento de d. Maria I, tomou o titulo de rei.

Antes de vos fazer a exposição dos acontecimentos d'este anno em deante, cumpre-me tratar de factos anteriores—relativos á revolução do Rio da Prata.

A guerra civil, que lavrava em Buenos-Ayres em 1808, 1809 e 1810, tinha dado logar á deposição do vice-rei d. Balthazar de Cisneros a 25 de Maio de 1810. Uma Junta de nove membros o substituiu.

O Paraguay e Montevideó ardiam tambem em guerra.

Em consequencia de perigos que temia o Brazil á vista d'este estado dos povos visinhos, foi organisado um exercito de observação na fronteira meridional da provincia do Rio Grande.

Uma columna era commandada pelo marechal de campo Marques de Sousa, a outra por Joaquim Xavier Curado, de egual patente.

Da defesa da fronteira de Missões foi incumbido o coronel Mena Barreto em Abril de 1811.

Era commandante em chefe o capitão-general da provincia d. Diogo de Sousa, depois conde do Rio Pardo.

Em Maio o coronel Rondeau cercou Montevideó com tropas de Buenos-Ayres; Elis, que alli mandava por parte da Hespanha, pediu auxilios ao general portuguez.

Marchando o exercito o general Marques adiantou-se e occupou o Serro Largo, deixou guarnição no forte de Santa Thereza e continuou sua marcha por toda a campanha de Montevideó.

O governador Elias convencionando um armisticio com Rondeau, requisitou do general a retirada das tropas portuguezas.

O general não annuiu ás sollicitações de Elis.

Rondeau, que tinha ordens para evitar encontro com o exercite pacificador, levantou o cerco e repassou o Prata, emquanto Artigas atravessando o Rio Negro levava por deante os habitantes da Campanha.

Em Março de 1812, o exercito pacificador deixou os quartéis de Maldonado e chegou ás proximidades de Paysandú.

N'esta campanha houve varios combates, e os portuguezes alcançaram victoria nas costas do Rio-Negro, no Salto, e nas immediações do Serro-Largo.

Celebrou-se entre a Junta de Buenos-Ayres e o enviado por-

tuguez Rademaker uma convenção de armistício por tempo indefinido.

Esta noticia chegou ao quartel general portuguez a 10 de Junho, e tambem o aviso para retirar-se o exercito para as nossas fronteiras.

O general pôz-se logo em marcha, e a 12 de Setembro as columnas retiraram-se aos quartéis em Bagé e á guarda da Conceição.

Em 1814 succumbiu Montevidéu aos esforços da Junta de Buenos-Ayres.

Este triumpho ameaçava a paz dos povos vizinhos.

Havia necessidade de prover á segurança dos limites meridionaes do Brazil : d. João VI mandou vir de Portugal uma divisão, em 1816, composta de voluntarios, a que se uniram outras tropas, e mandou occupar a banda oriental do Prata.

A campanha de 1816, que principiou pela occupação do paiz, findou com a incorporação da Banda oriental ao Brazil, a qual, ainda depois da independencia, fez parte do imperio com a denominação de—Provincia cisplatina.

A marcha do exercito não foi livre de embarços.

Emquanto Lecor, depois visconde da Laguna, seguia para Montevidéu com os *voluntarios d'el-rei*, o general Curado com tropas brasileiras defendia Missões contra Artigas.

Este e seus subordinados, com os quaes diarios combates se travavam, difficultavam a marcha do exercito.

Cumpre-me aqui dizer-vos que n'essa occasião foram as forças brasileiras, acampadas em Catalan, sorprendidas pelo cabecilha d. José Verdun : ellas teriam sido derrotadas se o coronel Joaquim de Oliveira Alvares com a legião de S. Paulo não tivesse sustentado a acção até chegar o coronel Abreu.

Os Paulistas forneceram valiosos reforços para estas campanhas ; eu darei mais desenvolvimento a esta parte da historia, quando tratar, em lição especial, do estado da provincia naquelles tempos.

O general Lecor afinal entrou em Montevidéu a 20 de Janeiro de 1817.

Occupada a capital, as outras povoações foram successivamente se submettendo ao dominio portuguez.

A colonia do Sacramento foi occupada por dois batalhões ás ordens de Manoel Jorge Rodrigues : o Serro Largo foi guarnecido por uma brigada : os povos de Missões se mantiveram na obediencia imposta por um corpo de setecentas praças ao mando de Marques de Sousa.

Não obstante estas vantagens—era preciso descarregar um golpe decisivo sobre os inimigos.

Elles o receberam quando reunidos no Passo de Taquarembo, onde os desbaratou o conde da Figueira.

Este successo trouxe desanimo a Artigas, que refugiou-se no Paraguay, então governado pelo dictador Francia.

Em resultado, Montevidéo foi incorporado ao Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, em 31 de Julho de 1821.

No Norte do Brazil davam-se acontecimentos de não menor importancia nos mesmos annos, em que no Sul se passavam os factos que venho de referir.

Corria o anno de 1817, e era capitão-general de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Monte-Negro, quando rebentou, n'esta provincia a 6 de Março, um movimento revolucionario. Já de época anterior existia entre os naturaes do paiz e os portuguezes grande indisposição; como prova d'isto a nossa historia falla da luta denominada—*Guerra dos mascates*—em 1710. Propagaram-se pelo Brazil, principalmente depois da abertura dos nossos portos ao commercio Europeu, as idéas de liberdade e independencia; eram activamente sustentadas por sociedades secretas: entre os homens distinctos por sua illustração ou posição social, que dirigiam esse movimento, achava-se um muito considerado, Domingos José Martins, nascido na Bahia e educado na Inglaterra.

Martins dava publicidade aos principios politicos, que alli aprendeu.

Nas reuniões se analysavam e censuravam os actos do governador; ao mesmo tempo crescia o antagonismo entre brasileiros e portuguezes.

Martins francamente alliciava adeptos para uma planejada revolução,

Para cohibir este procedimento, em um conselho de officiaes superiores, foi resolvida a prisão de Martins e de outros revolucionarios.

N'aquelle conselho não tomou parte o brigadeiro José Pires Campello, nascido em Pernambuco.

Esta exclusão basta para mostrar a animosidade que havia da parte dos militares portuguezes contra brasileiros.

Designados os individuos que deviam ser presos, os officiaes encarregados tractaram de realisar estas prisões.

O brigadeiro Manoel Joaquim Barboza de Castro, portuguez orgulhoso e severo, a quem cumpria fazer effectuar a prisão dos officiaes sob seu commando, os mandou avisar, para se reunirem no quartel.

Estando elles presentes, á hora marcada, começou o chefe a fallar, em tom insolente, da agitação da provincia, e depois de alterar com o capitão Domingos Theotônio deu-lhe ordem de prisão.

Dirige-se em seguida para José de Barros Lima com a mesma insolencia. Antes de concluir as phrases o capitão desembainhando a espada o agredio. O brigadeiro procurou defender-se, mas atacado ao mesmo tempo pelo secretario do corpo de artilharia succumbiu aos golpes repetidos.

Chegando os factos ao conhecimento do governador procurou este obstar a revolta, mandando seu ajudante d'ordens, tenente coronel Alexandre Thomaz, que reunisse tropas e prendesse os officiaes amotinados.

Mas o capitão Pedroso, que já tinha municiado alguns soldados, apenas o reconhece manda fazer-lhe fogo, e o infeliz cahe por terra banhado em seu sangue.

O governador aterrado com o acontecido foi encerrar-se na fortaleza de Brum.

Correram as cousas de modo que na tarde do dia 6 toda a cidade se tinha pronunciado a favor da revolução.

Digno de nota e louvores foi o procedimento dos officiaes e soldados de linha, que respeitaram a propriedade e o asylo de todos os cidadãos; nenhuma casa foi violada; nenhum roubo se deu.

Os revolucionarios enviaram o governador para o Rio de Janeiro.

O povo e tropa procederam com toda a moderação na victoria. Em uma das salas do erario, reunidas as pessoas notaveis e compromettidas na revolução, se elegeu o governo provisório: organisaram-se repartições, e publicaram-se varios regulamentos; foram nomeados conselheiros de governo diferentes cidadãos.

Occupou um lugar entre os conselheiros o distincto paulista Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.

O movimento da capital communicou-se a todas as villas da provincia: de toda a parte recebia o governo provas de adhesão. Na Parahyba e no Rio Grande do Norte se estabeleceram governos provisórios á imitação do de Pernambuco.

Demorava-se o Ceará em manifestar-se no mesmo sentido: para accelerar o golpe foi enviado um agente, o padre Alencar, filho da mesma provincia, onde era considerado, e tinha importantes relações de familia.

Alencar partio, e chegando á villa do Crato deu o grito revolucionario, mas foi preso immediatamente com todas as pessoas que lhe eram mais caras.

Outras prisões se fizeram, e com estas medidas nullificou-se o pronunciamento do Ceará.

Pela parte do sul a revolução não tinha caminhado: um patriota de grande dedicação á causa democratica, o dr. José

Ignacio Ribeiro de Abreu Lima, offereceu-se para hir ás Alagôas e d'alli á Bahia.

Muito confiava elle em suas relações na parte meridional da provincia; em todos os logares, por onde passa até chegar ás Alagôas, consegue que os povos e as auctoridades se decidam pela revolução.

Dirigiu-se para a Bahia, e alli, ao saltar em terra, foi preso e conduzido á cadeia da cidade; o conde dos Arcos já com muita anteeedencia tinha sido informado da missão do dr. Lima.

Este infeliz cidadão foi julgado por uma commissão militar, condemnado á morte e fuzilado no dia 29 de Março no Campo da Polvora.

Entretanto o governo provisorio continuava a tomar providencias politicas e de administração.

Mandou aos Estados-Unidos Antonio Gonçalves da Cruz para sollicitar a protecção dos Norte-Americanos, comprar armamentos e engajar officiaes experimentados. Deu regulamentos sobre differentes assumptos; tratou de extirpar abusos na arrecadação das rendas; creou um corpo de cavallaria; poz em estado de defesa as fortificações do littoral e mandou armar algumas embarcações e tomou outras medidas.



XIX*(18 de Setembro)*

Bloqueio de Pernambuco.—Combate de Ipojuca.—Dissolução do governo republicano.—Efeitos sobre o Brazil da revolução de 1820 em Portugal.—Conducta de Luiz do Rego em Pernambuco.—Acontecimentos no Rio de Janeiro.—O Príncipe real e a tropa.—Reunião eleitoral.—Os tiros na praça do commercio.—Volta d'El-Rei para Portugal.—D. Pedro Regente do Brazil.

Senhores.

D. Marcos de Noronha, conde dos Arcos, governador da Bahia, conhecendo a propagação das idéas revolucionarias, de sua propria resolução e sem consultar a cõrte, preparou alguns navios afim de bloquear o Recife, fazendo ao mesmo tempo marchar por terra uma columna ás ordens do marechal Cogo-minho, em direcção a Alagôas, que n'essa época fazia parte da provincia de Pernambuco.

No logar denominado Porto das Pedras deu-se o primeiro encontro entre as forças republicanas e as realistas.

A victoria pronunciou-se por estas; a contra-revolução começou a effectuar-se.

Estabelecido o bloqueio e reforçado pela esquadilha ás ordens do vice-almirante Rodrigo Lobo, em nova e difficil situação ia achar-se a causa revolucionaria.

O governo, logo que ao Rio de Janeiro chegou a noticia dos acontecimentos, tratou seriamente de suffocar a revolução.

Depois de ter feito partir a esquadilha, de que fallei, organisou uma força respeitavel, que foi confiada ao mando do marechal Luiz do Rego.

Emquanto estas medidas eram tomadas, o governo provisório no Recife perdia tempo em inúteis discussões.

A derrota de uma pequena força commandada por Domingos José Martins e a das commandadas por Francisco de Paula Cavalcanti, em Ipojuca, iniciavam essa serie de calamidades, que deviam pôr fim às nobres aspirações dos patriotas pernambucanos.

Pronunciando-se as Alagoas em favor dos realistas o Rio Grande do Norte e a Parahyba não esperaram muito tempo para se manifestarem no mesmo sentido.

Por toda a parte soavam os gritos de—Viva El-Rei—e appareciam defensores da realza: ennegreciam-se os horisontes da republica; a tempestade ameaçava cahir sobre Pernambuco.

O Sul da provincia estava declarado contra os republicanos e os hostilisava com uma violencia, que a ninguem era licito esperar d'aquelles que antes tinham abraçado a mesma causa.

Deante de tantos perigos desapareceu a divisão que reinava entre os patriotas: os membros do governo provisório renunciaram os seus poderes, e foi aclamado dictador Domingos Theotonio Jorge.

As negociações entabuladas entre Rodrigo Lobo e o dictador nenhum resultado favoravel á causa democratica trouxeram.

Theotonio Jorge desamparou a cidade capitaneando 2,000 homens, mais ou menos, para o interior, e levando os cofres publicos.

A 20 de Maio appareceram nos bairros da cidade grupos de realistas, dando vivas a El-Rei; apesar de ainda estarem as fortalezas guarnecidas pelos republicanos, a resistencia já não era possivel, desde que se tinha dado a deserção do governo.

A bandeira real foi arvorada com salvas de artilharia.

Rodrigo Lobo desembarcou e occupou a residencia dos governadores.

As tropas que se tinham retirado fizeram alto no Engenho Paulista; ahi receberam noticias do que se passava na cidade: geral foi a consternação e cada um cuidou em salvar-se como pôde.

O capitão Manoel de Azevedo, de posse dos cofres que recebera de seus chefes, voltou ao Recife e os entregou intactos á auctoridade competente.

A 29 de Junho aportou ao Recife a esquadra, conduzindo o capitão general Luiz do Rego, a quem Rodrigo Lobo entregou o governo.

O novo capitão-general ordenou o sequestro dos bens dos revolucionarios.

Uma commissão militar para julga-los, encetou seus trabalhos.

Por sentença d'essa commissão foram condemnados á morte e executados, Domingos Theotonio Jorge, José de Barros Lima, Antonio José Henriques, Padres Pedro de Sousa Tenorio e Miguel Joaquim d'Almeida, e o negociante Domingos José Martins.

A provincia da Parahyba tinha sido a primeira a seguir o impulso de Pernambuco : sobre ella tambem os agentes do poder descarregaram golpes crueis.

Illustres patriotas, que já alli estavam encarcerados, foram trazidos ao Recife : dentro de poucos dias cessaram de viver o coronel Amaro Gomes Coutinho, Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, o Padre Antonio Pereira, os Tenentes Coroneis Silveira e José Peregrino de Carvalho.

A reacção em nome da realza contra os democratas pernambucanos foi cheia de atrocidades.

O apparatus barbaro das execuções e a attitudo selvagem do tribunal não eram por certo aconselhados pelos principios de justiça.

Refere Abreu Lima, que da commissão militar passavam os juizes á sala do jantar, que lhes offerecia o capitão-general Luiz do Rego : ahi procuravam com orgias suffocar o grito da consciencia.

D'estas escandalosas scenas diariamente repetidas, sahiam para dar assaltos ás casas de familias honestas.

Esta commissão militar foi depois substituida por uma *Alçada* composta de 4 membros, 2 desembargadores do paço e 2 da Casa da Supplicação.

Tambem escandalosos foram os actos d'este tribunal : as perseguições continuaram.

Quando, depois de 2 annos de devassa aberta em Pernambuco, retirou-se para a Bahia, levou não pequeno numero de victimas, que de ha muito conservava nas prisões.

Tendo sido o conde dos Arcos substituido pelo de Palma, os perseguidos alentavam esperanças de melhor sorte.

Mas a *Alçada* seguia lentamente sua marcha até que os acontecimentos politicos de 1820, em Portugal, vieram dar nova face á situação.

O commercio de Portugal tinha diminuido desde a abertura dos portos ao estrangeiro em 1808; alli não se levava a bem a elevação da antiga colonia a cathegoria de reino, e que a côrte se conservasse no Brazil.

Alem d'isso os exemplos da Hespanha e da Italia, que procuravam organizar-se constitucionalmente, influiram sobre a nação portugueza de modo que esta se levantou e exigiu a convocação das côrtes, afim de se fazer um novo pacto social.

O primeiro movimento appareceu a 24 de Agosto de 1820

no Porto; em 15 de Setembro pronunciou-se Lisboa, onde se reuniram as Côrtes Geraes em Janeiro do anno seguinte.

A noticia destes acontecimentos espalhou-se logo pelos domínios ultramarinos.

No Pará as tropas manifestaram sua adhesão ao governo estabelecido em Portugal.

Na Bahia o Tenente Coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães, de accordo com os commandantes de corpos, acclamou a futura constituição que as côrtes houvessem de promulgar.

Depois do conflicto nascido destes factos, o conde de Palma achou mais prudente seguir a opinião geral do que suffoca-la, como a principio pretendeu; dirigiu-se á casa do conselho, sancionou tudo quanto se havia feito, recusando, porém, a presidencia da junta, a qual lhe havia sido offerecida.

A junta foi installada no dia 10 de Fevereiro de 1821, e deu logo os passos afim de se elegerem deputados ás côrtes.

Esta nova ordem de cousas parecia favoravel aos presos de Pernambuco: mas a junta mostrou-se vacillante entre as sympathias da liberdade e o odio da independencia.

Para sair d'estes embaraços procurou ostentar imparcialidade; a Relação teve ordem para proceder, como de direito, afim de promover a conclusão dos julgamentos.

A Relação, examinando os processos e reconhecendo seus vicios, pronunciou a nullidade e mandou soltar os presos n'elles envolvidos.

Eis como a *Alçada* terminou seus trabalhos, depois de 4 annos de exercicio.

Viu o Brazil no principio do anno de 1821 pronunciarem-se os portuguezes de todas as classes por uma constituição liberal.

Luiz do Rego improvisou-se adepto das idéas liberaes, e unido com seus principaes camaradas, sem consultar os filhos do paiz, sem esperar ordens do Rio de Janeiro, annuindo ao simples convite da regencia de Lisboa, proclamou as bases da futura constituição. Tratou logo da eleição de 7 deputados, a que a mesma regencia havia mandado proceder em Pernambuco.

No Rio de Janeiro menos energica se manifestou a opinião popular, e da parte do governo não houve medida alguma que revelasse suas intenções.

Elle conservou-se nesse estado de incertesa desde Outubro de 1820, quando a capital tinha chegado a noticia da revolução, até Fevereiro de 1821.

O movimento da Bahia foi que o despertou, e então a 21 de Fevereiro publicou-se o decreto de 18, no qual d. João VI annunciava que o principe d. Pedro seria enviado para Portugal

afim de tratar com as côrtes, e consulta-las ácêrca da constituição: tambem prometteu El-Rei, que no Brazil seriam adoptados aquelles pontos da constituição que fossem applicaveis.

A 26 de Fevereiro a tropa portugueza marchou para o Largo do Rocio; sua attitude tinha por fim obter que fosse jurada a constituição, tal qual a fizessem as côrtes.

Os cidadãos sectarios deste movimento, tambem celebraram uma reunião no theatro; para ahi se dirigiram os principes d. Pedro e d. Miguel.

A camara municipal tambem foi convocada.

D. Pedro, em vista do que acontecia, apresentou-se á varanda do theatro e leu o decreto pelo qual o monarcha accetava sem reserva a futura constituição.

Os principes prestaram juramento por si e por El-Rei.

Organisou-se novo ministerio.

Grande foi a alegria dos que conseguiram ver realisados seus planos, e um numerozo concurso de pessoas dirigiu-se á quinta da Boa vista, e d'ahi veio puxando até á cidade o carro de d. João VI!

El-Rei ractificou o juramento, e os empregados e pessoas gradadas do Rio tambem o prestaram.

A adhesão dos portuguezes aos actos das côrtes de Lisboa influio de tal modo sobre o espirito do governo, que este viu-se forçado a publicar o decreto de 7 de Março, em que El-Rei expoz a intenção de voltar a Lisboa e deixar o reino do Brazil entregue aos cuidados de D. Pedro, até que se estabelecesse a constituição da monarchia.

Nesse mesmo dia deram-se instrucções, de accordo com a constituição hespanhola, na falta de regulamentos para esse fim, no intuito de se proceder á eleição de deputados ás côrtes.

Feita a eleição de eleitores foram estes convocados pelo ouvidor da comarca para uma reunião, onde devia ser lido officialmente o decreto de 7 de Março.

Ella verificou-se a 20 de Março na Praça do Commercio.

A discussão foi tumultuaria, e a confusão subiu ao ponto de não poder o presidente dirigir a assembléa.

Pouco conhecedores das attribuições que lhes competiam, os eleitores tomaram medidas relativas aos interesses geraes da nação.

No estado de exaltação, a que chegaram as coisas, uma deputação foi enviada ao monarcha pedindo a adopção da constituição hespanhola.

El-Rei annuiu.

A assembléa ficou satisfeita e continuou em suas deliberações, até que pelas 3 horas da madrugada chegou uma companhia da divisão portugueza, e antes de empregar outro meio

para dissolver a reunião deu uma descarga sobre os eleitores desarmados e povo, que os cercava, e depois tomou a casa á bayoneta calada.

A maior parte das pessoas já se tinham retirado, e por isso menos desastrosas foram as consequências d'aquella aggressão: morreram 3 individuos e ficaram mais de 20 feridos.

A consternação se apoderou da cidade; suspenderam-se as operações de commercio, e a capital durante muitas semanas teve suas praças e logares de recreio inteiramente desertos.

El-Rei aproveitou-se d'este estado de abatimento publico; promulgou a 22 de Abril um decreto annullando o que tinha feito nas vespasas, e outro conferindo a d. Pedro as attribuições de regente e de seu logar-tenente no reino do Brazil.

Na tarde de 24 de Abril, El-Rei embarcou-se a bordo da náu D. João VI.

Os conselheiros do monarcha previam que os negocios do Brazil tomariam, com a retirada da côrte para Portugal, nova direcção, e que o paiz trataria de separar-se da metropole.

Conta-se que no dia da partida, a 26 de Abril, El-Rei ao despedir-se do principe d. Pedro lhe dissera que o Brazil em breve se separaria de Portugal e aconselhou o principe a que puzesse sobre sua cabeça a corôa, antes que algum aventureiro lançasse mão d'ella.

Na mesma esquadra, que conduzia El-Rei, retirou-se grande parte de fidalgos, que o haviam acompanhado de Portugal, e seus adherentes formando todos uma comitiva de mais de 3,000 pessoas, entre estas muitos capitalistas levando immensas sommas retiradas do Banco do Brazil.

Antes de terminar esta exposição devo dizer-vos que muito embora possa a historia cortezã considerar a estada de d. João VI e de sua côrte no Brazil como uma fonte de grandes beneficios para o paiz, é innegavel entretanto que ao lado de alguns melhoramentos realisados apparecem desastrosos acontecimentos, que são indeleveis manchas do reinado de d. João VI.

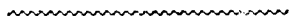
No periodo, a que venho de referir-me, apresentam-se com sinistras feições factos de ordem social e politica.

A prevaricação de funcionarios, a avidez do ganho, a dissolução dos bons costumes no Rio de Janeiro desde que chegou a côrte alli, e tudo isto acorçoado ou tolerado pelo governo de El-Rei, as barbaras perseguições dos patriotas de Pernambuco, as execuções de muitos d'elles, as torpezas da commissão militar, os julgamentos injustos e iniquas sentenças, sem que os juizes-algozes fossem punidos, as violencias commettidas pela força publica contra os eleitores inermes reunidos na Praça do Commercio do Rio, as mortes e ferimentos, que se deram n'essa occasião, são triumphos inglorios do governo de d. João VI.

Deante da pratica de taes actos com certeza as faces da justiça empallidecerão.

Todo o brasileiro amante de seu paiz deve sentir-se dominado de profundo pezar, sempre que recordar-se dos soffrimentos das victimas immoladas em Pernambuco e no Rio.

Pede a verdade que se diga que os interesses de ordem social e politica do Brazil, durante a residencia da familia real aqui, não foram dirigidos por bons principios: na terra de Santa Cruz não deixou a realza o germen de boas doutrinas.



XX

(24 de Setembro)

Primeiros actos do regente d. Pedro.—Medidas das côrtes de Lisboa.—S. Paulo e Rio pronunciam-se contra a partida do principe.—Conselho de procuradores de Provincias.—Chegada de uma esquadra portugueza ao Rio de Janeiro.—Viagem do principe real a Minas.—Convocação da Assembléa Constituinte.—Viagem do principe a S. Paulo.—Proclamação da independencia do Brazil.—O principe é acclamado Imperador.—Bloqueio da Bahia.—Lord Cochrane ao serviço do Brazil.

Senhores:

O espirito de desunião, que diariamente crescia entre os brazileiros e portuguezes, tornava bem critica a posição do principe; elle procurava harmonisal-os dando repetidos banquetes, aos quaes eram convidados os officiaes de ambos os paizes; não obstante a dissimulação de seus ressentimentos em presença do principe continuavam elles inimigos como antes.

Accresciam a isto as difficuldades financeiras, em que se achava a administração.

O governo de d. João VI tinha deixado exausto o thesouro: o Banco, mal dirigido, suspendeu seus pagamentos.

Emquanto o principe luctava com estes embarços, novas contrariedades appareceram que se prendem a factos de ordem politica.

Tinham sido recebidas as bases da Constituição elaborada pelas côrtes de Lisboa; o principe não conhecendo ainda os effeitos da chegada de d. João VI a Lisboa julgou conveniente demorar o juramento d'aquellas.

Esta demora gerou desgostos no partido portuguez; a divi-

são auxiliadora marchou para o Rocio, a 5 de Junho de 1821, e alli pediu que fossem juradas as bases da Constituição.

D. Pedro viu-se obrigado a prestar o juramento exigido e satisfazer outras requisições.

Por uma lei, com data de 24 de Abril de 21, as côrtes de Lisboa tinham declarado independentes do centro, no Rio, os governos provinciaes e sujeitos sómente aos tribunaes de Portugal.

Em consequencia d'esta lei formaram-se em todo o Brazil pequenos governos, que se negavam a corresponder com o principe.

D'esta forma o principe estava reduzido a governador do Rio de Janeiro e de uma ou outra provincia do Sul, cercado além d'isso de grandes difficuldades pela diminuição das rendas publicas.

Continuavam as côrtes em seu plano de reduzir o Brazil á antiga dominação colonial.

Por decreto de 29 de Setembro foram extinctos os tribunaes e differentes repartições, creadas em tempo de d. João VI; por outro decreto foi ordenado que o principe se dirigisse a Portugal afim de viajar por differentes paizes da Europa e completar a sua educação politica.

Deante de taes medidas comprehenderam os brasileiros quaes as vistas das côrtes de Lisboa, e decidiram-se a trabalhar pela independencia.

D. Pedro preparava-se para obedecer á ordem de sua retirada: tornava-se porém, mais e mais geral a desapprovação de sua partida.

Na cidade de S. Paulo a Junta provincial resolveu representar ao principe pedindo que ficasse no Brazil.

Em Minas, um movimento semelhante se havia manifestado.

Os habitantes do Rio de Janeiro, deante dos acontecimentos nas duas provincias, resolveram pedir á camara municipal que representasse a d. Pedro contra a execução dos dous decretos das côrtes.

A camara satisfazendo a esta requisição dirigiu-se á presença do principe a 9 de Janeiro de 1822: o seu presidente expôz os sentimentos dos partidos ácerca de sua retirada.

D. Pedro julgou dever acceder ao pedido manifestado e respondeu:

— Como é para bem de todos e felicidade geral da nação diga ao povo que fico.

Esta declaração, que teve lugar a 9 de Janeiro, desagradou aos portuguezes: a divisão auxiliadora deliberou, intimidando o principe, forca-lo a cumprir as resoluções das côrtes.

Na tarde do dia 11 de Janeiro seguiu ella tendo á sua frente o general Jorge de Avilez para occupar o morro do Castello.

A tropa do paiz e o povo vendo a attitnde hostile d'aquellas forças reuniram-se no Campo de Sant'Anna dispostos a repellirem qualquer aggressão, que lhes fosse feita.

Avilez rendendo-se á intimação, que o principe lhe fizera, retirou-se com a divisão para a Praia Grande obrigando-se a embarcar-se para Portugal.

Feitos os preparativos para o embarque dos portuguezes recusaram-se estes a obedecer, emquanto não chegasse uma expedição esperada de Lisboa.

O principe tomou uma attitudo energica, e os ameaçou dizendo que seria o primeiro a fazer fogo, se não embarcassem immediatamente.

A 15 de Fevereiro partiram para a Europa.

D. Pedro, a 16 de Janeiro, tinha organizado o seu ministerio do modo seguinte :

José Bonifacio, que tinha ido á còrte como orador da deputação incumbida de pedir que o principe não se retirasse para a Europa, foi encarregado das repartições do interior e negocios estrangeiros ; Caetano Pinto de Miranda Monte-Negro, dos da justiça e fazenda ; Joaquim de Oliveira Alvares, dos da guerra e marinha.

O primeiro cuidado d'este governo foi restabelecer a centralisação das provincias anniquillada pelas còrtes.

Promulgou-se o decreto de 16 de Fevereiro, convocando um conselho de procuradores de provincias, competindo ao mesmo aconselhar o principe sobre todos os negocios importantes, organizar os projectos de melhoramentos e reformas administrativas, e apresentar as reclamações e exigencias das provincias. Estas medidas foram bem aceitas pelas provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, e Rio Grande do Sul.

Pernambuco estava retalhado pelas dissensões civis : 2 hata-lhões de linha e parte das milicias tinham-se revoltado contra o governador Luiz do Rego, e já varios choques se tinham dado.

Na Bahia a tranquillidade publica tinha sido perturbada, em Fevereiro, por haver sido nomeado governador das armas o brigadeiro portuguez Ignacio Luiz Madeira em substituição do brasileiro brigadeiro Manoel Pedro de Freitas.

Madeira apoiado pelas forças portuguezas intima a Freitas a entregar o mando.

Da recusa d'este, que era apoiado pelo povo e tropas do paiz, resultaram conflictos em differentes lugares, ficando afinal Madeira senhor da cidade, onde reinou por algumas semanas a mais completa anarchia.

Persistiam as còrtes de Lisboa em suas vistas aggressivas ao Brazil.

Nellas apenas havia 50 deputados Brasileiros, sendo de 70 o numero dos eleitos.

Esta minoria não podia exercer influencia alguma.

Fram elles tratados com a mais revoltante grosseria n'aquella Assembléa, onde a maioria era infensa a qualquer concessão ao Brazil.

Differentes providencias foram votadas, sempre contrariando as aspirações do Brazil.

Quando chegou a Lisboa a noticia dos acontecimentos da Bahia, as côrtes nomearam uma commissão para deliberar sobre a conveniencia de se permittir ao principe o demorar-se aqui até restabelecer-se a tranquillidade publica.

Mas a esquadra que, conforme a primeira resolução das côrtes, devia levar o principe real a Lisboa, já d'alli tinha partido; a 5 de Março appareceu á vista da barra do Rio de Janeiro, e só depois de ter o commandante Francisco Maximiano de Sousa se obrigado a obedecer em tudo ás ordens do principe real, foi permittida a entrada.

Tendo recebido ordem de voltar para Portugal, deu á vela a 24 de Março, deixando em terra 600 homens, que quizeram ficar no Brazil.

Em consequência de acontecimentos occorridos em Minas, onde o governo provisório desconfiando dos planos do principe, recusava prestar-lhe obediencia, d. Pedro partiu para Villa Rica a 25.

Dentro de poucos dias voltou elle ao Rio, deixando tranquilllos os animos alli.

N'esta cidade os negocios tomavam novo aspecto.

Tendo alli chegado a noticia de que o governo portuguez notificára seus consules nos portos estrangeiros para impedirem a exportação de armamento, e munições ás provincias ultramarinas, foi esta notificação considerada declaração de guerra.

A camara municipal, a 13 de Maio, dirigiu-se ao principe e pediu que acceitasse para si e descendentes o titulo de—Defensor perpetuo do Brazil.

Alcançado isto de novo a municipalidade dirigiu-se ao principe, a 23 de Maio, e requereu a convocação de uma Assembléa, para resolver sobre as condições que devessem servir de base á união do Brasil com Portugal e fazer as emendas que fossem necessarias á Constituição.

D. Pedro convocou o conselho de procuradores para tomar uma deliberação a tal respeito. Mas só estavam no Rio tres conselheiros: estes julgaram-se incompetentes para resolverem o assumpto limitando-se na reunião de 3 de Junho a sollicitar aquella mesma medida.

Sustentada esta pelo ministerio, promulgou-se o decreto convocando a Assembléa constituinte e legislativa.

Depois d'esta deliberação d. Pedro modificou o seu ministerio dando a pasta da guerra ao brigadeiro Luiz Pereira da Nobrega e a da fazenda a Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

D'este ministerio emanaram providencias de muito alcance, por exemplo a do emprestimo de quatrocentos contos de réis, o manifesto dirigido ás nações amigas expondo as occurrencias ultimas e propondo celebração de tratado de commercio.

Tambem promulgou-se o decreto declarando inimigas as tropas portuguezas, que desembarcassem em qualquer ponto do nosso littoral sem prévio consentimento do governo brasileiro.

Tendo o principe expedido ordens ao general Madeira para embarcar-se com as tropas com destino a Lisboa, não foram ellas cumpridas : esta desobediencia e a noticia de que as côrtes preparavam novas forças destinadas à Bahia e Rio de Janeiro, levaram o principe a tomar uma posição mais franca : publicou o manifesto de 1.º de Agosto, pedindo aos brasileiros que se unissem para alcançarem, por meio da força em caso de necessidade, a grande obra de sua independencia.

Desde então tratou d. Pedro de expellir de todos os pontos do Brazil as tropas portuguezas.

A expedição, que do Rio se dirigio à Bahia alli chegou quasi ao mesmo tempo que um reforço de Portugal.

Romperam as hostilidades entre as forças brasileiras e portuguezas.

Em Montevideó o general Lécor quiz fazer declarar-se a guarnição em favor do Brazil, viu-se, porém, obrigado a abandonar a divisão portugueza.

Em Pernambuco corriam as cousas de modo mais favoravel aos patriotas.

Em S. Paulo outros foram os meios empregados : o principe partio do Rio, no dia 14 de Agosto, deixando a regencia confiada á princeza real e a administração dos negocios publicos ao ministerio e conselho de representantes, e veio á capital da nossa provincia.

Sua presença serenou as desordens nascidas da discórdia entre os membros do governo provisorio.

Durante a sua estada em S. Paulo deu-se uma serie de acontecimentos, que inflairam de modo benefico sobre os destinos do paiz.

D. Pedro annuindo aos desejos dos brasileiros, que o acompanhavam e recebendo, quando se achava no Ypiranga, despachos do ministro José Bonifacio, proclamou a independen-

cia do Brazil, proclamação que foi feita a 7 de Setembro de 1822.

Quando eu tratar dos acontecimentos que se deram na provincia de S. Paulo n'esse tempo, serei mais minucioso na exposição dos factos, e mostrarei a grande parte que os paulistas tiveram n'esse grande acto, que separou o Brazil de Portugal.

Voltando o principe ao Rio de Janeiro, alli chegou a 15 de Setembro, e apresentou-se no theatro com uma legenda no braço esquerdo que dizia — INDEPENDENCIA OU MORTE.

A 21 de Setembro publicou-se um edital da camara declarando que o principe seria aclamado Imperador constitucional do Brazil no dia 12 de Outubro seguinte.

Com effeito n'esse dia verificou-se essa cerimonia deante d'um grande concurso de povo, de tropa, da côrte e das autoridades reunidas no Campo de Sant'Anna.

Antes de receber a còrda o principe declarou que acceitava o titulo de Imperador depois de ter ouvido o seu conselho de estado e os procuradores geraes.

A 1 de Outubro teve lugar a cerimonia da coroação do primeiro imperador do Brazil.

Inaugurado o Imperio o governo julgou necessario não admittir a permanencia de tropas portuguezas nos pontos importantes que ellas occupavam.

Para esse fim admittio ao serviço de sua causa o almirante inglez Lord Cochrane, que tinha prestado valiosos auxilios á independencia do Chili.

A elle foi confiado o commando da esquadra brasileira.

A 3 de Abril de 1823 a bordo da não Pedro I arvorou o seu pavilhão e seguiu para a Bahia com 8 vasos de guerra.

Effectuou o bloqueio da praça, sitiada pelas forças do general Labatut.

Já alguns combates se tinham travado, sendo o mais notavel o do Pirajá, a 8 de Novembro de 1822, no qual foram os portuguezes repellidos.

No exercito brasileiro deu-se uma occurrencia, que poderia ter graves consequencias: foi a prisão do general Labatut e do seu secretario, victimas de intrigas urdidas por alguns officiaes superiores animados pela junta governativa, que estava funcionando na Cachoeira.

Madeira, felizmente, não pôde aproveitar-se d'este estado de cousas.

O commando geral das forças brasileiras foi confiado ao coronel José Joaquim de Lima e Silva.

Bloqueiada a Bahia por mar e por terra, e reduzidas as tropas portuguezas á extrema penuria viram-se forçadas a evacuar a cidade no dia 2 de Julho de 1823.

Lima e Silva occupou a cidade, guarneceu os pontos essenciaes e manteve a ordem e disciplina.

A esquadra portugueza composta de 3 navios de guerra e mais de 70 mercantes, fez-se á vela para Portugal conduzindo os soldados de Madeira.

Cochrane a seguiu tomando muitos navios sem resistencia da parte do almirante portuguez : depois do que dirigiu-se para o Maranhão afim de evitar o desembarque de tropas que para alli eram destinadas conforme se soube em vista das instrucções encontradas a bordo da « Gram-Pará ».

Nó entanto João Taylor, comandante da fragata « Nictheroy » seguiu as aguas da frota portugueza até á foz do Tejo, tomando ainda alguns navios de transporte, que foram remettidos ao Rio.

XXI*(30 de Setembro)*

A divisão lusitana capitula e evacua Montevidéo.—Dissolução da constituinte.—Manifesto relativo á dissolução.—Negociações para o reconhecimento da independencia.—Revolução de Pernambuco.—Pacificação do norte.

Senhores.

A *Provincia cisplatina* era o ultimo ponto occupado por forças portuguezas.

A divisão lusitana, estacionada em Montevidéo, tinha resistido ao decreto que a desligava do exercito portuguez.

Negando obediencia ao governo do Rio de Janeiro d. Alvaro da Costa, commandante d'aquella divisão, sustentou-se por 17 mezes contra o sitio das tropas brazileiras ao mando do general Lecor, já então barão da Laguna, que se tinha declarado em favor da independencia.

Depois de ter sabido que as forças portuguezas haviam sido expulsas de todos os pontos do Brazil, resolveu d. Alvaro capitular, o que teve logar a 18 de Novembro, evacuando a praça e embarcando com a divisão que lhe era fiel, ficando Montevidéo incorporado ao Brazil, independente de Portugal.

A Assembléa constituinte reuniu-se a 17 de Abril com 53 deputados e depois das sessões preparatorias foi installada a 3 de Maio.

O imperador, no discurso de abertura da sessão, enunciou-se ácerca do estado do paiz, e concluiu dizendo que esperava que a constituição, a fazer-se, merecesse a sua imperial approvação.

Logo em começo a discussão da resposta á falla do throno tornou-se exaltada.

Gozavam de grande preponderancia nessa assembléa os—Andradas.

Dividindo-se a assembléa em dois partidos, o liberal e imperialista, da luta entre elles resultou a demissão dos Andradas do ministerio, a 17 de Julho.

A situação politica inaugurada pelo novo gabinete desagradou aos liberaes, e desde então estes e os imperialistas combatiam-se violentamente na imprensa e na tribuna.

Deixando o poder os dois ex-ministros unidos a seu irmão Antonio Carlos capitaneavam a opposição e empregavam seu prestigio em prejuizo do governo.

A chegada ao Rio de Janeiro de um brigue de guerra portuguez trazendo o marechal Pinto da França com despachos para o imperador, e dias depois a de uma corveta conduzindo commissarios para em nome do governo de Portugal negociarem um accôrdo que puzesse fim ás desintelligencias entre o Brazil e Portugal deu motivos a que se levantassem suspeitas a respeito das intenções do Imperador. Embora passasse por certo que elle não queria receber os despachos sem que aquelles reconhecessem como base de negociações a independencia do Brazil, entretanto era o imperador accusado de manter relações secretas com um dos commissarios.

De sua parte tambem a assembléa criava bastantes embaracos ao governo, auxiliada pela imprensa.

Tendo apparecido na *Sentinella* um artigo contra os officiaes portuguezes, dois destes, o major Lapa e o capitão Moreira, attribuindo o escripto ao boticario David Pamplona o espancaram á porta do seu estabelecimento.

O offendido apresentou queixa á assembléa; isto deu lugar a virulentas aggressões ao governo.

Os militares protegiam a causa de seus camaradas.

As tropas reuniram-se em S. Christovam e o imperador d'ahi mandou uma mensagem pedindo satisfação pelos insultos feitos á honra dos officiaes e ás intenções do monarcha.

Antonio Carlos conseguiu que a camara se declarasse em sessão permanente até que fosse dada satisfação aos brios nacionaes que elle considerava atrozmente offendidos.

Durante a noite de 11 de Novembro conservaram-se os deputados em sessão.

O imperador fez marchar as tropas para a cidade e mandou pelo brigadeiro José Manoel de Moraes intimar o decreto de dissolução, que realisoou-se a 12 de Novembro.

Foram presos ao sahirem da camara, os deputados Antonio Carlos, Martim Francisco, José Joaquim da Rocha, Montesuma e o padre Belchior Pinheiro, e em sua casa José Bonifacio que se tinha retirado por doente.

Da prisão foram deportados para a França.

Durante a sessão desta assembléa sô foram approvados 5

projectos de leis, todos sobre objectos secundarios ; pouco caminhou a discussão dos artigos constitucionaes.

A 13 de Novembro foi publicada a proclamação em que se dizia que a prisão dos Andradas e seus partidarios tinha por fim evitar a anarchia, e que o governo protegeria as familias dos presos.

A dissolução da constituinte causou profunda consternação ao partido liberal: os *imperialistas* porém encheram-se de contentamento.

O imperador em um manifesto datado de 16 de Novembro explicou o acto da dissolução, e prometeu ao paiz que uma constituição mais liberal do que a projectada pela constituinte lhe seria dada.

A 26 do mesmo mez foi nomeada uma commissão de 10 membros, ou conselho de estado, para organizar a constituição; sob a presidencia do imperador encetou ella seus trabalhos.

Feita a constituição, que foi publicada em principios do anno de 1824, o governo a remetteu, por copia, a differentes camaras municipaes, e sob o fundamento de que algumas tinham requerido a prompta adopção, o imperador, a imperatriz, o bispo, e a municipalidade a juraram a 24 de Março.

Em Lisboa a dissolução violenta da constituinte foi considerada como prova de preponderancia do partido portuguez no Brazil.

Houve alli esperanças de que d. Pedro se sujeitaria á supremacia de seu pae, e se restabeleceria a união do Brazil a Portugal. Em pouco tempo porém ellas desappareceram.

Recorreu então o governo portuguez ao de Inglaterra afim de que este alcançasse que por parte do Brazil fossem acceitas as condições seguintes:

1.^a Cessação de hostilidades contra navios e subditos portuguezes ;

2.^a Restituição de todas as propriedades portuguezas injustamente confiscadas ;

3.^a Não intentar ataque algum ás colonias, que continuavam a ser fieis a Portugal ;

4.^a Demissão de todos os subditos inglezes empregados pelo Brazil.

O gabinete inglez accitou a posição de mediano e determinou ao encarregado de negocios da Inglaterra no Rio de propor ao governo do Brazil as citadas condições.

Os plenipotenciarios brasileiros dirigiram-se á Inglaterra, onde começaram as conferencias.

O movimento revolucionario, de que era chefe d. Miguel, para derribar o governo de Portugal deu lugar a que se suspendessem as negociações.

Restabelecida a tranquillidade publica n'aquelle reino, encetaram-se outra vez as conferencias em Julho de 1824.

Nada porém se obteve d'ellas : por parte do Brazil se exigia independencia ; Portugal pretendia impôr soberania.

O gabinete inglez achando que não era satisfactoria a marcha das negociações, dirigiu ao governo portuguez uma nota, fazendo vêr o perigo de, se a lucta continuasse, cair a monarchia no Brazil, e ficar este dividido em estados independentes e republicanos.

Aconselhava pois que a independencia fosse reconhecida.

Ao contrario, a Austria, Russia e Prussia, que não tinham então interesses commerciaes no Brazil, recommendavam, por intermedio de seus representantes, antes a guerra que a victoria de principios revolucionarios.

O gabinete não tomou attitudie definida : redigiu um projecto de tratado reconhecendo *nominalmente* a independencia, exigindo corpo diplomatico e exercito communs, e que d. João VI fosse reconhecido como o primeiro imperador do Brazil.

Este projecto foi rejeitado.

Não desanimando com a recusa por parte dos plenipotenciarios brasileiros o gabinete portuguez enviou um emissario, de nome Leal, ao Rio.

As propostas por este apresentadas foram repellidas e elle teve ordem de sair do territorio do Brazil.

Antes de dar maior desenvolvimento ás occurrencias relativas á independencia sob o ponto de vista internacional, cumpre-me dizer-vos o que se passava no imperio depois da dissolução da constituinte.

No sul, as consequencias deste acto foram acceitas : a constituição outorgada pelo imperador foi jurada.

Em Pernambuco porém, outro era o espirito da população.

Estava á frente da administração Manoel de Carvalho Paes de Andrade, quando o imperador nomeou para substitui-lo Francisco Paes Barreto, tendo em vista inutilisar os elementos, que já se dizia haver para uma planejada revolução.

Houve reuniões populares, e nestas se decidiu que não se reconheceria outra auctoridade que não fosse a de eleição popular.

O governo do Rio sciente dos acontecimentos tomou as medidas, que julgou adequadas.

O porto do Recife foi bloqueiado pelo chefe da divisão Taylor.

Em 20 de Março de 1824 Paes de Andrade foi preso.

Concorreu muito para este acontecimento a defeecção de dois militares, Seara e Lamenba, que pertencentes ao partido d'aquelle o abandonaram quando tiveram noticia de suas promoções.

Foram elles que dirigiram a contra-revolução.

Conduzido Paes de Andrade á Fortaleza do Brum, a guarnição se pronunciou em seu favor.

Tambem as tropas, exceptuadas as comprometidas na prisão de Andrade, se declararam pela causa popular.

Paes de Andrade foi reintegrado na presidencia dentro de poucas horas.

A 11 de Junho o governo imperial publicou um decreto annunciando aos pernambucanos que no Tejo se preparava uma esquadra contra o Brazil, e recommendando que elles promovessem sua propria defesa, visto não ter o imperador meios de proteger todo o litoral do imperio.

Paes de Andrade aproveitou-se da publicação desse decreto para, em 2 de Julho, fazer a proclamação denunciando o imperador como traidor e dizendo que suas intenções eram abandonar o Brazil aos portuguezes.

Convidou as provincias do norte a negarem obediencia ao governo do Rio e a ligarem-se por um pacto formando a *Confederação do Equador*.

Grande numero de habitantes da Parahyba, Rio Grande do Norte e Pará adheriram a esta causa.

O imperador tomou a deliberação de anniquillar a revolução, logo que soube do occorrido.

Uma expedição naval foi preparada e a 1.º de Agosto sahiu do Rio, sob o commando de Lord Cochrane.

As tropas foram desembarcadas em Maceió ás ordens do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, e a divisão naval foi bloquear o porto do Recife.

Depois de muitas escaramuças vantajosas ás forças imperiaes o brigadeiro Lima entrou na capital da provincia a 12 de Setembro.

As tropas revolucionarias a desoccuparam, tendo sido as forças do governo reforçadas com a chegada da expedição Jewert.

Para o prompto anniquillamento da revolução muito concorreu o ter ficado Andrade interceptado pela vanguarda de Lima. Não podendo por terra reunir-se a sua gente no Recife, desde que della apartou-se para ir ao encontro das tropas do major Ferreira, embarcou-se em uma jangada no intuito de chegar a tempo de occorrer á defesa da cidade.

Não conseguindo desembarcar refugiou-se a bordo da corveta ingleza *Tweed*, onde chegou depois da meia noite.

Divulgado o facto na cidade, os partidistas de Carvalho julgaram perdida a causa.

No dia 17 a capital cahia toda em poder das forças do governo.

As tropas de Andrade, que tinham estado na Barra Grande,

reuniram-se a outras sob o commando do coronel José de Barros Falcão, e tentaram ainda um ataque ao bairro da Boa-Vista.

O combate foi mortifero de ambos os lados, e ellas foram rechassadas para o interior, onde renderam-se ás forças imperiaes que as perseguiam.

Este foi o ultimo feito da revolução pernambucana, seguindo-se a immediata sujeição das provincias revolucionarias ao governo.

Assim acabou-se em pouco tempo a *Confederação do Equador*.

Duas commissões militares se criaram, uma em Pernambuco, outra no Ceará.

Os compromettidos foram julgados.

Soffreram a pena de morte, segundo refere A. Lima, o padre Joaquim Caneca, homem de variada instrucção, o major Agostinho Bezerra Cavalcanti, preto, de um batalhão denominado de—Henrique Dias.

Armitage porém falla só de 3 executados.

Ratcliff, portuguez, Metrowich, maltez, ambos officiaes do brigue de guerra *Constituição ou morte*, Loureiro, brasileiro, commandante da escuna *Maria da Gloria*.

Em relação a estes 3 infelizes diz o referido Armitage que não ficou provado plenamente haverem elles tomado parte mui activa no bloqueio da Barra Grande, tendo sido informe o processo, e neste as testemunhas só depuzeram de oitiva, ficando porém fôra de duvida que Loureiro fôra compellido a embarcar, e a tomar assim, contra sua vontade, o partido da revolução.

Outros revolucionarios foram amnistiados.

Ratcliff tinha sido empregado em uma das secretarias de Lisboa, e se offerecêra para redigir o decreto de banimento da rainha, mãe de d. Pedro, quando ella recusára jurar a constituição.

Á sua morte foi considerada como satisfação á realza offendida.

Os dois companheiros soffreram a mesma pena, só pelo facto de estarem euvolvidos no mesmo processo

O que ficou exposto nesta lição é o resumo do que se lê em Armitage, A. Lima, e Menezes.

Cabe-me aqui dizer-vos que se a historia não deixa bem explicadas as occurrencias em relação ao processo, condemnação e execução d'aquelles tres infelizes, é certo, entretanto que a tradição mantém até hoje suspeitas de que o imperador influiria sobre estes acontecimentos.

Geralmente se disse n'aquelle tempo que a execução do of-

ficial portuguez era um acto de vingança de d. Pedro, pelo motivo já explicado em relação á rainha, e que a morte dos dous companheiros era um meio de encobrir aquella paixão e apparentar justiça.

Em todo o caso a condemnação d'aquelles desgraçados, em um processo informe e sem provas, foi uma atrocidade digna do mais severo estigma.

E se o poder moderador não quiz impedir a obra da iniquidade, quando porventura fosse esta só devida ás inspirações da commissão militar, ao certo tornou-se cúmplice de um dos maiores attentados, de que falla a nossa historia.

Rateliff do alto do cadafalso disse que era innocente, e morreu com coragem.

Nem era de esperar outra consa d'aquelle que, já de oratorio, teve a calma de espirito para traçar em latim sobre a parede da prisão algumas phrases, que estão traduzidas em portuguez deste modo :

« A morte em que me offende? Alem da campa
Reverdece a virtude, e não se extingue
Sob o cutelo do feroz tyranno. »

Despediu-se da vida enunciando uma verdade sublime.



XXII*(1.º de Outubro)*

Cochrane no Maranhão.—Motim militar na Bahia.—Tratado de 19 de Agosto.—Revolução em Montevideó.—Batalha de Sarandy.—Declaração de guerra entre o Brazil e Buenos-Ayres.—Viagem de d. Pedro á Bahia.—D. Pedro abdica a corôa de Portugal.—Primeira Assembléa legislativa.—Operações no Rio da Prata.—Viagem de d. Pedro ao Rio Grande. Volta ao Rio de Janeiro.

Senhores.

Lord Cochrane tendo voltado da Bahia a Pernambuco, d'ahi seguiu pela costa até o Maranhão.

Reinava a anarchia n'esta provincia.

Haviam-se rebellado contra o presidente Bruce as tropas, que tinham-se pronunciado pela independencia.

O almirante foi bem recebido.

Tomando parte nas questões politicas depoz Bruce, enviou-o preso para o Rio e entregou a administração da provincia a Manoel Telles da Silva Lobo.

Depois de dar tranquillidade á provincia o Lord tratou de satisfazer as suas ambições e interesses particulares.

Não tendo sido attendidas pelo governo imperial as reclamações, que elle fizera, relativamente ás prezas feitas no Maranhão e Bahia, entendeu dever pagar-se por seu proprio arbitrio.

Fez o calculo do que considerava propriedade portugueza e exigiu a importancia.

A thesouraria não tinha dinheiro, e então deu-lhe letras sobre a alfandega.

Depois de alguma demora e varias occorrencias viu o Lord satisfeitos seus desejos.

A 20 de Maio de 1825 o almirante, arvorando o seu pavilhão na fragata *Piranga*, partiu para a Inglaterra, levando os productos da contribuição forçada.

Má impressão recebeu o governo imperial de taes acontecimentos, mas nenhuma providencia tomou contra o Lord, limitando-se a mandar publicar as informações que lhe foram enviadas do Maranhão.

Logo depois de suffocada a revolução de Pernambuco deuse na Bahia um motim militar, de que resultou a morte do governador das armas em Outubro de 1824.

Dos actos de indisciplina do commandante de um batalhão denominado de *Periquitos* resultou a sua prisão.

A tropa insubordinou-se e pediu que lhe fosse restituído o commandante.

O general Felisberto Gama Caldeira manteve suas ordens.

Uma companhia d'aquelle batalhão dirigiu-se a sua casa para prende-lo.

O general submetteu-se e disse á força que iria preso com a condição de que ninguem o *tocasse*.

Apenas elle apresentou-se a peito descoberto, um dos officiaes da companhia deu o signal e o governador das armas cahiu morto, tendo sido traspassado por 14 balas.

Quatro dos criminosos foram executados em virtude de sentença do conselho de guerra.

Emquanto se davam as perturbações, que vimos de narrar n'esta e na lição anterior, ao norte do imperio, a còrte achava-se tranquilla.

Pendentes estavam as negociações de paz com Portugal, sem probabilidades de proximo e satisfatorio resultado.

Mudou a face desta questão o procedimento da Grã-Bretanha, que reconheceu as republicas hespanholas.

Este successo teve consideravel influencia sobre a causa da liberdade: as pretensões do Brazil receberam grande força.

O governo inglez, prevendo o effeito d'aquelle facto, enviou Charles Stuart para fazer vêr a d. João VI que convinha apressar o reconhecimento do Brazil, afim de evitar que progresssem as idéas democraticas e ficasse em perigo o throno de d. Pedro.

D. João VI encarregou o enviado inglez de vir ao Brazil tratar de um ajuste definitivo relativo á independencia.

Não conseguiu Stuart facilmente satisfazer sua missão: fizeram-se varias conferencias, e houve embaraços a solver-se.

Final foi assignado o tratado de 29 de Agosto pelos plenipotenciarios brasileiros e por sir Charles Stuart.

Além deste foi assignada uma convenção secreta, pela qual d. Pedro inconstitucionalmente obrigava o governo brasileiro a

tomar sobre si a somma de 1.400,000 libras esterlinas, importancia de um emprestimo contrahido na Inglaterra pelo governo de Portugal, em 1823, para hostilisar a independencia do Brazil, e a pagar a d. João VI 600,000 libras, como equivalente do seu palacio e outras propriedades, que possuia n'este paiz, propriedades que deviam ser consideradas da nação.

Sobre estas negociações diz Armitage que foi arrojado *por terra o penacho do vencedor e recuperou a politica o que as armas tinham perdido.*

A. Lima em referencia aos mesmos factos diz que o Brazil trocou os louros da victoria por uma carta de alforria comprada por 2 milhões de libras esterlinas.

Passando agora a tratar dos negocios no Sul cabe-me dizer-vos que desde a união da Banda Oriental ao Brazil não cessava Buenos-Ayres de reclamar contra ella, e de hostilisar surdamente a influencia do nosso paiz.

Em ambas as margens do Prata se manifestava a indisposição contra o Brazil e em Montevidéo tramava-se uma conspiração para derrihar o jugo estrangeiro.

Fructuoso Rivera, apesar de sua declaração de sustentar sempre a incorporação, era indigitado como um dos conspiradores.

A 19 de Abril Lavalleya saltou com 32 companheiros no porto das *Vaccas*, territorio de Montevidéo, e logo o incendio ateou-se em toda a campanha.

Rivera reuniu-se a elles com alguma força.

Em Junho estabeleceu-se um governo provisorio na villa da *Florida* e a 20 de Agosto funcionou a camara de representantes, que não demorou-se em declarar nullos os actos da incorporação da Banda Oriental a Portugal e ao Brazil, proclamando independente o Estado de Montevidéo.

A defeccão de Rivera enfraqueceu a divisão de Lecor, que já se ressentia do abandono em que tinha ficado desde a evacuação da praça pelas tropas portuguezas commandadas por d. Álvaro.

A 20 de Outubro Bento Manoel Ribeiro com 1,000 homens atacou, em Sarandy, a Lavalleya, que se achava com 2,000 bem armados e equipados.

Bento Manoel viu-se forçado a debandar, depois de curta mas violenta peleja, ficando o campo e 200 prisioneiros ao inimigo.

O governo de Buenos-Ayres animado pela victoria de Sarandy dirigiu-se ao do Rio de Janeiro declarando que o Congresso reconhecia a Banda Oriental incorporada á republica das provincias unidas do Prata, á qual pertencia por direito,

O governo brasileiro desde então deu mais vigor á sua politica.

Emquanto no Sul occorriam taes factos, na Bahia o odio contra portuguezes ameaçava fazer explosão: a agitação começava.

D. Pedro partiu para essa provincia, onde chegou em Ferevereiro, sem ser esperado.

O imperador auxiliado pelo então presidente marquez de Queluz conseguiu vêr restituida a tranquillidade á Bahia.

De volta á côrte recebeu a noticia do fallecimento de d. João VI e a do acto da regencia, que proclamava a d. Pedro rei de Portugal.

Acceitando a herança de seu pae, abdicou immediatamente a corôa de Portugal em sua filha d. Maria da Gloria, de 7 annos de idade.

Para evitar futuras complicações estatuiu como condição de sua abdicção o casamento da rainha com seu tio d. Miguel, a quem nomeou seu lugar-tenente no reino de Portugal durante a minoridade de d. Maria da Gloria.

Outorgou uma Carta, dando ao povo o direito de nomear seus representantes, devendo a nobreza occupar hereditariamente a camara dos pares.

As difficuldades financeiras do Brazil exigiam medidas do poder legislativo.

Resolveu o imperador reunir a assembléa geral, convocada desde 1824.

A 6 de Maio de 1826 teve logar a abertura.

Durante este anno não offereceram os negocios do Prata vantajosos resultados ao Brazil.

A divisão naval, commandada pelo vice-almirante Rodrigo Lobo bloqueava o Prata.

Apesar da superioridade de forças, má era a direcção dada pelo commandante.

O governo retirou-o.

Em terra não corriam melhor as cousas: a politica *vagarosa* do general Lecor dava incremento á audacia dos gauchos.

O vice-almirante foi substituido pelo almirante Pinto Guedes, e a esquadra augmentada, mas sem condições de prestar utilidade, porque as embarcações eram impróprias, por seu porte, para a navegação do Prata.

Buenos-Ayres tinha uma esquadrilla composta de pequenos vasos, e commandada pelo almirante Brown.

Se não fosse a intrepidez deste almirante que deixando a posição segura, que occupava, atacou a esquadra brasileira, não teria esta alcançado a victoria de 29 de Julho.

Desde então Buenos-Ayres manteve-se na defensiva, mas por

meio de corsarios, conseguiu dentro de pouco tempo tornar-se mais temivel do que nunca.

As circumstancias desfavoraveis, em que estavam os negocios no Sul, levaram o imperador a dirigir-se ao theatro da guerra, esperando com a sua presença animar as tropas.

A 24 de Novembro partiu do Rio a bordo da nau *Pedro I.*

Durante sua ausencia adoeceu a imperatriz ; morreu a 11 de Dezembro.

D. Pedro estava na capital do Rio Grande quando chegou-lhe a noticia no acontecimento.

Entregando o mando do exercito ao marquez de Barbacena embarcou com destino ao Rio, onde chegou a 15 de Janeiro de 1827.

O seu primeiro acto foi demittir o ministerio.

Esta demissão foi, na opinião de alguns, attribuida a motivos, que nada tinham com a politica.

Em Armitage lê-se que quando o imperador voltou ao Rio, tendo o ministerio ido encontra-lo a bordo foi mal recebido, e então todos os ministros deram-se por demittidos.

Constancio dá como causa da retirada do gabinete o não acompanhar elle as vistas de d. Pedro quanto á guerra do Sul.

Da viagem imperial nenhum resultado favoravel proveio para a administração e exercito: continuaram as coisas do mesmo modo: não se augmentaram os recursos de guerra, e nem desapareceram as intrigas e o desanimo.

E' caso de dizer-se—foi viagem perdida.



XXIII

(3 de Outubro)

Operações no Sul.—Derrota das forças brasileiras.—Convenção de 1827.—Continuam as hostilidades.—Tratado preliminar de paz entre o Brazil e Buenos-Ayres.—Negocios de Portugal. Sessões legislativas de 1829 e 1830.

Senhores:

O marquez de Barbacena tomando o commando do exercito publicou uma proclamação promettendo que em poucos dias tremularia em Buenos-Ayres o pavilhão brasileiro.

O exercito imperial montava a 10,000 homens, segundo se dizia, e o commandado por d. Carlos de Alvear a 6,200.

A 20 de Fevereiro de 1827 os inimigos se encontraram nas proximidades de Ituzaingo.

A. Lima diz que embora o successo não correspondesse ao que era esperado, sobrou coragem nos soldados brasileiros; os corpos rivalisaram em actos de valor; supportaram 11 horas de combate, 24 de marcha incessante e 48 sem comer.

Armitage, que é mais explicito a respeito desta batalha, diz que começado o ataque Alvear, por uma simulada retirada, attrahiu as forças de Barbacena a uma posição desvantajosa a ellas, e derrotou-as depois de 6 horas de combate, deixando o exercito imperial 1,200 mortos e 10 peças de artilharia no campo.

A perda do inimigo foi menor que a dos brasileiros.

Barbacena lançou a culpa da derrota ás tropas de Bento Manoel, que não tomou parte na batalha, achando-se no passo do Rozario com a melhor cavallaria.

A. Lima censura a Barbacena por ter deixado n'aquelle passo a força commandada por Bento Manoel.

O outro historiador diz que o desastre foi mais mortificante

e a guerra tornou-se mais impopular, por ter Barbacena, contando com a victoria, deixado de esperar o reforço de Bento Manoel.

Quando a noticia desta acção chegou á capital da Republica, tambem alli foi recebida a da destruição de uma divisão da esquadra brasileira no Uruguay.

Oa Imirante Brown voltando do cruzeiro de Sarandy e sabendo que dezenove embarcações da esquadra bloqueadora haviam subido o Uruguay para se communicar com o exercito resolveu segui-la com todas as embarcações pequenas de sua divisão, que eram cinco escunas e oito canhoneiras.

Conhecendo a posição da força brasileira e vendo que não podia ataca-la com probabilidades de vantagem retrocedeu e apossou-se da ilha de Martin Garcia.

Ahi levantou baterias que previnisses a junção da força imperial do Rio da Prata com a que estava no Uruguay.

Depois d'isto tomou a offensiva.

A segunda tentativa de Brown foi coroada de bom resultado para a causa de Buenos-Ayres.

A 10 de Fevereiro elle trouxe o inimigo a uma acção; tomou 11 embarcações, queimou 5, escapando ao desastre só 3.

Além destes lamentaveis acontecimentos, duros revezes porque passou a causa do Brazil, ainda succedeu, no mesmo mez, que cahisse em poder do inimigo quasi toda a expedição de duas escunas e duas corvetas mandada á Patagonia.

Em Abril nova face tomaram as cousas.

Tramou-se um combate, a 9 desse mez, entre as forças de Brown e as do chefe de divisão Norton.

Dous dos maiores brigues argentinos encalharam e ficaram expostos ao ataque da divisão brasileira de 18 velas.

Brown defendeu-se até vêr acabadas suas munições.

Incendiou um dos brigues: outro rendeu-se.

Esta perda que Buenos-Ayres soffreu, a lucta entre os dois partidos, Unitarios e Federalistas, e varias difficuldades, que cresciam de dia em dia para o governo da republica o levaram a procurar a paz.

D. Manoel José Garcia foi encarregado desta missão e partiu para o Rio de Janeiro.

Foi ajustada a convenção preliminar de 24 de Maio de 1827, e nella, pelo artigo primeiro, Buenos-Ayres renunciou suas pretensões sobre o territorio da Banda Oriental.

Regressando Garcia a Buenos-Ayres e divulgando-se os termos da convenção levantou-se um tumulto popular.

Deu este logar a que o presidente Rivadavia negasse a ratificação, pretextando ter Garcia excedido as instrucções.

Dois dias depois Rivadavia resignou a presidencia da república.

O governo imperial ao saber da não ratificação tratou de augmentar os meios de ataque.

Recorreu ao recrutamento, que nada produziu pela impopularidade desta guerra entre os brasileiros.

Foi mandado para a Irlanda o coronel Cotter afim de engajar gente que viesse servir no exercito.

O general Barbacena foi substituido de novo pelo general Lecor.

Em Junho de 1828 a accumulção de tropas no Rio perturbou a tranquillidade publica.

Um batalhão de allemães levantou um motim por causa de applicação de castigos a um de seus camaradas, no dia 28 desse mez.

Os irlandezes informados do occorrido coadjuvaram os allemães.

O tumulto, que a principio parecia ser de poucas consequencias, tomou aspecto grave.

Os sediciosos saíram dos quartéis, percorreram as ruas, e commetteram roubos e varios crimes.

No dia immediato cresceu o numero de revoltosos.

O major de um batalhão de allemães, accusado pelos soldados de reter seus soldos, foi assassinado : outros officiaes foram feridos.

A anarchia reinou na cidade por mais de 2 dias.

Foi então que o ministro da guerra Barroso Pereira ordenou que as tropas brasileiras atacassem as praças estrangeiras.

Com aquellas cooperou, por sua propria resolução, grande numero de pessoas, livres e escravos.

Foram mortos mais de 100 estrangeiros, e feridos muitos.

Em resultado desta revolta regressaram para seu paiz mais de 1,000 irlandezes.

De embarços de outra ordem viu-se cercado o governo.

A esquadra brasileira no Prata tinha empregado sua força contra os navios mercantes de diferentes nações, que não respeitaram o bloqueio.

A 6 de Julho de 1828 uma não e duas fragatas francezas chegaram ao Rio.

O vice-almirante Roussin exigiu immediata entrega das embarcações francezas tomadas no Rio da Prata e uma indemnisação por perdas e damnos.

O parlamento, que então funcionava, não se mostrou disposto a acceder ás exigencias, que Roussin fez tendo a postos as guarnições dos vasos e de morrões accesos.

A vontade imperial porém prevaleceu ; d. Pedro mandou

restituir os navios francezes e prometteu que a indemnisação dos prejuizos seria ultimada antes de findo o anno de 1829.

Estes successos e o receio, que tinha o imperador de novas difficuldades, o levaram a acolher os enviados de Buenos-Ayres, que, sob a mediação do governo inglez, chegaram ao Rio para tratarem da paz.

Celebrou-se o tratado de 28 de Agosto de 1828.

Nelle se estipulou que a provincia cisplatina ficaria livre e independente; separada portanto do Brazil e das provincias unidas de Buenos-Ayres.

Se no espaço de cinco annos rebentasse a guerra civil em Montevidéo as partes contractantes prestariam auxilio ao governo legal.

No fim deste praso cessaria toda a protecção e a Banda Oriental ficaria em estado de perfeita e absoluta independencia.

Estipulou-se a troca de prisioneiros, o esquecimento de todas as offensas politicas e a garantia da livre navegação do Rio da Prata.

Assim terminou essa desastrosa guerra do Sul, na qual se perderam muitas mil vidas, e muito dinheiro.

Alguns escriptores dizem que o mau fado das armas brasileiras teve o effeito de anniquilar o prestigio da carreira militar, e que a geração nascente inclinou-se para a civil resultando disto melhoramentos sociaes, que livraram o Brazil da anarchia.

Ao contrario nas provincias unidas as vantagens da guerra deram aos habitantes o enthusiasmo pela carreira militar.

D'ahi nasceu a preponderancia que essa classe teve sobre as auctoridades civis.

Cumpre-me dizer-vos que apesar das luzes da civilisação ainda alli, como nas republicas do Prata a carreira militar tem alto prestigio: a espada é quem decide quasi todas as dissensões.

Em principio do anno de 1829 deu-se em Pernambuco um pequeno tumulto que foi logo suffocado.

Alli foram suspensas as garantias e creada uma commissão militar, cujos actos irritaram o partido liberal.

Foi sob a influencia destes acontecimentos que se abriu a assembléa geral, extraordinariamente a 2 de Abril.

Differentes incidentes occorridos quer n'esta sessão quer na ordinaria tornaram o parlamento muito agitado.

Desde o começo as discussões tinham causado desgostos ao imperador.

A 3 de Setembro elle encerrou o parlamento com estas memoraveis phrazes:—Está fechada a sessão.

Armitagem diz que esta primeira camara de deputados, que

funcionou de 1826 a 1829, foi fraca e vacillante n'aquelle anno, inquieta em 1827, exigente em 1828, e finalmente aventurou-se a pôr uma barreira contra as aggressões do poder em 1829.

A 16 de Outubro deste anno chegou ao Brazil a princeza bavara d. Amelia de Leuchtemberg.

Celebraram-se as nupcias d'ella com o imperador no dia seguinte : foi creada a ordem da Rosa e novos titulos.

As pompas e festas por occasião deste consorcio contrastavam com o mal estar do paiz.

O augmento successivo do meio circulante pela emissão de notas, o continuado cunho do cobre, a depreciação do cambio exterior, o agio entre o cobre e o papel eram settas, nas phrases de A. Lima, que feriam todos os interesses que tocavam de perto a população, e amarguravam a vida domestica principalmente na classe de empregados publicos e dos que viviam de salarios.

Além d'isto passava por certo que o imperador marchava sempre de accordo com uma camarilha, ou gabinete secreto, de vistas infensas á causa liberal.

O predominio da vontade imperial, que não recuava na senda das arbitrariedades, a nomeação de presidentes e governadores de armas professando principios retrogradados, a concessão de distincções honorificas como meio de corrupção, a linguagem dos ministros e a de alguns periodicos pregando o governo absoluto, e tantos outros factos davam logar a que geralmente se pensasse que a constituição ia ser reformada.

Dizia então um dos órgãos do partido liberal — as formulas representativas poderão talvez continuar, mas se a vontade do povo se deixar dominar do terror, a liberdade será reduzida a sombra.

O partido liberal não poupava o governo, que repetidas faltas commettia : criava-lhe de continuo difficuldades.

Para mais aggravar a situação da cõrte concorreu o assassinato, a 28 de Fevereiro de 1830, do visconde de Camamu, presidente da Bahia.

Este facto foi considerado como um protesto contra as medidas imprudentes do imperialismo.

Sinistras eram as circumstancias em que se via o paiz ; e o espirito publico se achava inquieto.

Era esta a situação, quando a 3 de Maio de 1830 abriu-se o parlamento.

A falla do throno depois de indicar differentes medidas terminava dizendo aos representantes da nação que mostrassem

ser brasileiros, tendo em vista o interesse geral do Brazil, a consolidação da monarchia e o esplendor do throno.

A resposta ao discurso da corôa foi redigida pelo deputado Martim Francisco, e assignado por elle, Limpo de Abreu, Feijó, Vasconcellos e Paula Souza.

Em um de seus topicos agradecia a camara ao imperador a demissão do ministerio, que havia perdido a confiança publica por violações continuas das leis e da constituição, e pelos receios, que tinha excitado, do restabelecimento do governo absoluto.

Em outro topico pedia ao imperador que procurasse vencer as facções exageradas que agitavam o Brazil.

O ministerio impopular de que fallava a resposta ao discurso do throno era o organiado em 1828, em consequencia da revolta das tropas estrangeiras no Rio.

Clemente Pereira, ministro do imperio, era um dos membros mais importantes d'esse gabinete.

O novo ministerio era composto de brasileiros natos.

Na sessão de 30 o orçamento foi, entre outros pontos, o terreno vasto em que se debateram os partidos.

O ministerio não teve maioria e as recommendações do imperador sobre diversos assumptos pouca attenção mereceram. No dia 3 de Setembro encerrou-se a sessão; o imperador na falla do throno censurou o procedimento da assembléa, e convocou-a, extraordinariamente, para tomar em consideração os pontos recommendados no discurso de abertura.

Abriu-se a sessão a 8 de Setembro.

As medidas indicadas no discurso do imperador eram a conclusão do orçamento, providencias sobre o meio circulante, organização de um Banco nacional, e a proposta de um codigo e processo criminaes.

Os differentes projectos sobre o Banco foram rejeitados: os sobre o meio circulante foram enviados ao estudo de uma comissão.

O parlamento votou o Codigo criminal, Lei do orçamento, Leis de fixação de forças de terra e de mar.

Foi a 17 de Novembro que se deu a primeira fusão das camaras no paiz.

Na falla de encerramento da sessão, a 30 de Novembro de 1830, o imperador disse que essas leis eram provas sobejas e não equivocas do interesse da assembléa geral pela nação.

Manifestou pesar por não ter sido decretado o melhoramento do meio circulante.

Voltando aos acontecimentos de Julho devo dizer-vos que a 14 de Setembro chegou ao Rio a noticia da revolução de Julho em Paris.

Muitas pessoas no Rio, Bahia, Pernambuco e S. Paulo, illuminaram suas casas em signal de regosijo pelos successos em França.

Os liberaes ficaram contentes, e os imperialistas receiosos de graves occurrencias.

Foi nessa occasião que appareceu o jornal o *Republico* prégando francamente os principios da republica federativa.



XXIV

(6 de Outubro)

Impopularidade do governo.—Viagem de d. Pedro a Minas.—
Proclamação em Ouro-Preto.—Volta ao Rio.—Festejos e des-
sordesas.—Representação dos deputados.—Reunião no Campo
de Sant'Anna.—Defecção de tropas.—Abdicação.

Senhores.

Em fins do anno de 1830, o governo imperial achava-se
em má situação.

Não merecia respeito no Rio, nem nas provincias.

A sua impopularidade era notavel.

Na opinião de A. Lima era isto devido á desenvoltura da
imprensa, que não poupava a constituição, o governo e a pes-
soa do imperador.

Os principios republicanos eram abertamente prégados pelo
jornalismo.

Não estou de accordo com esta opinião.

Penso que mais procedentes são as apreciações de Armitage
dos acontecimentos de então.

E' com pouca justiça, diz elle, que se attribue aos esforços
dos periodicos da opposição o descredito, em que tinha ca-
hido a administração e o chefe do poder executivo: descredito
manifestado até no modo porque eram consideradas as insi-
gnias honorificas.

O mesmo partido moderado as olhava mais como objecto
de opprobrio do que como distincção invejavel.

Os jornaes da opposição eram bem acceitos, continúa o re-
ferido escriptor, porque iam de accordo com os sentimentos
geraes do povo e as censuras, que elles faziam, dirigiam-se
mais á administração que ao monarcha.

Além da má gerencia dos negocios publicos havia outra

causa da impopularidade de d. Pedro : era—nunca ter elle sabido ser *homem do povo*.

Se por vezes mostrava-se convencido de que a verdadeira força do governo consiste na opinião publica, nunca soube respeita-la.

O descontentamento, que de dia em dia se augmentava, tornava-se mais assignalado na provincia de Minas do que no Rio.

O imperador suppunha poder com sua presença alli impedir o desenvolvimento das idéas da federação.

Tambem tinha em vista alcançar a reeleição do deputado Silva Maia, nomeado ministro do imperio.

O gabinete de então era este:—marquez de Paranaguá, na marinha; conde do Rio-Pardo, na guerra; Maia, no imperio; visconde de Alcantara, na justiça; Hollanda Cavalcanti, na fazenda; Francisco Carneiro de Campos, na pasta de estrangeiros.

Carneiro de Campos e Cavalcanti eram, de todos os ministros, os unicos considerados membros do partido liberal.

A 30 de Dezembro o imperador acompanhado da imperatriz, de Maia, e de outras pessoas partiu para Minas.

Em todas as cidades e villas, por onde passava, não encontrava o mesmo enthusiasmo, com que fôra recebido em sua viagem de 1822.

Ao contrario—celebravam-se sob as vistas da comitiva imperial officios funebres por Badaré, o jornalista liberal assassinado na capital de nossa provincia.

Semelhantes actos importavam adhesão aos principios politicos, que o infeliz jornalista defendeu, e ao espirito perspicaz de d. Pedro deviam essas exequias significar os sentimentos hostis da população á politica imperial.

Além d'isto a não reeleição do ministro do imperio revelava o estado da opinião publica, desfavoravel aos intentos do imperador.

Não obstante d. Pedro tornava-se pertinaz em offender os liberaes.

Os individuos, que elle recebia com urbanidade e signaes de distincção, eram os que mais impopulares se haviam feito por seus principios retrogrados.

A 22 de Fevereiro de 1831 publicou, em Ouro-Preto, uma proclamação.

Nesta disse que havia no Brazil um partido desorganizador a dirigir invectivas contra elle e o governo; que pretendia representar no Brazil scenas de horror; cobri-lo de luto, com o intento de empolgar empregos e saciar suas vinganças e paixões particulares, e outras recriminações.

Desse documento historico evidencia-se que o imperador continuava na disposição de não admittir modificação alguma no systema politico, ainda quando reclamada pelos meios constitucionaes.

A proclamação porém, em vez de attrahir as sympathias, que d. Pedro desejava, aggravou a indisposição, que contra elle havia no paiz.

D. Pedro comprehendeu sua situação.

Voltou para o Rio desgostoso e desanimado.

A 11 de Março, por occasião do regresso de d. Pedro a S. Christovão, os portuguezes e brasileiros adoptivos illuminaram suas casas, accenderam fogueiras, e fizeram outras manifestações de regosijo.

Na noite de 11 a 12 de Março a ordem publica não se alterou. Mas na de 13, considerada a ultima dos festejos, os infensos ao imperialismo resolveram inutilisar as manifestações de regosijo.

Extinguiram as fogueiras, e isto deu lugar a que os portuguezes offendidos lançassem pedras, fundos de garrafas e outros projectis sobre os brasileiros.

Houve luta e os brasileiros não se achando preparados para repellirem as aggressões foram batidos.

Ficando os portuguezes triumphantes percorreram as ruas e cercaram a residencia do redactor da *Aurora*, que se tinha recusado a pôr luminarias.

Ahi bradaram «Morram os deputados republicanos: Morram os que não puzeram luminarias: Morra o redactor do *Republico*.»

Esta folha, depois da volta do imperador, ridicularisava a este a proposito da viagem.

Já antes quando fallava de d. Pedro, designava-o—o *nosso carissimo imperador*,—alludindo assim a dotação.

Estes acontecimentos fizeram que revivessem odios e rivalidades entre brasileiros e portuguezes.

A 17 de Março d. Pedro apresentou-se na cidade—precedido de um grupo de portuguezes.

Um dos brasileiros que deu *vivas* ao imperador enquanto *constitucional* foi maltratado por elles.

Os brasileiros, a instancias do redactor da *Aurora*, adoptaram para distingui-los o laço nacional.

Os *exaltados* porém adoptaram outro modelo de laço para se designarem partidistas da federação.

A causa da revolução caminhava rapidamente: vinte deputados e um senador, que se achavam na còrte, todos do partido liberal, reuniram-se em casa do padre Custodio José Dias, de-

putado por Minas, para resolverem sobre o que deviam fazer deante dos acontecimentos.

Houve proposta para que os liberaes tomassem armas e logo se declarassem francamente pela revolução.

Rejeitada esta proposição, prevaleceu a de se dirigir ao governo uma representação energica a respeito das occurrencias de 13 de Março, a qual trouxesse como effeito a organização de um ministerio liberal, ou preparasse o espirito publico nas provincias em sentido favoravel á revolução.

Além dos officiaes de artilharia, com que contavam os revolucionarios, tambem lhes eram de valioso auxilio os Limas, que occupavam importantes postos no exercito.

Eram elles o commandante das armas Francisco de Lima, José Joaquim de Lima, e Manoel de Lima, commandante do batalhão do imperador.

A representação do governo foi publicada pela imprensa, e assignada por 23 deputados e um senador.

Quem a redigiu foi Evaristo, deputado por Minas, e que pela primeira vez teve assento na camara no anno de 1830.

Evaristo desde 1827 tinha adquirido elevado prestigio por seus talentos e sobretudo por seu tino politico.

Quando mesmo elle não tivesse tomado parte nestes acontecimentos, a sua alta reputação e importancia já estavam firmadas desde que elle appareceu na arena do jornalismo.

E' occasião de em poucas phrases vos dar noticia da folha, que elle redigiu, a *Aurora Fluminense*.

Foi em Dezembro de 1827 que appareceu este jornal.

Armitage, o escriptor, cujas opiniões estou expondo, diz que Evaristo desgostoso do phraseado servil da imprensa ministerial, e do tom anarchico de alguns periodicos do partido liberal, encetou a publicação da *Aurora* sem ligar-se a nenhum partido.

O jornal era claramente infenso á politica do governo imperial, tanto quanto podia se-lo um liberal. Mas a delicadeza da linguagem, a logica, a precisão do enunciação, as ironias frisantes, em lugar de declamações turbulentas, assignalaram a *Aurora* d'entre outros periodicos.

A publicação de um jornal independente desagradou a todos os partidos, mas essa mesma posição excitava a curiosidade geral e a *Aurora* teve maior circulação que outras folhas.

Voltando a tratar da representação redigida por Evaristo tenho a dizer-vos que n'ella se pedia a reparação das offensas, a punição das auctoridades, e dos delinquentes implicados nos acontecimentos de 13 de Março.

A publicação da representação e a noticia dos factos, que a ella deram lugar, agitou o espirito publico nas provincias.

A 20 d. Pedro demittiu os ministros com excepção de Cavalcanti e Carneiro de Campos. Escolheu para substitui-los brasileiros natos, mas sem popularidade, e sem prestigio em partido algum.

Os chefes liberaes não se satisfizeram com a modificação ministerial.

Trataram de levar a revolução até á victoria.

O senador Vergueiro, Evaristo e Odorico Mendes puzeram-se á frente dos executores dos planos, que tinham organizado.

Foi este o encarregado de entender-se com os officiaes do exercito, que seguindo o exemplo de Manoel de Lima se pronunciaram pela causa popular.

A 25 de Março, anniversario do juramento da constituição, os liberaes fizeram celebrar um *Te-Deum* na egreja de São Francisco de Paula.

D. Pedro, sem ser esperado, ali appareceu: — foi saudado com vivas—ao imperador emquanto constitucional.

Sou e fui sempre constitucional, respondeu elle.

Ao grito de — viva d. Pedro II — disse — *ainda é uma criança*.

No club dos conspiradores discutia-se se devia ser proclamada a republica ou a monarchia constitucional. Prevaleceu a opinião em favor desta.

Resolveu-se tambem que não fosse declarada a revolução senão em Abril, por occasião da reunião das camaras, que tinham sido convocadas extraordinariamente.

A 6 de Abril d. Pedro deante da marcha, que tomavam os negocios publicos, demittiu os ministros.

Organizou novo gabinete; as pastas foram confiadas a seis titulares, que em outras occasiões tinham sido ministros, os marqueses de Paranaguá, de Inhambupe, de Aracaty, de Baependy, o visconde de Alcantara, e o conde de Lages.

Eram todos de grande impopularidade.

Quando se divulgou a noticia da organização ministerial, tambem correu a das prisões de Vergueiro, Evaristo e outros chefes liberaes.

O ministro da guerra tratou logo de saber se poderia contar com a officialidade dos corpos.

Eles responderam que não podiam garantir a fidelidade dos soldados.

Grande concurso de povo se formava no Campo de Sant'Anna.

A demissão dos novos ministros era exigida, e a reintegração dos demittidos na manhã desse mesmo dia 6.

Constancio diz que no meio das difficuldades, em que se via o imperador, uma vez convidou a José Bonifacio para fazer

parte do gabinete, e elle respondera nestas phrases: *de vossa magestade não acceitarei nem um copo d'agua.*

No meio do povo viam-se Odorico Mendes, Souto, redactor da *Astrea*, e varios outros importantes cidadãos.

D. Pedro publicou uma proclamação assignada por elle e pelo ministerio.

Nella dizia que a administração era constitucional, e não se afastaria desses princípios.

Apenas lida ao povo por um juiz de paz, foi-lhe arrancada das mãos e calcada aos pés.

A reunião cada vez mais se augmentava, e incessantes eram os pedidos de reintegração dos ministros.

A tarde tres juizes de paz dirigiram-se a São Christovão e fizeram reclamação n'aquelle sentido.

O imperador depois de tomar conhecimento da representação respondeu—*tudo farei para o povo, mas nada pelo povo.*

Quando esta resposta se divulgou no Campo de Sant'Anna levantaram-se gritos sediciosos e as forças do mando de Francisco de Lima começaram a reunir-se.

Lima apresentou-se ao imperador explicando-lhe a marcha dos acontecimentos e fez-lhe vêr que devia acceder aos desejos do povo.

D. Pedro recusou-se a reintegrar os ministros.

O batalhão do imperador, commandado por Manoel de Lima, deixou o quartel em São Christovão e dirigiu-se para o campo, onde chegou ás 11 horas da noite: a guarda de honra teve egual proceder.

O partido portuguez considerando-se abandonado e impotente para prestar seus serviços ao imperador nem appareceu nas ruas.

O general Lima enviou a Miguel de Frias, um de seus ajudantes, para communicar ao imperador o que occorria.

D. Pedro disse ao ajudante que tinha encarregado a Lopes Gama de entender-se com Vergueiro afim de organizar-se o gabinete, que merecesse o apoio do povo.

Entretanto ao mesmo tempo manifestou a resolução de não reintegrar o ministerio, como era sollicitado.

O ajudante Frias depois de alguma demora pediu ao imperador que dêsse uma resposta immediata.

Então d. Pedro disse que não nomearia o ministerio, que o povo queria, porque a sua honra e a constituição não o permittiam; que preferia abdicar a corôa ou morrer do que fazer tal nomeação.

Frias estava a sair para dar disto conhecimento ao povo no campo: foi detido pelo imperador que pediu-lhe para esperar resposta mais decisiva.

A's 2 horas da manhã, sem tomar conselho com alguém, e sem entender-se com o gabinete, escreveu a sua abdicação nestes termos :

« Usando de um direito que a constituição me concede declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o sr. d. Pedro de Alcantara. Boa-Vista, 7 de Abril de 1831, decimo da independencia e do imperio. »

Dirigindo-se ao ajudante Frias entregou-lhe o acto de abdicação e disse-lhe :

« Aqui está a minha abdicação : desejo que sejam felizes. Retiro-me para a Europa e deixo o paiz que tanto amei e ainda amo. »

Por decreto que datou de 6 de Abril nomeou tutor de seus filhos a José Bonifacio.

O imperador acompanhado da imperatriz, da rainha de Portugal, de sua irmã a marquesa de Loulé, e do marquez seu marido, dirigiu-se para bordo da nau ingleza *Warspite*, de de que era commandante Talbot.

Ahi demorou-se alguns dias, emquanto se faziam os preparativos para sua viagem á Europa.

A fragata ingleza *Volage*, de que era commandante Lord Colchester foi destinada a levar d. Pedro, a ex-imperatriz e a comitiva a qualquer porto da Europa, que elle escolhesse ao norte de Brest.

A fragata franceza *La Seine* foi posta á disposição da rainha de Portugal, com eguaes ordens.

No dia 13 de Abril partiram para a Europa as duas fragatas. Nunca mais voltou d. Pedro ao Brazil.



XXV

(9 de Outubro)

Eleição da Regencia — Os partidos. — Movimentos revolucionarios nas provincias.

Senhores.

Enceto hoje a exposição dos mais importantes acontecimentos do periodo regencial. Elle apresenta duas faces.

Na primeira, de 1831 a 1837, sob a influencia das doutrinas liberaes regem-se os negocios publicos.

Na segunda, desde 37 até á declaração da maioridade do sr. d. Pedro II, predomina a reacção.

O partido conservador esteve no poder e levou sempre em vista contrariar a politica da anterior situação em tudo quanto podia garantir o desenvolvimento d'aquelles principios.

A elle affigurava-se ameaçada a integridade do imperio e desprestigiado o principio da auctoridade.

Sob taes pretextos planejou a reacção: foi esta iniciada desde que Feijó renunciou o cargo de regente.

A verdade destas asserções ficará patente deante dos factos, de que vou dar-vos conhecimento.

No fim da exposição das occurrencias do periodo regencial eu serei explicito na apreciação d'este.

Na lição passada eu vos disse que o imperador entregou o decreto de sua abdicção ao major Frias.

Este apenas o recebeu dirigiu-se para o Campo de Sant'Anna.

O povo ao ter conhecimento do acto do sr. d. Pedro fez demonstrações de prazer e deu vivas ao sr. d. Pedro II.

Logo pela manhã, a 7 de Abril, os membros de ambas as camaras, que se achavam na corte, reuniram-se no paço do senado e elegeram uma regencia provisoria.

O marquez de Caravellas, o brigadeiro Lima e Silva e o senador Vergueiro foram os escolhidos.

No dia seguinte reunidos de novo os deputados e senadores fizeram uma proclamação para tranquillisar o espirito publico.

Mas, servindo-me das phrases de Reybaud, arrefecido o entusiasmo da victoria, a recordação dos actos em commum se tinha apagado, e aconteceu o que sempre acontece depois das grandes crises, os vencedores dividiram-se.

Uns queriam tirar as ultimas consequencias do 7 de Abril, desenvolvendo cada vez mais os principios democraticos pelo abatimento do poder monarchico.

Este partido se denominava—*Exaltado*.

Outros queriam, diz Menezes, guiar o paiz pela vereda da moderação e da prudencia.

Formaram estes o partido *Moderado*.

Havia tambem um terceiro partido : o *Restaurador* ou *Cararmurú*, o partido do passado como o designa Reybaud, constituido dos vencidos de todas as épocas, e entre os quaes estavam os amigos de d. Pedro e os adeptos das idéas *metropolitanas*.

Este pretendia annullar a revolução, e reintegrar o primeiro imperador.

A. Lima, que militou sob a bandeira deste partido, contesta que tal fosse a intenção de seus correligionarios. Diz que nunca o partido *Restaurador* teve em vista a volta de d. Pedro para occupar o throno, que havia voluntariamente deixado, mas sim para ser tutor do sr. d. Pedro II e regente do imperio.

Em Junho organisou-se a regencia permanente.

Alguns escriptores dizem que essa eleição deu-se a 17 de Junho.

Mas na collecção de leis de 1831 acha-se a proclamação com data de 18, annunciando ao paiz que a assembléa geral tinha procedido a essa eleição ; não designa o dia em que ella se effectuou.

Deve-se porém crer que verificou-se a 18.

Esta proclamação foi assignada pela meza, então formada do bispo capellão mór, presidente, Manoel dos Santos Martins Vallasques, visconde de Caethé, Joaquim Francisco Alvares Branco Muniz Barreto, visconde de Congonhas do Campo, secretarios.

Foram nomeados pela assembléa geral o brigadeiro Lima, que era membro da provisoria, e os deputados Costa Carvalho e Braulio Muniz, que substituíram a Vergueiro e a Caravellas.

Os elementos de desordem, que havia desde o primeiro imperio, não desapareceram. Ao contrario—desenvolveram-se de modo a perturbarem a tranquillidade publica em diversas

provincias, concorrendo muito para isto a insubordinação das tropas.

O conego Marinho na sua obra—A revolução de Minas—quando trata do 7 de Abril diz tambem que o triumpho alcançado dividiu os vencedores. Uns queriam levar a revolução a suas ultimas consequencias, adoptando o governo republicano.

Outros firmes em sustentarem a monarchia abertamente opposeram-se áquella pretensão.

O partido republicano era forte, e estava possuido de enthusiasmo pela recente victoria.

Feijó, chamado para a pasta da justiça, reconheceu a necessidade de unir-se ao partido absolutista para sustentar a monarchia.

Os absolutistas mantiveram-se nos limites da prudencia por algum tempo, e por interesse da propria salvação esboçavam-se em apoiar o governo.

Feijó, adepto da politica do partido moderado, que era conservar a monarchia com instituições liberaes, perseguiu os republicanos.

A adhesão dos absolutistas ao governo não foi de longa duração.

Desde que este deixou de inculcar receios a elles, os absolutistas consideraram fraco o partido moderado, o abandonaram na esperança de que o governo succumbiria.

Apresentaram-se guerreando o governo. Unidos aos exaltados promoveram conspirações e revoltas na capital do imperio, nas provincias do Ceará, Pernambuco e Minas.

Explicados os intentos e idéas de cada partido, e conforme as opiniões, que acabo de expor, de alguns escriptores, passo a dar-vos noticia de outros acontecimentos.

Na Bahia, dias antes do 7 de Abril, tinha-se declarado uma sedição.

As tropas depuzeram o governador das armas, prenderam seus chefes e commeteram outras violencias.

Tendo chegado as forças sediciosas ao Rio, seus officiaes, segundo diz A. Lima, reuniram-se aos *exaltados*.

Houve os movimentos de 14 e 15 de Julho, que foram sufocados pelo ministro Feijó.

Os corpos indisciplinados foram dissolvidos, presos os officiaes; outros foram enviados á Bahia e Pernambuco.

A 7 de Outubro o corpo de artilharia, a instigação de varios presos, entre os quaes se achava Cypriano José Barata, insurreccionou-se.

O governo auxiliado pela guarda nacional, já criada pela

lei de 18 de Agosto, e por officiaes avulsos de 1.^a e 2.^a linha conseguiu pôr fim á insurreição.

Em consequencia disto a regencia ganhou força moral, pôde conter os partidos e manter o socego na capital.

Nas provincias não aconteceu o mesmo.

Na capital de Pernambuco deu-se a sedição denominada *Setembrizada*.

Nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1831 a soldadesca desenfreada, em numero superior a 1,000 homens, depois de se haver revoltado contra officiaes e commandante das armas dominou nos tres bairros.

A sedição foi iniciada pelo batalhão n. 14, na noite de 14 de Setembro.

Ao amanhecer do dia 15 a tropa toda se tinha amotinado.

Grandes attentados os sediciosos commetteram: as portas de lojas e armazens foram arrombadas a golpes de machado. A cidade foi posta em saque.

A 16 os soldados ebrios uns, outros fatigados, dispersos pelas ruas, carregando os despojos do saque, já não inspiravam receios, menos perigosos se haviam tornado.

Além disto a necessidade da defesa commum tinha reunido algumas milicias: grande numero de cidadãos tambem se apresentaram armados.

Accommettidos os sediciosos nos bairros do Recife e Boa-Vista foram vencidos, morrendo mais de 300 ás mãos do povo, e sendo presos mais de 800.

Em Novembro do mesmo anno deu-se ainda um movimento, mas não tendo encontrado apoio militar, porque já não havia tropa, e nem auxilios da população, logo foi suffocado.

O caracter bellicoso dos Pernambucanos não permittiu que a provincia ficasse tranquilla por muito tempo.

A 13 de Abril de 1832 um batalhão de milicias revoltou-se sob a direcção do tenente coronel Francisco José Martins.

As providencias tomadas pelo presidente da provincia, que reuniu as milicias dos bairros de Santo Antonio e Boa-Vista, auxiliado com a marinha evitaram que a revolta tomasse incremento.

Uma luta porém de mais longa duração do que os successos, que venho de referir, foi iniciada em Panellas de Miranda.

Fallo da guerra civil denominada dos *Cabanos*.

No fim de quasi 4 annos a intervenção do bispo d. João da Purificação com seus conselhos, os esforços do major Joaquim José Luiz conseguiram pôr fim á luta. A persuasão alcançou o que não foi dado á força obter.

No Ceará tambem a tranquillidade publica foi perturbada.

A 14 de Dezembro de 1831 o coronel de milicias Pinto Ma-

deira tomando por pretexto a *abdicação forçada de d. Pedro*, a quem continuava a reconhecer como legítimo imperador do Brazil, desfraldou o estandarte da revolta contra o governo regencial. Antes de um anno vendo-se só e perseguido entregou-se ao general Labatut, promettendo este envial-o para a corte.

Nunca porém seguiu para alli: depois de ter vagado de prisão em prisão, desde Pernambuco até o Maranhão, foi enviado para o Ceará, onde foi julgado e executado em Novembro de 1834.

Era presidente da provincia o senador Alencar.

A condemnação de Pinto Madeira tem sido considerada como acto de reacção dos exaltados contra os realistas.

A provincia do Ceará em 1824 soffreu, como Pernambuco, as iniquidades de uma commissão militar.

Ella, como quasi todas as do Norte, tinham, diz A. Lima, que vingar aggravos do poder decahido, em consequencia do que as reacções eram inevitaveis.

No Maranhão o socego publico alterou-se desde que ali chegou a noticia da abdicação.

O desembargador Candido José de Araujo Vianna, que presidia a provincia, procurou acalmar a irritação dos partidos. Não pôde porém evitar que o povo e tropa commettessem violencias.

Depuzeram o commandante das armas, e forçaram a sahir da provincia alguns magistrados e varios cidadãos influentes, que passavam por affectos ao poder absoluto.

Aconteceu isto em Setembro de 1831: em 19 de Novembro de novo foi perturbada a tranquillidade publica.

Manifestou-se na capital um motim contra o presidente: este porém conseguiu fazer valer a sua auctoridade.

Batidos na capital os chefes retiraram-se para o interior.

Um ourives de nome João Damasceno reuniu adeptos e com elles percorreu differentes localidades, commettendo varios attentados.

Na villa do Brejo a 27 de Dezembro foram os revoltosos desbaratados.

Para a pacificação do Maranhão prestou valioso concurso o commandante das armas tenente coronel Corrêa de Vasconcellos.

Annos depois, em 1839, de novo achou-se a mesma provincia em grave situação.

A sedição de Raymundo Gomes, que rebentou no anno anterior na villa da Manga de Iguará, tomou grandes proporções.

Os sediciosos assolavam os campos e povoados, diz A. Lima, como um incendio devastador.

Além dos bandos de Raymundo Gomes appareceram partidas de escravos dirigidos por um preto audaz de nome—*Cosme*.

Este, que se havia evadido da prisão, fez que em diversas fazendas se insurreccionassem os escravos.

Foi nomeado em Dezembro de 1839 presidente e commandante das armas o coronel Luiz Alves de Lima, hoje duque de Caxias.

Ahi chegou em Fevereiro do anno seguinte.

Os rebeldes foram batidos constantemente em todos os encontros nessa provincia, e nas do Ceará e Piahy, onde se refugiaram perseguidos pelas forças do Maranhão.

Na Bahia appareceu um movimento revolucionario, que pouco durou. Os revoltosos foram destroçados nos dias 16, 17 e 18 de Março de 1833 depois de alguma resistencia.

Restabeleceu-se logo o socego publico na capital e na provincia.

Esta revolução, que rebentou em 7 de Novembro de 1837, teve por principal chefe o cirurgião Francisco Sabino, que proclamou a *republica bahiense até á maioridade do joven imperador*.

No Rio Grande do Norte deu-se um acontecimento, que não deixou de abalar a tranquillidade publica.

O presidente da provincia, Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, foi assassinado a 11 de Abril de 1833.

O facto, segundo diz A. Lima, não se filiava á politica.

Pensam outros de modo contrario.

O Pará não se achava em lisonjeiro estado, quando alli chegou, em 1831, a noticia da abdicação.

O presidente da provincia proclamou recommendando o respeito á constituição e ás auctoridades. Mas em uma época, em que as paixões politicas facilmente se inflammavam, não se demoravam os partidos em encetar a luta.

Um destes requisitava a deposição do commandante das armas brigadeiro Andréa, outro se oppunha. Andréa e o presidente barão de Itapicurumirim mantiveram-se em suas posições até a chegada das novas auctoridades, o visconde de Goyana presidente, e o coronel Silva Bittencourt commandante das armas.

Estas auctoridades viram-se forçadas a voltar para o Rio, depois de poucos dias de exercicio de seus cargos.

A presidencia foi confiada ao mais antigo conselheiro até que a 23 de Fevereiro de 1832 chegaram a capital o novo presidente tenente coronel Machado de Oliveira, e o commandante das armas Corrêa Seára.

A sedição de 7 de Agosto de que tinha resultado a deposição

do visconde de Goyana, depois de suplantada na capital ergueu-se no interior da provincia, onde o conego Baptista exercia influencia.

Concitava elle os povos do sertão contra os portuguezes dizendo que estes queriam entregar a provincia a d. Miguel.

Sanguinolentas scenas se seguiram : uma d'ellas foi a morte do coronel Filippe dos Reis, commandante da barra do Rio-Negro a 12 de Abril, tendo-se revoltado o destacamento d'aquelle ponto.

A 23 de Junho a comarca do Rio-Negro declarou-se independente do Pará e constituida em provincia.

Novas auctoridades foram nomeadas : o desembargador Mariani presidente e o tenente coronel Corrêa de Vasconcellos commandante das armas.

Em Abril de 1833 chegaram ambos ao Pará : mas não embarcaram em consequencia da franca opposição do partido dirigido pelo conego Baptista.

Deste acto de desobediencia às medidas do governo graves acontecimentos nasceram, ensanguentando-se a capital com atroz mortandade, a 16 de Abril.

A regencia nomeou outras auctoridades : o presidente deputado Lobo de Sousa, e o commandante das armas major Santiago tomaram posse dos cargos.

A 7 de Janeiro de 1835 foram esses funcionarios assassinados ; em consequencia destes successos foi encarregado da presidencia por seus partidarios o tenente coronel de milicias Clemente Malcher e do commando das armas um negociante de nome Francisco Pedro Vinagre.

No fim de poucos dias appareceu a discordia entre elles ; houve combate entre os partidarios de ambos.

Foi derrotado o partido de Malcher e este do arsenal de guerra, onde se havia refugiado, dirigiu-se para bordo de um vaso de guerra brasileiro, de que era commandante Wandenkolk.

Este entregou Malcher aos vencedores, que logo o assassinaram á vista da tripulação.

Seu corpo foi arrastado pelas ruas ao som de musica, em signal de triumpho. Vinagre ficou na posse dos dois cargos.

Em Julho do mesmo anno alli chegou o marechal Manoel Jorge Rodrigues para pacificar a provincia.

Vinagre fingindo-se obediente às ordens da regencia entregou a administração ao novo presidente.

Logo que pôde reunir seus partidarios concitou-os á revolta.

O marechal Rodrigues depois de alguns dias de resistencia, abandonou a capital e fixou sua residencia na Ilha da Ta-uoca.

D'ahi fez por vezes excursões aos differentes pontos occupados pelos revolucionarios, mas pouca ou nenhuma vantagem obteve até que entregou o governo em fins de Abril de 1836 ao brigadeiro Andréa que tinha sido nomeado presidente e comandante das armas.

Andréa fez sua entrada na capital a 13 de Maio, depois de ter sido occupada pelo capitão de mar e guerra Frederico Mariath e tenente coronel Joaquim José Luiz de Souza.

Andréa empregou constantemente os meios de pacificar a provincia.

No anno seguinte o Pará se achava quasi todo em tranquillidade.

Se nas provincias do norte deram-se movimentos revolucionarios a crearem difficuldades ao governo da regencia, os negocios no sul tambem não correram de modo lisongeiro.

Em Março de 1833 na capital da provincia de Minas deu-se uma sedição militar á qual adheriram tambem alguns paisanos.

Foi deposto o vice-presidente em exercicio

Retirou-se elle para S. João de El-Rei e d'ahi incitou os povos para uma reacção.

Em principio de Abril partiu do Rio o marechal José Maria Pinto Peixoto com quatro officiaes, mas sem tropa alguma mandado pela regencia para conter a sedição.

Elle poz-se á testa da guarda nacional, que se havia reunido nas proximidades de Ouro-Preto contra os sediciosos.

A 19 de Maio abandonaram estes a capital, que foi occupada pelo marechal Pinto Peixoto.

A. Lima diz que em Minas grande influencia tinham as idéas exaltadas contra o imperador e que bastou dar-se como fim desse movimento a *restauração* para que elle não tivesse muitos adeptos.

O conego Marinho na sua obra, que já citei em outra occasião, sobre os acontecimentos de 1842 em Minas, falla da revolução, que rebentou em Março de 1833, e diz que ella foi planejada e dirigida pelos absolutistas.

Este partido era opposto á eleição da camara, que devia votar as reformas constitucionaes; os eleitores já estavam escolhidos; jogou-se pois a ultima carta, continúa o referido escriptor, e o movimento deu-se no mesmo dia, em que chegaram á capital os eleitores para nomearem deputados.

No Rio Grande do Sul rebentou a 20 de Setembro de 1835 uma revolução dirigida pelo coronel Bento Gonçalves da Silva, nas immedições de Porto-Alegre.

O presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga viu-se

forçado a emigrar para a então villa do Rio Grande, acompanhado de todas as auctoridades da capital.

A 25 do mesmo mez Bento Gonçalves publicou um extenso manifesto, em que dava as razões de seu proceder.

Esta revolução, que rebentou nas vesporas de ser empossado da regencia o padre Feijó, durou mais de 9 annos.

O governo regencial não a pôde aniquillar: ella prolongou-se ainda por alguns annos depois de ter o sr. d. Pedro II entrado no exercicio das attribuições e poderes de imperante.

Quando eu me occupar deste periodo da nossa historia, vos darei noticia das principaes phases, porque passou a revolução do Rio Grande.

Da influencia do espirito revolucionario, que se expandia durante o governo da regencia, resentiu-se tambem, como diz Menezes, ate a remota provincia de Matto Grosso.

Na capital, de 30 de Maio a 3 de Julho de 1834, deram-se, continua este escriptor, scenas de matança e depredações, só proprias de barbaros ou selvagens.



XXVI

(12 de Outubro)

Movimentos no Rio de Janeiro.—O golpe de estado a 30 de Julho de 1832.—Motins em 1833.—O Acto addicional.—Eleição de Feijó para regente em 1835.—Feijó renuncia a regencia em 1837.—Nova phaze do periodo regencial.—Declaração da maioridade do sr. d. Pedro II.

Senhores.

Na lição passada dei-vos a conhecer os movimentos revolucionários, que perturbaram a tranquillidade em varias provincias durante o periodo regencial.

Hoje vou tratar do que occorreu na capital do imperio.

Já vos disse o que alli houve em Julho e Outubro de 1831.

O governo tinha suffocado essas revoltas.

Estes triumphos tinham dado força moral ao governo—e elle, apoiado pelas camaras, ia adoptando as medidas de ordem e segurança, que a situação exigia.

Neste terreno marchou a regencia e camaras até o fim de 1831.

Parecia que a confiança na alta administração ia restabelecer-se e consolidar-se.

O partido *moderado*, que governava o paiz, tinha de luctar com as facções, que procuravam sempre contrariar-o em sua marcha.

Formaram-se diversas sociedades politicas.

No dizer de A. Lima a que teve mais importancia foi a Sociedade *Defensora*, que exerceu influencia na direcção dos negocios publicos.

Não estando extintas as facções, quando não podiam apparecer auxiliadas pela força armada, secretamente tratavam de minar a situação no intuito de se levantarem sobre as ruinas do adversario.

A 3 e 17 de Abril de 1832 o socego publico foi alterado na capital do imperio por motins populares: as providencias do ministro da justiça Feijó os aniquilaram.

O exito feliz das medidas governamentaes veio de novo assegurar o predominio do partido *moderado*.

A 30 de Julho do mesmo anno deu-se na camara temporaria uma *crise* politica.

Sobre este acontecimento ha duas opiniões, attribuindo-o uma a manejos do mesmo partido, que estava no poder, e outra ao *exaltado*.

Com a primeira está de accôrdo A. Lima.

A opinião por elle emittida na sua—Historia do Brazil—é que o partido moderado teria exercido grande importancia ou influencia nos destinos do paiz, se não tivesse commettido a imprudencia de pretender apossar-se do mando ferindo a constituição e perturbando a ordem publica; que este partido mui legitimamente governava o Brazil, mas que seus triumphos o ensoberbeceram ao ponto de considerar elle as leis como tropeços á sua marcha.

O golpe de estado a 30 de Julho, resignando a regencia permanente seus poderes e dando-se por demittido o ministerio, foi, no dizer do referido escriptor—resultado de plano d'aquelle partido.

Menezes dá a responsabilidade d'este facto ao partido *exaltado*.

Eu vou dizer-vos em ligeiras phrazes o que houve em relação ao 30 de Julho, segundo explicam os escriptores da escola hoje liberal.

A bandeira de *federação de provincias* tinha sido desfraldada nos ultimos annos do primeiro imperio pelo partido liberal.

Depois do 7 de Abril a idéa de reformas constitucionaes e franquezas provinciaes era constantemente prégada por aquelle partido.

Estes principios porém não podiam ser consagrados nas instituições do paiz sem as delongas nascidas dos tramites legais, porque deviam passar as reformas constitucionaes.

O meio de apressar a mudança politica seria o de dissolver-se a camara logo que estivessem os eleitores com mandato especial para as reformas.

Mas passo errado seria o da dissolução, visto que a camara dos deputados era então um grande poder, de quem o governo recebia prestigioso apoio.

A nova legislatura só teria de funcçãoar em 1834.

A intolerancia dos partidos, os movimentos revolucionarios, a revolta dos *exaltados* em 3 de Abril de 1832 e a dos

restauradores a 17, e tantas outras considerações levaram a regencia, o ministerio, e as principaes influencias da camara a planejarem o golpe de estado.

Retirando-se o ministerio e regencia, a camara devia constituir-se em *Assembléa nacional*.

Então seria votada a constituição já projectada, na qual eram consagradas as franquezas provinciaes.

Recebendo a camara de deputados, nesse dia, o officio, em que a regencia se dava por demittida com o ministerio, declarou-se em sessão permanente.

Logo depois foi lido o parecer da commissão, que ella elegera, no qual se propunha que a camara se convertesse em *Assembléa nacional*.

Depois de declarada a camara em sessão permanente, egual proceder teve o senado.

O parecer apresentado para que a camara se convertesse em *Assembléa nacional* e tomasse as resoluções, que a *crise* exigia, tinha de ser votado.

O plano, que até então fôra seguido á risca, d'ahi em diante encontrou obstaculos na divergencia dos membros da camara.

Assim ao passo que uns propuzeram que o parecer fosse votado sem discussão, outros indicaram que a discussão tivesse logar no dia seguinte.

A camara não acceitou nenhum dos alvitres.

Os deputados Rebouças, França, Montezuma, e outros bateram o parecer.

Evaristo, Ferreira de Mello, Costa Pereira, Candido Baptista e Paula Araujo o defenderam.

Honorio Hermeto, influente do partido *moderado*, declarou-se com energia contra o parecer, separando-se assim de Evaristo, de quem era alliado.

Appareceram moções no sentido de manter-se a regencia no seu cargo.

Rebouças fallou durante duas horas n'esta sessão.

O plano ficou mallogrado deante da opposição de adversarios e dos amigos que temiam perigosas consequencias do golpe de estado.

A sessão durou até depois das 11 horas da noite, sem que solução definitiva tivesse sido tomada.

No dia seguinte o parecer foi retirado: a regencia e ministerio continuaram no exercicio de suas funcções.

Depois destes acontecimentos houve um periodo de calma na côrte. Durou até fins do anno de 1833, quando novas scenas de agitação publica se deram.

Nas noites de 2 e 5 de Dezembro grande numero de pessoas percorreram as ruas, assaltaram a casa da *Sociedade militar*, inutilisaram a illuminação, invadiram aquella, quebraram moveis, foram aos estabelecimentos onde se publicavam periodicos d'aquella parcialidade e ahi fizeram estragos.

A sociedade militar era formada dos sectarios do partido chamado *restaurador*.

Não se limitaram a isto as desordens.

No dia 15 do mesmo mez alguns juizes de paz acompanhados de força de permanentes e de povo encaminharam-se para o palacio de S. Christovão, prenderam o conselheiro José Bonifacio, tutor do imperador e trouxeram a aquelle e este para a cidade.

José Bonifacio foi enviado em custodia para a ilha de Paquetá.

A proposito da discussão e votação das reformas constitucionaes diz o conego Marinho na sua obra—*Revolução de Minas*—que no recinto da camara temporaria tres bandeiras foram arvoradas.

Um partido não admittia reforma alguma; outro queria reformas incompletas, e outro as desejava tão amplas que reduzissem a monarchia a simulacro.

E finalmente, continua o mesmo escriptor, havia a grande bandeira do partido *moderado*, de cujo seio saiu a commissão encarregada de confeccionar o projecto.

Vasconcellos foi o membro relator, que apresentou o projecto e o sustentou com habilidade e vastidão de conhecimentos.

O acto addiccional é considerado como triumpho politico do partido *moderado*, que tinha em vista *rodear a monarchia de instituições livres*, nas phrases do escriptor ha pouco mencionado.

Em relação ao mesmo assumpto encontram-se na obra de *Direito administrativo* do visconde de Uruguay apreciações, que julgo de utilidade referir.

Acham-se em uma nota ao § em que elle trata da questão do poder moderador no senado em 1832, por occasião da discussão do projecto de lei da reforma constitucional, projecto, do qual emendado resultou a lei de 12 de Outubro de 1832 e depois o Acto addiccional.

Na citada nota diz o auctor do livro que o projecto, depois de decidida sua preferencia a outros na camara temporaria em fins de 1831, passou em 2.^a e 3.^a discussão nos dias 7, 8, 10, 11 e 12 de Outubro.

Observa mais que a discussão não foi de longa duração e importancia, e quasi sempre a interrompiam as communicações

do ministro Feijó, que pintavam os perigos, sob que se via a capital.

Refere tambem que a revolta da ilha das Cobras trazia os espiritos preoccupados, e que depois a attitude do senado declarando-se em sessão permanente e convidando a camara para de accôrdo resolverem o que fosse necessario a bem da patria não menos influiu sobre a marcha da discussão.

Foi nesses dias, diz o escriptor, e debaixo d'essas impressões, que passou quasi sem discussão, na camara dos deputados o projecto de reforma, que tinha por fim reduzir o governo do Brazil a monarchia federativa, extinguir o poder moderador, tornar o senado temporario, a camara dos deputados biennial, e supprimir o conselho d'estado.

Estas apreciações do illustrado brasileiro, na mencionada obra de *Direito administrativo*, servem para esclarecer-vos sobre as idéas politicas d'aquella época.

Eu já vos disse entretanto que o Acto addiccional tem sido considerado como um triumpho alcançado pelo partido *moderado*.

Nelle não se consagrou principio algum que nullificasse a vitalidade do senado, não se reduziu o praso da legislatura, nem se deu nova face á monarchia.

As alterações notaveis, que nelle se admittiram, foram em relação aos conselhos geraes de provincia, conselho de estado e eleição do regente, ficando a regencia trina substituida por um só regente.

A lei das reformas constitucionaes de 12 de Agosto de 1834 foi promulgada a 21 do mesmo mez.

Foi neste mesmo anno, em Junho, que na camara appareceu o projecto de banimento do ex-imperador, o qual foi apresentado pelo deputado Venancio Henriques de Rezende.

No senado foi rejeitado.

Em Novembro chegou ao Brazil a noticia do fallecimento do ex-imperador, a 24 de Setembro em Lisboa.

O partido restaurador desappareceu, tendo recebido este derradeiro e fatal golpe, nas phrizes de Menezes.

A 7 de Abril de 1835 procedeu-se no imperio a eleição do regente, na fórma do Acto addiccional.

A escolha recahiu em Feijó.

A regencia permanente, que já estava reduzida a um só membro em consequencia da morte de João Brauulio Muniz e ausencia de Costa Carvalho, deixou seus poderes a 12 de Outubro, dia em que o novo eleito tomou posse do cargo.

Apenas Feijó tomou as redeas do governo teve de volver sua attenção para o Rio Grande do Sul, onde, como já vos dis-

se, a 20 de Setembro tinha rebentado a revolução dirigida por Bento Gonçalves.

Ella porém não foi aniquillada nem durante a regencia de Feijó e nem durante aquella, que a substituiu.

Como já vos disse, opportunamente tratarei d'aquella revolução, que prolongou-se ainda por alguns annos depois de haver sido o sr. d. Pedro II declarado maior.

O regente deu todas as providencias que lhe pareceram acertadas para restituir a tranquillidade áquella provincia: mas baldados foram os seus esforços.

Além das difficuldades que o governo encontrava nos acontecimentos do Sul, a opposição na camara dos deputados era poderosa.

O regente via-se contrariado a cada passo em seu plano de administração; não faltavam obstaculos a impedirem-lhe a realisação de seus intentos na gerencia dos negocios publicos.

Guerreado por seus adversarios e perdendo sympathias entre seus proprios amigos, persuadiu-se que não lhe era dado fazer ao paiz os beneficios que a nobreza do seu character e a sinceridade de suas convicções exigiam e a nação esperava.

Tomou pois a resolução de deixar o poder.

A 19 de Setembro de 1837 renunciou o cargo de regente chamando para o exercer o senador Pedro de Araujo Lima a quem no dia antecedente tinha nomeado ministro do imperio.

No memoravel manifesto, que por essa occasião Feijó publicou, vem explicadas as razões do seu proceder nessa linguagem franca de que soube usar em todas as épocas de sua vida quer dirigindo-se a amigos, quer a adversarios.

O conego Marinho tratando das occurrencias desse tempo diz que o regente obstinava-se a não chamar para o ministerio as notabilidades das camaras, affastando de si muitas das capacidades do paiz.

Observa mais que a opposição era violenta não só na tribuna da camara mas na imprensa, que publicava artigos insidiosos contra o governo e insinuações malevolas, satyras indecentes contra a pessoa do regente: teimava este em não acceitar as consequencias do systema representativo.

A opposição, continua o historiador, tornou-se obstinada e facciosa; não foi escrupulosa na escolha dos meios com que devia combater o governo e a pessoa do regente; e este de sua parte parecia querer deixar de lado as capacidades do paiz nomeando ministros a homens que, salvo as excepções, não estavam habilitados para os cargos.

O regente estava resolvido a não transigir com os que queriam impôr uma politica: batido por uma imprensa descome-

dida, sem apoio nas camaras, tendo visto separarem-se delle alguns amigos, fatigado de lutar contra tão pertinazes insultos e fortes adversarios o senador Feijó entrega o poder a Araujo Lima, opposicionista, afim de que os adversarios realisassem o systema de governo que proclamavam como o melhor para os interesses do paiz.

Eis como um historiador que eu considero insuspeito julgou o proceder de Feijó.

O novo regente Araujo Lima no mesmo dia, em que foi empossado do cargo, organisou o gabinete.

Confiou as pastas aos membros de grande influencia na camara.

Vasconcellos entrou para a repartição da justiça, servindo interinamente de ministro do imperio.

Esta nova phaze do período regencial não melhorou o estado dos negocios do paiz.

Os elementos de desordem, que havia, não se extinguiram.

Os movimentos revolucionarios continuaram a apparecer nas provincias.

A revolução do Rio Grande apresentou mais sinistro aspecto; o governo perdia terreno em vez de ganhá-lo.

Iniciou-se com a ascensão dos opposicionistas a politica chamada do—regresso.

Foi a principal alma da nova situação Vasconcellos.

Elle que tinha acompanhado o partido *moderado*, que tantos serviços lhe tinha prestado, principalmente para a adopção do Acto adicional, separou-se, mais por questões pessoas do que politicas, dos seus correligionarios.

Já no começo da regencia de Feijó havia tomado attitude hostile ao governo.

Vasconcellos, prestigioso por seus talentos e illustração, não cessava de guerrear a politica de Feijó.

E afinal constituiu-se o chefe dos grupos infensos ao regente.

Para que pudesse auxilial-os desfraldou a bandeira do—regresso.

Sob esta bandeira consorciaram-se os absolutistas que viam em Feijó o representante dos principios liberaes, os mallogrados em suas esperanças, e todos aquelles, para quem os negocios publicos eram de pouco valor deante das ambições que alentavam.

Triumphante a opposição, era evidente que Vasconcellos devia tomar parte no poder; e entrando este illustre parlamentar no primeiro gabinete da regencia ficava definida a situação que se inaugurava.

Os principios, que elle francamente sustentava desde que

se separou de seus amigos, eram claramente conhecidos como a negação das idéas do partido, que alcançara as reformas constitucionaes consagradas no Acto adiccional.

Quando em energica opposição ao governo de Feijó, elle dirigia violentas censuras a seus antigos correligionarios, qualificava-os de *democratas*, *inimigos da monarchia* e da ordem publica.

Na imprensa e na tribuna batia os mesmos principios, que antes sustentára e seguira.

Vasconcellos conspirou-se, nas phrazes do conego Marinho, contra suas mesmas obras, o Acto adiccional e o Codigo criminal.

Unido a Honorio Hermeto tornou-se, como este, severo censor de tudo quanto na camara e no poder havia feito o partido *moderado*.

A opposição, que em 19 de Setembro de 1837 tornou-se governo, confiando uma repartição ministerial ao prestigioso propugnador de taes idéas revelava, de modo a não deixar duvida, que ia organizar desde logo e dirigir energica reacção contra a politica seguida até aquelle tempo.

Nas apreciações exaradas no livro, de que tenho por vezes fallado, a—*Revolução de Minas*—, se diz—que uma politica reactiva foi adoptada, e honestos servidores do estado foram demittidos, ou aposentados só por terem sido fieis á sua consciencia e ao governo decahido.

E' ainda o autor da dita obra quem refere que as despesas publicas cresceram espantosamente, trazendo apoz si os creditos supplementares e as emissões de papel-moeda, e que o espirito de patronato e afilhadagem invadiu todas as repartições.

Depois de alguns mezes de existencia o ministerio de 19 de Setembro cahiu.

A este seguiram-se differentes organizações, e estas successivas mudanças fizeram o regente perder grande parte da força moral, e alteraram, no dizer de A. Lima, as regras de governo.

Taes eram as circumstancias em que se viu a regencia, quando no começo da sessão parlamentar de 1840 appareceu a idéa da maioridade.

A 12 de Maio Honorio Hermeto offereceu, na camara temporaria, uma emenda ao voto de graças, afim de ser supprimida a phrase, que se referia á *aproximação da maioridade*.

A 13 appareceu no senado um projecto declarando maior o sr. d. Pedro II.

A discussão da emenda de Honorio foi calorosa e longa, ten-

do durado até 20, dia em que no senado cahiu por 2 votos o projecto sobre a maioridade.

A 18 tinha o mesmo deputado offerecido na camara um projecto afim de que fosse reformado o artigo 121 da Constituição.

A 10 de Julho entrou em discussão o projecto de reforma. Desde então foram sempre ardentes os debates até o desfecho da questão.

A 20 de Julho o deputado Martim Francisco apresentou um projecto para ser declarado maior o sr. d. Pedro.

Foi remettido a uma commissão.

No dia immediato o deputado A. Carlos offereceu outro projecto igual ao de seu irmão M. Francisco.

Foi julgado materia urgente, e addiado o parecer da commissão, que indicava que fosse convidado o senado para em assembléa geral tratar do assumpto.

No dia 22 abriu-se a sessão em calma, que não presagiava o rapido desenlace da luta.

Orava o deputado Barreto Pedroso quando a camara recebeu um officio em que o senador Vasconcellos communicava ter sido nomeado ministro do imperio e em seguida o decreto de addiamento da assembléa geral para 20 de Novembro.

O regente dava como fundamento deste acto o estado de perturbação, em que se achava a camara temporaria.

Depois da leitura do decreto grande tumulto se levantou na sala e galerias.

No meio desta agitação os deputados propugnadores da maioridade dirigem-se ao senado e ahi de accôrdo com diversos membros desta camara enviaram uma deputação a S. Magestade para pedir-lhe que tomasse as redeas do governo.

A deputação chegando ao paço de S. Christovão foi introduzida á presença do sr. d. Pedro.

Ahi o relator leu uma representação em que se dizia que o addiamento das camaras no momento, em que se tratava da maioridade, era um insulto feito ao sr. d. Pedro e uma traição ao paiz commettida pelo regente, e que esse addiamento podia gerar graves males á tranquillidade da capital e das provincias.

Na representação concluia-se pedindo que o sr. d. Pedro para salvar o Brazil e o throno tomasse desde logo o exercicio de suas attribuições.

Tem ella a data de 22 de Julho e traz as assignaturas de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, conde de Lages, Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro, José Martiniano de Alencar, Martim Francisco Ribeiro de Andrada,

Francisco Gê Acayaba de Montezuma, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antonio Francisco de Holanda Cavalcanti.

Depois de lida a representação a deputação retirou-se para uma das salas de espera, enquanto o sr. d. Pedro deliberava sobre o assumpto.

Nessa occasião chegaram ao paço o regente e o ministro da marinha Rodrigues Torres, que foram introduzidos á presença de S. Magestade.

Minutos depois a deputação foi chamada por parte do sr. d. Pedro e então o regente disse que tinha addiado as camaras com o fim de preparar a solemnidade para a acclamação do imperador no dia 2 de Dezembro: mas que em vista da reunião de alguns membros do parlamento na casa do senado e de alguma agitação do povo elle viera saber se o sr. d. Pedro queria ser acclamado no dia 2 ou já, e como este respondesse que queria já, elle convocaria a assembléa com brevidade.

Os membros da deputação instaram para que fosse feita a convocação no dia immediato, em consequencia do que S. Magestade disse ao regente que a convocasse para o domingo seguinte.

A deputação voltou ao senado e o deputado Andrada Machado expôz o que tinha occorrido.

Em seguida foi resolvido que uma deputação se dirigisse a casa do regente para exigir o decreto de convocação.

Ella sahiu ás 3 horas e voltou ás 4 da tarde trazendo o decreto, que foi lido em presença de todos.

Os senadores e deputados estiveram reunidos até ser lavrada e assignada a acta onde ficaram mencionados os acontecimentos desse dia.

A guarda nacional, que se reuniu no Campo de Sant'Anna sob o commando do tenente general Lazaro José Gonçalves,ahi permaneceu até o dia seguinte.

No dia 23 pelas 11 horas da manhã foi aberta a assembléa geral pelo presidente o marquez de Paranaguá, que expôz em breves palavras o fim da reunião. E logo depois proclamou maior o sr. d. Pedro II entre vivas e applausos do povo e dos representantes da nação.

Foi nomeada uma commissão para redigir a proclamação em que se devia levar ao conhecimento dos brasileiros o acto, pelo qual o sr. d. Pedro entrava desde então no exercicio dos direitos magestáticos.

No mesmo dia o imperador dirigiu-se ao senado ás 3 horas e meia da tarde e prestou juramento conforme o art. 103 da Constituição.

Findo este acto o presidente levantou vivas á maioridade do sr. d. Pedro II.

Ao terminar esta lição devo dizer-vos que a respeito da resposta do imperador á deputação que a 22 de Julho lhe apresentou sobre a necessidade de entrar elle no exercicio de suas attribuições ha duas opiniões.

A. Lima e outros escriptores dizem que a resposta foi dada nestas curtas phrazes—*quero já*.

Menezes e outros referem que o sr. d. Pedro respondera —*que faria oque fosse a bem do paiz*—e que os propugnadores da maioridade aproveitaram-se destas phrazes para apressarem a proclamação della.

Hoje quer na imprensa quer na tribuna do parlamento têm-se por vezes sustentado, por parte de alguns sectarios da escola liberal e da conservadora, que a declaração da maioridade foi uma violação dos principios constitucionaes.



XXVII*(15 de Outubro)*

Descobrimento de minas.—Excursões de Fernão Dias Paes, Affonso Furtado, e outros sertanistas.—Os Paulistas nos sertões septentrionaes do Brazil.—Fundação de povoações em Minas.—Guerra entre Paulistas e Emboabas.—Separação da capitania de S. Vicente da do Rio.—Descobrimento de Cuyabá.—Os irmãos Lemes.—Os Paulistas na região occidental do Brazil.—Expedição contra os Payaguas.—Reune-se de novo a capitania de S. Paulo á do Rio.—Separação em 1765.

Senhores.

A lição passada deu-vos conhecimento de occurrencias do periodo regencial e da declaração da maioridade do sr. d. Pedro II em 1840.

Antes de continuar a expôr os acontecimentos dessa data em diante, julgo indispensavel voltar á narração do que é especialmente relativo á nossa provincia.

Deveis estar lembrados de que me occupei de successos que nella se deram até 1641.

A exposição de hoje versará sobre os mais importantes factos occorridos desde esse anno até aquelle em que d. Luiz Antonio de Sousa foi nomeado governador da capitania de S. Paulo.

Devo prevenir-vos que narrarei os factos seguindo principalmente o—Quadro historico da Provincia de S. Paulo—de Machado de Oliveira.

Nas capitánias de que se formava a repartição do Sul crescia a população.

Achando-se isoladas pelas difficuldades de communicações

em consequencia das distancias não podiam ser bem dirigidas sob a administração de um só governador.

O governo da metropole resolveu por isso que a capitania de S. Vicente fosse separada da do Rio de Janeiro : effectuou-se a separação em 1658.

Reinando Affonso VI e sabendo que o paulista Fernão Dias Paes corajosamente invadia as matas para o descobrimento de minas, dirigiu-lhe uma carta, em data de 27 de Setembro de 1664, animando-o a continuar nesses trabalhos.

O paulista correspondeu á confiança do rei, seguiu para as matas que ficavam ao norte da capitania de S. Vicente e lutando com selvagens e vencendo os obstaculos que a viagem offercia por taes logares, descobriu ouro e esmeraldas no lugar conhecido pelo nome de Marcos de Azevedo.

Depois d'elle Affonso Furtado habituado a taes empresas invadiu as matas e cordilheiras de Sabarabussü, hoje Serra-Negra, onde encontrou abundantes minas de pedras preciosas e terras auríferas.

Fallecendo em 1678 deixou o roteiro de suas viagens a seu genro Manoel de Borba Gato, já conhecido por differentes explorações.

Estimulados pelo apreço que o rei de Portugal dava aos trabalhos de descobrimento de minas os paulistas Manoel Pereira Sardinha, Manoel Pires de Linhares e Lourenço Castanho Taques entregaram-se a semelhantes empreendimentos dirigindo-se o primeiro para as matas de Iguape e Paranaguá e aquelles outros para o sertão já percorrido por sertanistas pouco tempo antes.

Se como é verdade perante o governo de Portugal tinham muito valor estes serviços, o que incitava os paulistas a fazerem excursões ás matas, não se pôde entretanto desconhecer que motivos de outra natureza os levaram a essas frequentes viagens.

Homens de temperamento energico, incapazes de viverem em ociosidade tinham necessidade de dar expansão a seu espirito emprehendedor desde que não esperavam bons resultados de novas tentativas contra os indios do Paraguay, sobretudo recordando-se da carnificina do Guayrá.

Voltaram suas vistas para o norte do Brazil e penetraram os remotos sertões até ás proximidades do Amazonas.

Antonio Raposo á frente de 60 homens, alem de alguns indios, atravessa o Brazil de sudoeste a noroeste, e passando os Andes chegou ao Perú.

D'ahi seguiu para o Amazonas, navegou-o em jangadas, e desembarcou em Gurupá, onde a população acolheu-o generosamente, admirada da notavel audacia do paulista.

No regresso á sua terra gastou muito tempo.

Um dos sertanistas de S. Paulo, que em 1673 fez mais largas excursões, foi Paschoal Paes de Araujo, que já havia ido ás matas de Goyaz.

Elle foi até ás margens do Tocantins, onde explorou terras auríferas.

O governo do estado do Maranhão e Pará mandou ordem para que desoccupasse esses logares, que pertenciam ao referido estado.

Paes não obedeceu á intimação.

Emquanto o governadór preparava forte expedição para bater Paes e seus companheiros alli estacionados, chegou de Lisboa um padre incumbido de explorar as minas do Tocantins.

Sendo esse paulista o unico que as conhecia, seus auxilios eram indispensaveis ao padre.

O governador viu-se então obrigado, em vez de o bater, a coadjuva-lo para de accôrdo com o padre ser realisada a incumbencia relativa ás minas.

O nome dos paulistas era mais ou menos conhecido em outras capitánias, por causa de suas excursões e valor com que affrontavam os perigos.

A Bahia, que continuamente se via em lutas com os indios das proximidades, soffreu revezes em suas investidas á tribu dos Guerens.

Então recorreu aos paulistas.

João Amaro, um dos sertanistas de S. Paulo, foi convidado para com gente de sua escolha auxiliar a Bahia contra os indios.

João Amaro para alli seguiu com sua bandeira, tendo chegado ao seu destino em 1673.

Depois de reunidos todos os que na Bahia podiam fazer a guerra aos selvagens, sob a direcção de Amaro, deram ataque aos indios, dos quaes foram mortos grande numero, e presos centenares, que foram destinados a ser vendidos na Bahia.

A capitania ficou livre por muito tempo do terror, que as tribus lhe inspiravam.

Amaro em recompensa de seus serviços teve a doação de muitas terras n'aquella capitania e fundou a povoação de Santo Antonio nas visinhanças da capital.

Regressou depois a S. Paulo.

Tambem nos sertões ao norte do rio S. Francisco, proximo aos de Piahy, onde residia, ha tempos, o paulista Domingos Jorge formou estabelecimentos notaveis, houve lutas entre es sequitos d'este, e de Domingos Mafra.

Como nenhum delles conseguiu vencer o outro, cessaram as desintelligencias, continuando Mafra em sua empreza de apri-

sionar indios, e Jorge continuou em suas excursões pelo Piahy a formar fazendas de criar.

O numero destas chegou a 50.

Este mesmo paulista prestou grandes serviços para a extincção dos « Palmares », nucleo de escravos estabelecido em terras de Pernambuco, e do qual em outra lição vos dei noticia.

Cada época tem suas idéas : no tempo em que se davam os factos, que estou referindo, o pensamento que preocupava os paulistas, era a—descoberta de minas.

Não havia um, que mais ou menos, não se deixasse influenciar por tal pensamento.

Os exemplos dados por Fernão Dias, Antonio Arzão, e por Bartholomeu Bueno, já conhecido por suas excursões ás regiões meridionaes, e que depois seguiu o itinerario deixado por Arzão, foram incentivos para numerosos e importantes feitos.

Impressionados por taes acontecimentos diversas turmas de paulistas sahiram de S. Paulo e das vizinhanças no propósito de explorar minas onde houvesse ouro em abundancia.

Percorreram o territorio depois chamado—Minas Geraes—porque ali encontraram ouro por toda a parte.

Não estabeleciam residencia fixa ; em todo o lugar, onde encontravam ouro, levantavam insignificantes casas, que eram abandonadas logo que terminada a exploração das minas elles seguiam para outros pontos.

Quando porém as localidades offereciam abundancia desse metal, nellas demoravam-se, e formavam povoações, muitas das quaes em pouco tempo tornaram-se centros importantes de população.

Aos paulistas se deve a fundação de Marianna, Sabará, Ouro-Preto, Cayté, Pitanguy, e de outras povoações.

A descoberta de minas e sua exploração nem sempre se effectuava em paz.

Os exploradores não toleravam por competidores aquelles que não eram contreraneos.

E' occasião de vos narrar as graves e funestas dissensões occorridas na região das minas.

A noticia do descobrimento destas devida unicamente aos paulistas espalhou-se com rapidez.

De todas as capitánias do Brazil affluiram aventureiros, desertores, criminosos, e a esta emigração para as minas accresceu grande numero de proletarios europeus.

Os paulistas não podiam resignados vêr esta concurrencia de exploradores.

Tratavam a estes com desprezo causando-lhes difficuldades

continuas na exploração do ouro e appellidando os forasteiros de—emboabas.

Além de taes motivos de odio concorreu muito para exacerbal-os o monopolio dos generos alimenticios, agenciado sob direcção de portuguezes pelos frades Menezes e Conrado.

Os viveres eram vendidos aos paulistas por exagerados preços.

A perversidade de Menezes chegou ao ponto de illudir este os paulistas e apoderar-se de suas armas e munições, que elle entregou ao partido contrario.

Este e outros acontecimentos deram logar a que se formassem duas facções, que se armaram para a luta.

A' frente dos forasteiros estava o portuguez Manoel Nunes Vianna.

Rompeu a guerra em 1708.

A victoria pertenceu aos paulistas, apesar de que na grande mortandade que houve, os paulistas tiveram maior numero de mortos. D'ahi é que vem o nome de—Rio das mortes—à corrente d'agua, perto da qual se deu o conflicto.

O governador da repartição do sul—Arthur de Sá—dando ouvidos à narração dos forasteiros pronunciou-se em seu favor e para os auxiliar enviou do Rio a Bento do Amaral Coutinho, acompanhado de grande força.

Resolveu este atacar os paulistas, que se haviam retirado a lugares pouco distantes d'aquelle, onde se tinha dado o conflicto.

Encarregou o capitão Thomaz Ribeiro de batel-os. Este não se animou a dar esse passo, temendo atacar os paulistas, que eram em maior numero, e occupavam boa posição.

Então Coutinho reunindo à sua tropa grande numero de forasteiros resolveu sitiar nas matas, em que se achavam acampados, os paulistas.

Logo no principio do sitio rompeu o fogo do lado d'estes, do que resultou a morte de um e ferimentos de varios dos contrarios.

Coutinho ficou receioso de atacar os paulistas a força aberta.

Tomou a deliberação de derrotal-os empregando meios traiçoeiros.

Fez correr a noticia de que o sitio nada mais era senão um meio de fazer que os paulistas depuzessem as armas para trabalharem pacificamente com outros exploradores, que muito os temiam.

Elles acreditaram ser essa a intenção de Coutinho e depuseram as armas.

Amaral logo que os viu desarmados deu ordem à sua gente para que os matasse.

Grande foi o desastre; o campo ficou coberto de mortos e feridos.

Martins de Mascarenhas, novo governador do Rio de Janeiro, ao saber de taes atrocidades dirigiu-se para a região das minas. Tinha em vistas chamar á concordia os partidos.

O chefe dos forasteiros Nunes Vianna, no intuito de intimidar o governador, foi encontral-o.

O encontro deu-se no arraial de Congonhas.

Em sua presença os sequazes de Nunes victoriaram este, e ameaçado viu-se Mascarenhas de morrer, se não voltasse para o Rio.

Depois de sua retirada para alli Nunes exerceu sem opposição as funções de governador do paiz.

Explorou as minas em proveito dos seus, e deu empregos aos que mais se distinguiam por seu odio aos paulistas.

Retiraram-se estes para S. Paulo afim de reunirem forças, com que de novo atacassem os forasteiros.

Chegando alli narraram a seus parentes e amigos o acontecido, e os incitaram ao desforço.

As matronas paulistas muito concorreram para se manterem elles na resolução de tomarem desforra dos emboabas.

Ellas persuadiam seus patricios para voltarem ao theatro da guerra, e diziam que covardes e dignos de execração publica seriam todos os que não tomassem parte e não perseverassem no intento de accommetterem os inimigos.

Armou-se o povo e sob a direcção de Amador Bueno, neto d'aquelle que renunciára a corôa, seguiu para Taubaté a maior parte; a encorporar-se a outra força, ficando em S. Paulo um contingente para conter os portuguezes, que pretendessem adherir aos insurgentes de Minas.

Neste tempo chegou ao Rio de Janeiro o novo governador das capitancias do sul Albuquerque Coelho.

Procurou meios de persuadir os paulistas a deixarem seus planos guerreiros.

Nada conseguiu. Logo que Nunes Vianna soube da chegada do governador enviou seu secretario, frei Miguel Ribeiro, para declarar que elle lhe prestava obediencia e fazer vêr a necessidade do governador hir áquelles logares restabelecer o governo legal.

O governador dirigiu-se para Minas, e depois do encontro com Vianna, que parecia irresoluto em obedecer ás ordens d'elle, mandou-o preso para a Bahia, onde morreu, tendo por companheiros de prisão a Coutinho e frei Miguel.

Reunidas as forças de S. Paulo e Taubaté encaminharam-se para Minas, tendo de passar por Guaratinguetá, onde deviam receber um contingente.

Alli corria a noticia de que Albuquerque vinha de Minas para apaziguar os paulistas.

Com effeito scientificados foram elles intenções do governador, mas não accederam ás idéas de paz.

Seguiu a expedição para o Rio das mortes.

Quando chegaram as forças a Pouso-Alto celebrou-se um conselho, onde se devia combinar sobre o que fariam para rehabilitarem a sua reputação abalada pelos desastres recentes.

Ficou assentado que deveriam debellar os forasteiros, que pretendessem sustentar a luta, e que nenhum mal fariam aos que sem resistencia depuzessem as armas e se retirassem do territorio.

Depois disto chegaram os paulistas ao Rio das Mortes, e no dia immediato puzeram em sitio o fortim, em que se achavam os forasteiros armados e em grande numero sob a direcção do novo chefe Ambrosio Caldeira Brant.

Desde então a luta passou por varias peripecias, alcançando sempre vantagem os paulistas.

Mas prolongava-se aquella sem resultado definitivo: resolveram os paulistas abandonar o theatro da guerra e retirar-se para S. Paulo, afim de reunirem novas forças, visto que constava-lhes que os forasteiros esperavam auxilios.

Enquanto se davam a estes trabalhos houve noticia da nomeação de Albuquerque para governador da capitania de S. Vicente.

Este veio encarregado pelo governo da metropole de obstar á continuação da guerra, de dar os passos precisos para que a expedição dos paulistas não seguisse contra os emboabas e fosse garantida a elles a posse e gozo pacifico de suas propriedades em Minas.

O governo conseguiu bons resultados das providencias tomadas, presenteou os paulistas com um retrato de d. João V, como penhor das promessas que lhes fazia e estes esquecendo-se das dissensões passadas depuzeram as armas.

Sobre a fundação de povoações em Minas encontra-se no —Quadro historico— a transcripção de annotações feitas ao « Poema de Villa Rica » de Claudio Manoel da Costa. Nellas se diz que n'aquelle vasto territorio não ha *rio*, *corrego* ou *serra*, que não revele o nome dos paulistas como descobridores, exploradores de minas, tendo fundado as primeiras povoações, ao depois opulentas cidades.

O governador Albuquerque deu ao governo da metropole informações sobre tudo quanto havia occorrido nas dissensões entre paulistas e forasteiros.

O governo de Lisboa considerando que um só governador

não podia administrar a repartição do sul, que era muito extensa, separou da do Rio a capitania de S. Vicente por acto de 9 de Novembro de 1709,—unindo a esta as terras descobertas pelos paulistas, e que formaram ao depois a capitania de Minas.

Albuquerque, a quem era permittido escolher o logar para a séde de governo, preferiu S. Paulo a outras povoações de Minas.

S. Paulo foi elevada á cathegoria de cidade pela carta regia de 24 de Julho de 1711, passando a ter a capitania de S. Vicente o titulo de capitania de S. Paulo.

Os paulistas depois de terminada a guerra com os portuguezes encetaram novas viagens e descobertas, devassando sertões, escalando montanhas, atravessando rios, e sempre lutando com selvagens.

Uma expedição percorreu o extenso territorio banhado pelos affluentes do rio Paraguay.

Outra que no mesmo tempo percorria os sertões remontando o rio Curhipómirim descobriu ouro em suas margens.

Paschoal Moreira Cabral, que fazia parte della, deixou alli alguns companheiros e continuou a fazer explorações.

Em resultado encontrou ouro, e depois de ajuntar em pouco tempo grande quantidade deste metal, voltou ao logar, onde tinha deixado os companheiros.

Ahi nesses logares levantaram casebres, no intento de não abandonarem as terras, emquanto ahi houvesse ouro, e de a cultivarem.

Logo que em S. Paulo se soube das descobertas que Paschoal e seus companheiros tinham feito nas proximidades de Cuyabá, muita gente partiu para alli em procura de riquezas.

Dentro de poucos dias—grupos, uns após outros, de moços e velhos embarcaram-se no Tieté, navegaram este rio e outros, que vão ter ao Cuyabá.

Preocupados pela ambição, que guiava seus passos para alli, não cuidaram de sua segurança.

Uns cahiram victimas da fome, outros das febres dos paúes do Tieté, e muitos assassinados pelos Payaguás, que atacavam os viajantes n'aquelles logares.

Destes pequeno foi o numero, que chegou ao Cuyabá.

Não obstante taes acontecimentos não ficaram desanimados os paulistas: elles continuaram a dirigir-se para alli.

Os que para evitar encontros com os Payaguás no Tieté faziam a viagem por terra tinham de affrontar os Guaycurús, indios cavalleiros, nos campos entre os rios Paraná e Paraguay.

De uma expedição, formada de 3,000 pessoas, em 1725, só

escaparam de ser mortos ou aprisionados dois brancos e tres pretos.

Entretanto Paschoal e seus companheiros continuavam a fazer explorações.

Já em 1723 Miguel Sutil, de Sorocaba, e Francisco Barbudo, seu companheiro cultivavam as margens do Cuyabá, e guiados por indios foram a um lugar, onde havia ouro em abundancia e na flôr da terra. E' alli onde está situada hoje a capital de Cuyabá.

Logo depois chegou a S. Paulo o governador Rodrigo Cesar de Menezes.

Sabendo dessas descobertas enviou para alli dois agentes para arrecadarem o ouro do fisco.

Os escolhidos para taes serviços foram Lourenço Leme, encarregado de cobrar o imposto do quinto, e seu irmão João Leme, que nomeado mestre de campo depois passou a ser guarda-mór das minas.

Estes homens longe das vistas do governo, entregues a seus caprichos, geralmente tidos por maus, commetteram muitos attentados.

O governador, tendo sido informado do que occorria em Cuyabá, ordenou a Balthazar Ribeiro a captura dos irmãos Lemes.

Depois da resistencia destes, foi morto de um tiro Lourenço e João Leme preso e remetido para a Bahia, onde se lhe applicou a pena de morte em 1724.

Differentes causas levaram os paulistas a abandonarem as exploradas minas de Cuyabá e dirigirem-se a outros pontos.

Em 1734 invadiram os sertões ao occidente de Cuyabá, guiados por dois intrepidos sorocabanos, Fernando Paes de Barros e Arthur Paes.

Atravessaram os campos Parexis, extensas matas, e pararam nas proximidades de um affluente de Guaporé.

Assim completou-se o descobrimento da hoje provincia de Matto-Grosso.

Enquanto se augmentavam as possessões portuguezas com estas descobertas devidas a paulistas, outros descobriram Goyaz.

Bartholomeu Bueno, que acompanhou na idade de 12 annos Bartholomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, quando este invadiu o sertão de Goyaz, offereceu seus serviços ao governador Menezes, que incitava os paulistas a procurarem as minas descobertas por Anhanguera.

Na primeira viagem, em 1721, Bueno não pôde acertar com o caminho seguido por seu pae.

Voltou a S. Paulo desanimado : mas o governador envidou

esforços para que elle de novo tentasse o iniciado apprehendimento.

Bueno fez segunda viagem, e foi mais feliz que na primeira, pois que depois de muitas fadigas e longas excursões achou, em 1726, o trilho da direcção seguida por Anhanguera e as antigas minas.

Já vos disse que as communicações entre Cuyabá e S. Paulo eram cheias de muitos perigos.

Entre outros as correrias dos Guaycurús e Payaguás, que atacavam sempre os viajantes, davam em resultado horribes atrocidades.

Em 1730 sahiu de Cuyabá uma expedição para atacar os Payaguás e evitar que elles se apossassem de um comboy, que vinha para S. Paulo com mais de 60 arrobas de ouro a cargo do Ouvidor Sanches Peixoto.

Nos pantanaes da embocadura do Jaguary 800 indios accommetteram a expedição e a derrotaram, escapando a nado apenas 17 pessoas das que a formavam, sendo calculada a perda dos indios em 400.

O governo da metropole tendo sciencia destes factos ordenou em 1733 ao governador de S. Paulo que enviasse uma força para destruir os alojamentos dos Payaguás no Paraguay e mais rios que iam dar a Cuyabá.

Em 1734 sob a direcção do sorocabano Gabriel Antunes Maciel seguiu a expedição para o seu destino.

Os indios foram batidos ficando alguns mortos e dispersando-se outros.

Em 1736 um numero consideravel destes indios no lugar chamado Carandá, no Paraguay, atacou uma flotilha que de S. Paulo tinha partido para o Cuyabá.

Os paulistas alcançaram victoria depois de um combate de muitas horas.

Do que até aqui tenho dito fica evidente que aos paulistas deve-se além de outros descobrimentos o de Goyaz, Cuyabá e Minas.

E' occasião de dizer-vos agora o que occorreu nos lados do sul do Brazil.

Domingos Peixoto de Brito, natural de S. Vicente, acompanhado de seus filhos depois de lançar os fundamentos da villa da Laguna proseguiu suas explorações e em uma dellas descobriu os campos do Rio Grande.

Mais tarde os hespanhoes recorreram ao auxilio dos paulistas para conterem as excursões, que os habitantes do Rio Grande faziam ao territorio, que se dizia pertencer aos hespanhoes então de posse da Colonia do Sacramento.

Reunida a força, em sua maior parte formada de paulistas,

partiu da Colonia em 1733 com destino ao Jacuy, affluente da Lagõa dos Patos.

Chegando ao Jacuy, sem obstaculos que embarçassem a sua marcha, fundou na margem septentrional desse rio a hoje Villa da Cachoeira e mais abaixo a do Rio Pardo.

Não obstante tão importantes serviços dos paulistas o governo da metropole facilmente se esqueceu delles ou menosprezou-os.

Como prova disto se deve considerar o acto, que de novo reuniu a capitania de S. Paulo á do Rio de Janeiro.

S. Paulo, que desde 1709 tinha governo independente, ficou sujeita ao Rio.

As excursões dos paulistas geraram resultados diversos em relação aos interesses da capitania—conforme foi o fim que guiou seus passos.

Enquanto entregavam á *caçada de indios*, a população da capitania não teve notavel decrescimento.

As expedições, que della sahiam, voltavam com mais ou menos demora. Só não vinham os que perdiam a vida ou se extraviavam nos sertões.

Quando porém se entregavam a descobertas e explorações de minas, elles fixavam residencia nesses logares, formavam nucleos de população, e para ali chamavam suas familias.

Desde a descoberta de minas decrescia a população de S. Paulo.

Se de um lado estava secca a fonte, que lhe dava braços, a *caçada de indios*, que os paulistas tinham abandonado, de outro lado as successivas emigrações para os logares, onde havia exploração de ouro, traziam aquelle decrescimento.

Em consequencia disto as terras ficavam incultas, e as povoações hiam decahindo.

Nestas circumstancias tornava-se necessario um governo zeloso e reparador dos males que occasionavam a decadencia da capitania.

Entregue ella á administração do Rio não podia esperar medidas de grande alcance.

Os agentes d'alli mandados para dirigir os negocios da capitania tinham muito restricta a esphera de acção, e não podiam tomar a responsabilidade das providencias, que o estado da capitania reclamava, e talvez nem mesmo comprehendessem quaes os remedios a dar-lhe.

O certo é que a capitania chegou a tal estado de decadencia pelo abandono de sua cultura, pela falta de trabalhadores, e pela ruina de grande numero de familias, que deu occasião a ser comparada, como refere Pizarro, *a uma bella sem dote*.

Alvaro da Cunha, vice-rei do Rio de Janeiro, reconhecendo o deploravel estado, em que ella se achava, julgou indispensavel o restabelecimento do governo independente, que teve em outros tempos.

Pensava elle que assim a capitania marcharia na senda da prosperidade.

Neste sentido dirigiu um memorial ao governo da metropole, e este attendeu ao que o vice-rei expozera.

S. Paulo recuperou a cathegoria de capitania, de que esteve privada por 17 annos, e foi nomeado seu governador d. Luiz Antonio de Souza, morgado de Matheus, em 1765.

XXVIII

(17 de Outubro)

Administração de Luiz Antonio de Sousa.—Excursões dos paulistas.—Como são qualificados pelo governo.—Administração de Martim Lopes.

Senhores.

Luiz de Souza tomou conta do governo da capitania de S. Paulo. Apresentava esta uma feição bem distincta do seu passado.

O repouso tinha succedido ás grandes lidas.

Cansados de tantos empreendimentos volveram os paulistas suas vistas para trabalhos agricolas.

Depois de tão notaveis excursões entregaram-se á vida sedentaria.

A *cacada* de indios estava prohibida pela legislação de d. José I, e na execução della o zelo e actividade do ministro marquez de Pombal se faziam sentir.

Os terrenos auriferos por elles descobertos tinham sido distribuidos, e de preferencia áquelles que os haviam deparado.

Os habitos sociaes dos paulistas estavam modificados. Se porém a energia de character, a intrepidez dos paulistas já não os levavam para aquellas emprezas difficeis, é certo entretanto que o governo de Portugal bem conhecia o valor delles e a utilidade que poderia d'ahi tirar no momento; em que os guiasse na satisfação dos interesses e aspirações da metropole.

Os planos de Pombal eram no sentido de estender os domínios portuguezes pelo lado do Brazil e preparar o paiz, como mostravam os factos, affin de que fosse a séde da monarchia de Portugal.

O morgado de Matheus, insinuado por aquelle ministro, tratou de incitar os paulistas para a lida das mattas.

Ao menor acceno do governador no intuito de arredal-os das occupações tranquillias, em que se achavam, para o reconhecimento de sertões, obedeceram Francisco Pinto do Rego, André

★

Dias de Almeida, Bento Cardoso de Siqueira, Bruno da Costa Filgueira, Antonio da Silveira Peixoto, Francisco Nunes Pereira e o tenente Candido Xavier de Almeida e Souza.

Em 1767 foi Pinto do Rego encarregado de reconhecer os sertões do Tibagy.

Dispoz-se para esse serviço, mas não se lhe tendo fornecido os meios de levar-o a effecto, e não os tendo proprios, foi dispensado da commissão.

Tendo depois recebido o governador os recursos vindos do Rio, para as explorações dos sertões de Tibagy, em 1769, partiu uma expedição de 650 homens—commandados por Bento Cardoso de Siqueira e André Dias de Almeida.

Esta expedição embarcou no Tieté, no porto Ararytaguaba, hoje Porto-Feliz, destinada ostensivamente a explorar e povoar os sertões do Ivahy, sendo outro seu fim.

Depois de 57 dias de viagem chegou á confluencia d'aquelle rio com o Paraná.

Em 1770 outra expedição, commandada por João Martins Barros, seguiu a direcção de Dias e Cardoso, e á esta se incorporou na barra do Ivahy.

O fim latente dessas expedições para a região occidental do Paraná era dar maior amplitude ao territorio, que alli pertencia a Portugal—, para o que estavam de accordo, em seus planos, o governador de S. Paulo e o vice-rei do Rio de Janeiro, conforme as bases confidenciaes do marquez de Pombal.

Unidas as expedições na barra do Ivahy, atravessaram o Paraná, e seguindo para o Iguatemy ou Igatemy, ahi desembarcaram.

Na margem esquerda desse rio, e por ordem expressa do governador de S. Paulo, foi edificado o forte dos Prazeres, como padrao, nas phrases de Machado de Oliveira, do presidio do mesmo nome, onde se recolheram como povoadores mais de mil pessoas, que saíram por diversas vezes de S. Paulo.

Em 1773 procedendo-se ao recenseamento da população verificou-se que ella estava reduzida a 556 pessoas, tendo sido a quasi totalidade dos obitos proveniente das intermittentes desse lugar, onde a maior parte dos terrenos eram paludosos.

Em resultado—foram abandonadas essas paragens. A retirada da pouca gente, que existia, foi precipitada, de modo que nem tempo houve para a reconducção da artilharia e trem pesado.

Os paraguayos apenas tiveram conhecimento do abandono, apropriaram-se de tudo e arrasaram o forte.

Na mesma occasião em que se organisou a expedição no intuito simulado de descobrir os sertões do Ivahy, quando seu fim era invadir o territorio além de Paraná, formou-se outra

para explorar as vastas matas do Tibagy, que, segundo se dizia, continham prodigiosas riquezas mineraes.

Em duas secções se dividiu esta expedição : uma foi confiada a Bruno da Costa Silveira—que em 1769 embarcando no Iguassú entrou no Pitinga, passou ao Rio Verde, seguindo-o até onde era possível a navegação e depois dirigiu-se por terra, sem apartar-se do Iguassú, até encontrar o Paraná.

Outra secção foi confiada a Francisco Nunes Pereira. Deu começo á sua excursão em Janeiro de 1770 acompanhado de 60 pessoas.

Seguiu os passos de Bruno da Costa e passou além do Paraná. D'ahi se dirigiu para os campos da Forquilha, junto a Igatemy, traçando deste ponto um caminho em direcção para Curitiba e outro para Ivinhema.

Terminou sua excursão encaminhando-se para o salto de Guairá.

Depois de aturados trabalhos falleceu Nunes, com parte de seu sequito, dispersando-se o resto.

Em Setembro de 1770 Antonio da Silveira Peixoto partiu de Iguassú, embarcando no porto da Conceição, com 7 canoas tripuladas.

Depois de uma navegação de 89 leguas sahio á terra e abriu um caminho até á barra do rio no Paraná.

Embarcando neste, no 4º dia de viagem foi assallado por uma força paraguaya, destacada em Corugaty.

Aprisionado com seus companheiros foi enviado para Buenos-Ayres.

Alli estiveram por annos sem recursos, e pedindo esmolas para subsistirem, não tendo merecido do governo portuguez um acto qualquer reclamando a liberdade delles ou prestando-lhes soccorros.

Silveira voltou a S. Paulo, gasto de fadigas e soffrimentos e em estado valetudinario.

As descobertas comprehendidas no tempo do morgado de Matheus tiveram fim com a exploração dos campos de Guarapuava. Desta foi encarregado o tenente Candido Xavier de Almeida e Souza.

Deu começo a este serviço em 1770, tendo embarcado com 34 soldados no porto das Capivaras no rio Iguassú. Depois entrou no rio Mourão e devassando matas descobriu os campos de Guarapuava no fim de 24 dias de viagem, em que lutou com grandes difficuldades, tendo tido por vezes reencontros com os selvagens.

Alli foi construido um forte com a invocação do Carmo, e depois fundado o aldeamento de indios : é hoje a populosa cidade de Guarapuava.

Passo agora a dar-vos rapidos esclarecimentos sobre a lisonjeira opinião em que, segundo consta de documentos publicos, eram tidos os paulistas d'aquelles tempos.

Nas informações, que o governador de S. Paulo prestou ao governo portuguez em 1776, encontram-se as seguintes expressões : « o seu coração é alto, grande e animoso ; o seu juizo grosseiro mal limado, mas de um metal muito fino ; são robustos, fortes e sadios, e capazes de soffrer os mais intoleraveis trabalhos. Tomam com gosto o estado militar, offerecem-se para accommetter os perigos e facilmente se armam e fardam-se á sua custa. »

Dirigindo-se o mesmo governador ao ministro Martinho de Mello, a proposito da fundação do forte e presidio de Igatemy, disse : « é evidente a intrepidez e animo dos antigos paulistas em muitas destas partes da America, que não reparavam em perigos, trabalhos, nem difficuldades para occuparem novas terras... exemplo que até hoje incitam seus descendentes, pois é certo que fazem suas expedições a pè, carregados d'armas e proviões... »

Outra vez receiando o governador invasão de paraguayos no territorio, em que se achava o prezidio de Igatemy, ordenou ao commandante deste que se se realizasse a aggressão dêsse largas aos paulistas, e enunciou o juizo « de que com esses bons e valorosos homens sempre guiados por vontade honrada e destimidez, poderiam as armas portuguezas nessas paragens conseguir gloria e fama. »

O que fica dito consta da carta do governador de S. Paulo ao ministro Martinho de Mello em Dezembro de 1770, e da carta dirigida ao commandante do prezidio de Igatemy em Outubro de 1773.

Tambem o mesmo ministro Martinho de Mello, dirigindo-se ao brigadeiro Sá e Faria ácerca da defeza do referido prezidio, e aconselhando empregasse os paulistas quando fosse aquelle accommettido, os considerou como *os mais fortes, os mais infatigaveis e os unicos e melhores combatentes*, principalmente sendo bem conduzidos e bem cuidados : isto se encontra no avizo de 21 de Abril de 1774.

Já nas instrucções, que o governador de S. Paulo dêra em Julho de 1767 ao coronel Pinto do Rego, quando o incumbiu do descobrimento dos sertões do Tibagy, se encontram as seguintes phrazes :

« Considerando Sua Magestade que os paulistas foram sempre nos sertões d'esta America os que dilataram os seus dominios com maior gloria, e que para fazer renascer as memorias dos seus progenitores e os assignalados serviços

que fizeram à Corôa portugueza nos grandes descobrimentos de Minas Geraes, Cuyabá, Matto Grosso, e outros mais, e esperar dos descendentes de tão bons e fieis vassallos os mesmos serviços que fizeram os antepassados ou ainda maiores... »

Nas instrucções militares dadas pelo já referido ministro ao governador Martim Lopes, em Janeiro de 1775, e pelo vice-rei do Brazil em additamento ás mesmas se reconheceram os serviços dos Paulistas nos seguintes termos « com as forças do Brazil destruíram os Paulistas as missões do Paraguay ; fizeram passar os jesuitas com os indios das missões para outra parte do rio Uruguay ; atacaram os castelhanos intrusos na parte septentrional do Rio da Prata, até obrigarem a evacuar inteiramente os dominios portuguezes...

E sendo as tropas da capitania de S. Paulo as mais proprias e as melhores para o serviço militar...

Tendo sido a capitania de S. Paulo o berço em que se criaram aquelles valorosos homens que fizeram tão conhecido na Europa o nome portuguez ; elles com o seu valor acrescentaram os dominios de el-rei, já descobrindo terras, já descobrindo nas mesmas terras os grandes thesouros que fazem a preciosidade dos dominios da America...

Neste distincto serviço se empregaram muitos annos os naturaes da capitania de S. Paulo e se empregariam ainda hoje se se tivessem tratado com aquella humanidade e reconhecimento que se devem ter com os netos de uns homens que com a maior distincção e utilidade dos serviços dos soberanos se empregaram no augmento e gloria deste estado. »

Do que fica exposto se evidencia com o reconhecimento official dos serviços, que os paulistas prestaram, a energia de seu character e outras qualidades que o ornavam.

A administração do morgado de Matheus apresentou duas faces : a primeira desenhada pelos esforços que em execução dos planos do governo da metropole elle fez para estender os dominios portuguezes na região meridional do Brazil, e promover em alta escala o descobrimento de novas minas de ouro de que Portugal era insaciavel tanto mais quanto do Brazil ia para alli este metal em proporções sempre crescentes.

Apezar da boa vontade ou antes da obediencia passiva dos que cumpriam as ordens do governo, é certo que aquelles esforços não alcançaram resultados inteiramente satisfatorios ..

A segunda face assignala-se pelas boas intenções do referido governador no intuito de promover a cultura das terras, o desenvolvimento da industria pastoril e cathequese de in-

digenas, formando aldeamentos e proibindo o emprego da força e violencia contra elles.

Grande foi a multiplicidade de povoações creadas na capitania no fim do governo do morgado de Matheus, então fagtigado pela lida de augmentar dominios e de explorar sertões em busca de riquezas.

A população porém decresceu e a capitania resentiu-se da falta deste elemento de grandeza e desenvolvimento de suas industrias.

Nesse tempo creou-se a hierarchia aristocratica militar, e protegida pelo governo predominou sobre outras classes.

Não cooperou pouco para o decrescimento da população o terror que aos habitantes causaram as successivas recomposições das guarnições de Igatemy, onde a mortalidade era grande devida á insalubridade do logar.

Para evitar esse destino não pequena era a emigração dos habitantes de S. Paulo para outras capitanias.

A proposito destes acontecimentos foi que disse o autor das Memorias para a «Historia da capitania de S. Vicente» no seu appendice referindo-se ao morgado de Matheus que « como elle não trouxe nem tomou depois que cá esteve as verdadeiras medidas que curassem o mal de todo, continuou a mesma miseria até o fim do seu governo, pois esta visto que a capitania de S. Paulo só pôde florescer com a sua agricultura e exportação... »

Ao morgado de Matheus succedeu Martim Lopes.

Em Junho de 1775 tomou posse do governo da capitania.

Homem de character violento e de maus habitos seguiu a senda dos desatinos na administração da capitania.

Um de seus primeiros actos foi a organização de dois corpos de linha, que deviam partir para o sul, em consequencia da invasão do Rio-Grande, e de estar ameaçado o governo de Santa Catharina por tropas hespanholas.

No intuito de bem merecer do governo da metropole pelo preenchimento de suas vistas, e de evitar a destituição, que temia, do cargo, como resultado de negligencia na formação dessas forças com destino ao sul, julgou dever revelar-se injusto e prepotente. Não levou em conta a diminuta população da capitania, já extenuada principalmente pelos serviços militares, que retiravam, como já ficou dito, não pequeno numero de seus filhos para pontos distantes.

O sul tornou-se o sorvedouro da população, em consequencia de constantes destacamentos das tropas da capitania.

D'ahi começou a publica animadversão contra o governo de Martim Lopes.

Formados os corpos, marchou para alli por terra a cavallaria dividida em duas secções : a primeira ao mando do capitão Fortes em 1775 ; a segunda no principio do anno seguinte ao mando do capitão Joaquim José Pinto de Moraes Leme.

A infantaria commandada pelo tenente-coronel Henrique de Figueiredo embarcou em Santos, em Janeiro de 1776, seguindo para Santa Catharina.

Duron o destacamento destas forças até 1780, quando voltaram a S. Paulo, depois de derrotado o exercito hespanhol, que invadiu o Rio Grande e de recuperado o governo de Santa Catharina, de que se tinha apossado em 1777 o general hespanhol Cevallos.

A indignação popular, originada das injustiças e violencias, com que se houve o governador na formação desses corpos, recebeu incremento da pratica de outros actos desregrados da parte delle.

Entre estes menciona-se, como evidentemente ridicula, a ordem publicada por bando, e em signal de mofa ao trajar das paulistas, para serem conduzidas á prisão « as que andassem rebuçadas com chapéus sobre as baetas trazendo as caras cobertas. » E ao saber que á noite passeiavam pessoas abusando da tal ridicula ordem, determinou que no caso de resistencia á prisão « fossem atiradas pelas pernas. »

Similhantes coisas e a desatinada carreira, em que continuava Martim Lopes, concorriam para tornal-o ridiculo e odiado pela população

Elle bem comprehendia isto, e não perdia occasião de exercer vinganças, mostrando a natureza de seu character por successivos desatinos, e incorrendo cada vez mais no geral desgraçado por causa do seu procedimento assignalado pela prepotencia e pela habitual iracundia.

Da correspondencia official de Martim Lopes constante do registro ua secretaria do governo, á qual recorreu o auctor do *Quadro historico da provincia de S. Paulo*, extrahiui elle, e considerou de maior vulto os seguintes factos :

Ao mestre de campo, governador de Ubatuba, ordenou Martim Lopes que procedesse contra a camara, que funcionava em 1778, pondo-a em arresto e enviando-a á sua presença « por continuar com suas abominaveis absolutas » Significavam estas phrases as censuras da camara aos actos do governador e a não obediencia ao chamado delle.

Em 1780, e tambem por vindieta pessoal, ordenou a prisão do coronel Policarpo Joaquim de Oliveira na fortaleza da Barra, em Santos, onde esteve recolhido o referido coronel até

à retirada de Martim Lopes, quando foi substituido por novo governador.

Martim Lopes alcunhava a Oliveira—*cabeça de motim*—, porque estando no Rio « assealhara a noticia conhecidamente falsa da sua exoneração do governo, assustando assim o povo. »

Durante a prisão Oliveira cahiu doente, e o medico opinou que era a molestia devida á insalubridade da casa, onde estava preso.

O commandante de Santos, de accordo com o da fortaleza, requisitou a mudança do prezo para outro lugar.

O governador respondeu « que nada tinha com a saude do coronel, tendo muito contra sua liberdade » e censurou o commandante da fortaleza por se ter deixado levar por suggestões do prezo, acrescentando phrases immoraes e de escarneo em relação ao medico, que attribuiria os incommodos do prezo á insalubridade da prisão.

Deixando de narrar outros factos de egual natureza e tambem merecedores de estigma, o auctor do *Quadro Historico* assigna-lha a má disposição de animo, em que sempre se achava o governador, contrariado pelos brios e sobranceria dos paulistas, e passou em seguida a tratar de acontecimentos que deram em resultado a perseguição e execução do soldado Caetano José da Costa, vulgo *Caetaninho*.

Foi delles que tirou assumpto para um drama—*O Caetaninho*—o nosso habil patricio o sr. dr. Paulo do Valle, cuja dedicação ao estudo das cousas patrias é conhecida.

Vou expôr em poucas palavras o que occorreu.

Tôrpes eram a vida intima do governador e suas inclinações. Vivia de ordinario relacionado com gente immoral e corrupta, e fazendo residencia quasi constante na fazenda de S. Caetano, pertencente ao convento de S. Bento.

Servia-lhe de pretexto para alli permanecer a inspecção dos trabalhos da estrada de Santos.

E' certo que as orgias, com que os frades e o abbade entretinham o governador, eram o verdadeiro fim que o levava a demorar-se nesse lugar.

Antonio Lobo, filho e ajudante d'ordens de Martim Lopes, não menos entregue era á devassidão, e para alli acompanhava o pae.

Uma vez em que os frades, em obsequio ao governador, celebraram festas religiosas na referida fazenda, tratou-se sob a direcção de Antonio Lobo, e com dinheiro fornecido pelo povo para as obras da estrada de Santos, de levar a effeito um espectáculo.

Entre os comparsas do espectáculo figurava o soldado Cae-

tano José da Costa, muito intimo de Antonio Lobo, e especialmente apreciado por este por tocar bem clarim e rebeca.

Quando á noite hia começar o divertimento, houve desacordo entre os dous amigos, não querendo o soldado tocar uma peça que, segundo dizia, não estava bem estudada.

Achavam-se ambos embriagados, e a rixa, que começou por troca de palavras, chegou ao ponto de ser o soldado esbofetado.

Este em desforço da offensa avançou, de faca na mão, contra o aggressor, e fez-lhe ligeira escoriação entre a orelha esquerda e o pescoço.

Este facto poz termo á festa.

Um dos individuos, que fazia parte do sequito do governador e seu filho, improvisado em cirurgião caracterisou de grave o ferimento e aconselhou a prompta retirada do offendido para a cidade.

Antonio Lobo e o infeliz Caetano José da Costa foram trazidos para a cidade: aquelle rodeado de numeroso sequito, e sem que lhe faltassem as commodidades para a viagem, e este ferido em varias partes do corpo pelos que o prenderam, caminhando a pé, esbofetado quando por cansado retardava os passos, e brutalmente tratado em todo o caminho até que chegando a esta cidade foi recolhido á immunda prizão.

Caetano José da Costa foi processado perante o corregedor dr. Estevão Gomes Teixeira, e depois sujeito á conselho de guerra, para ser julgado conforme a legislação militar.

Em resultado, foi o accusado condemnado a carrinho perpetuo.

Esta decisão accendeu as iras do governador, a quem nada podia satisfazer senão a morte do infeliz soldado.

Novo conselho foi organizado, e nelle entraram os individuos subservientes á vontade e caprichos de Martim Lopes, e indicou este que a pena de morte fosse imposta.

O governador teve satisfeitos seus desejos de vingança.

O conselho condemnou o réu a « soffrer o supplicio de morte para sempre ».

Desde então o governador, que vivia encerrado em palacio por ver seus brios referidos pelas offensas a seu filho, mandou franquear a sua residencia, deu festas aos domingos, e remunerou os membros do ultimo conselho com o dinheiro destinado a pagamento de soldos á tropa, soldos atrazados havia mais de tres annos.

No dia de se dar execução á sentença, o governador ordenou que a victima passasse pela frente da sua residencia, e no momento do transito della por alli, appareceu á janella o gover-

nador tendo seu filho ao lado, e acompanhado de numeroso cortejo em grande gala.

Os frades de S. Bento em applauso ao acontecimento celebraram festas no convento, e nos panegyricos ao governador se qualificou de virtuosa, humana e justiceira a sua administração.

O virtuoso bispo d. Manoel da Ressurreição não só não consentiu que em outras egrejas houvesse solemnidade religiosa *em accção de graças pela humanitaria justiça* de Martim Lopes, mas levou ao conhecimento da rainha d. Maria I os attentados do governador. Em consequencia disto foi elle destituido da administração da capitania.

Terminarei esta lição, em referencia ao governador Martim Lopes Lobo de Saldanha, com as judiciosas phrases de M. de Oliveira—e homens taes, desta guiza, eram mandados para o governo da colonia portugueza!



XXIX*(20 de Outubro)*

A capitania de S. Paulo no fim do seculo XVIII.—Resultados do governo de Martim Lopes.—Administrações de Francisco da Cunha e Menezes, de Bernardo José de Lorena e de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça.

Senhores:

Durante a administração de Martim Lopes a capitania não prosperou; ao contrario n'ella se augmentaram os elementos de decadencia, de que se resentiu a administração, que succedeu a esse governador.

Os recursos industriaes tornaram-se escassos; a população decresceu; parte della foi empregada em serviço militar fóra da capitania, e outra em occupaões improductivas e de puro capricho do governo.

Faltavam forças para a agricultura, d'onde eram tirados os trabalhadores para irem ao sul sustentar as ambições da metropole quanto a posse de territorios.

A mineração tambem se resentia da falta de trabalhadores. Não menos concorrera para aggravar a situação da capitania o ter-se della separado a capitania de Minas, resultando d'ahi que os habitantes de cada uma trabalhassem para ella, desaparecendo assim a cooperação commum, que, antes da divisão em paulistas e mineiros, havia por zelo da prosperidade da capitania de S. Paulo.

O povo, que não procurava refugio em outras capitancias, escondido em grande parte nas matas, ou no mais recondito de suas habitações, nas phrases de Machado de Oliveira, descuído e decahido de sua antiga energia, vegetava na inercia, não curando nem da propria existencia, e menos do bem estar e interesse da comunidade.

Tal era o estado da capitania de S. Paulo, quando tomou conta de sua administração Francisco da Cunha Menezes, successor de Martim Lopes.

A situação da capitania não se tornou melhor durante esta administração.

O governador limitou-se ao expediente de sua secretaria, sem empregar esforços para reerguer a capitania do abatimento em que se achava.

A unica differença entre os dous governos consistiu em não imitar Cunha Menezes o procedimento violento da anterior administração; procurou meio de apaziguar os animos, tratou com affagos os paulistas, e appellou para as suas tendencias na senda dos descobrimentos de minas.

Com este fim, incitou Baptista Victorino para novas descobertas.

A este sertanista foi indicado o Rio dos Pilões, em Iguape, onde se suppunham haver jazidas de ouro.

Concentrou-se neste, e em outros actos de pequena monta o governo de Cunha Menezes.

Cumprê reconhecer que pelo seu recto proceder abstendo-se de violencias, conseguiu harmonisar os paulistas com o espirito governamental e evitar que se reproduzissem as recalcitrações a que foram levados pela desatinada administração de Martim Lopes.

Em 1778 Bernardo José de Lorena tomou posse do governo da capitania.

Moço ainda, teve um assessor, a quem o governo da metropole encarregou de guial-o na gerencia dos negocios publicos.

A sua influencia porém não foi poderosa, para evitar que a administração de Lorena não fosse caracterisada como época de galanteios.

Ainda hoje se narram factos, que as tradições populares, menos timidas que os historiadores, conservaram como provas de que o governo de Lorena não primou pelo zelo dos bons costumes, pelo respeito aos preceitos da moral.

Entre os actos mais salientes desta administração cita Machado de Oliveira os seguintes:

Na questão de limites entre S. Paulo e Minas o governador se pronunciou no sentido de proteger os direitos d'aquella capitania.

As aggressões por parte de Minas eram frequentes.

Uma destas teve lugar em 1789, estabelecendo-se uma barreira fiscal na serra de Caldas.

Contra isto reclamou Lorena, embora seus actos não fossem coroados de satisfactorio resultado.

No proseguimento da demarcação de limites entre o Brazil e o vice-reinado de Buenos-Ayres, quando ella chegou á parte da linha que interessava á capitania de S. Paulo, concorreu es.

ta com coadjuvação de gente e outros auxilios, depois de conhecido o dominio della sobre essa secção da linha sustentada pelo governo da capitania.

Fiel ás tradições de seus antepassados Lorena tambem não se descuidou de promover a pesquisa de minas, quando lhe constava haver em qualquer localidade metaes preciosos.

E' certo, entretanto, que os trabalhos e dispendios neste sentido não produziram os esperados resultados.

A este governador se attribue o mais regular delineamento das ruas da capital e o levantamento da planta topographica e do plano para seu prolongamento: trabalho este que foi encarregado ao coronel de engenheiros Costa Ferreira, e depois entregue á camara para bem da futura edificação.

Fez construir a ponte, ainda hoje conhecida pela denominação de—ponte do Lorena—e concluiu as obras do chafariz.

Lançou tambem suas vistas para as vias de comunicação da capitania, mandando reparar as já existentes e ordenando a construcção de uma estrada em melhores condições que a traçada entre Santos e Cubatão—quanto a maior elevação do solo e direcção da estrada.

Seu fim era, quanto a isto, evitar a navegação do Cubatão e a do golpho de Caniú.

Ao lado de serviços uteis á capitania se assignalam actos do governador a revelarem que na senda dos bons intentos apparecem ás vezes desvios, que não se comprehendem.

Referimo-nos a dous factos: hia-se abrir um caminho de Cananéa, atravez da serra, para os campos de Coritiba.

Quando o governador soube destes trabalhos ordenou que fossem suspensos porque «o caminho servia de asilo aos criminosos e extravio dos generos sujeitos a direitos.»

Entretanto, como já dissemos, este mesmo governador comprehendera a necessidade de melhorar as vias de communicações da capitania.

O fundamento, que servira para a não abertura da estrada de Cananea, me faz lembrar a resposta de um governador do Mexico, ha annos, o general Santa Anna, que á proposta feita por uma companhia americana para a construcção de uma linha ferrea alli, perguntára «*o que faria das mulas e dos muladiros*» e oppoz-se á empresa.

As idéas enunciadas pelo governador Lorena e pelo general Santa Anna, embora em tempos e condições diversas, revelam o atrazo de vistas, que influenciaram sobre suas resoluções.

Outro facto foi o seguinte :

Algumas tribus de selvagens estabeleceram seus alojamentos nas matas entre Sorocaba e Itapeva.

Os habitantes dessas paragens deixaram-se dominar de modo de aggressões dos indios—e o governador ordenou ao coronel Francisco Fiuza que os attacassem de modo a os repellir desses logares a fim de que os moradores d'alli ficassem tranquillos.

Foi durante a administração de Lorena que as camaras da capitania pediram a abolição da contribuição, que ella, com outras, pagava para a reedificação de parte da cidade de Lisboa estragada pelo terremoto de 1775.

Seus desejos porém não foram satisfeitos: em resposta a tão justas reclamações foi publicada em 20 de Fevereiro de 1796, em forma de bando na capital e villas da capitania, a *ordem regia* mandando que durasse por mais 10 annos a contribuição para o fim de ser construido em Lisboa um palacio para residencia da familia real, visto ter cahido em ruinas o da Ajuda.

Esta contribuição já estava imposta desde 40 annos.

Como meio de acalmar, senão illudir o espirito publico, o governo da metropole na *carta* que serviu de resposta às camaras assegurou que a rainha *sem esquecer-se de tão leaes vassallos e de promover-lhe o seu bem e felicidade* attenderia às suas reclamações logo que as circumstancias o permittissem. Para minorar o máu effeito da repulsa ao pedido relativo ao imposto, tambem auctorisou o governador Lorena a nomear seis cavalleiros, dous de cada ordem militar, escolhidos d'entre os membros das camaras.

A Lorena, que foi transferido para Minas, succedeu Antonio Manoel de Mello.

A capitania foi entregue á este na mesma phaze de decadencia, em que se achou nas administrações anteriores.

O governador Mello, militar de character energico e franco, não criou desanimo diante d'esse estado da capitania.

Pelo contrario procurou meios de obstar a decadencia, já pondo em pratica medidas de sua propria inspiração, já executando as instrucções que lhe eram dadas pelo ministro Rodrigo de Souza Coutinho, ao depois conde de Linhares, ministro esse que sempre se mostrou animado de pensamentos beneficos ao Brazil.

Ao começar a sua administração considerou que era em detrimento da capitania o estaque imposto ao assucar, cuja exportação só era permittida para Portugal e em navios d'esse paiz.

Os governadores, que o antecederam nenhuma providencia

deram no sentido de evitar os males resultantes da manutenção do estanque.

Tomou pois a resolução de franquear ao commercio a exportação da terça parte da safra annual para os portos da America.

Esta medida, em 1798, estendeu-se a outros productos agricolas da capitania, ficando porém sujeitos ás taxas do fisco em Santos.

No intuito de realisar os planos do ministro Souza Coutinho, quanto ao estabelecimento de nitreiras artificiaes na capitania, encarregou ao dr. Vieira Goulart a pesquisa de minas, d'onde pudesse extrahir os productos necessarios para a formação de salitre.

Para este fim, nas proximidades da villa de Parnahyba, levantou-se um pequeno estabelecimento, cuja administração foi confiada ao coronel Polycarpo d'Oliveira.

Nada mais consta a respeito do estabelecimento, diz Machado d'Oliveira, senão a sua criação.

Em relação a vias de comunicação bons serviços prestou o governador Mello.

Mereceu-lhe a attenção a estrada do Cubatão a Santos; elle a visitou algumas vezes fornecendo recursos para o seu proseguimento.

Sendo nessa epocha o municipio de Itú que maior vantagem d'alli tirava, por ser então o grande centro assucareiro, que enviava frequentes carregamentos para o mercado de Santos, o governador dirigiu-se á camara d'alli afim de que ella promovesse subscrições no seu districto, devendo o producto ser applicado ás obras da estrada.

Para abrir communicação segura, e directa com as capitancias de Goyaz e Matto Grosso, evitando a navegação fluvial para Cuiabá, que era longa e muito perigosa por causa das aggressões dos indios residentes nas margens do rio, por onde se effectuava aquella, encarregou o sargento mór Carlos Arruda de fazer um caminho, que partindo de Itapicaba fosse em direitura á margem esquerda do Rio Grande, passando pelos campos de Araraquara.

Mantendo opinião diversa da do governador Lorena, quanto á estrada começada do littoral para os campos de Curitiba, mandou que progredisse a sua abertura.

Tambem não se descuidou de lançar vistas beneficas para a infeliz raça dos indios, e procurou melhorar a sua sorte tendo nomeado o tenente coronel José Arouche de Toledo director geral dos mesmos, encarregando-o de estudar o estado

das aldeas e propor as medidas que podessem reerguel-as das ruinas a que tinham chegado.

Em 1800 ordenou a creação da aldêa de S. João de Queluz.

As minas de ferro de Arassoiaaba, do municipio de Sorocabá, tambem attrahiram os cuidados do governador, que em Maio de 1800 para alli seguiu acompanhado do coronel Candido Xavier e João Manso, no intento de mandar proceder á analyse do mineral, e levantar a fabrica para a preparação do ferro

Alli deixou a João Manso no cargo de inspector do estabelecimento para dirigir a sua construcção, e regressou á capital.

Foi em 1803 que depois de reparadas as casas e machinismos e dadas as providencias necessarias se instaurou a fabricação do ferro sob a direcção do mesmo João Manso.

E' aqui occasião de dizer-vos que esse estabelecimento podendo ser uma fonte de rendimentos para o Estado, se houvesse merecido séria attenção dos poderes publicos, tem-se achado em condições bastante dispendiosas para o paiz.

Hoje, ao que parece, o governo imperial trata de restaurar a fabrica, de modo que ella possa funcíonar em proveito das rendas publicas, e em utilidade das industrias, cuja exploração exige instrumentos e machinas que d'alli podem ser fornecidas.

Cumpre-me dizer-vos que a abundancia e riqueza do mineral, que alli se encontra, mereceriam de um governo solícito e previdente constantes esforços para obter o fabrico e aproveitamento do ferro, que nas phrases de um escriptor *é uma força civilisadora*.

Entretanto, por largos annos esteve a fabrica em completo abandono, servindo o estabelecimento unicamente para residencia de funcionarios, que ou precisavam a bem de sua saude gosar do excellente clima, ou por falta de outros empregos alli hiam encher tempo até chegar-lhes a opportunidade de alcançarem melhor posição.

As necessidades reaes do estabelecimento, e a riqueza do minerio não mereceram a attenção dos poderes publicos.

E' de suppôr que ella entre em nova e mais prospera phase, se as vistas do honrado e habilissimo director, actual, o sr. Mursa forem auxiliadas sinceramente pelo governo imperial.

Tive occasião de visitar a fabrica em 1869, já quando estava entregue á direcção do sr. Mursa.

Esse zeloso director, incansavel e de extrema dedicacão ao cumprimento de seus deveres, alenta a bem fundada opinião

de que o estabelecimento, restaurado como elle planeja, ha de ser fonte de grandes rendimentos ao estado, além de outros interesses de não pequeno alcance, que trará ao paiz.

Será altamente injustificavel o proceder do governo se não se aproveitar das habilitações do actual director para completa restauração da fabrica, e condemnal-a ao abandono de outros tempos ou prestar-lhe fracos e deficientes auxilios, que equivalerão ao abandono.

Tendo rebentado a guerra entre a Hespanha e França collegadas e Portugal em 1800, as possessões portuguezas na America resentiram-se d'esse acontecimento.

Na fronteira do Rio Grande do Sul começaram as hostilidades por parte das forças hespanholas, e em reprezalia os hespanhoes foram atacados por forças portuguezas e abandonaram o Serro Largo.

Neste estado de couzas o vice-rei conde da Ponte com o fim de evitar que o governo de Santa Catharina cahisse em poder dos hespanhoes, ordenou ao governador Mello que enviasse o regimento de infantaria de Santos para alli, e para o Rio Grande as brigadas de cavallaria e de artilharia da legião de S. Paulo.

Em cumprimento d'estas ordens, tratou o governador em Abril de 1801 de apromptar forças para seguirem ao seu destino.

A marcha dos acontecimentos, porém, fez que houvesse suspensão d'armas entre Portugal e Hespanha, a qual teve effeito no Brazil em fins do mesmo anno.

Em consequencia o regimento de Santos retirou-se de Santa Catharina, e suspendeu-se a partida para as fronteiras do sul da brigada de cavallaria e artilharia.

Tambem mereceu a attenção do governador o provimento d'agua á capital.

O que porém tornou-se digno de nota por seus maus effeitos foi o concorrer o governador Mello para o desenvolvimento do militarismo na capitania.

Dotado de boas intenções para evitar que a capitania continuasse no declive da decadencia, em que elle a achava, digno de censura foi o seu proceder de, sob pretexto de festas, retirar das localidades os corpos de milicias e concentrar-os na capital, prejudicando assim os trabalhos da agricultura pela ausencia de braços, sem que justas exigencias do serviço publico assim o reclamassem.

Lisongeava seu amor proprio—e eu aqui reproduzirei as palavras de Machado de Oliveira—o apresentar-se com ostentação á frente de numerosa tropa, receber cortezas militares, dar

vozes de commando, e deleitar-se com encomios e bajulações de turiferarios officiaes.

Eis porque o governador concentrava tropas na capital, com excepção da de Coritiba, para os festejos annuaes de Corpo de Deus.

Detidos por muitos dias os corpos milicianos além dos que passavam em exercicios disciplinares nos pontos de suas paradas, alimentando-se á sua propria custa, fazendo falta ao serviço agricola, e outras industrias, só concorriam para tornar apparatusos os festejos, e muito animada a feira que se fazia no campo da Luz, á qual cabia melhor a significação de militar do que commercial, pois que alli davam-se bailes, concertos de musica e outros divertimentos a que só eram admittidos militares.

Tinha o governador, ainda reproduzo aqui as phrases de Machado de Oliveira, por brazão accumular os regimentos e corpos de milicias de officiaes,—mais por bizarrice militar do que por exigencias de serviço. »

As suas propostas eram sempre approvadas pelo governo da metropole, que entretanto não providenciava para a manutenção da tropa, deixando-a por annos sem pagamento dos soldos.

Mas a ultima proposta do governador abrangendo todos os corpos não foi confirmada, tendo entrado no exercicio dos postos os officiaes.

A communicação da não confirmação, que obrigou os propostos a deixarem os exercicios, em que se achavam, só chegou ao conhecimento delles em tempo de Horta, que substituiu a Mello no governo da capitania.

Este facto gerou dissabores ao novo governador, logo ao empossar-se da administração, os quaes tomaram depois incremento.

Mello foi denominado pelo povo—Pilatos, e as feiras da Luz —Feiras de Pilatos.

XXX

(22 de Outubro)

Administrações de Antonio José da Franca e Horta, do marquez de Alegrete, e do conde de Palma.—Os paulistas nas campanhas do sul.

Senhores.

Ao governador Mello succedeu Antonio José da Franca e Horta, que tomou as redeas do governo em Dezembro de 1802.

No *Quadro Historico* de M. Oliveira esta administração é qualificada—*um governo com direito a graves censuras*.

Eu vou expor os principaes feitos e delles vereis que com toda justiça o illustrado historiador tomou aquella phrase por epigrapha de seu escripto narrando e apreciando os actos do governador Horta.

A administração de Horta, além do lado violento, que a tornou merecedora de condemnação, apresentou uma face altamente immoral.

Foi um governo de *espionagem* e de *mexericos*.

Para ter conhecimento de tudo quanto occorria nos serviços militar e civil, e até no seio das familias, criou a espionagem. Em ordens reservadas determinou a cada official e cadete que lhe desse informações confidenciaes sobre os officiaes e cadetes dos corpos de linha.

Estas ordens foram extensivas aos commandantes de corpos, devendo o de légião narrar o que soubesse a respeito do do regimento de Santos.

Acorçoando os intrigantes e calumniadores, dando attenção a suas informações levou a sua influencia sobre a vida privada, tornando patentes os infortunios domesticos.

Guiado por informações, que obtinha d'aquelles, procedia contra os que considerava infamados, enviando uns a desterro, e pondo-os sob a vigilancia das auctoridades no intento, segundo elle dizia « *de apurar a moralidade publica e zelar o decoro domestico.* »

A outros lançava em face acrimoniosas phrases em presença de pessoas que tomavam parte nas suas reuniões.

Semelhante proceder deu lugar a que o povo no meio de facécias indecentes, com que o criticava, denominasse seu governo de *governo de mexicanos*.

Passando a outra ordem de factos, começarei por narrar os primeiros actos violentos do governador nullificando os de seu antecessor.

Deveis estar lembrados de vos haver eu dito que Mello tinha promovido muitos officiaes de diferentes corpos.

Horta ao chegar a Santos, respondendo às cartas de compromettimentos que elles lhe dirigiram, negou-lhes o tratamento dos postos, que lhe foram dados n'aquella promoção.

Logo que tomou conta do governo declarou sem effeito a promoção, obrigando assim os nomeados a servirem nos postos, que haviam deixado, e outros, perdendo a classificação de officiaes, a voltarem a servir como soldados.

Esses officiaes depois foram reintegrados nesses postos, de que Horta os destituira, à proporção que assim o reclamaram perante o governo da metropole.

Outro acto revogando uma util medida do governador Mello foi o de ordenar que no porto de Santos se concentrassem carregamentos dos productos da capitania para serem exportados para Portugal, ficando assim tolhidos os lavradores de os enviarem para outro qualquer porto do Brazil conforme a elles fosse conveniente.

A proposito deste acto diz Saint Hilaire:—Modernamente Antonio José da Franca e Horta, que em 1802 começou a governar a capitania de S. Paulo, prohibiu a navegação costeira aos habitantes do littoral e não consentiu que os productos da lavoura fossem mandados para outros portos senão para o de Santos.

E' o mesmo escriptor, quem sem a intenção de pôr em duvida a prohibidade do governador Horta, diz que se não houve conluio entre elle e os mercadores de Santos é certo entretanto que esse escandaloso facto deu lugar a suspeitas de ter havido e, reproduzo suas phrases, prestou-se a um fim iniquo e nocivo á capitania.

Este procedimento de Horta, em prejuizo dos interesses agricolas da capitania, teve vigôr até 1808, quando d. João VI abriu os portos do Brazil ao commercio das nações amigas.

Travada a guerra entre a França e Hespanha, reconheceu Portugal a necessidade de obter á dinheiro a sua neutralidade, visto que a marcha dos acontecimentos e a sua situação assim o exigiam.

Para haver os auxilios pecuniarios o governo da metropole recorreu ao Brazil.

O governador Horta tornou-se activo agente das exigencias vindas de Lisboa.

Em Julho de 1804 reuniu em palacio os principaes habitantes da capital e fez-lhes vêr que o regente de Portugal precisava de meios para salvar-se de seus compromissos, e recorria aos paulistas, em cujos sentimentos generosos e fidelidade o regente confiava.

A contribuição foi geral na capitania, e para ella concorreram até os pobres, as viúvas e as mulheres, cujos maridos estavam ausentes.

Um dos factos, em que o character violento de Horta se revelou á toda luz e deixou tristes recordações na capitania, foi o *recrutamento* na capital em 1808, no dia de Corpo de Deus. Eis em poucas palavras o que houve :

Reunida a tropa no largo do Palacio, para onde tinha affluído quasi toda a população da cidade, ao terminar-se a festa, repentinamente corpos de tropa armada tomaram logo as ruas nos pontos em que iam ter ao largo e sentinellas foram postas nas entradas das casas desse recinto.

O povo que alli se achava foi apprehendido e levado ao quartel, onde passou o dia e a noite.

No dia immediato, excluidos os que por sua idade, estado, ou profissão, não deviam assentar praça, foram os outros alistados como recrutas para completarem a legião de S. Paulo, que tinha de partir para o sul.

Tambem houve leva de modo violento nas povoações do interior, sem attender-se ao numero da população e ás isenções auctorisadas por lei.

Dos corpos dos milicianos foi designado grande numero de praças, que como addidos primeiramente e effectivos depois foram encorporados á legião.

Logo depois da chegada da familia real ao Brazil e antes do recrutamento de que fallo, Horta dirigiu-se ao Rio de Janeiro para cumprimental-a: nessa occasião a capitania foi confiada a um triumvirato formado do bispo, ouvidor da comarca e do militar mais graduado.

Esse governo nada mais fez do que seguir as normas dadas pelo governador, embora prejudiciaes á capitania.

Em 1811 foi substituido pelo marquez de Alegrete.

M. de Oliveira referindo-se ao seu proprio testemunho e tomando por exemplo o governo do marquez na provincia de S. Pedro diz que quer n'aquella como nesta a administração do marquez resentiu-se desse estado de constante inactividade de-

vida a seus soffrimentos physicos. Elle não exerceu acção directa nos negocios publicos sendo o governo dirigido á discricção de individuos de duvidosa probidade, e tornando-se aquelle cumplice involuntario dos desmandos da sua governação.

Em 1814 retirou-se o marquez de Alegrete: o triumvirato de que fallei tomou conta da administração da capitania.

Deste triumvirato as redeas passaram ás mãos de d. Francisco de Assis Mascarenhas, conde e depois marquez de Palma.

No *Quadro Historico* que, como já vos tenho dito, me vae servindo de guia nestas lições relativas á nossa provincia, não se diz em que tempo veio o governador tomar conta da administração.

Recorrendo-se ás «Memorias historicas do Rio de Janeiro», de Pizarro, encontram-se dados, d'onde se vê que d. Francisco tomou posse do cargo a 8 de Dezembro de 1814.

Considerando como grande necessidade promover a colonisação da capitania, cuja população estava diminuida, fez que algumas familias de colonos vindas dos Açores se dirigissem a Jundiáhy e Campinas para se acclimarem.

Logo depois mandou formar em Casa-Branca um nucleo de colonisação, de 20 familias, dando-se a cada individuo uma diaria enquanto não tivesse meios de subsistencia, ficando os colonos sob os cuidados dos principaes fazendeiros de Mogy-mirim.

Tambem a cathequese dos indios mereceu a attenção do governador.

Tendo noticia, em 1815, de haver o padre Manoel Ferraz de Sampaio encontrado, quando navegava o Paraná, um cacique dos Cayapós, a quem aquelle baptisára, e de quem alcançara a promessa de apresentar outros individuos da tribu, dirigiu agradecimentos ao referido padre e prometeu-lhe todos os auxilios para que elle proseguisse a cathequese.

Recommendeu aos habitantes da margem esquerda do Paraná, proxima ás terras dos Cayapós, que os tratassem com fidelidade, e recebessem em negocio os productos de seus trabalhos.

Egal recommendação foi feita ás auctoridades de Araraquara.

Tambem prometeu nomear pessoa idonea para governar essa povoação, e a qual encarregaria igualmente de proceder á exploração do territorio entre os rios Paraná, Tieté e Mogy-guaçu.

Constando-lhe que a licença concedida a alguns individuos para negociarem com os indios do Paraná facilitava-lhes occasiões de hirem aos alojamentos e alli receberem os filhos dos

índios, os quaes entregues sob a promessa de serem educados eram entretanto destinados á venda como captivos, cassou essa licença.

Além disto providenciou atim de que esses individuos se apresentassem em cada semana ao capitão-mór de Ytú, e fossem-lhes tomados todos os índios encontrados em seu poder e entregues a pessoas idoneas para educal-os.

Ao contrario do proceder de Horta, quando effectuou o recrutamento em 1808, o conde de Palma em 1817 tendo necessidade de preencher o desfalque da legião de S. Paulo, desfalque reconhecido ao dar-se por finda a campanha de 1816 no sul, empregou para obter reforços os meios brandos e não medidas brutaes.

Appellou para a consciencia dos paulistas, invocou seus brios, recordou os feitos de seus antepassados e os da mesma legião, que havia mostrado seu valor nas campanhas do sul.

Não serviu-se de recursos violentos, nem fez alarde de poder.

E' aqui occasião de vos dizer que a capitania de S. Paulo, em todas as administrações de que tracto na lição de hoje, forneceu tropas para as campanhas do sul.

O movimento dellas para alli começou em Janeiro de 1809, e só depois de uma ausencia de 20 annos, em 1829, foram restituidas á provincia.

Em poucas palavras direi quaes os dous principaes factos, que influiram ou deram logar á partida de forças paulistas para o sul do imperio.

Já vos expliquei como se effectuou o recrutamento de 1808, por ordem do governador Horta.

Foi este o meio de preencher as vistas do governo, que havia deliberado empregar na composição do exercito de observação na fronteira do Rio Grande os paulistas, como a força principal.

Era este exercito destinado a auxiliar a negociação, que por parte da corte se hia encetar com Liniers, vice-rei de Buenos-Ayres, a proposito da successão da princesa Carlota, mulher de d. João VI, á coroa da Hespanha, e da tentativa de seu sobrinho a soberania da nação, que se devia formar dos estados do Prata.

A causa da successão, como refere M. d'Oliveira no *Quadro Historico*, foi transferida para a America, e determinadamente para o antigo vice-reinado do Prata, por sua contiguidade com o Brazil.

A marcha dos acontecimentos deu em resultado o mallogro das proposições diplomaticas.

Então a còrte procurou cohonestar seu procedimento dando a entender que a organização do exercito tinha por fim evitar que o contagio da sublevação do Prata se communicasse ao Rio Grande e a S. Paulo.

Para tornar-se mais acceitavel este pensamento, a legião de S. Paulo com um regimento do Rio Grande marchou para a fronteira acampando em S. Borja.

Ao passo que se dava este movimento, não se descuidava a còrte de empregar outros meios para a realisação de suas vistas politicas e ambiciosas.

O capitão José de Abreu (depois barão do Serro Largo) foi enviado para o Paraguay, por constar que o governador manifestava disposições favoraveis às pretensões da còrte, afim de garantir que se elle quizesse effectuar seu pronunciamento em tal sentido ser-lhe-hia dado o apoio das tropas em S. Borja, e tambem o do exercito de observação.

Na serie de movimentos, a que foi obrigado o exercito, as tropas paulistas sempre mostraram valor.

No inverno de 1811, quando o exercito marchou para Montevideu, ellas supportaram, reproduzo as phrases de M. de Oliveira, *inauditas privações, através de mul difficuldades, cubertas de farrapos, sem colterem o rosto, mas tropegas e com passos mal seguros por fome e miseria.*

No inverno de 1812 teve o exercito de fazer novo movimento : e com elle as tropas paulistas.

E' ocioso narrar todas as phases desta campanha ; já vos disse quanto basta para que fiquéis sabendo que a *questão de successão* foi uma das causas da partida de tropas paulistas para o sul.

Passo a expôr o segundo facto, que deu logar a continuarem os paulistas a prestar serviços militares alli, e do qual se originou a campanha de 1816.

Começarei repetindo as phrases de M. de Oliveira—« Deram origem a guerra de 1816 com Montevideu, que então se achava sob o dominio de Artigas, as suggestões na còrte do Brazil por Nicolau Herrera, ex-ministro de estado de Buenos-Ayres, fazendo valer a necessidade de apoderar-se o Brazil da Banda Oriental para que assim se desafrontasse o territorio das Missões da provincia de S. Pedro, sujeito a continuas surpresas dos bandos de Artigas. »

Taes suggestões mereceram a attenção do principe regente, que tomou a deliberação de pôr em pratica o que Herrera aconselhára.

Sob o pretexto de manter em segurança as fronteiras do sul o governo fez vir de Portugal uma divisão de cinco mil homens,—que chegaram ao Rio em Março de 1816.

Antes disto, porém, ordenou que a legião de S. Paulo, aquartelada em Porto Alegre, marchasse para o Rio Pardo.

A divisão assignalou-se na campanha de 1816 com notaveis feitos, cabendo a maior gloria á legião de S. Paulo.

Já vos disse fallando da administração do conde de Palma, que para preencher o desfalque da legião, reconhecido ao dar-se por finda a campanha de 1816 no Rio Grande, houve recrutamento na capitania de S. Paulo, mas de modo inteiramente opposto ao que teve logar no tempo de Horta.

Além deste meio de reforçar as tropas do sul, o governador conde da Palma mandou organisar dous corpos de cavallaria miliciana—, sendo cada um formado de 4 esquadrões, que por vontade quizessem servir com a divisão lusitana.

Organizados os dous corpos de voluntarios seguiram para Santos e d'alli em Agosto de 1817 para Santa Catharina, donde por terra marcharam a encorporar-se á divisão commandada, em Montevideo, pelo general Manoel Marques de Sousa.

Em Corytiba tambem se organisaram corpos de guerrilhas, e logo que estiveram promptos tres seguiram para o sul e reuniram-se aos milicianos paulistas.

Nas operações da divisão Marques contra as partidas inimigas, foram as tropas paulistas, na maior parte das vezes, as que serviram sendo coroadas de feliz exito as suas sortidas.

Quando depois houve necessidade de obrigar parte da divisão lusitana a embarcar para Portugal, desde que sob o commando de d. Alvaro de Souza recusou adherir á independencia do Brazil, ainda cooperaram forças da legião de S. Paulo transferida do Uruguay, e as dos corpos de milicianos e de guerrilhas.

Em 1825 deu-se a revolta geral da *Provincia cisplatina*; ainda nessa occasião as tropas de S. Paulo, que formavam os dous terços do exercito do sul commandado pelo visconde da Laguna, prestaram serviços.

Depois da convenção de 27 de Agosto de 1828 teve de retirar-se o exercito.

Então voltaram a S. Paulo as forças, que restavam dos dous corpos de milicianos voluntarios, e dos de guerrilhas de Corytiba.

Vedes pois em poucas palavras as occorrencias, que obrigaram os paulistas a prestarem serviços no sul por espaço de 20 annos.

Terminarei esta lição reproduzindo as palavras de Machado de Oliveira :

« A legião de S. Paulo, que, á lotação originaria que se lhe deu em sua reorganisação ao partir para o sul, accresceu o con-

tingente que da provincia lhe fôra mandado em 1815, perfazendo tudo a força de mais de tres mil e duzentas praças, ficou meramente reduzida a um pequeno corpo de officiaes e poucos soldados invalidos, que, retirando-se d'alli aos poucos antes de 1829, nesse anno deixaram Montevidéo, e restituiram-se á provincia de seu berço depois de uma ausencia de vinte annos passados na guerra do sul; tendo por unica recompensa, visto como não pôde ser tal a promoção que tiveram em postos militares porque a deveram á escala de suas antiguidades, como tem os officiaes em serviço rotineiro, e a tiveram completa nas convicções conscienciosas de que prestaram serviços mui relevantes no sul, tanto na paz como na guerra, e sempre com honradez e notavel lealdade, sustentando em todos os lances desses serviços a nomeada e as tradições gloriosas dos paulistas; e essa lhes é mais lisonjeira e melhor alimenta os seus brios. »

XXXI

(21 de Outubro)

Administração de João Carlos Augusto de Oyenhausen.—A agitação politica.—Governo provisorio.—Hostilidades a este.—Retirada de alguns membros do governo provisorio.

Senhores.

Em Novembro de 1817 teve fim a administração do conde de Palma, que foi substituir o conde dos Arcos no governo da Bahia, tendo deixado nesta provincia gratas recordações do modo imparcial, com que dirigiu os negocios publicos.

A provincia foi entregue ao *triumvirato*, que em outra epocha já a tinha governado, e do qual já vos fallei.

Nesse periodo nada occorreu de notavel.

Em Abril de 1819 tomou posse do governo João Carlos Augusto de Oyenhausen, ao depois marquez de Aracaty, que antes governára as provincias de Matto-Grosso e Ceará.

Duas phases apresenta esta administração—uma, quando Oyenhausen governou—só—a provincia, outra—quando elle fez parte do governo provisorio.

O *Quadro Historico* não refere senão dois factos da administração deste governador, quando o poder esteve unicamente em suas mãos.

Um é o relativo a indios, e neste ramo de serviço publico procedeu elle de modo a merecer censuras.

Habituação, quando em Matto-Grosso, a ordenar investidas á força armada contra as tribus ferozes dos sertões d'aquella provincia, não se affastou desse caminho em S. Paulo.

Em 1819 approximaram-se de Itapeva da Faxina grupos de uma tribu da nação dos Cayuás.

Foi desta nação que separou-se parte, que apparecendo no territorio de Iguape foi aldeada, em 1837, entre os rios Itariry e Juquia, e outra apresentando-se em 1847 ao barão de Antonina (hoje senador do imperio) foi acolhida em sua fazenda denominada Pirituva.

O barão a acolheu benevolmente, deu-lhe meios de subsistência e fez estabelecer-a nas margens do rio Verde no lugar em que depois se fundou a povoação de S. João Baptista, hoje villa.

Cumpre-me dizer-vos que o barão de Antonina tem prestado bons serviços à cathequese dos indigenas.

Quando appareceram nas proximidades de Itapeva da Faxina os grupos, de que fallei, os moradores dessas paragens ficaram tomados de sustos, receiando aggressões da parte dos indios.

O governador levado pelas mesmas impressões, que o guiaram na repulsa dos selvagens da provincia de Matto-Grosso, ordenou que fossem aquelles repellidos, salvo se se reconhecessem *vassallos obedientes* a sua magestade ou fossem reduzidos a captivo de conformidade com as *ordens reaes*.

Nada porém tinha occorrido da parte desses infelizes a authorisar as rigorosas ou injustas providencias do governador.

Passo a expôr outro facto mais saliente da administração de Oyenhausen.

Tendo as antigas colonias hespanholas proclamado sua independencia, a Hespanha empregou meios de reconquistal-as.

Dos acontecimentos que então se deram no sul deprehendeu o governo a conveniencia de adoptar no Brazil providencias no intuito de repellir aggressões, que se temiam da Hespanha.

A provincia de S. Paulo poz-se em condições de reprimir accommettimentos pelo seu littoral.

Em quatro divisões militares foi ella constituida.

A 1.^a, comprehendendo o littoral desde S. Sebastião até os limites com o Rio de Janeiro, foi confiada aos cuidados do marechal Arouche, que estabeleceu seu quartel em Villa Bella.

A 2.^a, de S. Sebastião a S. Vicente, ficou sob o commando do coronel Muller, residindo este em Santos.

Da 3.^a, de S. Vicente para o sul, foi encarregado o marechal Candido Xavier de Almeida e Souza, que fez de Cananéa a posição central.

O governador Oyenhausen tomou o commando da 4.^a divisão, que estendia-se desde o territorio áquem da cordilheira maritima até os confins da provincia.

Tão bem providenciou o governador de modo a poder o regimento de cavallaria miliciana de Coritiba marchar á primeira voz para reforçar a guarnição de Santa Catharina e cooperar com ella na defesa.

Neste estado se conservou a provincia até principios do anno de 1820.

Desappareceram os receios dos accommettimentos, e o governo geral por ordem de 18 de fevereiro desse anno poz fim a essa situação anormal.

Entro agora na exposição de factos, que se filiam ao movimento politico, que houve em Portugal em 1820.

Já tive occasião de vos narrar as principaes occurrencias relativas á revolução que, iniciada em Agosto d'aquelle anno no Porto, propagou-se por todo o reino.

Tambem já vos disse que em diversas provincias do Brazil sentiu-se a repercussão d'aquelle movimento.

Igualmente já vos fiz ver, como deveis estar lembrados, que em Fevereiro de 1821 proclamaram-se as formas constitucionaes no Rio de Janeiro, facto realisado a esforços do principe d. Pedro que interveio afim de que d. João VI annuisse ás exigencias da opinião publica.

Neste periodo de agitação do paiz ou das principaes de suas provincias não era possivel que a de S. Paulo se conservasse na indifferença diante de factos tão importantes.

Logo depois do pronunciamento do Rio de Janeiro deu-se o da provincia de S. Paulo.

Em cumprimento das instrucções de 7 de Março para eleição de deputados ás côrtes de Portugal deu-se principio ao processo eleitoral em Maio do mesmo anno na capital da provincia.

Logo que foi publicado o decreto de 8 de Junho auctorisando o juramento das bases da constituição que as côrtes portuguezas estavam fazendo, o collegio de Ytú eleito em observancia das referidas instrucções de 7 de Março reuniu-se.

O presidente do collegio, o ouvidor Medeiros, foi prevenido dos fins da reunião.

A principio mostrou hesitação em comparecer, mas afinal resolveu-se a isso ao saber que, quer elle estivesse presente quer não, o collegio tomaria deliberações e as executaria.

Por indicação de Vergueiro, P. Souza e Alvares Machado o ouvidor deferio ao collegio juramento ás bases da constituição, procedendo do mesmo modo quanto ás camaras da comarca.

Igualmente foi indicado que se fizesse sentir ao governador Oyenhausen a necessidade de serem executadas as disposições do decreto de 8 de Junho nos de mais pontos da provincia.

Tomando a provincia esta attitude e conhecidas as intenções do conselheiro José Bonifacio de Andrada, que por sua illustração e prestigio estava no caso de bem dirigir a opinião pu-

blica e levar o movimento iniciado ás suas legítimas consequências, seus amigos o encarregaram dessa missão.

Elle annuiu e em seguida ficou resolvido marcar-se o dia e convidar-se o povo e tropa para a organização do novo governo.

Foi designado o dia 23 de Junho e fizeram-se os avisos para a reunião popular na praça de S. Gonçalo.

Ao amanhecer desse dia o cidadão José Innocencio Alves Alvim, que desinvolveu grande actividade no sentido de tornar-se effectiva a reunião popular, deu o signal de alarma, como estava convencionado, no sino da cadeia.

Reunido o povo e a tropa em formatura com seus chefes, foi enviada uma deputação de officiaes a convidar o conselheiro Andrada para comparecer.

Elle dirigiu-se ao paço da camara, que já estava reunida.

Quando o conselheiro Andrada chegou á praça, o chefe da tropa o coronel Lazaro José Gonçalves disse-lhe que elle fôra convidado afim de que organisasse o governo devendo-se tambem prestar juramento ás bases da constituição.

O conselheiro Andrada dirigindo-se aos que se achavam no paço da camara agradeceu-lhes a confiança, que merecia de ser lembrado para presidir a eleição de um governo provisório.

Disse que essa eleição devia ser feita por aclamação do povo e tropa e encarregou-se de propor ás pessoas, que por seus conhecimentos e opinião publica lhe parecessem dignas de ser eleitas.

Comquanto este alvitre fosse geralmente aceito observaram diversas pessoas do povo que alguns não deviam ser membros do governo.

O conselheiro Andrada appellando para a reconciliação de todos os cidadãos, como era necessaria n'aquelle dia, sem distincção de partidos, fez ver que estava prompto a dirigir a situação se os homens, que o convidaram para isso, estavam dispostos a proceder com secego e moderação, e que do contrario retirar-se-hia.

Resolveram todos depois desta allocução a dar assentimento a tudo quanto fosse indicado pelo conselheiro Andrada.

Em seguida o povo, que se achava na sala da camara, desceu para a praça.

O conselheiro Andrada de uma das janellas, depois de um discurso congratulatorio pela patriótica resolução, em que se achava o povo de organizar uma administração conforme as novas instituições politicas, indicou o governador João Carlos Augusto de Oyenhausen para presidente do governo provisório.

Approvada esta proposta foi indicado o conselheiro para vice-presidente.

Continuou este a indicar outros cidadãos para completar o numero de membros do governo conforme elle considerou necessarios.

O povo e tropa approvaram as indicações feitas e destas resultou ficar organizada a nova administração deste modo :

Presidente do governo, Oyenhausen ; vice-presidente, o conselheiro Andrada ; secretario do interior e fazenda, o coronel Martim Francisco ; secretario da guerra, o coronel Lazaro Gonçalves ; secretario da marinha, o chefe de esquadra Miguel José de Oliveira Pinto : vogaes pelo ecclesiastico, o arcipreste Felisberto Gomes Jardim e o conego João Ferreira d'Oliveira Bueno ; pelas armas, os coroneis Daniel Pedro Muller e Antonio Leite Pereira da Gama Lobo ; pelo commercio, o coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz e o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão ; pela instrução publica, o padre-mestre Francisco de Paula Oliveira e o professor André da Silva Gomes ; pela agricultura, o dr. Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro e o tenente coronel Antonio Maria Quartim.

Depois de lavrada a acta da eleição do governo provisorio, dirigiu-se o povo a palacio, onde residia Oyenhausen.

Este o recebeu benignamente, e rendendo agradecimentos ao conselheiro Andrada disse que aceitava a presidencia do novo governo.

Seis dias depois de sua installação, viu-se forçado a dar providencias rigorozas e promptas contra a revolta do 1.º batalhão do regimento de caçadores, havida em Santos na noite de 28 para 29 de Junho.

A protellação no cumprimento do decreto de 22 de Abril de 1821, que dava ao exercito do Brazil igual soldo e etapa ao que vencia em Portugal, fez que apparecesse agitação no 3.º batalhão d'aquelle regimento, que se achava na capital : foi logo abafada pelo commandante o coronel Lazaro Gonçalves, auxiliado pelos officiaes do corpo.

Esta revolta fez repercussão em Santos ; o batalhão sahiu á rua, canzando alarma ao povo e praticando muitos attentados. A substituição do governador de Santos pelo coronel Francisco Antonio Nogueira da Gama, a remessa de forças da capital para Santos, e as providencias tomadas foram coroadas de bom exito.

No dia 6 de Junho foi atacado o batalhão revoltado, prezos o maior numero de soldados, e tambem alguns dos fautores da revolta.

Uma commissão militar julgou e condemnou estes á pena de morte, que foi executada.

A' capital foi trazido e ali suppliciado o denominado Chaguinhas, considerado o principal responsavel pelo rompimento da revolta e por outros attentados, que se deram nessa occasião.

O governo provizorio considerou um de seus primeiros deveres dirigir-se ao principe d. Pedro, reconhecendo-o como regente do Brazil, e dando-lhe parte das occurrencias relativas á organização da nova administração, juramento das bases da constituição, que se elaborava em Portugal, e solicitando as mesmas attribuições, que pertenciam aos antigos governadores de provincia.

Para esse fim enviou dous de seus membros.

Foram elles recebidos em audiencia solemne pelo principe, que manifestou seus votos pela prosperidade do Brazil, e approvou, em data de 30 de Julho de 1821, os dous actos que o governo provizorio levou ao seu conhecimento.

A falta de homogeneidade de sentimentos entre os membros do governo, quanto aos negocios do Brazil, fez que a sua acção não se exercesse em condições regulares.

Em uma época cheia de preconceitos e rivalidades, como essa em que se achou o Brazil em 1821 e 1822, não era extranhavel que contra o governo se formasse um grupo de descontentes.

Assim aconteceu, e á testa destes apresentou-se o ouvidor Locio Seilbz, que não querendo reconhecer a auctoridade do governo, teve ordem de sahir da provincia.

A este grupo alliou-se Costa Carvalho (depois marquez de Monte Alegre) ressentido de não ter feito parte da nova administração, e animado em seus intentos por um dos membros do governo desaffecto aos Andradas.

Além d'isto, alguns actos do governo eram approvados contra a vontade do seu presidente, que tinha em seu apoio os votos de alguns membros, pertencentes á sua nacionalidade.

Eu já vos disse em outra lição o que occorreu em Portugal, depois que para alli voltou d. João VI.

As cortes e governo portuguez sempre sustentaram vistas de manter o que eu chamarei *metropolismo perpetuo* relativamente ao Brazil.

Procuravam elles inutilisar todos os elementos que podessem auxiliar a independencia do nosso paiz, que em Portugal se previa de facil realisação.

Neste intuito foi que o governo portuguez publicou o decreto de 29 de Setembro, extinguindo diversos tribunaes do

Rio de Janeiro, e por outro decreto da mesma data ordenou a retirada do principe regente do Brazil, sob o pretexto de ser necessario que elle viajasse por alguns paizes da Europa.

Como se estas medidas não bastassem para revelarem os intentos que o governo da metropole manlinha de nullificar as idéas liberaes, que em nosso paiz tomavam grande desenvolvimento, foi publicado o decreto de 1º de Outubro, sугeitando os governadores de armas do Brazil ao poder executivo de Lisboa.

Em seguida foi ordenado que viessem reforços de tropas portuguezas para o Rio de Janeiro e Pernambuco.

A idéa de opposição a taes actos appareceu logo na capital, e em breve foi acceita pela provincia.

O vice-presidente do governo Andrada e seu irmão Martim Francisco convidaram os outros membros para uma reunião ás 11 horas da noite do dia 24 de Dezembro.

Nessa reunião se reconheceu necessaria uma mensagem dirigida ao principe, na qual se lhe dicesse com franqueza que a sua retirada para Portugal seria o signal de separação do Brazil.

Apesar da hesitação de Oyenhausen, o governo adoptou a idéa da mensagem.

Além desta outras no mesmo sentido foram dirigidas ao principe; foram portadores da do governo provisório o conselheiro Andrada e o coronel Leite Lobo, da da camara o marechal Arouche, e da do clero e bispo o vigario Alexandre Gomes de Azevedo.

Em virtude d'estas mensagens, e de uma da provincia de Minas e de outra da camara do Rio de Janeiro, a cujo pessoal se reuniram as deputações d'aquellas e de nossa provincia, dirigiram-se todos, acompanhados de numeroso concurso de povo, e manifestaram ao principe os votos que faziam pela sua permanencia no Brazil.

Este acontecimento deu-se a 9 de Janeiro, e d'elle se originou o *Fico* do principe.

De todas estas occurrencias já vos dei noticia, em outra lição de historia geral do Brazil, e se hoje fallo dellas é pela necessidade de explicar com mais desenvolvimento a parte activa, que a nossa provincia teve no movimento politico d'esse tempo.

Tambem já vos expuz o pronunciamento do general Jorge D'Avilez e das tropas portuguezas contra a resolução do principe regente desobedecendo ao decreto que ordenára a sua retirada para a Europa, e do mais que occorreu nessa occasião.

Hoje cumpre-me dizer-vos que nestas circumstancias o prin-

cipe recorreu aos paulistas, e recommendou ao governo provizorio que reunisse forças e as enviasse para a côrte.

O governo de S. Paulo, de posse dessa carta, providenciou a 17 de Janeiro afim de que o coronel Lazaro Gonçalves organisasse um batalhão dos milicianos da capital, que receberia reforços do norte quando marchasse para o Rio, annexando-se ao batalhão a tropa de linha, que havia na cidade.

Organisaram-se tambem dous esquadrões de milicianos, sendo o respectivo commando dado ao tenente coronel Bernardo José Pinto Gavião Peixoto. Os dous contingentes, formando um corpo de mil e cem praças, seguiram a 24 de Janeiro para o Rio.

Varios officiaes, desligados de corpos, offereceram seus serviços nessa occasião; entre elles o coronel Joaquim Marianno de Moura Lacerda, os majores José Rodrigues d'Oliveira Netto e Manoel José Ribeiro, o alferes Thomaz de Aquino e Castro, e o cadete Francisco de Castro Canto e Mello.

Attribue-se ao conselheiro Andrada o conselho dado ao principe para recorrer ás tropas paulistas, e com ellas unidas ás do Rio suffocar o movimento da divisão portugueza.

Já tive oportunidade de vos dizer que o conselheiro Andrada foi nomeado ministro pelo principe em 16 de Janeiro, e já vos expliquei a attitudo que elle tomou para sustentar os direitos e aspirações do Brazil.

A sua elevação ao cargo de ministro trouxe contentamento aos paulistas, e deu-lhes ensejo de sustentarem a idéa da criação de um corpo de consultores de provincias, que devia servir como conselho do Estado, com opinião livre e sem responsabilidade.

O clero e a camara encarregaram os mesmos portadores de outra mensagem de pedirem ao regente a criação do referido conselho.

O governo provizorio, depois das vacillações do seu presidente, tambem pronunciou-se no mesmo sentido.

E' visto, pois, que a criação de um organ consultivo, junto ao governo geral, foi aventada pelos paulistas.

O principe regente, a cujo conhecimento foi levada essa pretensão, pelos mesmos encarregados da primeira mensagem, satisfaz os votos dos paulistas criando esse conselho pelo decreto de 16 de Fevereiro.

A provincia elegeu conselheiros; o desembargador Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira e tenente-general Manoel Martins do Couto Reis, paulistas, que residiam no Rio de Janeiro.

E' agora occasião de expôr factos, d'onde vereis que a falta

de homogeneidade, de que já fallei, de sentimentos entre os membros do governo provizorio chegou a expandir-se de modo a perturbar a tranquillidade publica.

O presidente do governo sempre procurava contrariar as medidas empregadas pelos Andradas no interesse do paiz.

Neste caminho seguia elle auxiliado pelos seus partidarios, distinguindo-se entre estes o coronel Francisco Ignacio, paulista educado em Portugal, muito dedicado a Oyenhausen e desaffecto aos Andradas.

E' claro que as opiniões de Oyenhausen e de seus partidarios favoraveis á causa de Portugal não podendo consorciar-se sinceramente com as aspirações liberaes, que então tomavam desenvolvimento na provincia, e os sentimentos hostis do coronel Francisco Ignacio em relação aos Andradas, eram elementos de discordia no seio da nova administração.

As hesitações do presidente do governo, umas vezes, e em outras a desapprovação a certas medidas, a má vontade com que as via acceitas, já revelavam que elle e seus amigos tomariam attitude energica, logo que se achassem em condições de obterem apoio.

A retirada do conselheiro Andrada, que tinha ficado no Rio occupando o lugar de ministro, deu a Oyenhausen mais liberdade de acção e esperanças no sentido de remover difficuldades oppostas á manutenção da preponderancia portugueza.

Restava-lhe para firmar-se nesses intentos inutilisar a influencia do coronel Martim Francisco.

Como auxiliares de suas aspirações o governador contava com os sectarios do absolutismo, com os descontentes de não terem sido incluídos na nova administração, e com o proselitismo dos incautos, entre os quaes, como se refere no *Quadro Historico*, figuravam muitos nascidos em Portugal.

Com estes se fez o movimento de 23 de Maio de 1822, na capital — conhecido vulgarmente pelo nome de « Bernarda de Francisco Ignacio » por ter este coronel representado o principal papel.

Eis em poucas palavras o que occorreu a este respeito.

O principe regente teve informações de que dois partidos havia no seio do governo, o dos Andradas, e o do coronel Francisco Ignacio, commandante dos corpos milicianos, e importante capitalista, de influencia no commercio portuguez da capital.

Não era ignorada pelo principe a posição em que se via o presidente do governo no seio da divergencia.

Oyenhausen foi, pois, exonerado da presidencia, e teve or-

dem de partir para a cõrte com o juiz de fóra, ouvidor interno, Costa Carvalho.

Estes dois funcionarios, refere o *Quadro Historico*, já desde principio de Maio eram tidos perante o governo geral, como fautores de uma conspiração, que se tramava contra a ordem publica na capital, tendo sido organizado o plano por Costa Carvalho, devendo ella rebentar logo que o governo geral desapprovasse qualquer acto do governo provisório.

A noticia d'aquellas providencias espalhou-se rapidamente pela cidade e os amigos dos chamados ao Rio de Janeiro avisaram os seus partidarios para reagirem contra ella.

Na tarde de 23 de Maio, ao signal dado no sino da cadeia conjunctamente com o de tambores, o povo correu ao quartel onde estava formado um batalhão de 400 praças ao qual se uniram mais de 66 officiaes, tomando o commando o brigadeiro Pinto e o coronel Francisco Alves Ferreira do Amaral.

A's Ave-Maria o povo e tropa encaminharam-se para a praça de S. Gonçalo em numero de 1,000 pessoas mais ou menos.

Na opinião do brigadeiro Machado de Oliveira, como se lê no seu *Quadro Historico*, esta reunião foi devida ás ameaças do commandante dos corpos milicianos e do ouvidor, em nome dos quaes se tinham notificado indistinctamente os habitantes da capital para apresentarem-se na praça de S. Gonçalo; onde tambem compareceram grande parte de individuos que acudiram aos signaes sem saber porque o faziam.

O coronel Martim Francisco, o presidente do governo provisório desde a demissão de Oyenhausen, dirigiu-se a palacio, ao ouvir os signaes de alarma, e já alli achou seus collegas.

Ao lado do governo estiveram nessa occasião, além dos ajudantes de ordens e major do dia, o capitão-mór Fleuterio da Silva Prado, Antonio da Silva Prado (hoje barão de Iguape), o capitão Ferraz, o official de gabinete Joaquim Floriano de Toledo (hoje coronel e seja dito de passagem ancião respeitavel pelos bons serviços que desde aquelles tempos tem prestado á provincia e pela nunca desmentida dedicação á causa liberal).

O povo e tropa, dirigidos pelos partidarios de Oyenhausen, allegavam como causa do movimento a demissão do presidente do governo e a ordem de sua partida para a cõrte, e que prestariam toda a obediencia se não se dêsse execução a estas medidas.

Ao conhecimento da camara municipal que já estava reunida e da qual eram membros Bento José Leite Penteado, Luiz

Manoel da Cunha Bastos, Antonio de Siqueira Moraes e Caetano Pinto Homem, foram levadas aquellas allegações.

Permitti, senhores, que neste momento eu faça uma digressão.

Qualquer que tenha sido n'aquelles tempos a attitude e os principios do vereador mencionado em ultimo logar, eu devo, em homenagem á verdade, dizer-vos que esse cidadão, portuguez de nascimento, quando foi proclamada a independencia adherio a ella e foi muito dedicado ao Brazil.

Referindo-me a este cidadão, um de meus ascendentes proximos, nem por isso devo ser considerado suspeito.

Nos ultimos annos de sua vida tornaram-se mais acentuadas suas crenças e a adhesão aos principios liberaes : facto de que tem conhecimento muitos de meus amigos ainda actualmente residentes na capital.

A camara, a quem, como já vos disse, foram presentes as allegações em nome do povo, não se deixou seduzir pelas insinuações do ouvidor e de outros.

Não deu prompta acquiescencia ao que da reunião popular lhe era exigido.

Tractou de empregar os meios para obter o restabelecimento da tranquillidade publica, sem prestar obediencia ás reclamações imperiosas da parte do povo, a quem scientificou de suas resoluções por intermedio do marechal Beauman e do coronel Castro, enviando ao mesmo tempo o seu procurador ao governo para informal-o do que occorria.

Recusando o governo entrar em accordo com as exigencias dos amotinados, e transmittida esta recusa pela camara ao povo, este invadiu o paço e obrigou-a a levar ao conhecimento do governo a intenção, em que estava, de fazer que deixassem de ser membros do governo o coronel Martin Francisco e brigadeiro Jordão.

Nestas circumstancias, e para evitar desordens, que podiam originar-se da animosidade popular, redigiu e endereçou ao governo uma representação relatando o estado de coisas, e deixando assim de enviar a que da parte da tropa e do povo lhe fôra apresentada em termos injuriosos ao coronel Martin Francisco para por intermedio della ser levada ao governo.

Logo que se fez a leitura da representação, o coronel Martin Francisco disse que sendo a questão toda pessoal, com relação a elle, dava-se por demittido.

O brigadeiro Jordão o acompanhou nessa deliberação.

A's nove horas scientificado o povo de que os dous mem-

bros do governo tinham-se dado por demittidos retirou-se, e restabeleceu-se o socego na capital.

Em 29 de Maio o governo provizorio, sob pretexto de que convinha à ordem publica a retirada do coronel Martim Francisco da provincia, assim o ordenou.

O governo provizorio ficou então reduzido a 3 membros, Oyenhausem, presidente, e como vogaes Oliveira Pinto e Muller.

Outros renunciaram os cargos por differentes motivos.



XXXII

(26 de Outubro)

Pronunciamento das camaras de Ytú e Sorocaba contra o governo provizorio.—Continúa a agitação na provincia.—O principe regente vem a S. Paulo.—O 7 de Setembro de 1822.—Considerações geraes.

Senhores.

Na lição anterior eu expuz os acontecimentos de 23 de Maio.

Deveis estar lembrados de vos ter eu dito que o governo provizorio ficou reduzido a tres membros, Oyenhausen, Oliveira Pinto e Muller.

O coronel Martim Francisco e o brigadeiro Jordão tinham-se dado por demittidos, em consequencia do movimento de 23 de Maio, e outros por motivos differentes tinham renunciado a administração.

De passagem vos direi que o coronel Martim Francisco, seguindo para a corte por ordem do governo provizorio, logo que alli chegou foi encarregado da pasta da fazenda no ministerio, em que já se achava seu irmão o conselheiro José Bonifacio.

E' agora occasião, senhores, de vos expôr o procedimento energico de duas camaras desta provincia, que souberam manter uma attitudo brilhante diante da marcha irregular do governo provizorio.

Refiro-me ás de Ytú e Sorocaba, sendo certo que esta pronunciou-se de modo mais notavel que aquella.

Apesar de contar o governo provizorio com os corpos de milicias commandados pelo coronel Francisco Ignacio, o principal apoio do partido que fez o movimento de 23 de Maio, julgou conveniente ordenar ás camaras de differentes villas que enviassem, para os serviços da capital, destacamentos de milicianos nellas existentes.

A camara de Ytú não cumpriu a ordem recebida, e foi a primeira a se manifestar contra o referido pronunciamento de 23 de Maio, enviando ao governo uma copia da representação, em que o desapprovava, dirigida ao principe.

Contrariado o governo por estes actos, em que elle via desrespeito à sua auctoridade, ordenou ao ouvidor da comarca que processasse a camara de Ytú e as mais que desobedecessem às ordens do governo.

A camara de Sorocaba tambem recusou-se a enviar as forças pedidas, e foi além da de Ytú, constituindo o governo municipal e libertando-se da auctoridade do provizorio.

Em sessão extraordinaria, em Junho, tomou as seguintes deliberações :

1.^a Convidar as camaras das villas da comarca de Ytú, para não obedeceerem à administração da provincia emquanto na capital durar o estado de desordem ; devendo cada uma nomear um cidadão para fazer parte do governo temporario, que devia ser installado na cabeça da comarca, para o fim de tomar medidas a bem da tranquillidade geral da provincia, pondo em harmonia os sentimentos de seus habitantes, e chamando-os a um centro de obediencia ao principe regente.

2.^a Communicar ao governo provizorio a deliberação do da comarca, fazendo vêr que fôra a isto levado pelos abuzos da administração geral ; protestando, que apesar do occorrido a camara manteria seus sinceros e leaes sentimentos, seu respeito e submissão ao principe regente e fiel adhesão ao systema liberal, e aos principios constitucionaes, que fossem adaptaveis ao Brazil.

3.^a Ordenar aos corpos milicianos da comarca, sob sua responsabilidade perante o principe regente, a não prestarem força alguma a pedido do governo provizorio, emquanto a capital estivesse em anarchia.

4.^a Ordenar aos commandantes de ordenanças que puzessem estas em pé de mobilidade para acudirerem ao chamado do governo da comarca.

5.^a Providenciar sobre o provimento de munição de bocca e de guerra no caso de concurrencia de força armada na cabeça da comarca.

O governo provizorio, depois dos acontecimentos de 23 de Maio procurava evitar occurrencias, que lhe enfraquecessem o prestigio. Revelou-se timido deante da attitudo da camara de Sorocaba. Deixou de tomar medidas relativas á criação do governo instituido pela camara, que significava evidentemente a quebra da auctoridade da administração provincial, e unicamente attendeu para o acto de menor gravidade, qual era o

que prohibia que o corpo de milicias do districto fornecesse forças para a capital.

Ordenou por isso que fosse extensiva á camara a ordem de 4 de Julho, que mandava instaurar processo á de Ytú, por não enviar para a capital um destacamento de milicias do seu districto.

Este tibio procedimento do governo provizorio deu logar a que a camara tomasse a resolução seguinte: «Que se fizesse constar ao governo provizorio, que conhecendo-se por factos que actualmente não existe outra auctoridade senão a das camaras, a de Sorocaba se impoz o dever de tomar a si a administração civil do seu districto, a exemplo do que outras em idênticas circumstancias tem praticado, e para não ser simples espectadora das desordens que iam pela capital; fundada no que a camara fez sustar a marcha do destacamento que para alli partia, até resolução do principe regente, ou até a instalação do governo que emanasse da sua auctoridade; sem que d'essa ordem inferisse o commando do corpo que desobrigava-se da prestação de qualquer força, que lhe fosse requisitada pela camara, afim de occorrer a qualquer emergência manifestada contra a ordem publica. »

M. d'Oliveira apreciando o procedimento civico das duas camaras, e recordando os nomes de dous distinctos paulistas, Paula Souza e Raphael Tobias, diz que Ytú, patria d'aquelle, sempre se mostrou profundamente inspirada de idéas liberaes, apresentando-se com denodo e energia pelo bem publico em todas as epochas e em todas as crizes; e que Sorocaba, patria de Tobias, com aquelle acto começou a sua franca e nobre carreira na vereda da liberdade, e que em todos os tempos alli deram-se feitos desta ordem.

Passo agora a tratar do movimento de 19 de Julho na capital, planejado pelo partido que apoiava o governo provizorio.

Não é mais do que a continuação do 23 de Maio, de que já vos fallei.

Em consequencia da agitação que havia na capital, promovida por Oyenhausen e Costa Carvalho, tinha sido demittido aquelle da presidencia do governo provizorio, como já vos disse, e ordens tinham sido dadas, afim de que elle e Costa Carvalho se retirassem para a côrte.

O marechal Arouche tinha sido nomeado commandante das armas.

Em data de 23 de Junho de 1822 foram dirigidos pelo governo geral dous avizos, um ao marechal de campo Candido Xavier, governador de Santos, e outro ao marechal Arouche.

No primeiro se ordenava ao marechal Candido Xavier que de accôrdo com o marechal Arouche tomasse medidas efficazes para o restabelecimento da tranquillidade na provincia.

No segundo se determinava ao marechal Arouche que providenciasse no mesmo sentido, e de intelligencia com o referido marechal Candido Xavier; e tambem se ordenava que o marechal enviasse logo que lhe fosse possivel para a côrte Oyenhausen, Costa Carvalho e o coronel Francisco Ignacio.

Auctorisava o referido marechal Arouche a dispor da força de artilharia de Santos, dos corpos milicianos vindos do Rio sob o commando do coronel Cezar, e de outros.

Vulgarisou-se logo na capital a noticia das providencias tomadas pelo governo geral.

A facção que dominava então, e a cujos accenos o governo provizorio se movia, exigiu que o commando da força retirada da côrte fosse confiado ao coronel Cezar, e independente de sujeição ao marechal Arouche, devendo ser ella desarmada e arrecadado o armamento em Mogy das Cruzes, por onde tinha de passar, sendo o marechal Arouche obrigado a apresentar-se na capital.

O mesmo marechal desligou-se do mando, e sabendo da agitação na capital pediu ao governo permissão para voltar á côrte.

O governo provizorio não accedeu ao pedido, exigindo que elle viesse á capital para tomar posse do commando das armas, e dar contas de outras commissões de que, segundo constava, elle vinha encarregado.

Em vista disto resolveu Arouche dirigir-se para alli, endereçando, antes de pôr-se a caminho, ao marechal Candido Xavier o aviso de 23 de Junho, em que era determinado que ambos tomassem de accôrdo as providencias necessarias para o restabelecimento da ordem, e pediu auxilio da força militar, que pudesse ser dispensada da guarnição da praça de Santos.

O marechal Arouche chegando á capital entregou ao governo provizorio seu diploma de governador das armas, e mais despachos de que fôra portador.

Estava marcado o dia 20 de Julho para ser á elle dada a posse de governador das armas.

Constando na capital, por cartas de Santos, que para ella se dirigia, como auxilio pedido pelo marechal Arouche, uma força composta do regimento de artilharia e de um corpo de milicianos commandada pelo governador da praça, marechal Candido Xavier, o povo estimulado pelos sediciosos da capital dirigiu-se ao quartel, armou-se e uniu-se á tropa que alli se achava.

Da parte da multidão se manifestava o proposito de repellar as forças de Santos, considerando-se como dezar d'alli virem tropas contra os habitantes da capital.

O governo provizorio dirigiu-se ao quartel e obistou que continuassem os signaes de alarma, conseguindo socegar o povo e declarando que faria partir o coronel Muller, com ordem de deter a marcha da tropa santista, e de fazer que o marechal Candido viesse á capital dar explicações do seu procedimento, de marchar com força para a cidade.

Retirando-se do quartel o governo provizorio, dirigiu-se a palacio e ahi se conservou em sessão permanente, afim de dar as providencias que o caso exigisse.

Eis o que occorreu a 19 de Julho.

No dia 20 o coronel Muller, depois de uma conferencia com o marechal Candido voltou á capital, e dirigiu-se ao povo no quartel, ao qual informou, que a tropa de Santos vinha em auxilio da capital.

Em seguida prestou eguaes informações ao governo, e este deu ordem para que de novo fosse ter com aquelle marechal, afim de que fizesse retrogradar a tropa do seu commando por não ser necessaria, visto se achar a capital em socego, cumprindo ao marechal apresentar-se logo ao governo.

A 21 de Julho, deixando no Ponto Alto a tropa do seu commando o marechal veio á capital, acompanhado de Muller e do coronel Francisco Ignacio, que fôra o encontrar á entrada da cidade.

Na noute desse dia apresentou-se elle ao governo provizorio, e antes de dar as explicações exigidas, pediu que o marechal Arouche comparecesse, e presente este, entregou ao governo o aviso de 23 de Junho, e disse que em desempenho das ordens do governo geral, e á requisição do marechal Arouche tinha vindo de Santos com a tropa, para dar posse ao governador das armas.

O marechal Arouche tambem exhibio o aviso da mesma data, auctorizando-o a exigir forças de Santos, no caso de vacillar o governo em dar-lhe a posse do referido cargo e para o cumprimento do mais que estava determinado no mencionado aviso.

Depois de tão explicitas declarações resolveu o governo provizorio que as tropas de Santos se retirassem visto que já estava lançado o *cumpra-se* no titulo do governador das armas e intimados Oyenhausen e o ouvidor Costa Carvalho para se retirarem promptamente da provincia.

O governador de Santos na mesma noite voltou para alli. Arouche recusou tomar posse do commando das armas de-

clarando em data de 23 ao governo que não pretendia exercer o cargo em vista da indisposição da tropa, que estava influenciada por alheias suggestões.

A 24 ractificou o marechal esta deliberação perante o governo, e na mesma sessão pediu licença para dirigir-se á còrte.

O governo mostrou-se vacillante, temendo que o marechal no Rio, como testemunha presencial, revellasse a origem dos acontecimentos da capital, nos quaes fez o governo o principal papel.

A 26 de Julho, Aronche seguiu para a còrte, já depois de para alli se terem dirigido Oyenhausen e Costa Carvalho.

M. d'Oliveira, apreciando os actos de Oyenhausen nas duas phases do seu governo, diz que na primeira, quando elle governou só, revelou-se administrador illustrado, providente e activo, desenvolvendo-se com honestidade e zelo no cumprimento dos seus deveres.

Na segunda quadra, quando fez parte do governo provisório, mostrou-se magoado por ver partilhado o poder que só a elle tinha sido dado, e adepto da politica de Portugal, então francamente adversa ao Brazil, foi compellido a approvar actos contrarios aos interesses d'aquelle paiz, e a bem dos do que servia.

Um funcionario nestas condições naturalmente devia affastar-se do caminho da rectidão no exercicio do cargo.

A 31 do mez de Julho reuniu-se a camara da capital para nomear uma deputação, que sollicitasse do principe a convocação de um conselho de estadistas, na còrte, diante do qual se deveriam apresentar factos, que comprovassem achar-se a provincia em tranquillidade. Tambem foi resolvido que a mesma deputação conseguisse a vinda do principe á provincia, para pessoalmente conhecer a situação politica.

Foram nomeados para essa deputação o arcediogo e o vigario geral José Lopes, pelo clero; o coronel Francisco Alves Ferreira do Amaral e o capitão Valente, pelos militares; e o coronel Antonio José Vaz e o eapitão Cruz, pelo commercio.

Deveis estar lembrados de vos haver eu dito que o general Aronche tinha partido para o Rio.

Logo depois de sua chegada á còrte e de prestadas por elle minuciosas informações sobre os acontecimentos da capital, resolveu o ministerio aconselhar ao principe a sua vinda para a provincia.

O principe attendeu a seus conselheiros e partiu em 14 de Agosto, acompanhado do ministro Luiz de Saldanha da Ga-

ma, do coronel Antonio Leite Pereira Lobo e de dois criados da casa.

De Lorena, em data de 19 d'aquelle mez, foram expedidos os avizos ás camaras de Ytú e Sorocaba, annullando as medidas que ellas tomaram e de que já vos fallei, visto terem cessado os motivos que lhes deram causa, e ordenando que as camaras ao principe se dirigissem em tudo quanto fosse a bem do serviço publico

Nos mesmos avizos louvou as camaras, povo e tropa de ambas as villas pela intrepidez que tinham mostrado pela sagrada causa do Brazil, e remetteu-lhes o manifesto aos governos e nações amigas.

Em data de 23 de Agosto, de Mogy das Cruzes, expediu o decreto de nomeação do marechal Candido Xavier de Almeida e Souza, para o cargo de governador interino das armas.

A 24 de Agosto, o principe chegou á povoação da Penha, distante da capital legua e meia, mais ou menos, onde pernottou.

D'ahi foi expedido o decreto dissolvendo o governo provisório.

Fez entrada na capital no dia 25 do mesmo mez.

Tomou varias medidas em relação á provincia; e para manutenção da ordem e segurança publica chamou tropas de Ytú e Sorocaba, como as que lhe mereciam mais confiança.

No dia 5 de Setembro, acompanhado das pessoas com que viera da côrte, e tambem do brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, o capitão-mór Manoel Marcondes de Oliveira e Mello, e do padre Belchior Pinheiro seguiu para Santos, especialmente para examinar as fortificações.

Alli esteve no dia 6 e na madrugada de 7 sahio de Santos para a capital.

A's 4 horas da tarde chegando ao campo do Ypiranga, ahi encontrou um expresso enviado pelo conselheiro José Bonifácio. Demorando-se momentos para ler uma carta deste e informado por ella da attitude hostile das côrtes de Portugal, dirigiu-se ás pessoas que o acompanhavam manifestando-lhes a indignação de que se achava dominado, pondo remate a seu breve discurso com as palavras—Independencia ou morte.

Nesta occasião, e aqui reproduzo as phrases que se lêem no *Quadro Historico* — arremessou ao chão o distinctivo da nação portugueza e elle e a sua guarda desembainharam as espadas, com juramento de honra prestado á face do céu.

Logo que chegou á capital fez publico o acto, que acabava de ter lugar, e recebeu as saudações do povo.

Na noite de 7 foi o principe ao theatro.

Antes de alli entrar um grupo de patriotas dirigiu-se ao padre Ildefonso Xavier Ferreira; e entre aquelles Joaquim José Machado e João Olintho de Carvalho.

Em nome de seus amigos, disseram estes que o meio mais adequado para completar-se o acto da Independencia, que fôra proclamada no Ypiranga, era formar-se no paiz um centro de união, que se propozesse a sustentar os direitos da nação, creando-se no Brazil monarchia independente da de Portugal.

A isto oppoz o padre Ildefonso considerações, fazendo vêr que qualquer passo neste sentido seria de graves consequências; não se sabendo se o principe acceitaria a posição, que se queria dar-lhe, visto ter jurado de nunca ser infiel a seu pae.

Os amigos retorquiram que o acto do principe proclamando a independencia do Brazil mostrava a resolução, em que elle estava, de quebrar os laços, que o sujeitavam ao poder de Portugal.

Entrou então o padre Ildefonso no theatro e ahí communicou ao dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e Antonio Marianno de Azevedo Marques tudo quanto ouvira dos amigos.

Retirando-se do camarote, onde se tinha entendido com aquelles dous cidadãos, entrou na platêa e occupando uma posição em frente ao camarote do principe deu o brado—Viva o primeiro rei do Brazil—, indicando o principe.

Dando este signaes de annuencia ás phrases do padre Ildefonso foram estas recebidas com applauso por todos os que estavam no theatro.

No pouco tempo que o principe teve de demora na capital desde a 7 até 10 de Setembro, dia de sua partida para a côrte, tomou elle algumas providencias a bem da administração publica.

O governo provisório que já se achava reduzido a tres membros, o bispo diocesano, o marechal Candido Xavier e o ouvidor interino José Corrêa Pacheco, em substituição da administração eleita do tempo de Oyenhausen, deixou seus poderes desde que o principe chegou á capital.

A 8 de Setembro o principe dirigiu uma proclamação aos paulistas; encontra-se esta na collecção de leis de 1822.

Não me é possível reproduzirl-a por inteiro; cunpre-me entretanto dizer-vos que nella se acham-se phrases muito li-songeiras aos paulistas.

Nesse importante documento disse o principe *que consagra-va amor á provincia de S. Paulo em particular, por ser aquella que perante elle e o mundo inteiro fez conhecer primeiro que todos o systhema machiavelico, desorganizador e faccioso das côrtes de Lisboa ..*

Depois desta e outras phrases, ainda encontram-se na mesma proclamação as seguintes : *Eu vos asseguro que couza nenhuma me poderá ser mais sensivel do que o golpe que minh'alma soffre separando-me de meus amigos paulistanos a quem o Brazil e eu devemos os bens que gozamos e esperamos gozar de uma constituição liberal e judiciosa. Agora paulistanos, só vos resta conservardes união entre vós, não só por ser este o dever de todos os bons brasileiros, mas tambem porque a nossa patria está ameaçada de soffrer uma guerra que não só nos hade ser feita pelas tropas, que de Portugal forem mandadas, mas igualmente pelos seus servís partidistas e vis emmissarios, que entre nós existem atraçoando-nos. Quando as auctoridades vos não administrarem aquella justicia imparcial que d'ellas deve ser inseparavel, representai-me que eu providenciarei. A devisa do Brazil deve ser—Independencia ou Morte —Sabei que quando trato da causa publica não tenho amigos e calidos em occasião alguma. Existi tranquilllos, acautelai-vos dos facciosos sectarios das côrtes de Lisboa e contaí em toda occasião com o rosso defensor perpetuo.*

Depois da proclamação da independencia os paulistas pediram ao principe a formação de uma guarda civica para manter a independencia do Brazil, a tranquillidade interna da patria e a pessoa do principe.

Em data de 9 de Setembro o principe responden concedendo licença para a organização d'esse corpo que devia-se denominar—SUSTENTACULO DA INDEPENDENCIA BRAZILICA—e ser composto dos habitantes da Provincia sem distincção de comarcas. Ordenou que o alistamento se fizesse em casa do governador das armas e nas dos capitães-môres dos districtos, emquanto a criação do corpo não fosse authorisada por decreto, determinando o uniforme e formatura. Nesse alistamento não deviam se comprehender os militares de 1ª e 2ª linha, que não fossem reformados.

O commando foi dado ao coronel Anastacio de Freitas Trancoso.

No dia 10 de Setembro o principe partiu da capital para a Côrte.

Em 23 de Setembro foi publicado o decreto mandando cessar a devassa a que se procedia na provincia pelos successos do dia 23 de Maio e outros que a estes se seguiram e ordenando que fossem postos em liberdade os indiciados, que se achavam presos.

No preambulo desse decreto dá-se como razão desse acto o *querer o principe corresponder á geral alegria pela nomeação dos deputados para a assemblea geral constituinte legisla-*

tiva, que tinha de lançar os gloriosos fundamentos do imperio do Brazil.

Nenhum facto mais tenho a referir, em relação á nossa provincia, occorrido neste anno de 1822.

Na lição seguinte tratarei dos principaes acontecimentos do periodo, que vae até o corrente anno de 1873.

XXXIII

(28 de Outubro)

Installação da Academia de sciencias sociaes e juridicas.—A primeira assemblêa legislativa provincial.—Pronunciamento politico.—Primeira viagem do 2º Imperador á Provincia.—Marcha de forças paulistas para o Paraguay.—Espirito de Associação na Provincia.—Creação de escholas populares.—Abertura de linhas ferreas provinciaes.—Creação do Tribunal da Relação.—Presidentes de provincia, bispos, senadores e deputados desde 23 até 1873.—Considerações geraes.

Senhores.

Na licção de hoje vou tratar dos principaes acontecimentos que se deram depois da proclamação da independencia, até este anno, em relação á nossa Provincia.

Em duas classes estão divididos os acontecimentos, como vereis; uma comprehende os que são devidos á acção dos poderes publicos, outra, os que são resultados da actividade e dos esforços dos paulistas.

Já não tenho como guia o *Quadro Historico* de Machado de Oliveira, a quem sempre segui na maior parte das exposições que fiz dos factos historicos occorridos nesta Provincia. O seu escripto não vai além do anno de 1822; recorrer, portanto, na narração que tenho de fazer, ás leis do paiz, ás noticias dos jornaes, aos documentos que possuo, ás informações de pessoas fidedignas e aos estudos que tenho feito de factos que se tem passado sob minhas proprias vistas.

Depois de proclamada a independencia, acto que, como já vos dice, se realisou em nossa Provincia, o primeiro dos acontecimentos de muita importancia, que se deu em relação a ella, foi a promulgação da lei de 11 de Agosto de 1827, creando o Curso de Sciencias Sociaes e Juridicas na capital, ao mesmo tempo que creou outro em Olinda, provincia de

Pernambuco. Nelle se deveria ensinar no espaço de 5 annos e em 9 cadeiras, as seguintes materias : Direito Natural, Publico, Analyse da Constituição do imperio, Direito das Gentes, Diplomacia, Direito Publico Ecclesiastico, Direito Patrio Civil, Direito Patrio Criminal com a Theoria do Processo Criminal, Direito Mercantil e Maritimo, Economia Politica e Theoria e Pratica do Processo adoptado pelas leis do imperio.

Para admissão de alumnos ao curso superior, exigia a lei a idade de 15 annos completos, e approvação em exames da lingua franceza, grammatica latina, rhetorica, philosophia racional e moral e geometria. O governo ficou auctorisado a crear cadeiras destes preparatorios na capital da Provincia e em Olinda. Foram creados os grãos de bachareis formados e de doutor.

Lis em poucas palavras o assumpto da lei de 11 de Agosto, cujas disposições foram posteriormente reformadas no sentido de augmento de materias de ensino e de mais favores ao corpo docente.

Na ultima reforma substituiu-se a denominação de Curso Juridico pela de Faculdade de Direito.

A abertura solemne do Curso Juridico teve lugar a 1.º de Março de 1828, no mesmo edificio onde ainda hoje funciona. Assistiram a esse acto o tenente general José Arouche de Toledo Rendon, director nomeado por decreto de 12 de Outubro de 1827, o presidente da Provincia, conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida, o bispo da Diocese, D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, varias auctoridades e muitas outras pessoas e familias.

Deveis comprehender a grande influencia que este facto veio exercer nos destinos da Provincia e tambem do imperio.

Até então os poucos que se dedicavam á carreira das letras viam-se forçados a grandes despezas e á longa viagem, pois que iam receber instrucção especialmente na Universidade de Coimbra.

Installado o ensino de Sciencias Sociaes e Juridicas na capital, facilitava-se a diffusão de luzes, e desenvolviam-se mais as aspirações ao estudo de tão uteis e elevadas sciencias e formava-se tambem, gradualmente, um pessoal habilitado para a gerencia dos negocios publicos, sem que permanecesse a necessidade de irem brasileiros receber em Coimbra, como então era costume, a illustração da intelligencia.

De não menor alcance foi a creação da Assembléa Legislativa Provincial.

Os antigos Conselhos geraes de provincia, creados pela Carta Constitucional de 25 de Março de 1824, com mai limit-

tada orbita de attribuições e notavelmente centralizadas aos altos poderes do estado, foram substituídos pelas Assembléas Legislativas Provinciaes, creadas pela Lei de 12 de Agosto de 1834, com mais ampla esphera de acção.

A desta Provincia devia constar, como ainda até hoje consta, de 36 membros.

Na sua primeira sessão, que teve lugar em 1835, ella fez 19 leis, e a primeira dellas, que tem a data de 9 de Março, auctorisava o governo a dispender o que fosse necessario para impressão, redacção e distribuição de uma folha diaria em que se transcrevessem os actos officiaes.

Assignalando este facto, eu tenho em vista mostrar-vos, que os illustres cidadãos que formaram a primeira Assembléa de nossa Provincia, tinham em grande conta a opinião publica, pois que, antes de outra qualquer medida, elles trataram dos meios de dar publicidade aos actos da Assembléa e de diversas auctoridades.

Assim, ordenava a lei que nessa folha fossem publicados todos os actos do governo e Assembléa Provincial, das camaras municipaes, dos jurados, as participações das auctoridades policiaes, as decisões da junta de paz, as leis e actos do governo geral relativos á Provincia. Auctorisava tambem o governo a nella fazer inserir qualquer declaração de seus actos—que julgasse necessaria e qualquer outra de interesse publico, Determinava que na impossibilidade de se publicarem todos os assumptos mencionados, fossem preferidos aquelles de maior interesse para *vir-se no conhecimento* « são estas as palavras da lei » *do estado da administração civil e judicial da Provincia.*

Alem da referida lei, a Assembléa votou mais dezoito, relativas umas ás finanças provinciaes, outras as vias de comunicação, professores publicos, estatística da Provincia, empregos de justiça, modo de publicação das leis provinciaes, dia da reunião da Assembléa, subsidio e ajuda de custo dos membros da seguinte legislatura e gabinete topographico.

O presidente, que sancionou estas leis, foi o distincto paulista Rafael Tobias de Aguiar.

Desde então os recursos da Provincia começaram a ter incremento; os elementos de prosperidade foram mais aproveitados, seus interesses moraes e materiaes melhor attendidos.

No fim de 20 annos de tranquillidade a contar de 1822 a 1842, passou a Provincia por um abalo, que felizmente foi de curta duração; refiro-me ao movimento politico geralmente conhecido sob a denominação de *Rebellião de 1842*.

Achava-se dirigindo os negocios do paiz o partido conservador.

Era presidente desta Provincia o barão de Monte Alegre.

A *lei de interpretação*, a que restabeleceu o conselho de Estado e a que creou nova organização judiciaria eram consideradas como medidas de reacção contra as doutrinas sustentadas pelo partido liberal, as quaes predominaram no periodo regencial até á renuncia do Regente Feijó em 1837.

Este partido pronunciou-se contra essas leis e tendo obtido maioria de representantes nas eleições geraes, esperava re-formal-as na legislatura, que devia começar em Maio de 1842.

A camara temporaria, porém, foi dissolvida previamente, por decreto de 1º de Maio.

O partido conservador tirava assim a seus adversarios os meios legais de combaterem a reacção e preparava-se para, alcançando o triumpho nas eleições que se deviam fazer, fortificar-se no poder.

Alem disto os liberaes nutriam a convicção da existencia de um partido aulico, que regia os destinos do imperio e impedia ao joven imperador o livre exercicio de suas funcções.

Nestas circumstancias resolveram os liberaes fazer um pronunciamento contra o governo. Os deputados de Minas e S. Paulo tomaram este accôrdo no Rio e os chefes liberaes nesta Provincia planejaram e providenciaram no sentido de ser levada a effeito a manifestação hostil ao poder.

Taes circumstancias se deram que em breve porém, entraram em novo accôrdo e acharam mais prudente desistir d'aquellas idéas.

Tomada essa deliberação, o coronel Rafael Tobias de Aguiar, o cidadão de mais influencia politica na Provincia, aquelle cujos conselhos eram ouvidos e fielmente observados por seus correligionarios, julgou conveniente retirar-se da capital para suas fazendas na comarca de Itapetininga.

Esperava elle que com este proceder convenceria o governo, que a idéa da manifestação tinha sido abandonada, e assim os liberaes não ficariam expostos ás perseguições do poder.

Entretanto, quando Tobias retirava-se da capital já o governo imperial, sabedor dos planos da opposição, preparava forças com destino á Provincia.

Chegando Tobias a Sorocaba e conferenciando com seus amigos d'alli e das vizinhanças, os quaes se reuniram nessa cidade, fez ver as razões que tinha para não dar execução aos planos hostis.

Entre aquelles, porém, se uns achavam procedentes os motivos

apresentados, outros insistiram na necessidade de se effectuar a manifestação revolucionaria.

Tobias por um dever de lealdade resolveu acceder ás exigencias dos correligionarios, que deste modo pensavam.

Em consequencia disto a 17 de Maio reunio-se a Camara Municipal e deferio juramento de presidente interino da Provincia ao coronel Rafael Tobias.

Para que tenhaes conhecimento do que então occorreu, eu vos apresento uma cópia da acta dessa sessão, na qual se lê o seguinte :

ACTA DA REUNIÃO DA CAMARA MUNICIPAL A' REQUISIÇÃO DO POVO E
TROPA REUNIDOS HOJE NESTA CIDADE

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1842, vigessimo segundo da Independencia e do Imperio do Brazil, nos Paços da Camara Municipal d'esta cidade de Sorocaba onde se reuniram em consequencia do Rebate, que o Povo, e Guardas Nacionaes fizeram tocar, todas as auctoridades civis, e militares, o Batalhão das ditas Guardas Nacionaes, e mais cidadãos deste Municipio, os quaes todos, attendendo ao estado de coacção em que se acha Sua Magestade o sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brazil, dominado pela facção, que curando unicamente de seus interesses, tem levado este Imperio ás bordas do abysmo em que vae ser submergido, e esta Provincia reduzida ao misero estado das do Ceará e Parahyba, com a administração tyranica do Proconsul que, como Delegado dessa facção, a tem governado, e opprimido, e conhecendo que convém quanto antes salvar o throno do Senhor D. Pedro II, e a Constituição que temos jurado, propozeram como medida de salvação a nomeação de hum Presidente interino d'esta Provincia, e unanime, e expontaneamente proclamaram ao senhor Coronel Raphael Tobias de Aguiar para o dito cargo, a quem auctorisaram para administrar em nome de Sua Magestade o Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional, até que o mesmo Augusto Senhor livre-se da coacção em que se acha, e nomeie um Ministerio da confiança Nacional; e outrosim que a Assembléa Geral Legislativa tenha derogado as Leis que tem sido feitas contra a Constituição do Imperio. Igualmente auctorisaram ao dito Exm. Presidente nomeado para que tome todas as medidas que julgar convenientes para salvar a Provincia dos horrores d'anarquia a que vão conduzi-la as ditas Leis, suspendendo a sua execução. No mesmo acto, e por uma deputação de tres de seus membros, mandaram os ditos vereadores convidar ao mesmo Exm.

Sr. Coronel Raphael Tobias d'Aguilar para o indicado fim; e comparecendo elle, e sendo-lhe declaradas as condições de sua nomeação, prestando juramento, que lhe foi deferido pelo Presidente da Camara, de defender o Imperador, e a Constituição até a ultima extremidade, se deo este acto por findo. E para constar se lavrou a presente Acta, que assignaram os ditos Vereadores com o Exm. Presidente nomeado, Auctoridades e mais cidadãos que se achavam presentes, e que tiveram parte no dito acto, eu Elias de Oliveira Cesar Leme, Secretario da camara que a escrevi.»

Esta acta foi assignada pela Camara, pelo presidente juramentado, e por um numero de cidadãos superior a trescentos.

Os vereadores que a assignaram foram:

José Joaquim de Lacerda, presidente; dr. Vicente Eufrazio da Silva Abreu; padre Romualdo José Paes; Francisco Manoel Campolin; Elesbão Antonio da Costa e Silva; Manoel Lopes de Oliveira; e Manoel Ribeiro de Arruda e Silva.

Na mesma data o presidente interin da Provincia publicou uma proclamação nos seguintes termos:

«PAULISTAS! Os fidelissimos Sorocabanos vendo o estado de coacção a que se acha reduzido o nosso Augusto Imperador o Senhor D. Pedro II por esta oligarchia sedenta de mando e riqueza, acabam de levantar a voz, elegendo-me presidente interino da PROVINCIA, para debellar essa hydra de trinta cabeças, que por mais de uma vez tem levado o Brazil á borda do abysmo, e libertar a Provincia desse Proconsul que postergando os deveres mais sagrados veio commissionado para reduzi-la ao estado do misero Ceará e Parahyba. Fiel aos principios que hei adoptado constantemente na carreira publica, não pude hesitar em dedicar mais huma vez minhas debeis forças na sustentação do Trono Constitucional.

«Paulistas!! O vosso patriotismo já deu o primeiro passo precedendo, e seguindo os vossos representantes, quando, fieis interpretes de vossos sentimentos, clamaram contra essas leis que cerceando as prerogativas da Corôa, e as liberdades publicas, deitaram por terra a Constituição: o vosso valor e firmeza fará o resto.

«Mostremos ao mundo inteiro que as palmas colhidas nas campinas do Rio da Prata não podem definhar na do Ypiranga.

«Os descendentes do illustre Amador Bueno sabem defen-

der os seus direitos a par da fidelidade que devem ao Trono. União e a pátria será salva.

Viva a nossa Santa Religião.

Viva S. M. o Imperador.

Viva a Constituição.

RAFAEL TOBIAS D'AGUIAR.

Outra proclamação foi publicada e dirigida á guarnição da capital :

BRASOS SOLDADOS DA GUARNIÇÃO DA CIDADE DE S. PAULO !!

As perseguições praticadas pelo Ministerio traidor, e por seu Delegado nesta Provincia, esgotando a paciência de vossos patriotas, elles appellarão para os recursos dos povos livres e aclamarão-me Presidente interino da Provincia, para neste posto defender a constituição, libertar a S. M. O IMPERADOR da coacção em que O tem pôsto Ministros, e Conselheiros perversos, e inimigos do Brazil, e sustentar a dignidade da Provincia. Eu aceitei esta honrôza Commissão certo do apêlo, e coadjvação de todos os Paulistas. A maior parte dos Municipios mais importantes da Provincia já adheriram a este passo, e há certeza de que os demais os acompanhem. Não há pois forças capazes de fazer-nos retrogradar : vós conheceis o valor de vossos patriotas, e que elle hoje hé estimulado pela justiça da cauza que defendem ; mas ser-me-hia muito dôlorozo ver correr o sangue de meus comprouvicianos. Não !! vós, leas Paulistas, estâes de baixo da oppressão, e vossos irmãos vão libertar-vos : correi pois a unir-vos a elles, ou secundae seus esforços a favor de nossa sagrada cauza, e em hum abraço fraternal liguem-se todos para combaterem o inimigo commum : se elle ousar apresentar-se em campo. PAULISTAS !! Lembrai-vos do lugar de vosso nascimento : lembrai-vos do renome que herdastes de vossos maiores, e a victoria será nossa, e o Trôno de S. M. I. e C. cada vez mais firme : e sabei que não correrá huma só gota de sangue paulista sêm profunda dôr de meu coração, e só quando houver resistencia, pois que as forças que vão para éssa Capital não marcharão contra vós, nem contra os seus pacificos habitantes, que mais de humavez tem vi to minha solicitude pela sua segurança, mas só contra os tyranos que nos opprimem. Se porem alguns quizerem obedecer aos nossos perseguidores, eu não serei responsavel pelas lagrimas que se

derramarem. Brióza Guarnição da Capital !! Contae com o vósso amigo, e patricio, fazei o vósso dever, e os tyranos cahirão por térra.

Viva a Nossa Santa Religião.
Viva S. M. o Imperalor.
Viva a Constituição.
Vivão os briozos Paulistas.

RAFAEL TOBIAS D'AGUIAR.

A 23 de Maio outra proclamação foi distribuida.

Dou-vos della conhecimento :

PAULISTAS !

Vossa patria vos chama ás Armas : quem conhece vosso brio, não duvida que corraes todos ao grito d'ella. Cada hum prestará o serviço que puder ; mas nenhum que se honrar do nome de Paulista deixará de comparecer. Trata-se de defender vossa vida, vossa honra, e vossas liberdades. Todo aquelle que seduzir a alguém para pegar em Armas contra a causa, que defendemos, será preso, e remettido a esta Capital, e os que se deixarem seduzir para hostilizar a seus patricios serão conduzidos prezos aos quarteis d'esta Cidade para assentar praça, seja qual for o seu estado, e condição. E para que chegue á noticia de todos, se publicar o presente, e se affixara em lugar onde todos possam ler. Palacio do Governo de S. Paulo na Cidade de Sorocaba aos 23 de Maio de 1842.

RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR.

O governo interino teve um órgão na imprensa : foi publicado em Sorocaba um pequeno jornal *O Paulista*, cujo primeiro numero sahio á luz a 27 do referido mez, e o ultimo, o quarto, a 16 de Junho,

No artigo—*Causas da actual revolução*—inserto no primeiro numero, tratando-se dos motivos e fins do movimento se diz que este era feito para livrar da coacção o monarcha a quem o ministerio « obrigava a assignar actos oppressivos e oppostos á Constituição, e alem disto para obter a revogação das tres leis, que atacam de frente a Constituição ; a saber a chamada interpretação do Acto Addiccional, a lei das Refor-

mas do Código, e a do Conselho de Estado, a qual ligando o imperador não consente que elle obre coisa alguma, senão obedecendo aos conselhos do monstro Vasconcellos, Honório, e outros semelhantes. »

Esta folha teve por principal redactor o senador Feijó, que ao saber, aqui em Campinas, da aclamação do coronel Rafael Tobias para presidente interino seguiu para Sorocaba. Já antes delle alli tinha chegado o dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos.

Segundo informações, que me foram dadas, este illustre paulista, quando se retirou da capital com destino ao sul da Provincia, estava convencido de que os planos da manifestação revolucionaria tinham sido inteiramente abandonados conforme o accôrdo havido entre as influencias liberaes da capital.

Foi pois, ao chegar a Sorocaba na noite de 17 de Maio, surprehendido com a noticia do acto da Camara empossando Tobias do cargo de presidente da Provincia.

Gabriel, e Feijó, embora tendo adherido ao accôrdo no sentido de não effectuar o pronunciamento hostil, desde que este rebentou, procederam com a nobreza de sentimentos, que os ornava, pondo-se ao lado de seus amigos.

Gabriel em data de 17 de Maio foi nomeado secretario do governo.

Em todas as localidades da Provincia o partido liberal prestou adhesão ao procedimento da Camara de Sorocaba e tratou de organizar forças.

As povoações mais proximas d'aquella cidade logo as enviaram para alli.

Reunidos em Sorocaba mil e quinhentos homens mais ou menos d'alli partiram a 21 de Maio, sob a denominação de *Columna Libertadora*, com destino á capital.

Cumpre-me dizer-vos, que ella era formada de cidadãos sem disciplina e habitos de vida militar, sem fardamento e mal armados.

Tomou o seu commando o major Francisco Galvão de Barros França.

Chegando ás proximidades da capital acampou entre o Pirajussara e Jaguaré e ahi recebeu reforços que tinham marchado pela estrada de Ytú.

Já então estavam acampadas nas imediações dos Pinheiros parte das tropas, que com rapidez tinham sido mobilisadas do Rio para a Provincia, logo que o governo imperial teve noticia dos planos da opposição.

Formavam ellas o chamado *Exercito Pacificador*, sob o commando do barão de Caxias.

A Columna Libertadora e as forças do governo conservaram-se á vista uma da outra, mas nunca entraram em batalha.

A Columna Libertadora pouco a pouco foi-se enfraquecendo pelas constantes deserções, e afinal retirou-se para Sorocaba onde chegou a 13 de Junho.

Propalando-se alli no dia 18 que o barão de Caxias com as forças de seu mando se achava na villa de S. Roque, em marcha para Sorocaba, providenciou o governo interino no sentido de ser fortificada a cidade.

A 19 do mesmo mez soube-se que o capitão Antonio Xavier de Freitas, que em Tatuhy tinha reunido mais de seiscentos homens para bater a revolta, se achava a tres legoas de distancia, nas proximidades do Ypanema.

Então começou a debarcada; grande parte dos habitantes da Cidade e os restos da força que ali se achava retiraram-se.

No dia 20 ás 10 horas da manhã o Barão de Caxias fez a sua entrada na cidade e ás 3 horas da tarde o capitão Antonio Xavier de Freitas.

E' occasião de dar-vos conhecimento da correspondencia que se trocou entre o Barão de Caxias, Senador Peijó e o Major Galvão no periodo que decorre desde a partida das tropas de Sorocaba, com destino á capital, até á entrada do chamado *Exercito Pacificador* ali.

Em data de 26 de Maio o Barão de Caxias escreveu ao commandante da chamada *Columna Libertadora* a seguinte carta :

«Amigo sr. Major Galvão :

«Que pretende? quer com effeito empunhar as armas contra o Governo legitimo do nosso Imperador? não o creio por que o conheço de muito tempo, sempre trilhando a carreira do dever, e da honra. Eu aqui estou, e não lhe menciono minhas forças para que não julgue que exagero. Acabo de chegar da Corte munido de authoridade para tudo apianar. Não tenho sede de sangue dos meus patriotas, porém não deixa ei de cumprir meus deveres como Militar. Ainda é tempo, não ensanguentemos o solo que nos vio nascer e não acendamos a guerra civil nesta bella Provincia para a não vermos reduzida ao estado da de S. Pedro do Sul e suas visinhas.

Responda-me e não se deixe fascinar por vinganças alheias. Acampamento dos Pinheiros 26 de Maio de 1842, Seu amigo e camarada. *Barão de Caxias* ».

A resposta do Major Galvão foi esta :

« Acabo de receber a carta que V. Ex. me dirigio com data de hontem e sobre seu contexto cumpre-me responder a V. Ex., que das proclamações inclasas verá que não pretendo empunhar as armas contra o governo legitimo do nosso Imperador e sim sustental-o contra uma olygarchia que o tem coacto e que rasgando a Constituição que juramos nos quer escravisar e reduzir por meio de seu Delegado n'esta Provincia ao misero estado do Ceará e Parahyba.

« O grande numero de pessoas distinctas, que sendo perseguidas, têm emigrado da capital não só para o meu acampamento como para outros pontos da Provincia, é exuberante prova disto. Sei que V. Ex. não tem sede de sangue de nossos patricios, assim como que não deixará de cumprir seus deveres como Militar, mas estou tambem convencido que não é capaz de empunhar as armas para escravisar a Patria em proveito de perfidos e traidores que V. Ex. bem conhece. Como V. Ex. me diz que está nuniado de poderes para aplanar tudo espero que conhecendo a Justiça da causa que defendemos louvará o nosso procedimento quando não queira ajudar-nos e que pela sua parte contribuirá tambem para que se não derrame esse sangue que quer poupar. Como V. Ex. me conhece deve estar persuadido, que não sou illudido por vinganças alheias e pelo contrario, guiado pelo amor de liberdade que não só eu como meus honrados patricios idolatramos. Acampamento do Jaguaré 27 de Maio de 1842».

Em 14 de Junho de 1842, Feijó escreveu ao Barão de Caxias nos seguintes termos :

« Illm. e Exm. sr. Barão de Caxias. Quem diria, que em qualquer tempo o sr. Luiz Alves de Lima seria obrigado a combater ao padre Feijó? Taes são as cousas deste mundo?...

« Em verdade o velipendio que tem o Governo feito aos Paulistas, e as leis anti-constitucionaes de nossa Assembléa me obrigaram a parecer sedicioso. Eu estaria em campo com minha espingarda se não estivesse moribundo; mas faço o que posso. Porem alguns choques tem já produzido o espirito de vingança, e eu temo que o desespero traga terribes consequências e como persuado-me que S. M. I. hade procurar obstar as causas que deram motivo a tudo isto; lembra-me procurar a V. Ex. por este meio e rogar-lhe a seguinte accomodação, que é honrara a S. M. I. e á Provincia, e vem a

ser—1º Cessem as hostilidades. 2º Retire-se da Provincia o B. de Mont'Alegre, e seu vice-presidente; athé que S. M. nomeie quem lhe parecer, e a Provincia pede a V. Ex. que interceda perante o mesmo Senhor para que não nomeie socio, amigo ou alliado de Vasconcellos. 3º Que as leis das reformas fiquem suspensas the que a Assemblêa receba a representação, que a Assemblêa Provincial dirijio á mesma sobre este objecto. 4º Que haja amnistia geral sobre todos os acontecimentos, que tiveram lugar, e sem excepção; embora seja eu só exceptuado, e se descarregue sobre mim todo o castigo. Exm. Sr. V. Ex. é humano, justo, e generoso, espero não duvidará cooperar para o bem desta minha Patria. Eu lhe assevero que exigirei a execução deste tratado por parte do Governo actual da Provincia, e com commandante de de nossas forças pode concluir difinitivamente esta capitulação, Deus flicite a V. Ex. como deseja quem é de V. Ex. amigo obrigado e Venerador.

«Sorocaba 14 de Junho de 1842. P. S. O portador lhe entregará alguns exemplares de um periodico que eu redijo.»

Devo dizer-vos que o periodico a que se refere esta carta era o «Paulista» redigido principalmente por Feijó e do qual já vos dei noticia.

Em resposta á Feijó o Barão de Caxias escreveu o seguinte:

«Illm. e Exm. Snr. Diogo Antonio Feijó. Respondo á V. Exa. pelas mesmas palavras de sua carta hoje recebida. Direi—quando pensaria eu em algum tempo, que teria de usar de força para chamar á ordem o Snr Diogo Antonio Feijó! Taes são as cousas deste mundo!...

«As ordens que recebi de S. M. o Imperador são em tudo semelhantes ás que me deo o ministro da Justiça em nome da Regencia nos dias 3 e 17 de Abril de 1832, isto é, que levasse á ferro e a fogo todos os grupos armados, que encontrasse, e da mesma maneira, que então as cumpri, as cumprirei agora.

Não é com armas na mão Exm. Snr que se dirigem supplicas ao Monarcha e nem com ellas empunhadas admittirei a menor das condições que V. Exa me propõe na referida carta. Disponho de forças quadruplas ás daquellas que hoje apoiam o partido desordeiro desta Provincia, e sobre a posição em que V. Exa se acha marcham ellas em todas as direcções; e dentro em pouco tempo a Cidade de Sorocaba será cercada e obrigada pelos meos canhoens e baionetas á render-se. Nenhuma resposta recebo que não seja a pronta dispersão, e submissão dos rebeldes. O portador entregará a V. Exa. uma porção de

exemplares da Proclamação que dirijo dos Verdadeiros e leaes Paulistas; e bem assim da que no mesmo sentido fez publicar S. Exa o Snr Barão de Mont' Alegre, legitimo Presidente desta Provincia. Sou de V. Exa. Attento, Venerador, e Creado Obrigado.»

Depois d'esta resposta ainda Feijó julgou conveniente dirigir-se ao Barão de Caxias e o fez nos seguintes termos :

«Ilhm. Exm Snr Barão de Caxias. De sua resposta collijo que não dá esperança de accommodação alguma, e que reduz os Paulistas a entregarem-se á discreção, ou tentarem a sorte do desespero. Confesso a V. Exa que nunca contei com semelhante resolução sua. Talvez de viva vóz eu pudesse convencer-lhe da justiça da causa que defendemos, mas o meo estado de enfermidade embarça-me tão grande jornada, contudo se V. Ex. quizer, aproximando-se mais, em hora e lugar certo eu me exorcerei por comparecer.

«Entretanto se V. Exa. quer poupar sangue, e lhe lembra algum meio decente, proponha que eu trabalharei para obter approvação, alias lavo as mãos, aconteça o que acontecer. Deos Guarde a V. Exa. por muitos annos. Sorocaba 18 de Junho de 1842. De V. Exa. Amigo Venerador e Obrigado Servo.

No dia immediato á entrada do Exercito pacificador em Sorocaba, o commandante em chefe publicou a seguinte proclamação :

O Barão de Caxias, Veador de SS. Altezas Imperiaes, Fidalgo Cavalleiro da casa de S. M. o Imperador, Commendador da Ordem de S. Bento de Aviz, Cavalleiro da do Cruzeiro e Rosa, Condecorado com a Medalha de Guerra da Independencia e General em chefe do Exercito Pacificador da Provincia de S. Paulo.

«Faço saber a todos os individuos, excepto os chefes, que porventura tenham tomado parte na revolta desta Provincia por sugestões desses ambiciosos de mando que abusaram da bôa fé dos habitantes pacificos desta cidade e seus contornos, que se no espaço de dez dias, contados da publicação desta, se me apresentarem, trazendo as armas que lhes foram dadas pelos referidos chefes da revolta, poderão voltar ás suas habitações e continuar sua vida domestica; porém que os que assim não obrarem, sendo presos, serão remettidos para a capital da Provincia, onde entrando em processo serão punidos com o rigor das leis.

«Quartel general do Exercito pacificador na cidade de Sorocaba, 21 de Junho de 1842. — *Barão de Caxias.*»

Nesse mesmo dia 21 de Junho entrou naquella cidade um contingente das forças do governo que seguio desta cidade de Campinas para aquella, passando por Ytú.

Cabe aqui dizer-vos que nas immedições desta cidade, no lugar denominado Venda Grande, foi onde se deu o combate entre revoltosos e soldados do governo, do qual resultou mortes, tendo sido o encontro de não longa duração na qual foram vencidos aquelles.

Durante a estada do Exercito Pacificador em Sorocaba fizeram-se constantes diligencias para prisão dos implicados no movimento revolucionario.

Foram presos diversos e remettidos para a capital.

Mencionarei os nomes de alguns delles: tenente coronel Jeronymo Izidoro de Abreu Nenê, drs. Vicente Eufrazio da Silva Abreu e José do Amaral Gurgel, padres José Manoel d'Oliveira Liborio, Candido Lucio d'Almeida, Manoel José França, e o cidadão Francisco Soares de Queiroz.

Alguns destes foram presos na occasião em que se apresentaram ao quartel general.

O general em chefe sabendo que Feijó não se havia occultado mandou um tenente fazer-lhe companhia e conservá-lo sob suas vistas na mesma casa onde residia.

O coronel Rafael Tobias a conselho de seus amigos que o consideravam mais exposto a perigos por ter accettato o cargo de presidente interino da Provincia, já se tinha retirado da cidade dias antes da entrada das forças do governo.

Rodrigues dos Santos, a 21 de Junho, deixou Sorocaba e seguio para a antiga comarca de Curitiba, hoje provincia do Paraná, com destino ao Rio Grande do Sul.

A 27 de Junho foi suspensa a camara que havia deferido juramento ao presidente interino por ordem do governo provincial, e entrou em exercicio outra composta de supplentes.

A camara suspensa só reassumio suas funcções dois annos depois, a 27 de Junho de 1844.

A accção da justiça teve começo: instauraram-se processos aos implicados na revolta e o delegado de policia de Sorocaba lavrou a seguinte sentença de pronuncia em Setembro:

«Procedem as diligencias ex-officio feitas em virtude dos acontecimentos que tiveram lugar nesta cidade conjunctamente com outras povoações, e os documentos juntos a fls. 84, 111 e 116 a 128 mostram a existencia dos crimes mencionados nos artigos 111 e 110 do Cod. Crim.: porquanto em 1º lugar está provado, que houve uma reunião armada para obstar a posse de empregados legitimamente nomeados em virtude da lei de 3

Dezembro de 1841. Não só pelo que dizem as testemunhas sobre o fim porque foram aquarteladas no Hospital mais de 40 guardas nacionaes, como pelo officio copia junta fls. 56, que confirma os depoimentos, e mais as qualifica; em segundo lugar está tambem provado, que houve reunião destá cidade com a de Ytú, e varias villas que comprehendem mais de 20 mil pessoas, segundo documento de fls. 57, e foi instaurado um Governo contra a Constituição do Imperio para o fim de privarem S. M. I. das suas mais preciosas Atribuições, e até para commetterem o crime mencionado nos arts. 68 e 85 do dito Codigo. Porque pelo impresso distribuido em nome do intitulado Governo junto em fls. 47 he perfeitamente explicado o fim para que se dirigião os movimentos embora desnaturados nas Proclamaçoens do intitulado Presidente, e que sendo conhecido aquellê de privar a S. M. I. e se indicia o mais occulto da Separação da Provincia e destruição da forma do governo estabelecido pela Constituição.

O mesmo documento e depoimento das testemunhas mostram que forão AA. da Sedicção o Juiz de paz Antonio de Mascarenhas Camello e Joaquim José Chavier d'Almeida e principaes cabeças da Rebelião o Coronel Rafael Tobias d'Aguiar, José Joaquim de Lacerda, Francisco Manoel Campolin, dr. Vicente Eufrazio da Silva Abreu, os tres ultimos aos quaes foi dirigida a carta copia fls. 13 e o dr. José do Amaral Gurgel que primeiro concitou o povo reunido para commettimento daquelle crime. Secundariamente forão agentes da Rebelião Elesbão Antonio da Costa e Silva, padre Romualdo José Paes, Manoel Lopes d'Oliveira, Manoel Ribeiro de Arruda, Francisco Lopes d'Oliveira, Francisco de Assis Souza Gurgel, capitão Manoel José da Fonseca, Francisco Soares de Queiroz, João Bicudo d'Almeida, os quaes forão cúmplices no commettimento d'aquelle crime. Ficão portanto obrigados á prisão e livramento por crime mencio ado no art. 110 do dito Cod. Crim. o coronel R. T. d'Aguiar, Lacerda, Campolin, dr. Vicente, dr. Amaral, Elesbão, padre Romualdo, Manoel Lopes, Ribeiro, Francisco Lopes, Francisco d'Assis, Soares, França e Bicudo. Ficão tambem sujeitos a accusação e julgamento, e ás mais consequencias da Pronuncia.

«O Escrivão lance os nomes no rôl dos culpados, e passe as ordens necessarias para a captura dos mesmos, bem como Precatorias ao Juiz Municipal da cidade de Ytú, e villa de Itapetininga, e faça remessa dos autos por intermedio do Escrivão do jury ao juiz Municipal da capital da Provincia aonde

tem de serem julgados os crimes no caso : Citado o Promotor publico para ver fazer a remessa. Sorocaba 10 de Setembro de 1842.—*Carlos Hido da Silva.*»

Depois desta pronuncia o chefe de policia dr. José Augusto Gomes de Menezes, a quem o governo ordenára a instauração de processos aos implicados na Rebelião, foi a Sorocaba, fez novas inquirições de testemunhas, mas sem dar alli decisão alguma, voltou para a capital.

D'alli expedio uma Circular em data de 4 de Outubro de 1842 nos seguintes termos :

«Tendo pela minha circular de 20 do mez proximo passado mandado sobrestar no proseguimento de todos os processos começados pelo crime de Rebelião, por achar-se pelo meu juizo instaurado um processo geral, de ordem do Exm. Sr. presidente da Provincia e constando-me que em alguns lugares, em opposição ás minhas ordens não só se tem continuado em taes processos, mas ainda instaurado novos e que sem espirito de justiça nem amor á ordem se continúa a perseguir cidadãos, que não podem ser qualificados cabeças, e intimidar outros, resultando d'aqui que um grande numero d'elles se acha perseguido, que outros intimidados se escondam, e que muitos não procurem suas casas e soffram sem que a policia tenha de levar perante os Tribunaes, ordeno ao sr. delegado de... que não só páre e faça parar com qualquer processo, que ali se ache em andamento sobre a Rebelião, como que tome suas medidas e dê suas mais terminantes ordens para que cesse toda a perseguição, intimidação contra aquelles cidadãos que não podem ser qualificados cabeças e faça com que recolhidos ás suas casas, e seguros da protecção da lei pelas auctoridades, esperem com tranquillidade e segurança de suas pessoas a final decisão de sua sorte no processo geral, em que prosigo, o que lhe recomendo sob sua responsabilidade.—
Secretaria da Policia de S. Paulo aos 4 de Outubro de 1842.»

O poder publico seguiu sua marcha, e em resultado das diligencias, a que procedeu a auctoridade criminal, muitos cidadãos foram processados e julgados.

Outros aproveitaram-se da amnistia concedida pelo Decreto de 14 de Março de 1844.

Não me é possível narrar todas as occurrencias, que se deram em diferentes localidades da Provincia, e nem expor as relativas aos processos e julgamentos dos implicados no movimento de 1842.

Tenho dito quanto é bastante para que fiqueis sabendo quaes os motivos, porque elle foi iniciado na cidade de Sorocaba, seus fins, e qual o seu desfecho.

A ligeira noticia, que apresento dos factos, os dados e documentos a que me refiro podem servir de auxilio a vossos estudos futuros, e aquelles que porventura queiram escrever a historia da denominada—*Rebellião de 1842*.

Resta-me dizer-vos que os tres vultos mais notaveis, que exerceram grande influencia ou tomaram activa parte no movimento, foram o coronel Rafael Tobias, o Senador Feijó, e dr. Rodrigues dos Santos: todos elles, depois de abandonada a idéa do pronunciamento revolucionario, adheriram a este, por dever de lealdade a seus amigos.

Tobias concorreu para o rompimento da Rebellião, em Sorocaba, satisfazendo assim aos desejos e exigencias de seus correligionarios d'alli.

Rodrigues dos Santos chegando aquella cidade e achando seus amigos já compromettidos na manifestação hostil ao governo, associou-se á sorte delles, e aceitou o cargo de secretario do Presidente Tobias.

Feijó, que aqui em Campinas ás 10 horas da noite de 17 de Maio recebeu a noticia do que houvera nesse dia em Sorocaba, no immediato para alli partito, onde logo que chegou, depois de tres dias de viagem, foi em Rodrigues dos Santos um dedicado auxiliar da administração interina.

A folha official *O Paulista* foi publicada sob sua principal redacção.

Na reunião da Assembléa Provincial, em S. Paulo, em Janeiro de 1842 tinha Feijó aconselhado que uma representação em linguagem energica fosse dirigida ao governo a proposito das leis criando o Conselho de Estado e reformando o Codigo do Processo.

Uma commissão, formada do brigadeiro Gavião Peixoto, Souza Queiroz, e senador Vergueiro, seguiu para o Rio, e pediu ao governo que marcasse dia e hora para apresentar a referida representação, enviando nessa occasião copia della.

O governo, por Aviso de 5 de Fevereiro, declarou que nem a deputação, nem a representação poderiam ser recebidas, sob pretexto de offenderem a Carta Constitucional e as leis.

No *Paulista* Feijó mantém a mesma linguagem energica contra essas leis.

Tobias e Gabriel, para evitarem perseguições do partido vencedor, tomaram o caminho do Rio Grande do Sul.

Depois de se arriscarem a constantes perigos, soffrendo privações e contrariedades que a todo o momento lhes ap-

pareciam nessa longa viagem, e egaram em occasiões diversas ao lugar denominado Gurita. Ahi foi preso Tobias na madrugada do dia 9 de Novembro e depois levado ao Rio de Janeiro onde foi recolhido á fortaleza da Lage.

Dahi sahiiu depois da amnistia.

Rodrigues dos Santos voltou para a capital da Provincia e entregou-se á prisão no dia 1º de Fevereiro de 1844 e no seguinte foi julgado e absolvido pelo jury.

Feijó, que tinha permanecido em Sorocaba, e que, como já vos disse, esteve sob as vistas de um official por ordem do chefe do Exercito Pacificador, logo que este fez sua entrada naquella cidade, recebeu ordem de partir para o Rio, como se vê do officio do Presidente da Provincia, em Julho de 1842.

«Illm. e Exm. Sr.—Respeitando em V. Exc. a dignidade e eminencia de um cargo, que pela Constituição do Imperio é cercado de tantos privilegios, e que pelas funcções, que lhe são annexas, merece na verdade toda consideração, julguei dever limitar-me á indicar a V. Exc. em meu officio de hontem a conveniencia de sua prompta retirada para a Côrte, em vez de ordenar-lh'a positivamente e com prazo certo, como me cumpria fazel-o. Mas como V. Exc., por uma logica que não comprehendendo, faz alarde de ter sido um dos principaes autores de uma revolta que reconhece como sedicção, embora negue ter sido rebelião, de uma revolta, que causou estragos na Provincia, que fez derramar sangue Paulista, que ainda continúa a devastar a mesma Provincia, e ao mesmo tempo extranha que os Paulistas sintam profunda magoa e exprimam sua animadversão contra esses autores de factos horrorosos, não provocados, nem movidos por consideração alguma honesta, justa, ou ao menos excusavel, devo declarar á V. Exc. que em virtude do Dec. n. 168 de 17 de Maio deste anno, me acho autorisado para fazer sahir para fóra desta Provincia, e para assignar lugar certo de residencia aos que, como V. Exc., se acham indiciados nos crimes de sedicção e rebelião, e que a segurança publica exige, que se retirem da Provincia, e por isso ordeno a V. Exc. que dentro de tres dias contados da presente data, saia impetritavelmente desta cidade para a de Santos, e que ahi embarque no primeiro vapor que houver de largar para a Côrte do Rio de Janeiro, na certeza de que, como o art 27 da Constituição do Imperio não tolhe, e nem era possivel que tolhesse a execução de quaesquer ordens leaes, que tenham por objecto um Membro da Legislatura, uma vez que não se trate da prisão deste, e sim de outras medidas para com elle tomadas,

este Governo saberá fazer respeitar sua dignidade, com a força a sua disposição, etc., etc.

«Palacio do Governo de S. Paulo, 5 de Julho de 1842.—
BARÃO DE MONT'ALEGRE.—Sr. Senador Diogo Antonio Feijó.»

A' este officio Feijó respondeu nos seguintes termos :

«Acabo de receber ordem positiva de V. Exc. para que, dentro em tres dias, me retire para Santos, e dali no primeiro vapor para a Côrte e que, do contrario, V. Exc. fará respeitar com a força a sua dignidade.

«Exm. Sr., deixando de entrar em polemica com V. Exc. sobre os muitos objectos contidos no dito officio, não só por inutil, como porque em juizo competente terei occasião de o fazer, e sem entrar em discussão de nullidade da suspensão actual de garantias, julgo contudo de meu dever declarar :

«Que.

Neste ponto a letra de Feijó está inintelligivel no documento de que tirei a cópia que agora vos apresento.

«da Constituição é o direito pela mesma reconhecido, que forma essencia do governo livre, e que portanto não posso ser obrigado ao que a lei não me obriga, mande quem mandar o contrario, e que por isso soffro a maior violencia em ser constrangido á deportar-me para a Côrte, e sem saber para que, nem té quando.

«Que importando a deportação maior pena que a de prisão, declaro reconhecer violado abertamente o art. 27 da mesma Constituição.

«Que o meu publico estado de enfermidade, e a brevidade de prazo para minha retirada, privando-me do necessario, agrava muito mais a violencia que comigo se pratica, contra a qual, enquanto houver no Brasil Constituição, constantemente clamei.

«Que, enfim, procurarei retirar-me no prazo marcado, não por obediencia á ordem illegal e anti-constitucional, mas por evitar sómente maiores violencias á vista da ameaça que me faz V. Exc. do emprego da força. Deus guarde.»

Feijó foi conduzido á Santos e depois deportado para a Provincia do Espirito-Santo. Ahi esteve em exilio por seis mezes mais ou menos.

Em Dezembro dirigiu-se para a Côrte.

Quando leve de justificar seu proceder perante o Senado, francamente confessou a responsabilidade de seus actos.

Na resposta apresentada á esta Camara, em data de 12 de Maio de 1843 deixou escriptas estas memoraveis palavras :—

«Se eu pudesse daria por certo este exemplo ao Brasil, de resistir á ordens illegaes, sem o que será sempre nominal nossa liberdade....

«Eu penso que, se uma nação é tal que vê submissa a violação de suas instituições, é ella indigna de ser nação livre, é já escrava, e se já não tem senhor, terá o primeiro que o quizer ser....

Referio as perseguições que soffreu e assim se exprimio :....

...«Portanto, senhores, soffri tudo isto ! prisão, deportação e seis mezes de degredo, quasi quatro contos de réis de multa e de que estou privado até hoje. Mas o Governo inda não está satisfeito : mandou por isso formar este processo e não ficará satisfeito senão com o meu exterminio ! Estou, pois, entregue ao Senado, faça elle de mim o que quizer ; a vida em mim será pouca ...»

Feijó falleceu em Novembro do mesmo anno ; Tobias em Outubro de 1857 ; Rodrigues dos Santos em Maio de 1858.

Perduram bem gravados na memoria publica os feitos destes tres illustres Paulistas, que sempre se distinguiram por seus sentimentos elevados, dedicação á causa publica e constante devotamento aos interesses de nossa Provincia.

Em 1846, depois de terem estado na Provincia do Rio-Grande do Sul, o Senhor D. Pedro II e sua consorte vieram a São Paulo.

Chegaram á capital no dia 26 de Fevereiro e ahi demoraram-se dias.

O Senhor D. Pedro II visitou varias localidades da Provincia.

Permaneceu esta em socego até 1864, quando a guerra do Brasil contra a Banda Oriental, e em seguida contra o Paraguay, veio agitar o espirito publico.

O Paiz exigia o concurso dos Paulistas para debellar o inimigo : a Provincia pressurosa enviou forças para a campanha.

Recorrendo ao Relatorio do presidente desta Provincia, o sr. dr. Carrão, de 3 de Fevereiro de 1866, ahi encontrei as phrases que passo a referir-vos.

.

«Pelo mappa que acha-se entre os annexos organizado na Secretaria Militar, vê-se qual a força que o governo da Pro-

vincia tem feito seguir para a guerra, durante o anno de 1865, elevando-se a 2,803, sendo voluntarios da patria 1,193, do corpo de guarnição 437, do corpo de municipaes permanentes 265, recrutas 363, e guardas nacionaes em corpo destacado 550.

«Do 1º de Janeiro a 31 de Julho seguiram 1,278; e do 1º de Agosto a 31 de Dezembro 1,530, com o contingente aquartellado que deve seguir breve, excede de 3,000 homens a força que o governo fez seguir.

«Não figuram no quadro voluntarios que seguiram para a Côrte directamente de Santos, Ubatuba, Bananal e Barreiros, os quaes pelas informações devem exceder á 200.

«Parece que a Província tem concorrido com um contingente respeitavel para a presente guerra, ponderadas todas as circumstancias, e especialmente as condições e estado de sua industria principal que attrahe toda a attenção de sua população, e que sem sacrificios extraordinarios não pôde ser abandonada, ainda temporariamente.

«Não devo deixar de chamar a attenção para os Algarismos do quadro. Marcharam 751 recrutas, que foram forçados á prestar o serviço que a nação dellas reclama; e 1,458 voluntarios (comprehendendo os do corpo de municipaes permanentes). Esta differença de numero entre os forçados, e os que acudiram espontaneamente ao reclamo do Governo para a defesa da honra nacional, é bastante expressiva, e reveladora dos sentimentos patrioticos que predominam felizmente na Província.

«Tambem 168 paizanos isemptaram-se do serviço militar, mediante a faculdade de recolher cada um no Thesouro Nacional a quantia de 600\$900, o que produzio a somma de 100:800\$000.

«A guarda nacional não completou ainda o contingente de 3,600 praças que o Governo Imperial della exigio na fórma da lei para formação de corpos destacados. Pouco mais de 600 praças tem-se obtido. Mas este facto desagradavel recêbe natural explicação dos vicios com que são feitos os alistamentos....»

No Relatorio do presidente dr. Tavares Bastos, de 12 de Maio de 1867, dice elle em referencia ás forças fornecidas pela Província para a campanha do Paraguay :

«Neste certame de honra, a Província que representaes tem procurado o lugar distincto que lhe assignalam os seus brios.

«Além do seu corpo de policia e mais forças voluntarias ou

de diversas naturezas com que, a reclamo de meus honrados antecessores, contribuiu a Provincia para a formação do exercito nacional, acudio ella pressurosa ao novo appello da necessidade publica.

«Assim que, secundando-me em tal appello quasi todas as municipalidades, as autoridades em geral, todos os magistrados, muitos com sacrificio notavel, os cidadãos mais prestantes das diversas localidades, e todos com o desinteresse e fervor patriotico que se recommendam á gratidão publica, vimos dentro em poucos dias o patriotismo paulistano desenvolver-se na razão approximada do enthusiasmo primitivo e enviar ao theatro da guerra um reforço na quantidade de praças, 1,331.

Se é lisongeiro á Provincia este bello resultado, não está isso ainda, forçoso é confessal-o, na razão de suas forças e recursos, e menos na altura da necessidade....»

Referindo-se ao corpo policial provisorio, enunciou-se deste modo :

.
«Organisado para supprir a lacuna que deixou a marcha do corpo policial da Provincia para o theatro da guerra, tem correspondido o corpo provisorio á expectação do poder publico.

«Folgo de aqui consignar o acto de dedicação de que, ha poucos dias, deu elle provas, enviando um bom contingente a partilhar com seus camaradas, já existentes no sul, os louros que ali offerece a causa nacional.

«Ao som de hymnos marciaes, depois de uma tocante manifestação de sua fé religiosa, levantando enthusiasticos vivas á grandeza da nação, seguiram esses bravos a incorporar-se ao exercito Brasileiro.

«Foi um acto verdadeiramente sorprehendente....»

Em outro lugar do referido Relatorio escreveu o seguinte :

.
«*Contingentes de guerra.*—Addicionando o que que já informei no principio deste Relatorio, offereço á apreciação de vosso patriotismo o quadro demonstrativo do numero de praças que, nestes mezes de minha administração, tem fornecido a Provincia e enviado aos Ministerios encarregados de prover ás necessidades do theatro da guerra.

Eis o resumo das classes e do total da gente—de Novembro

até hoje—remettida, nas datas e pela fórma no quadro declaradas :

Voluntarios da patria.	87
Ditos do exercito	81
Para a marinha.	51
Recrutas	693
Guardas nacionaes e substitutos	419
Somma.	1,331

Esta somma tende a elevar-se, visto como a esta hora já não poucas praças ficam aquarteladas e outras se approximam, procedentes dos districtos mais longinquos ; e tem a Provincia briosamente correspondido ao appello nacional, e os funcionarios e mais cidadãos que me têm coadjuvado, nobremente comprehendido os sacrificios que se não pôde recusar á defeza da honra da patria.

As levas enviadas na administração dos honrados meus antecessores quizera eu tambem aqui enumerar, em quadro completo e especificado ; faltam-me, porém, esclarecimentos exactos e a liquidação não me é agora praticavel.

Ainda está na memoria de todos o enthusiasmo fecundo com que a Provincia respondeu á voz patriotica desses prestimosos cidadãos e á solicitude dos poderes centraes, nos primeiros dias da afflicção nacional : e não se esgota, como estamos vendo, o pandonor patriotico dos Paulistas, em quanto vêm indecisa a causa sagrada por que pleiteam seus irmãos e alliados.»

Depois de referir-me á documentos officiaes, seja-me licito dar-vos conhecimento de acontecimentos importantes em que representou brilhante papel o 7º Batalhão de Voluntarios, o primeiro que partio de nossa Provincia para o theatro da guerra.

O que vou dizer-vos é devido a esclarecimentos minuciosos, que me forneceu um official Paulista que muito se distinguio alli.

Eis os esclarecimentos que elle me prestou :

«O 7º Batalhão de Voluntarios da Patria teve seu começo em Janeiro de 1865, sob o commando do então coronel Francisco Antonio de Oliveira. Em Maio foi nomeado tenente-coronel commandante o major reformado do exercito Francisco Joaquim Pinto Paça, com o qual partio da capital, com destino a Matto-Grosso, a 24 de Julho, compondo-se de 720 praças e 39 officiaes, ao todo, 759 pessoas. Em virtude d'ordem

do Ministerio da Guerra, regressou do lugar denominado Perú, com destino a Santos a 28; chegando a 30, embarcou com destino ao Exercito em operações no Rio da Prata, com escallas por Santa Catharina onde desembarcou, demorando nessa cidade cinco dias, d'onde seguiu para o Rio-Grande, deixando algumas praças doentes. Chegando ao Rio-Grande desembarcou e prestou serviços em um grande incendio. Embarcou para Porto-Alegre onde chegou a 1º de Setembro e ali permaneceu até 8 de Outubro em que seguiu para Montevidéo. Em Porto-Alegre foi sempre o Batalhão distinguido pelo Presidente da Provincia, Visconde da Boa-Vista, que constantemente assistia as revistas, exercicios e paradas, mostrando-se sempre satisfeito, e provam isto os elogios em diversas ordens do dia. Deixou alli diversas praças doentes, recebendo outras das Provincias do Norte, que alli haviam ficado por doentes. Chegou a Montevidéo a 16 de Outubro, d'onde partio a 19 de Novembro, em que seguiu a reunir-se ao Exercito, deixando nesta cidade grande numero de praças doentes. Esteve encalhado o vapor, em que seguia, em frente a Colonia do Sacramento desde 30 de Novembro até 20 de Dezembro, data em que foi o Batalhão transferido para outro vapor no qual seguiu, chegando a Corrientes a 25 de Dezembro. Marchou para Lagoas Bravas em 1º de Janeiro de 1866 e reuniu-se ao exercito no mesmo dia, ficando pertencendo á Brigada denominada de protecção a artilharia, sob o commando do Coronel Francisco Gomes de Freitas e fazia parte da divisão commandada pelo distincto Paulista, Brigadeiro Mello.

«Marchou com o Exercito para Talacorá a 11 de Fevereiro onde chegou no mesmo dia. Foi incluída nelle uma alia do 45º Corpo de Voluntarios, de S. Paulo. Marchou para a margem esquerda do Paraná a 31 de Março. Embarcou para a Ilha da Redempção, ou Cabrita, na noite de 5 de Abril. Ao amanhecer deste dia, ao verem os inimigos tremulando no forte levantado durante a noite a bandeira brasileira, romperam em um grande bombardeio, cujas primeiras balas mataram 1 cabo e feriram 2 soldados do Batalhão. Tomou parte com bravura no combate da madrugada de 10, tendo fóra de acção 1 Tenente e 88 praças. Pela bravura com que se portou neste combate o Governo Imperial o condecorou com a venera do Cruzeiro, que foi mais tarde collocada em sua bandeira pelo General Osorio. Permaneceu na Ilha até 12. Atravessou com o Exercito o Paraná para Itapirú. Assistio o combate de 2 de Maio. Fez a avancada de 20 e o reconhecimento das posições inimigas em Rojas a 21, e tomou parte na Batalha de 24 em Tuyuty, na qual bateu-se por grande espaço de tempo com uma força de ca-

vallaria, infantaria e foguetes a congreve, e superior em numero, tendo fóra de combate 1 Capitão, 2 Tenentes, 3 Alferes e 119 praças. Foi reunido a elle a ala esquerda do 42º de Voluntarios de S. Paulo, que foi dissolvido. Fazia parte das forças da vanguarda no bombardeamento feito pelo inimigo a 13 de Junho, e teve 1 soldado ferido. Assistio aos combates de 16 e 17 de Julho e tomou parte no de 18, tendo fóra de combate 1 Capitão, 2 Tenentes, 2 Alferes e 194 praças. Durante a estada do Exercito em Tujuty fez sempre parte das forças de guarnição ás linhas avançadas intituladas—negras—e dos reductos do Potreiro Pires, pertencendo então á Brigada commandada pelo Coronel André Alves Leite de Oliveira Bello. Marchou com o Exercito para Tujucú a 21 de Julho de 1867, onde chegou a 31 assistindo o combate desse dia. Assistio ao combate de 20 de Setembro. Fez parte das forças que tomaram o Estabelecimento a 19 de Fevereiro de 1868, e das que fizeram o reconhecimento de Humaytá a 16 de Julho. Marchou com o Exercito de Parecué para Assumpção a 8 de Agosto, chegou a Surubiny a 24 de Setembro e a Palmas a 30. Fez o reconhecimento do forte Angustura a 1º de Outubro.

«Atravessou com o Exercito para o Chaco a 23 de Novembro onde permaneceu até 13 de Dezembro em que seguiu para Villeta. Tomou parte no combate de 21 de Dezembro em Piquiciry, junctamente com uma ala do 15º de Infantaria e 1 Corpo de Cavallaria, obrigando o inimigo a concentrar-se no Forte de Angustura, fazendo-lhe 400 e tantos mortos e 200 prisioneiros, tomando-lhe 32 boccas de fogo, algumas bandeiras e muita munição. Teve fóra de combate 4 officiaes e 121 praças. Assistio a rendição daquelle forte a 30 de Dezembro. Marchou para Assumpção a 2 e chegou a 5 de Janeiro de 1869. Expedicionou para a Villa do Rosario a 8 de Abril, onde permaneceu até 23 de Maio, fazendo reconhecimentos, nos quaes aprisionou alguns soldados inimigos.

«Seguiu para a villa de S. Pedro a 23 de Maio e d'ahi para Tupiram onde tomou parte no combate de 30, tendo fóra de acção trinta praças. Regressou para Assumpção e chegou a 10 de Junho. Destacou para Luque a 6 de Junho. Marchou para Taquaral e fez o reconhecimento ás cordilheiras na madrugada de 31. Marchou fazendo parte da columna expedicionaria ao mando do Brigadeiro José Auto da Silva Guimarães (hoje barão de Jaguarão) na noite de 11 de Agosto, tomou parte no tiroteio de 12 no alto das cordilheiras e no combate desse dia na picada de Caraguatahy. Chegou a esta villa na noite desse dia. Marchou para S. Joaquim a 15

de Outubro, e retrocedeu para a villa do Rosario a 20 e chegou a 31.

«Seguiu para a da Conceição a 6 de Novembro e chegou a 7. Expedicionou para o Arroio Verde em perseguição do inimigo e regressou á Conceição d'onde seguiu a 25 de Dezembro para Bella Vista, onde chegou a 18 de Janeiro de 1870, e ahi permaneceu até vinte de Fevereiro, em que marchou com destino a Cerro Corá, pela estrada dos Dourados, passando pela Colonia deste nome e de Miranda, e atravessando os rios Branco, Apa e Dourados. Chegou a Capivary a primeiro de Março e a Cerro Corá a 3.

«Regressou para Conceição e embarcou para Humaitá, onde chegou a 23. Embarcou para o Brazil a 30, chegou á Côrte a 16 de Abril. Embarcou para Santos a 23 e chegou a 24. Seguiu para S. Paulo a 25 e foi dissolvido a 29 por ordem do dia da Presidencia.

«Tinha ao dissolver-se 350 praças e 34 officiaes, ao todo 384. Deste numero apenas 84 pertenciam ao dos que partiram com o Batalhão.

«Falleceram no Batalhão durante a campanha, Major Elias José de Oliveira, Capitão Francisco d'Assis Pereira de Castao, Tenentes Antonio P. Goulart, Pio Corrêa da Rocha, João Francisco d'Azevedo, Roldão Martins de Brito; Alferes João Fabiano da Costa Machado, Francisco C. Teixeira Nogueira, Joaquim José de Sant'Anna, Francisco Antonio Bicudo e Augusto Miranda. São todos os de que tenho lembrança.

«Os Batalhões de Voluntarios que marcharam de S. Paulo para o Paraguay, foram o 7º, 42 e 45, destes só voltou incorporado o 7º.

«Este Batalhão forneceu grande numero de Cadetes inferiores para officiaes de outros corpos e foi um d'aquelles onde houve constantemente promoções por bravura.»

· E' geralmente sabido que os officiaes e praças Paulistas representaram brilhante papel n'aquella campanha.

Entre os officiaes que mais se distinguiram por seus actos de valor, e tornaram conhecido e muito considerado o nome Paulista no theatro da guerra mencionarei conforme as informações, que tenho, os Majores, Elias José de Oliveira, Fortunato de Campos Freire; os Capitães, Belizario Augusto de Sene, Bento Augusto d'Almeida Bicudo, Antonio Lopes Guimarães, Carlos Boucault e Diogo Antonio de Barros; os Tenentes, José Theophilo dos Santos, Antonio Joaquim

de Pinho, Pio Corrêa da Rocha, Antonio José de Oliveira Sampaio Filho, Jose Emiliano Claro de Sant'Anna; Alferes, Manoel Caetano d'Abreu Junior e Manoel José de Carvalho.

O Capitão Lopes Guimarães, dissolvido o 7.º Batalhão na capital, retirou-se para Sorocaba, terra de seu nascimento, e ahí falleceu; o capitão Bicudo reside, como sabeis, nas proximidades desta cidade, onde dirige seu estabelecimento agrícola; Diogo de Barros está á testa do seu grande estabelecimento industrial na capital; Claro de Sant'Anna e Bocault exercem tabellionatos, o primeiro em Pirassununga, o segundo em Mogy das Cruzes.

Nada posso dizer-vos do destino que tiveram os outros que voltaram a esta Provincia, porque ignoro.

Do que fica exposto tendes dados sufficientes que vos habilitam a conhecer qual a parte que os Paulistas tomaram na guerra contra o Paraguay e apreciar o merito de nossos patrios, que alli se distinguiram.

Ao mesmo tempo que durava a campanha contra o Paraguay, e tinha a Provincia seus olhos fitos sobre a marcha dos acontecimentos, enviando os reforços que o governo reclamava, desenvolvia-se nella o espirito de associação para as empresas industriaes e melhoramentos moraes.

Já em fins do anno de 1866 tinha sido entregue ao trafego a linha ferrea de Santos a Jundiaby, propriedade de uma companhia ingleza e construida com capitães estrangeiros.

As aspirações da Provincia para a construcção de novas linhas, como o pediam as riquezas de seu solo e os interesses agricolas, tiveram no presidente da Provincia, Joaquim Saldanha Marinho, um fiel interprete.

Sob sua direcção e esforços, poz-se em pratica a idéa de se organisar uma companhia, que fizesse uma estrada de Jundiaby a esta cidade.

No seu relatório apresentado á Assembléa Provincial no dia 2 de Fevereiro de 1868 se encontram, em referencia ao facto, as seguintes phrases :

“ Fiz o que cumpria. Appellei para os Paulistas.

“ Não lhes faltava nem vontade e nem possibilidade, e por tanto não podia ser inutil o appello.

“ Em uma reunião que convoquei na cidade de Campinas, e a que concorreu um grande numero dos mais grados cidadãos d'alli, como desta capital, de Santos e de outros lugares, abri a subscripção para a formação de uma Companhia Paulista.

«Achava-se presente o honrado e rico capitalista, o sr. barão de Itapetininga, e o seu nome foi o primeiro inscripto com 1,000 acções de 200\$000 réis, sendo seguido com entusiasmo pelos não menos dignos srs barão da Limeira, senador Souza Queiroz, Souza Barros, commendador Netto, Forjaz, Gavião Peixoto, Antonio Carlos, Aranhas, Amaraes, Aguiar de Barros, Aubertin, Fox, Wright, e muitos outros cavalheiros, cada um dos quaes se empenhou sinceramente pela realisação de um tão notavel melhoramento.

«Com tal coadjuvação não era possível que eu naufragasse no commettimento a que me atirei por amor da Provincia.

«Nomeei para os pontos, que mais interessam com o projectado melhoramento, commissões dentre as pessoas mais gradas das diversas localidades, para que corresse geralmente a subscipção.

«E quando incredulos me annunciavam a perda de tantos esforços, protestava contra isso o mais bello e magnifico resultado.

«Temos inscriptas até agora cerca de 18,600 acções no valor de 3.720:000\$, valor que já attinge a um dos orçamentos apresentados!

«Está pois formada uma Companhia Paulista, que só depende da legalisação de sua existencia, e disto trato eu com esmero, folgando em communicar-vos que considero tal legalisação como facto consummado.

«E' o primeiro exemplo desta ordem no Paiz. E' a primeira Companhia Brasileira que, em ponto tão elevado, abstrahê de capitaes estranhos, e se liberta do jugo commercial estrangeiro.

«E' facto de alcance enorme para o futuro.

«Honra á Provincia de S. Paulo!.....»

A linha foi aberta a 11 de Agosto do anno passado, e vós vistes que todas as manifestações do reconhecimento publico assignalaram, comq intimamente ligados á empresa, dois nomes :—o do eminente cidadão Saldanha Marinho, creador da Companhia, e o do dr. Falcão Filho, o illustrado e activo Presidente da Directoria dessa Companhia, o qual foi sempre incansavel e zeloso no desempenho de seus deveres.

Desde então novas empresas appareceram : organisaram-se a Companhia Ytuana, que em Abril deste anno de 1873 fez a inauguração da linha da cidade de Jundiahy á de Ytu ; a Companhia Sorocabana para levar a effeito a construcção de uma estrada que partindo da capital vá, passando pela cidade de Sorocaba, á Fabrica de Ferro de S. João do Ypanema, achando-

se actualmente bem adiantados os trabalhos ; a Companhia Mogyana que ha poucos mezes fundou-se nesta cidade para a construcção de uma linha d'aqui até á cidade de Mogy-mirim, com um ramal para a do Amparo ; a Companhia S. Paulo e Rio de Janeiro, para construir uma estrada da Capital até a Cachoeira, onde deve effectuar o entroncamento na de Pedro 2º, tendo assim de ficar ligada a Capital da Provincia á do Imperio.

A organização da Companhia Paulista foi pois a semente, que lançada no solo fértil desta Provincia produziu os mais bellos fructos.

Não se limitaram porém os paulistas ao desenvolvimento dos interesses materiaes ; suas vistas foram mais largas. Convencidos de que a ignorancia publica é um germen de males e que a instrucção popular não se difundia facilmente, pronunciaram-se entusiasticamente pela creação de escolas.

Algumas lojas maçonicas e outras sociedades, que se organizaram, votaram-se com sinceros esforços á vulgarisação dos meios de ensino.

Cumpre-me porem dizer-vos, em homenagem á verdade, que a iniciativa da idéa pertence á loja maçonica *America*, estabelecida na Capital, a qual em 1868 fundou e tem sustentado até hoje duas escolas nocturnas de primeiras letras, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino : ambas são muito frequentadas.

Tive occasião de visitar a do sexo masculino que funcionava na rua Municipal d'aquella cidade, e de observar que grande parte dos alumnos eram operarios que, depois dos trabalhos diarios nas horas que lhe restavam para o descanso, iam alli receber a instrucção.

Os cidadãos que dirigiam aquella *Loja* e a cuja influencia se deve a realisação de uteis cometimentos, eram—o *Veneravel* dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, lente da Faculdade de Direito, o jornalista Jr. Americo de Campos, orador dessa sociedade e o 1º Vigilante Luiz Gama.

Desde ha muito tempo se reconhecia a necessidade de se crear um Tribunal de Relação nesta Provincia ; felizmente a lei de 2 de Agosto do corrente anno veio satisfazer a sua legitima aspiração, creando esse Tribunal na capital e tendo por districto a nossa Provincia e a do Paraná.

A nossa provincia tem tido desde 1824 até hoje 40 presidentes.

Entre estes figuram nomes paulistas, que julgo conveniente recordar-vos ; são os dos brigadeiro Rafael Tobias, Ber-

nardo José Pinto Gavião Peixoto, Vicente Pires da Motta, Joaquim Octavio Nebias, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, João Chrispiniano Soares, João da Silva Carrão; actualmente exerce o cargo o sr. dr. João Theodoro Xavier.

Cumpre-me dizer-vos que a criação das Presidencias de Provincia data de 1823.

A Constituinte votou a lei de 20 de Outubro, que aboliu as *Juntas Provisorias* de Governo, e determinou que o governo das provincias fosse confiado provisoriamente a um Presidente e conselho.

Depois promulgou-se a Carta Constitucional, em 1824, que no art. 165 fez a criação definitiva e no art. 166 dispoz que as attribuições, competencia, auctoridade e quanto conviesse ao desempenho da administração fosse designado por lei.

Os bispos que regeram a diocese desde a independencia, foram d. Matheus de Abreu Pereira, d. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, d. Antonio Joaquim de Mello, d. Sebastião Pinto do Rego, e actualmente o sr. d. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho.

No exercicio desse elevado cargo só tivemos um paulista, d. Antonio Joaquim de Mello.

Foi a Provincia representada na camara vitalicia pelo bispo capellão-mór d. José Caetano da Silva Coitinho, J. Francisco de Assis Mascarenhas, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Lucas Antonio Monteiro de Barr s, senadores nomeados pelo primeiro imperador, Francisco de Paula Souza e Mello, pela regencia permanente, José Cesario de Miranda Ribeiro, Mon-senhor João José Vieira Ramalho, José Manuel da Fonseca, pelo actual imperador.

Presentemente é ella representada pelos senadores, srs.: Francisco Antonio de Souza Queiroz, Marquez de S. Vicente, visconde de Caravellas, dr. Joaquim Xavier de Godoy.

Nasceram nesta Provincia, Fernandes Pinheiro, Paula Souza, S. Vicente, Fonseca, Souza Queiroz e Godoy.

Foram eleitos pela Provincia para a camara temporaria os seguintes cidadãos :

Assembléa Constituinte de Lisboa, de 1821 a 1823:

—Dr. Antonio Carlos Ribeiro d'Andrada Machado e Silva, dr. José Ricardo da Costa Aguiar e Andrade, Francisco de Paula Souza e Mello, José Feliciano Fernandes Pinheiro, padre Diogo Antonio Feijó, dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Assembléa Constituinte que se installou na capital do Império em 1823:

—Dr. Antonio Carlos, dr. José Ricardo, Paula Souza, Fernandes Pinheiro, marechal José Arouche de Toledo Rendon, Diogo de Toledo Lara Ordonhez, dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, desembargador Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, dr. Nicolau Vergueiro.

Depois de jurada a Carta Constitucional:

Primeira Legislatura:

—Dr. Nicolau Vergueiro, dr. José da Costa Carvalho, dr. José Ricardo, dr. Manoel Joaquim d'Ornellas, dr. José Corrêa Pacheco e Silva, Arouche, Paula Souza, Fernandes Pinheiro, e marechal Francisco das Chagas Santos.

Segunda Legislatura:

—Paula Souza, Feijó, Costa Carvalho, Rafael Tobias de Aguiar, Corrêa Pacheco, Ornellas, sargento-mór Antonio Paes de Barros, capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas, dr. Rodrigo Antonio Monteiro de Barros.

Terceira Legislatura:

—Tobias, Paula Souza, Corrêa Pacheco, Sá Ribas, Joaquim Floriano de Toledo, dr. Manoel Dias de Toledo, Francisco Alvares Machado de Vasconcellos, padre Valerio de Alvarenga Ferreira, padre Lourenço Marcondes da Silva.

Quarta Legislatura:

—Costa Carvalho, dr. Carlos Carneiro de Campos, coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Rodrigo de Barros, d. José Antonio dos Reis bispo de Cuiabá, dr. Antonio Carlos, dr. Joaquim José Pacheco, Joaquim Floriano, Alvares Machado.

Quinta Legislatura, previamente dissolvida em 1842:

—Tobias, Alvares Machado, Martim Francisco, Antonio Carlos, dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, dr. José Antonio Pimenta Bueno, Joaquim Floriano, Manoel Dias, e Francisco Antonio de Souza Queiroz.

Quinta Legislatura:

Pacheco, Carneiro de Campos, Rodrigo de Barros, José Carlos Pereira d'Almeida Torres, Joaquim Octavio Nebias, José Manoel da Fonseca, dr. Joaquim Firmino Pereira Jorge, dr. José Alves dos Santos.

Sexta Legislatura:

—Tobias, Souza Queiroz, Alvares Machado, dr. Antonio Manoel de Campos Mello, dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, coronel José Joaquim Machado d'Oliveira, Pimenta Bueno.

Setima Legislatura ; dissolvida :

—Tobias, Gavião, Rodrigues dos Santos, Souza Queiroz, dr. João da Silva Carrão, Tristão de Abreu Rangel, Felício Pinto Coelho de Mendonça e Castro, tenente coronel Antonio Manoel de Mello, Antonio Clemente dos Santos.

Oitava Legislatura :

—Pacheco, Carneiro de Campos, Monsenhor João José Vieira Ramalho, dr. José Ignacio Silveira da Motta, Nebias, Pereira Jorge, José Manoel da Silva, José Mathias Ferreira de Abreu, dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide.

Nona Legislatura :

—Nebias, Pereira Jorge, Pacheco Jordão, Silveira da Motta, Carneiro de Campos, Vieira Ramalho, José Mathias, dr. Hypolito José Soares de Souza, dr. Antonio Gonçalves Barbosa da Cunha.

Decima Legislatura :

—Carrão, Barbosa da Cunha, Pacheco, Tobias, Nebias, Monsenhor Ignacio Marcondes de Oliveira Cabral, dr. Bernardo Avelino Gavião Peixoto, Rodrigues dos Santos, dr. Antonio da Costa Pinto e Silva.

Undecima Legislatura ; dissolvida em 1863 :

—Dr. Rodrigo Augusto da Silva, dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, Carrão, dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, barão da Bella Vista, dr. Flaminio Antonio dos Nascimento Lessa, Nebias, Barbosa da Cunha, Costa Pinto.

Duodecima Legislatura :

—Carrão, dr. Antonio Francisco de Paula e Souza, Antonio Moreira da Costa Guimarães, Martim Francisco, dr. Francisco Gomes dos Santos Lopes, Costa Pinto, Nebias, barão de S. João do Rio Claro.

Decima terceira Legislatura ; dissolvida em Julho de 1868 :

—Dr. Americo Braziliense de Almeida Mello, José Bonifacio, Carrão, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Martim Francisco, Bernardo Gavião, dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, conselheiro João Chrispiano Soares, dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro.

Decima quarta Legislatura ; dissolvida em 1872 :

—Rodrigo Silva, dr. João Mendes d'Almeida, commendador Antonio Joaquim da Rosa, dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, dr. Joaquim Floriano de Godoy, dr. Francisco de Paula Toledo, Nebias, Costa Pinto, dr. Antonio da Silva Prado.

Decima quinta Legislatura, de 1872 a 1875 :

—Rodrigo Silva, Mendes d'Almeida, commendador Rosa, Duarte de Azevedo, Silva Prado, barão de S. João do Rio

Claro, dr. Joaquim Lopes Chaves, dr. Francisco de Paula Oliveira Borges, dr. Delfino Pinheiro d'Ulhoa Cintra.

A cadeira occupada pelo barão do Rio Claro, ficou vaga por fallecimento deste a 31 de Agosto do corrente anno.

Dos deputados á Constituinte e ás Legislaturas seguintes, eleitos por esta Provincia, não nasceram nella — Vergueiro, Velloso d'Oliveira, Costa Carvalho, Carneiro de Campos, Pacheco, José Carlos, Vieira Ramalho, Silveira da Motta, Hypolito Soares de Souza, Costa Pinto, Duarte de Azevedo, e Mendes d'Almeida.

Ao terminar esta lição me parece ser de utilidade dar-vos esclarecimentos relativos á prosperidade de nossa Provincia.

Como argumento, que vos deva convencer do progresso que ella tem feito, dir-vos-hei qué no anno financeiro de 1835-1836, na primeira sessão da Assembléa Legislativa, que substituiu os antigos Conselhos Geraes, a receita orçada foi de 243.700\$000, e as rendas arrecadadas montaram a 405.150\$874 réis:—no exercicio de 1872-1873 o orçamento das rendas foi de 2:110.787\$000, e para o exercicio que começou em Julho do corrente anno e deve findar em Julho do proximo anno de 1874 o orçamento é de 3:063.115\$000.

Vêdes destas rapidas informações a differença que vae entre o anno de 1835 e os ultimos, de que fallo, quanto ao incremento de rendas provinciaes.

Penso ter feito exposição dos mais importantes successos, em relação á nossa Provincia, até hoje.

Na lição seguinte me occuparei da historia geral do paiz.

XXXIV

(30 de Outubro)

Primeiro ministerio depois da maioridade.—A guerra no Rio Grande do Sul.—Novo ministerio.—Duas leis de 1841.—S. Paulo e Minas.—Casamento do imperador.—Negocios do Sul.—Tratado de 24 de Março de 1843.—Pacificação do Rio Grande do Sul.—Viagem imperial.—Movimento revolucionario em Pernambuco.—A repressão do trafico de Africanos.—Guerra no Rio da Prata.—Relações diplomaticas com o Paraguay.

Senhores.

Vou hoje continuar a expôr os acontecimentos, que formam a historia geral do paiz.

Depois de vos ter narrado as occurrencias relativas á declaração da maioridade do sr. D. Pedro II, que a 23 de Julho de 1840 prestou juramento e assumio o exercicio do cargo imperial, eu occupei-me especialmente da historia de nossa Provincia.

A respeito desta nada mais resta-me dizer.

De agora em diante vos darei conhecimento dos principaes factos occorridos desde aquelle anno até este, em que estamos.

Em tres licções desempenharei esta tarefa: a primeira, a de hoje, comprehenderá o periodo de 1840 a 1856; a segunda, o de 1857 a 1866; a terceira, o de 1867 até hoje.

Nas exposições que vou fazer, servir-me-hei em relação a muitos factos, do *Epítome da Historia do Brazil*, de Pinheiro, da de Menezes, dos *Tratados* compilados e publicados pelo illustrado sr. dr. Pereira Pinto, e quanto a outros, que eu accrescentar, elles serão colhidos em outras fontes de nossa historia, resultado de meus estudos e observações.

No dia immediato áquelle em que o sr. D. Pedro entrou no exercicio do cargo de imperador, organisou o seu primeiro gabinete com algumas das influencias que dirigiram os acontecimentos, de que se originou a maioridade.

Foi constituido do seguinte modo :

Ministro do Imperio—Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva ; da Fazenda—Martim Francisco Ribeiro de Andrada ; de Extrangeiros—Aureliano de Souza e Oliveira Coitinho ; da Justiça—Antonio Paulino Limpo de Abreu ; da Marinha—Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque ; da Guerra—Francisco de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

Nos poucos mezes de vida deste ministerio, sua attenção foi absorvida pela guerra do Rio Grande do Sul.

Já vos disse em outro lugar como foi iniciado este acontecimento em 1835.

Para tornar mais completa a narração do que occorreu, devo recordar em ligeiras phrases o que houve no periodo regencial.

Depois de proclamada a revolução em Setembro de 1835, o governo nomeou presidente do Rio Grande do Sul o dr. José de Araujo Ribeiro.

Em resultado dos passos que elle deu, separou-se o coronel Bento Manoel Ribeiro do partido da revolução.

Atacadas as forças inimigas, alcançou o governo recuperar a capital da Provincia e bater no combate da Ilha de Fanfa, em principios de Outubro de 1836, o chefe Bento Gonçalves da Silva, que ficou prisioneiro, e foi enviado para um forte na Bahia.

Parecia prestes a finalizar-se a guerra quando foi substituído Araujo Ribeiro, na presidencia, pelo brigadeiro Antêro José Ferreira de Brito e então nova face tomaram as cousas.

O facto de ter sido nomeado este brigadeiro, inimigo pessoal do coronel Bento Manoel, deu lugar a que este desconfiasse das vistas do governo a seu respeito.

Temendo ser victima de traição, tentou e conseguiu attrahir o presidente junto ao Passo do Tapevy, onde prendeu-o, adherindo de novo á causa dos revoltosos.

Em seguida o coronel José Crisostomo da Silva rendeu-se, perdendo a importante posição de Caçapava.

Continuou a guerra de tal modo que o governo não tinha meios de supplantar-a, parecendo impossivel que ella tivesse fim, principalmente depois que Bento Gonçalves fugio do Forte do Mar, na Bahia, e voltou ao Rio Grande, onde assumio, de novo, o cargo de presidente da Republica.

Não é necessario dizer-vos minuciosamente tudo quanto se deu.

Quando foi declarada a maioridade, para o governo não havia esperanza de feliz desenlace dos negocios do Sul.

Em 1838 ainda os republicanos tinham triumphado, derrotando os generaes regalistas—Barreto, Cunha e Calderon.

Em 1839 a Provincia de Santa Catharina tinha sido invadida por uma divisão do exercito republicano ás ordens de David Canavarro, que occupou as villas de Lagese Laguna e proclamou a sua annexação á republica de Piratinim.

Depois disto o general Andréa e o capitão de mar e guerra Frederico Mariath consorciaram todos os seus esforços e actividade para expellirem os invasores.

E' certo porém que a situação do governo não melhorava e nem a amnistia geral concedida em Agosto de 1840 aos crimes politicos conseguiu dar tranquillidade ao Rio Grande do Sul.

O gabinete de 23 de Julho nomeou presidente d'aquella Provincia o deputado Alvares Machado e commandante das armas o brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto.

Ambos tomaram posse de seus cargos em Dezembro do mesmo anno.

O pensamento do gabinete de 23 de Julho era restaurar a ordem publica, principalmente pelo emprego dos meios brandos.

A missão de Alvares Machado era conciliadora.

Chegand á Provincia proclamou aos Rio Grandenses afim de que cessasse a luta fratrecida : mas estereis foram os servicos do presidente e commandante das armas.

Nem os meios conciliatorios nem o recurso ás armas trouxeram satisfatorios resultados.

A guerra continuou : a situação do gabinete, que não era feliz, aggravou-se em consequencia da discordia que appareceu em seu seio.

O ministro de extrangeiros considerava necessaria a demissão do commandante das armas e instava por ella, os outros membros do ministerio opinavam em sentido contrario e o sustentavam.

Creada esta crise, ella solveu-se pela demissão de todos os ministros, ficando o de extrangeiros que fez parte do novo gabinete formado a 23 de Março de 1841 com os seguintes ministros : do Imperio—Candido José de Araujo Vianna ; da Fazenda—Miguel Calmon du Pin e Almeida ; da Justiça—Paulino José Soares de Souza ; da Marinha—Francisco Vilela Barbosa ; da Guerra—José Clemente Pereira.

Foi então nomeado presidente do Rio Grande Saturnino de Souza e Oliveira e commandante das armas o conde do Rio Pardo.

Deixando por emquanto a narração do mais que aconteceu

no Rio Grande do Sul, tratarei de outros factos, observando assim a ordem em que elles se deram.

A 18 de Julho do mesmo anno effectuou-se a cerimonia da coroação e sagração do sr. D. Pedro II, na Capella Imperial, na Côrte, officiendo d. Romualdo Antonio de Seixas, arcebispo da Bahia..

Foi na sessão legislativa desse anno que o ministerio apresentou os projectos de lei da creação do Conselho d'Estado e da reforma do Codigo do Processo Criminal.

Depois de vehemente discussão foram elles approvados, pronunciando-se a opposição contra suas principaes disposições.

São as leis de 23 de Novembro de 1841 e 3 de Dezembro.

Cumpre-me dizer-vos, que a opposição era representada pelo partido liberal e o governo do Paiz estava confiado ao conservador, desde a organização do gabinete de 23 de Março.

As Provincias de S. Paulo e Minas se manifestaram contra as medidas adoptadas,

Desattendidas em seus protestos pacificos e considerando attentatoria da Carta Constitucional a dissolução previa, por Decreto de 1º de Maio, da camara temporaria, visto que a competencia para conhecer da validade das eleições competia a ella e o governo, a pretexto de nullidades, não tinha o direito de dissolver-a, fizeram manifestação armada contra o poder.

Já vos disse minuciosamente o que occorreu em S. Paulo; referirei em poucas palavras o que houve em Minas.

Recorrendo-se á obra do conego Marinho, *Historia do movimento politico de 1842 em Minas Geraes*, vê-se que o rompimento da revolução alli teve lugar a 10 de Junho na cidade de Barbacena, tendo sido até certo ponto uma imitação do que se deu em Sorocaba a 17 de Maio

Na citada obra lêem-se as seguintes phrases, e documentos :

«Mais que tudo, a consideração de que os paulistas se haviam já comprometido, e uma maior demora da parte dos mineiros os poderia perder, decidio terminantemente ao coronel José Felicianno, ao coronel Marcellino Armond, ao tenente coronel João Gualberto, ao dr. Camillo, e marcou-se o dia 10 de Junho para o rompimento.

«Tal era o isolamento da policia e dos governistas na cidade de Barbacena, que tomando-se desde o dia quatro em uma chacara visinha todas as medidas para o rompimento, convocando-se Guardas Nacionaes, mandando-se proprios, estavam elles de tudo na completa ignorancia; e foi só na manhã do dia 10, que em seu assustado despertar ouviram tocar a rebate os sinos e as cornetas; alguns quiseram evadir-

se, estavam porém cercados dentro da cidade e um batalhão de Guarda Nacional estava postado em frente da casa da camara. Tudo se passou então na melhor ordem, a G. N. proclamou presidente interino da Provincia o tenente coronel José Felicianno, a camara municipal, reunida como para uma sessão ordinaria, o convidou pelo seguinte officio, para prestar juramento e tomar posse d'aquelle emprego.

«Officio á José Felicianno Pinto Coelho, convidando-o á tomar posse do cargo de presidente interino da Provincia.

«Illm. e Exm. Sr.—Havendo a Guarda Nacional e povo deste Municipio se reunido hoje e proclamado a V. Exc. Presidente interino desta Provincia, afim de dirigir os esforços da mesma Provincia, no empenho de livrar o Nosso Adorado Monarcha da coacção, em que o tem posto a oligarchia hoje dominante, e que atraçõa em seu interesse o paiz e o throno, destruindo a Constituição do Estado, que nos cumpre sustentar e defender, como a baze a mais solida, sobre que se firma o throno imperial, que juramos e protestamos á face de Deos e dos homens sustentar á custa de nossas vidas, a Camara Municipal desta cidade tem a honra de convidar a V. Exc., para que compareça nos Paços da mesma Municipalidade, para prestar juramento e tomar posse do dito emprego.—Deos guarde a V. Exc.—Sala das sessões em Barbacena, 10 de Junho de 1842.

—Illm. e Exm. Sr. José Felicianno Pinto Coelho da Cunha, Presidente interino desta Provincia.—Manoel Ribeiro Nunes.—Camillo Maria Ferreira.—Lino José Ferreira Armond.—Francisco de Paula Camillo Araujo.—Pedro Teixeira de Carvalho e Azevedo.—Joaquim Rodrigues de Carvalho e Oliveira.»

Resposta ao officio suppra.

«Illms. Srs.—Acabo de receber o officio de VV. SS. pelo qual me convidam á tomar posse de Presidente interino da Provincia, para que fui acclamado pela Guarda Nacional e Povo desta muito nobre e Leal cidade, com o fim de dirigir os esforços da Provincia na sustentação e defeza da Constituição do Estado, e dõ Throno do Nosso Adorado Monarcha o Senhor D. Pedro II; e reconhecendo eu quanto em verdade urge, que nos reunamos em torno do Throno Imperial para libertarmos o Nosso Imperador da influencia perniciosa de uma oligarchia cega de ambição e de capricho, que opprime o povo, e desdoura o Throno; e disposto a fazer todos os sacrificios de fortuna e de vida na sustentação da nossa Constituição, obra do Immortal Fundador do Imperio, e na defeza do Throno Impe-

rial, sobre que se assenta a Dynastia Augusta do Heróe, que nos deu Patria e Liberdade, comparecerei nos Paços dessa Municipalidade, hoje pelas 10 horas, para o fim indicado; protestando desde já, e jurando que meu procedimento é dirigido sómente pelo desejo de vêr minha Patria gosar de liberdade, e o Meu Monarcha e Amo no pleno, completo e absoluto gozo de todos os direitos Magestáticos, tanto quanto a Constituição, e o Acto Adicional o querem. Este, estou convencido, é o pensamento da Provincia inteira, e é especialmente o dessa heroica e Leal Municipalidade, e do brioso Povo desta Cidade, e o que constantemente sustentarei na presente lucta, desistindo immediatamente de todo e qualquer empenho, se em qualquer circumstancia pudesse apparecer (o que não é possível) um outro espirito, outro desejo, que não fosse depôr immediatamente as armas, no momento em que o Nosso Monarcha se faça ouvir, livre, como desejamos: então irei eu mesmo aos pés do Nosso Monarcha e Meu Augusto Amo, pedir o castigo, se o merecemos, empunhando as armas para melhor o servirmos, e sustentarmos seu Throno, e sobre elle Sua Imperial Dynastia. Se os perversos que cercam o Monarcha enodoarem nosso comportamento, o nosso ulterior procedimento justificará nossa conducta.—Deos guarde os Srs. Presidente e mais Vereadores da Camara Municipal da Cidade de Barbacena, aos 10 de Junho de 1842.—Illms. Srs. Presidente e mais Vereadores da Camara Municipal desta Cidade.—*José Felicianno Pinto Coelho da Cunha* »

O Tenente-Coronel José Felicianno, depois de empossado do cargo de Presidente, tendo prestado o juramento de sustentar a Constituição, o throno do Senhor D. Pedro II, e de dirigir o movimento enquanto se não oppuzesse ao systema jurado e não tivesse por fim senão uma manifestação contra o gabinete de Marco, são estas as phrases da referida obra, dirigio uma carta ao Imperador, fez um longo manifesto aos Mineiros e publicou a seguinte

PROCLAMAÇÃO

«Mineiros!—O grito heroico, que acabam de soltar os briosos Paulistas, em sustentação das Liberdades Brasileiras, e do Throno Constitucional do Nosso Adorado Monarcha o Senhor D. Pedro II, deve ser repercutido ou contrariado pela Provincia de Minas: contrarial-o fôra prestar auxilio, e forças á uma oligarchia turbulenta e pretensora que conservando como que debaixo de sua tutela o Monarcha, afastando-lhe toda a verdade dos ouvidos, nem ao menos consente que elle ouça os gemidos de seus

filhos para lhes enchugar as lagrimas; repercutil-o, esse brado de honra, é levantar o estandarte da bem entendida Liberdade, é prestar o mais valioso apoio ao Throno Constitucional sobre que se assenta, e se assentará perpetuamente a Dynastia Augusta do Immortal Fundador do Imperio: assim a Municipalidade, e povo da Nobre e muito Leal Cidade de Barbacena, acaba de nomear-me Presidente interino desta Provincia, e accedendo eu tambem aos desejos de muitos outros Municipios, que de mim tal sacrificio exigiram, prestei hoje juramento nas mãos da mesma Municipalidade. O partido era facil á tomar, e devendo eu escolher entre os riscos de uma luta, e ao vêr tranquillo anniquilada a Constituição do Estado, ameaçado e rebaixado o throno imperial, a minha decisão foi prompta; tanto mais pela convicção em que estou, que a Provincia inteira se reunirá em torno de mim para gritarmos:—Liberdade e segurança ao Povo; respeito e Liberdade para a Corôa. Mineiros, vossa coragem e dedicação triumpharão dos obstaculos, vossa perseverança e firmeza firmarão o Throno Constitucional do Senhor D. Pedro II. União, e a patria será salva. Viva a Religião. Viva a Constituição. Viva o Senhor D. Pedro II.—*José Feliciano Pinto Coelho da Cunha.*»

No mesmo dia 10 de Junho expedio o Presidente interino^o circulares ás camaras, ordenando a publicação de editaes para que não fosse prestada obediencia ás leis das reformas e de creação do Conselho de Estado.

Os revolucionarios em Minas deram ao movimento caracter mais energico e de mais longa duração que os de S. Paulo.

Organisaram-se forças com mais regularidade, e ellas tiveram varios combates com tropas do governo.

Caethê, Queluz, Barbacena, foram theatro das victorias dos insurgentes.

E' certo porém que, desde a certeza da pacificação de São Paulo, o presidente interino e outros chefes da revolução procuravam oportunidade para deporem as armas.

Esperavam que o Barão de Caxias, commandante em chefe do exercito chamado da legalidade, propuzesse os meios de se chegar a uma solução pacifica, ao mesmo tempo que tinham enviado para o Rio uma commissão encarregada de pedir amnistia.

Alentando estas esperanças, e para ganhar tempo nas phrases do autor da *Historia do Movimento politico* em Minas, o exercito dos insurgentes marchou para Santa Luzia.

A 19 de Agosto o presidente interino separa-se do exercito e retira-se.

Não obstante esta retirada deu-se o combate entre as tropas do governo e as dos revolucionarios, a 20 de Agosto.

Para que tenhaes conhecimento do que occorreu, citarei um trecho da obra, á que estou me referindo, na exposição dos acontecimentos em Minas.

«Estavam os insurgentes senhores do campo de batalha, davam-se já os parabens pela victoria alcançada, o exito do combate já não era duvidoso, pois que o general da legalidade já se retirava a mais de uma hora, perdendo bagagens e artilharias, quando das tres para quatro horas trocaram as posições dos combatentes com a appareção do batalhão 8º no campo de batalha, e elle mudou a sorte das armas, ainda pela razão de não terem os insurgentes um chefe que os dirigisse.

«O combate se havia travado, não entre o general da legalidade e alguns dos chefes insurgentes, não entre uma columna legalista e outra insurgente, mas sim entre a columna do Barão de Caxias e grupos insurgentes, sahidos de todas as columnas.

«Com effeito a falta de um chefe, que os dirigisse, tinha arrancado aos insurgentes uma bella victoria; o combate do dia 20 estaya perdido para estes....»

O referido autor da *Historia do Movimento Politico*, em relação ao combate do dia 20, diz que os revolucionarios não soffreram uma derrota tal que os impossibilitasse de se reorganisarem, sob um novo chefe, para fazerem *guerra de recursos*, tanto mais quanto contavam com as sympathias da Provincia.

Diz mais que foi a intervenção da columna de José Joaquim de Lima que deu o triumpho ás forças do governo.

Em Santa Luzia, a victoria se pronunciou contra os revolucionarios, porém é facto geralmente sabido que o Barão de Caxias não encontrou a mesma facilidade para soffocar a revolução em Minas, como o fizera a de S. Paulo.

Pelo contrario o general das tropas do governo vio-se ali em perigo, e foi o batalhão 8º, commandado por José Joaquim de Lima que alcançou a victoria.

Os principaes influentes do movimento em Minas foram José Feliciano, Galvão, Alvarenga, João Gualberto, Ottoni, José Pedro, secretario do presidente interino, e outros.

Os Mineiros, cumpre-me dizel-o, portaram-se com um enthusiasmo e denodo admiraveis no pronunciamento hostile que fizeram ao poder.

Foram vencidos e tiveram de sugeitar-se aos soffrimentos

desta situação : a historia, porém, registrando e perpetuando seus feitos na memoria publica, não deixara de reconhecer gloriosa a mesma derrota em Santa Luzia, tendo os insurgentes combatido contra tropas disciplinadas.

Pacificadas as duas Províncias de S. Paulo e Minas, tinha o governo de volver suas vistas para os negocios do Rio-Grande do Sul.

A revolução, que alli tinha rebentado, como já vos disse, em Setembro de 1835 e cujos fins constam da proclamação do seu chefe Bento Gonçalves da Silva, publicada a 25 do mesmo mez, continuava.

Victoriosa em seu começo e dando lugar á fuga do então presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga para a villa do Rio-Grande, com todas as autoridades da capital, passou por constantes alternativas : ora os revolucionarios alcançavam a victoria, ora esta pertencia ás forças chamadas legaes.

E' certo, porém, que em 1842 ainda não havia esperanças de restabelecimento da ordem publica, ao contrario, nesse anno encontrava a revolução elementos de vigor : em Paysandú tinha-se reunido um Congresso em que Paz Lopes, Fructo Rivero e Bento Gonçalves resolveram fundar a Confederação do Uruguay, formando-se da Banda Oriental, Corrientes, Entre-Rios e Rio-Grande do Sul. Já anteriormente se havia celebrado um tractado de alliança offensiva e defensiva entre Fructo Rivera e Bento Gonçalves.

O Governo Imperial, de sua parte, tractou de obter os auxilios de uma potencia estrangeira, acceitando a offerta que por uma Nota de Janeiro de 1843 lhe fizera o General Guido, representante da Confederação Argentina.

Ponderava esse ministro o accôrdo de Rivera com os revolucionarios do Rio-Grande, e sollicitava do Governo Imperial a declaração de estar ou não resolvido á operar contra Fructo Rivera e offerecia, no caso de obter auxilio da esquadra Imperial, os animaes de que necessitasse o exercito do Barão de Caxias, para bater os Rio-Grandenses.

Cumpre-me dizer-vos que já desde Novembro de 1842 estava no Sul o Barão de Caxias, Presidente e commandante das armas.

Discutidas as bases da proposta do General Guido, foi celebrado o tratado de 24 de Março de 1843, ractificado por parte do Brasil a 27 do mesmo mez : porém o General Rosas, Presidente da Republica Argentina, não o acceitou.

Este tractado foi assignado por Honorio Hermeto Carneiro Leão e Joaquim José Rodrigues Torres, plenipotenciarios do Brasil. Contém 13 artigos.

No primeiro se creava alliança offensiva e defensiva, entre o Governo do Brasil e a Confederação Argentina contra o poder e autoridade de Fructo Rivera na Republica Oriental, e contra os Rebeldes da Provincia do Rio-Grande de S. Pedro do Sul e seus partidistas.

Nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º se determinavam as condições desta alliança, os serviços que o Brasil deveria prestar e os que deveria receber da parte da Confederação Argentina.

Nos artigos 8º e 9º impunha condições relativas á residencia dos revolucionarios de ambos os Paizes.

Assim ainda mesmo depois de terminada a guerra o Governo Argentino não pôderia permittir que Bento Gonçalves e outros chefes da Revolução do Rio-Grande residissem em territorio Oriental ou no da Confederação. O Governo Imperial tambem se obrigava a expulsar do territorio Brasileiro a Rivera e outros chefes que fossem indicados pelo Governo da Confederação. Tambem consagrava a independencia do Estado Oriental e reconhecia de mutuo interesse para o Imperio e Confederação Argentina a celebração do Tractado definitivo de Paz, conforme a estipulação do art. 17 da Convenção de 26 de Agosto de 1828.

Dou-vos conhecimento destas principaes disposições do Tractado de 24 de Março de 1843, não ractificado pelo Presidente da Confederação Argentina, porque considero um importante documento historico, para mostrar o caminho errado que o Governo Imperial seguiu quando, procurando recursos contra os revolucionarios do Rio-Grande, facilmente accitou a proposta do representante da Confederação Argentina.

No Parlamento Brasileiro larga discussão houve sobre este assumpto.

O Tractado teve defensores que, com sua eloquencia e nomes prestigiosos, procuraram sustentar o procedimento do Governo.

Nenhum orador porém, conseguiu nullificar as judiciosas observações, em linguagem energica, constantes do brilhante discurso que nosso patricio Rodrigues dos Santos proferio na camara temporaria, na sessão de 21 de Agosto de 1845.

Entre outros tópicos dessa notavel peça parlamentar, encontraram-se as seguintes mémoraveis phrases :

«Este tratado, para vergonha do Brazil, foi feito e firmado no Rio de Janeiro em 24 de Março de 1843, e ratificado por S. M. Imperial em 27 do mesmo mez !

«Sr. presidente, eu julgo de transcendente utilidade que o paiz possa avaliar a marcha do gabinete que fez esse trata-

do, que conheça quaes eram os compromissos a que por elle ficava o Brazil sujeito, quaes eram as vantagens que podia haver, e por ultimo qual era a tendencia, qual era a moralidade do governo que confeccionou o mesmo tratado (*apoia-dps*). Para que isto se saiba, não posso dispensar-me de fazer uma ligeira resenha de suas disposições, indicando os seus pontos mais dignos de reparo.

«Fallo sem reserva a respeito deste tratado, porque hoje não temo que os interesses do paiz possam ser compromettidos pela publicidade dos debates acerca delles: o tratado já foi publicado em folhas estrangeiras, e parece-me que em uma folha da opposição aqui na Côrte; por consequencia é negocio que não admite mais segredo, que cahio no dominio da publicidade.

«Este tratado intitula-se da maneira seguinte:

Alliança offensiva e defensiva entre o governo do Brazil e o capitão general da Provincia de Buenos-Ayres, encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, com o fim de conseguir a completa pacificação da Provincia do Rio Grande do Sul, e da Republica Oriental do Uruguay com estabelecimento do poder da auctoridade legal em ambos os territorios, etc.

«Antes de tudo, sr. presidente, cumpre ponderar que não pôde escapar da accusação de ter sujeito o paiz á maior das ignominias, aquelle governo que julgou conveniente alliar o monarcha Brasileiro com o dictador de Buenos-Ayres, para o fim de pacificar o Brazil, aquelle governo que deu ao mundo o testemunho de que era incapaz de por si abafar as comoções intestinas do imperio (*apoiados*). O governo que assim confessou a sua fraqueza e falta de recursos, de alguma maneira deu a entender que as idéas que defendia no Rio Grande do Sul não tinham no Brazil o apoio da grande maioria dos Brasileiros; deu a entender que a monarchia, que era disputada nos campos do Rio Grande, não tinha em seu favor a adhesão constante, ardente de todos os Brasileiros (*apoiados*); significou que para sustentar a monarchia e suplantar as idéas republicanas era mister que o governo Brasileiro fizesse uma alliança offensiva e defensiva com um governo estrangeiro, com um governo republicano!! Esta simples consideração bastaria para regeitar qualquer idéa de tratado que tivesse semelhante fim; entretanto houve um governo no Brazil que não recuou ante esta consideração, que nos expôz á maior das ignominias.»

Em relação aos auxílios que devia á Confederação Argentina prestar o Brazil, conforme o art. 5 do tratado, disse o notavel orador :

« »

«Para que eram 6.000 cavallos ? Era este um grande auxilio prestado ás forças imperiaes no Rio Grande do Sul ? Poderia este numero bastar para montar a metade das forças que alli tinhamos ? Demais, esses cavallos não nos eram fornecidos gratuitamente, e nós os poderíamos obter sem tratado, como sempre os temos obtido dos Estados visinhos, durante todo o tempo da guerra do Rio Grande (*apoyados*).»

«Temos pois que o resultado final deste tratado, que continuarei a denominar funesto e offensivo aos interesses e á dignidade do imperlo, era unicamente augmentar o theatro da guerra, visto que se destruiam as barreiras entre o Brazil e o Estado Oriental ; a guerra podia ser feita em todo o territorio da Provincia do Rio Grande e das provincias limitrophes ! e nós, que tinhamos de sustentar uma guerra dentro de um circulo circumscripto, haviamos achar-nos a braços com uma guerra em um circulo maior ; iam os abrir as nossas fronteiras para que as forças do Estado Oriental as pudessem invadir com todo o direito, de penetrar nos pontos mais interiores do imperio a que pudessem chegar, trazendo consigo a devastação e o exterminio que formam os caracteristicos principaes da guerra d'aquelles povos quasi barbarisados !! Este era o primeiro resultado ; o outro resultado era augmentar o numero de nossos inimigos, porque então tinhamos de combater não só os rebeldes do Rio Grande, como as forças de Fructo Rivéra ; e portanto, ainda mesmo contando com o incerto auxilio de Rosas não tinhamos melhorado de posição.»

« »

«Ainda é digno de reparo que este tratado, que não podia deixar de ser sujeito ao conhecimento do Conselho d'Estado, que é composto, na sua quasi totalidade, de homens que têm eguaes pretensões, fosse pelo Conselho de Estado approved, e todos esses homens arriscassem a corôa Brazileira a soffrer o dezar porque passou pela regeição do tratado ! E note V. Ex. que esta regeição foi toda em vantagem do governo Argentino, que declarou que não annua a tal tratado por ser offensivo da independencia do Estado Oriental ; declaração esta que foi um quináu dado ao governo do Brazil

(*apoiados*), ao governo do Brazil que tem obrigação e interesse em manter essa independencia »

Relativamente á continuação da guerra do Sul em 1843, nada mais tenho a dizer deixando outros esclarecimentos para quando fallar da pacificação em 1845.

Ainda no anno de 1843, registra a historia, como facto importante, o consorcio do Senhor D. Pedro II com a Senhora D. Thereza Christina Maria, irmã do rei das Duas Sicilias.

Celebrada a cerimonia dos esponsaes alli em 31 de Maio de 1843, embarcou-se a Imperatriz para o Brazil em fins de Junho.

Chegou ao Rio de Janeiro a 3 de Setembro, dia em que deram-se as benções nupciaes.

A estas nupcias precedeu o tratado de 20 de Maio de 1842 entre os srs. D. Pedro e Fernando II, rei das Duas Sicilias.

Contem elle doze artigos.

Vou dar-vos conhecimento em resumo de suas disposições.

Os artigos 1º e 2º referem-se á concessão, por parte de S. M. Siciliana, de sua irmã a princeza Thereza Christina Maria para esposa do Senhor D. Pedro II, e á declaração da princeza, como imperatriz do Brazil, logo que o casamento se effectuasse em Napoles por procnração.

No artigo 3º constituiu-se o dote de cento e vinte mil ducados do Reino de Napoles, obrigando-se tambem o rei das Duas Sicilias a fornecer á princeza as alfaias de ouro e de prata e joias, vestidos e outros ornatos conforme o estylo em casos semelhantes.

No artigo 4º o Imperador do Brasil constitue á titulo de contra dote a quantia de cem contos de réis, e para maior segurança obriga para a serenissima esposa, com pleno direito de hypotheca, a totalidade das rendas do Imperio do Brasil e os bens da corôa que fossem especificados no instrumento de segurança á contento de S. M. Siciliana.

No artigo 5º se consagra a renuncia da princeza a qualquer acção ou pretensão contra a herança livre de seus progenitores, considerando-se satisfeita de sua legitima paterna e materna com o pagamento do dote de cento e vinte mil ducados.

No artigo 6º constituiu-se o Sr. D. Pedro obrigado a destinar a quantia annual de cem contos de réis, moeda do Brazil, para as despesas de toucador e outras semelhantes.

No artigo 7º fica estipulado que o imperador promette dar à sua esposa depois, da celebração do casamento, um presente de joias a título de presente de bodas.

Os artigos 8º e 9º concedem garantias relativas ao dote e pensão no caso de viuvez da imperatriz sem ter filhos.

No artigo 10º trata das hypotheses de ficando descendentes residir a imperatriz viuva no Brazil ou fóra d'elle.

O artigo 11º refere-se ao caso de fallecer a imperatriz antes de seu esposo, podendo dispôr de seus bens como entender. Se porventura fallecer sem ter feito disposição d'elles, serão restituídos aos herdeiros *ab intestato* da illustre defunta.

O artigo 12º marca o praso para ratificação do tratado por ambos os imperantes.

Em principio do anno de 1844 deu-se mudança de situação politica no paiz.

A 2 de Fevereiro organisou-se novo ministerio para substituir o de 13 de Março de 1843.

Ficou composto dos srs.: Ministro do Imperio—José Carlos Pereira d'Almeida Torres; da Fazenda—Mauoel Alves Branco; da Justiça—Mauoel Antonio Galvão; de Extranjeros—Ernesto Ferreira França; da Guerra—Jeronymo Francisco Coelho; da Marinha—Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti.

O governo do paiz foi confiado ao partido liberal.

Os principaes acontecimentos d'este anno são a amnistia concedida aos revolucionarios de S. Paulo e Minas, por Decreto de 14 de Março; o casamento da princeza D. Januaria com o conde d'Aquila a 28 de Abril; a dissolução da camara dos deputados por Decreto de 21 de Maio; e a revolta das Alagôas.

Dar-vos-hei ligeiros esclarecimentos a respeito deste movimento.

Os actos do presidente da Provincia, dr. Souza Franco, tinham desagradado a varios cidadãos. Uniram-se estes a muitos outros do interior da Provincia que estava o descontentes e julgando-se feridos em seus interesses electoraes e locaes.

Pediram providencias ao presidente e não recelendo satisfação a seus intentos, associaram-se a um bando capitaneado pelo vulgarmente denominado Vicente de Paula e resolveram atacar a capital.

Foi esta investida a 5 de Outubro e facilmente tomada pelos insurgentes.

Foi abandonada no fim de poucos dias, mas a 21 do mesmo mez voltaram aquelles em maior numero.

Nesta occasião porém foram repellidos com perdas pelas forças do governo.

O presidente acolheu-se a um vaso de guerra, no porto de Maceió.

Enviadas tropas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro para aquella Provincia, o commando foi confiado ao brigadeiro Corrêa Seâra, e este entrando logo em operações de campanha bateu os revoltosos.

Convencido o governo imperial de que a mudança de administrador da Provincia traria em resultado o restabelecimento da ordem, para alli enviou o conselheiro Caetano Maria Lopes Gama.

Este presidente estava auctorisado a conceder amnistia, por Decreto de 20 de Novembro, aos que prestassem obdiencia ás leis: tratou de executal-o em Dezembro.

Restabeleceu-se a tranquillidade na Provincia.

No anno de 1845 deram-se os seguintes successos: nascimento do primeiro filho do imperador a 23 de Fevereiro, o qual teve o nome de D. Affonso; a pacificação do Rio Grande do Sul; o protesto do governo, em Outubro, contra a promulgação do bill Aberdeen, que sugeita os navios e subditos brasileiros, suspeitos de se empregarem no trafico de Africanos, a julgamento pelos tribunaes inglezes e punição pelas leis da Inglaterra.

A guerra no Rio Grande tocou a seu termo, depois de quasi 10 annos de duração.

A Provincia, que havia proclamado a republica, que nas phrases do illustrado escriptor das *Paginas da Historia constitucional do Brazil*, tinha organizado um governo, e todas as suas dependencias, improvisado finanças, armado exercitos quasi regulares, suscitado allianças estrangeiras, ganho batalhas, e affrontado victoriosamente o mais forte estado da America do Sul, entrou no gozo da tranquillidade.

Na citada obra *Paginas da Historia Constitucional*, encontram-se os esclarecimentos, que passo a dar-vos sobre o desfecho dessa guerra:

“

«Desembarcando na Provincia do Rio Grande em Novembro de 1842 achava-se o general em chefe á frente de forças desmoralisadas pelos revezes, e pela inacção; commandadas por officiaes muitos dos quaes divididos uns dos outros por mesquinhas rivalidades, não hesitavam em dar aos seus subordinados o funesto exemplo da indisciplina partindo de

cima; privados do necessario, sem fé em si nem na causa que defendiam.

«No fim de mezes, transformado como por encanto, entrava em campanha o mesmo exercito animado de melhor espirito, disciplinado, elevado ao necessario grão de instrucção, reorganizado, provido de tudo, e cada soldado, e cada official sentindo-se collocado com admiravel sagacidade no lugar que devidamente lhe competia, sabendo-se e acreditando-se no caminho de decisivos triumphos. Dos erros dos seus antecessores facilmente descobrira o sr. marquez de Caxias o mais grave na desnecessaria concentraçã das forças da legalidade, concentraçã absolutamente ineficaz em presença de um inimigo que recusando aventurar-se á sorte das batalhas campaes, e perfeitamente senhor da topographia da Provincia, baldava pela imprevisita celeridade dos seus movimentos os calculos mais bem fundados; ao passo que contribuia para o desprestigio da auctoridade legitima reduzida ao papel passivo de mera resistencia (e a experiencia bem o mostrava) era a primeira e infallivel consequencia de grandes agglomerações. E contudo não era preciso muito mais do que o simples bom senso para conceber a necessidade de dar toda a mobilidade possível a tropas cujo effectivo não estava em proporção com a vasta extensão de territorio sobre o qual era preciso que estendessem a sua acção.

«Por isso foi o primeiro cuidado do general em chefe dividir convenientemente o seu exercito depois de alivial-o do pezado trem de bagagens, e de tudo quanto lhe podia pear os movimentos. Isto feito, tomando habil e ousadamente a iniciativa das operações, o sr. marquez de Caxias encetou a memoravel serie de manobras por meio das quaes, e realisando prodigios de actividade, pôde durante o espaço de dous annos, guardar a linha do Jacuhy prolongada de um lado até Missões, e do outro pelas margens das duas lagoas, até o Estado Oriental, perseguindo o inimigo, trazendo-o constantemente ameaçado entre dous fogos, batendo sempre que mau grado seu era forçado a acceitar combate até o dia em que vencido e pedindo paz, entregou as armas no historico campo de *Ponche Verde*.

.

«Depois de uma tentativa de mediação de Rivéra, que teve lugar em fins de Setembro de 1844, e á qual o general não julgou a proposito responder senão que a submissão pura e simples era a unica condição, que admittia, e afiançar a clemencia imperial a sua unica promessa; no mez de Outubro o

padre Chagas e Antonio Vicente da Fontoura, pessoas consciuvas do partido farrapo tendo antes recebido os salvo-condictos do estillo, dirigiram-se ao quartel general a conferenciar sobre o mesmo assumpto.

Sendo porém as conferencias interrompidas pelo reapparecimento de Canavarro, Netto e João Antonio em Piratinim á frente de mil e tantos homens com a intenção de tirarem desforra dos revezes que tantas vezes lhes causára o sr. barão de Jacuhy, que se achava de guarnição á linha do Jaguarão a Pelotas, com a brigada da esquerda, de seu commando, resolveu o general em chefe aproveitar a occasião de dar-lhes mais um energico conselho de animação.

Para esse fim o general tendo antes combinado com o barão de Jacuhy os movimentos, que fariam para envolver em cerco Canavarro e os seus, marchou de S. Gabriel por Caçapava em demanda de Piratinim, mas antes de effectuar a junção, logrou o segundo com a pericia e audacia do costume, surprehender os rebeldes no acampamento dos Porongos pela madrugada de 14 de Janeiro, desbaratando-os completamente com perda de mais de metade da gente que traziam. Cem mortos, quatrocentos prisioneiros, entre os quaes o ministro da fazenda farrapo Vaz Vianna, mais de mil cavallos, grande quantidade de armas, os archivos da republica, foram os trophéos desta decisiva victoria, a que se seguiu a posse da capital da republica sem queimar-se uma escorva.

Desmoralisados sem remedio, perdida a cavallada, que lha tinham tomado toda a que escapára dos Porongos, o barão, de S. Gabriel á Jacintho Guedes nas Pontas do Sarandy e o me mo barão de Jacuhy a Teixeira no Arroyo Grande volveram os rebeldes a negociações enviando Fontoura ao Rio de Janeiro a entender-se com o governo.

Publicado o decreto de amnistia a 18 de Dezembro e de volta á Provincia os commissarios em Janeiro de 1845 no dia 27 do mesmo mez, no campo do *Ponche Verde* illustrado a 13 de Maio de 1843 pela victoria de Bento Manoel, primeiro resultado das combinações do sr marquez de Caxias, Canavarro, para esse fim munido de plenos poderes do intitulado presidente José Gomes Jardim, annunciou aos restos do seu exercito em numero de 700 praças e 200 officiaes a amnistia e pacificação, fazendo em seguida entregar ao sr. marquez de Caxias os escravos incorporados ás suas forças e dissolver as praças que restavam.»

· · · · ·
Dou-vos agora conhecimento de dous importantes documentos declarando acabada a guerra.

O primeiro é a proclamação de David Canavarro, e outro a do barão de Caxias.

«Concidadãos! Competentemente auctorisado pelo magistraldo civil a quem obedeciamos, e na qualidade de commandante em chefe, concordando com a unanime vontade de todos os officiaes da força do meu commando, vos declaro que a guerra civil, que ha mais de nove annos, devasta este bello paiz, está acabada. A cadeia de successos porque passam todas as revoluções tem transviado o fim politico a que nos dirigiamos, e hoje a continuação de uma guerra tal seria o ultimatum da destruição e do aniquilamento de nossa terra.

«Um poder extranho ameaçava a integridade do Imperio; e tão estolida ousadia jámais deixaria de echoar em nossos corações brasileiros. O Rio-Grande não será o theatro de suas iniquidades, e nós partilharemos a gloria de sacrificar os resentimentos creados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil.

«Concidadãos! Ao desprender-me do gráu que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre assegurar-vos que podeis volver tranquilllos aos seios de vossas familias.

«Vossa segurança individual e vossa propriedade está garantida pela palavra sagrada do Monarcha, e o apreço de vossas virtudes confiado ao seu magnanimo coração.

«União, fraternidade, respeito ás leis e eterna gratidão ao inclyto presidente da provincia, o Illm. e Exm. Sr. Barão de Caxias, pelos afanosos esforços que ha feito na pacificação da Provincia.

«Campo em Ponche Verde, 28 de Fevereiro de 1845.—*David Canavarro.*»

«Rio-Grandenses!—E' sem duvida para mim de inexplicavel prazer o ter de annunciar-vos que a guerra civil que por mais de nove annos devastou esta bella provincia está terminada.

«Os irmãos contra quem combatiamos estão hoje congratulados connosco e já obedecem ao legitimo governo do Imperio Brasileiro.

«S. M. o Imperador ordenou, por Decreto de 18 de Dezembro de 1844, o esquecimento do passado, e mai positivamente recommenda no mesmo Decreto que taes Brasileiros não sejam judicialmente, nem por qualquer outra maneira, perseguidos ou inquietados pelos actos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução. Esta magnanima deliberação do Monarcha Brasileiro ha de ser religiosamente cumprida, eu o prometto sob minha palavra de honra.

«Uma só vontade nos una, Rio-Grandenses! Maldição eterna á quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas!

União e tranquillidade seja de hoje em diante a nossa divisa !

«Viva a religião ! Viva o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil ! Viva a integridade do Imperio !

«Quartel-general da Presidência e do commando em chefe do exercito no campo de Alexandre Simões, margem direita de Santa Maria, 1º de Março de 1845.—*Barão de Caxias.*»

Assim ficou terminada a guerra do Sul iniciada no periodo regencial, em Setembro de 1835, e a provincia do Rio-Grande que ainda em Março de 1844, constituida em republica, figurava como *parte contractante* na redacção, em fórma diplomatica, da convenção celebrada em 1838 com Fructo Rivera, prestou obediencia ás instituições de nosso paiz, ficando pacificada em 1845.

Depois deste acontecimento, resolveu o Senhor D. Pedro II visitar as provincias de Santa Catharina, Rio-Grande do Sul e S. Paulo.

Já vos dei noticia da viagem imperial ; hoje só tenho á acrescentar que o imperador e a imperatriz partiram da Côrte á 5 de Outubro de 1845, e depois de terem percorrido alguns municipios das tres provincias voltaram á capital do Imperio em Abril de 1846.

De 1846 a 1856 deram-se os factos que passo a mencionar.

A promulgação da Lei Eleitoral de 19 de Agosto de 1846, a mais importante desse anno ; o nascimento da princeza a Sra. D. Izabel a 29 de Julho ; o fallecimento do principe D. Affonso em Junho de 1847 ; o nascimento da princeza a Sra. D. Leopoldina á 13 de Julho ; o nascimento do principe D. Pedro Affonso em 19 de Julho de 1848.

Por fallecimento do principe D. Affonso e de D. Pedro Affonso, o deste em 10 de Janeiro de 1850, o direito ao throno foram passou á princeza Senhora D. Izabel.

Em 29 de Setembro do mesmo anno de 1848 deu-se mudança politica na situação do paiz, tendo sido organizado um ministerio formado de notaveis influencias do partido conservador : nomeados os Srs.:

Ministro do Imperio—José da Costa Carvalho ; de Extrangeiros—Pedro de Araujo Lima ; da Justiça—Euzebio de Queiroz ; da Marinha e Guerra—Manoel Felizardo de Souza e Mello. A 6 de Outubro de 1848 foi nomeado para a pasta da Fazenda Joaquim José Rodrigues Torres.

Este ministerio succedeu ao ultimo gabinete do partido liberal que tinha sido formado, em 31 de Maio desse anno, do seguinte modo :

Ministro do Imperio—José Pedro Dias de Carvalho ; da

Fazenda—Francisco de Paula Souza e Mello, presidente do Conselho; de Extrangeiros—Bernardo de Souza Franco; da Justiça—Antonio Manoel de Campos Mello; da Marinha—Joaquim Antão Fernandes Leão; da Guerra—João Paulo dos Santos Barreto.

Souza Franco foi encarregado interinamente da pasta da Fazenda desde 18 de Agosto de 1848, quando o presidente do Conselho retirou-se.

Cabe-me aqui dizer-vos que desde aquelle tempo até hoje é crença geral que o chefe do gabinete afastou-se da gerencia dos negocios publicos, porque estava descontente e convencido de não poder dar-lhes melhor direcção.

Comprehende-se bem o proceder deste estadista, distincto por sua illustração e patrióticos sentimentos, que desde o primeiro imperio sempre manifestou a convicção de que o system-representativo em nosso paiz não funcçãoava em condições regulares.

A 5 de Outubro foram addiadas as camaras para 23 de Abril de 1849.

A 7 de Novembro rompeu uma revolução em Pernambuco. Oito deputados liberaes publicaram um manifesto justificando a revolução e puzeram-se á frente della.

Presidia a Provincia de Pernambuco Herculano Ferreira Penna, quando se deu a primeira manifestação em Páu d'Alho.

Os revolucionarios occuparam depois Iguarassú e concitaram outras localidades á acompanhá-los.

Depois de varios combates ao norte da provincia atacaram á capital no dia 2 de Fevereiro de 1849.

Então já presidia a Provincia o Sr. Manoel Vieira Tosta.

As forças do governo sob o mando do general José Joaquim Coelho, em renhida peleja, por mais de 13 horas, repellio os revoltosos.

Entre as victimas dessa revolução teve o partido, que a proclamou, á lamentar a morte de um dos mais distinctos Pernambucanos o Dezebargador Nunes Machado, membro da Camara temporaria.

A victoria do governo na capital foi um grande golpe dado á revolução; muitos dos revoltosos depuzeram as armas. O Capitão Pedro Ivo tentou dar novo impulso á revolta com aquelles que se mantiveram armados sob seu commando; mas perdidos foram seus esforços, a provincia não o acompanhou e restabeleceu-se a tranquillidade publica no anno seguinte.

O anno de 1850 foi assignalado por duas leis de grande importancia: o Codigo Commercial promulgado a 25 de Junho

e a lei de 4 de Setembro, para repressão do trafico de Africanos, vieram satisfazer as exigencias de elevados interesses.

A primeira embora defeituosa veio garantir melhor as relações commerciaes tão mal attendidas pela antiga legislação ; a outra consagrando meios energicos para reprimir a importação de Africanos revelou os sentimentos humanitarios do paiz onde a parte illustrada da população sempre foi infensa á tão immoral commercio.

Cumpre-me dizer-vos que não obstante as medidas adoptadas n'essa lei que deveriam convencer a Inglaterra das boas intenções do governo Brasileiro, manteve ella o bill Aberdeen, promulgado em 1845, e de que já vos falei.

Esse bill foi um grande attentado á soberania de nosso paiz, como attentados foram todos os actos relativos á policia dos nossos portos onde os inglezes aprisionaram navios como suspeitos de se entregarem ao trafico.

Ao Conselheiro Euzebio de Queiroz, um dos mais considerados estadistas que o paiz teve, se deve o projecto da lei de 4 de Setembro.

Passo agora a dar-vos noticia da guerra no Rio da Prata.

Devo dizer-vos que quando algum dia quizerdes ter satisfatorio conhecimento de occurrencias importantes relativas á essa guerra, lede o Relatorio do ministro dos negocios estrangeiros apresentado ás Camaras no anno de 1852.

O ministro de então, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, brasileiro distincto por seus estudos, talentos e serviços ao paiz, tratou do assumpto de modo claro e minucioso.

N'esse luminoso documento se encontram explicados os successos, d'onde re originou aquella guerra.

Ahi se vêem ás variadas phases porque passaram d'esde seu começo as relações do Brasil com o governador Rosas e com Oribe ; ahi se mencionam as exigencias constantes do governo Argentino, em linguagem sempre insolente, revelando a má fé e audacia de Rosas.

O illustrado ministro de Extrangeiros, tratando tambem da intervenção da França e da Inglaterra nos negocios do Prata, explicou quaes as vistas de Rosas em relação á Banda Oriental e ao Brasil, desde que já não temia aquella intervenção.

Referindo-se ás violencias e estorsões praticadas pelo governo de Oribe contra subditos brasileiros e á consequente invasão do territorio Oriental pelo Barão de Jacuhy, disse que o governo imperial procurava accomodar as difficuldades nascidas de taes factos, mas que o general Oribe cortou relações com a legação brasileira e declarou que não tomaria em consideração reclamação alguma.

Não houve, emfim, incidente algum nas relações do Brasil com o governador Rosas e general Oribe que não fosse exposto, ao mesmo tempo que o illustre estadista apresentava as razões que levaram o governo imperial á celebrar allianças e a fazer a guerra no Rio da Prata.

Se vos recomendo a leitura desse importante documento é porque nos estreitos limites das ligões que vos dou, não me é possível tornal-o conhecido em todas as suas partes.

Limitando-me á dar-vos ligeira noticia dos acontecimentos, dir-vos-hei que aproveitando-se então o governo imperial do grande descontentamento, que lavrava na população da Confederação Argentina por causa das atrocidades commettidas pelo dictador Rosas, celebrou alliança com Urquiza que se collocou á testa dos descontentes.

A alliança tinha por intuito lançar Rosas de Buenos-Ayres e livrar a cidade de Montevideó dos vexames nascidos do cerco com que Oribe, instrumento de Rosas, apertava essa Capital.

Formando essa alliança, diz um escriptor, o proposito do Brasil era não só desafrontar-se das offensas recebidas, mas também firmar a independencia da Banda Oriental que elle tinha-se obrigado a garantir.

A' 6 de Setembro de 1851 marchou o exercito brasileiro das fronteiras do Rio-Grande para o territorio Oriental em numero de quasi vinte mil homens.

Commandava-o o general Conde de Caxias.

A' 11 de Outubro Oribe não tendo esperanças de triumpho depoz as armas entregando-se com todo o pessoal e material de seu exercito.

As forças brasileiras fizeram entrada em Montevideó, onde não encontraram inimigo á combater.

Em seguida uma divisão composta de mais de quatro mil homens ao mando do brigadeiro Manoel Marques de Souza depois Conde de Porto-Alegre, seguiu á encorp rar-se ás forças de Urquiza.

Enquanto os dois exercitos, e aqui refiro as palavras que se encontram na *Historia do Brasil*, de Menezes, marchavam ao encontro, a esquadilha brasileira commandada pelo vice-almirante João Pascoé Greenfell colhia em *Tonelero*, difficil Passo defendido pela natureza e pela arte, uma brilhante victoria.

As forças alliadas depois que se reuniram entraram em campanha contra as de Rosas, e á 2 de Fevereiro de 1852 alcançaram victoria em Monte Caseros, victoria principalmente devida ao heroismo da divisão brasileira.

Rosas, perdida essa batalha, acolheu-se a bordo de um brigue inglez que o levou para Inglaterra á 10 de Fevereiro.

No anno de 1853 o acontecimento que preoccupou o espirito publico foi a inauguração da chamada *politica de conciliação*. Foi o ministerio de 6 de Setembro que a proclamou.

Este gabinete formou-se primitivamente do Visconde de Paranã, presidente do Conselho e ministro da Fazenda; de Estrangeiros—Visconde de Abaeté; da Justiça—Nabuco de Araújo; da Guerra—Pedro Bellegarde; da Marinha—Silva Paranhos; do Imperio—Luiz Pedreira.

A politica de conciliação, diz o illustrado Sr. Pinheiro na sua *Historia do Brasil*, já estava em parte e na sua essencia realisada pelos ministerios anteriores; mas o Visconde de Paranã systematisou, generalisou o principio em virtude do qual esperava o arrefecimento do demasiado ardor, com que pelejavam os partidos na imprensa e no parlamento, a concórdia dos animos, tão necessaria a realisação dos melhoramentos de que o imperio precisava.

No anno de 1854, em Abril, foi inaugurada a primeira estrada de ferro no Brasil: refiro-me a que vae de Mauá a raiz da Serra da Estrella, no municipio de Petropolis.

Em 1855 foi promulgada a lei criando districtos eleitoraes.

Dar-vos-hei agora esclarecimentos sobre as negociações do Brasil com o Paraguay, que trouxeram em resultado o Tratado de 6 de Abril de 1856.

O dictador Carlos Antonio Lopes evitava a execução do Tratado de 20 de Dezembro de 1850, que promettia-nos a livre navegação das aguas daquella Republica.

O nosso ministro residente Philippe José Pereira Leal exigio do dictador o cumprimento de suas obrigações.

Lopez, irritado por este facto, expedio os passaportes áquelle ministro.

O governo imperial entendeu que esta injuria exigia satisfação: enviou ao Paraguay uma missão especial afim de obtel-a.

Foi encarregado da missão o chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira que levava ás suas ordens uma esquadrilha para sustentar suas reclamações.

Chegando o enviado ao sitio denominado *Tres Bocas* dirigio um ultimatum ao dictador.

Este deu a satisfação exigida e celebrou com Pedro Ferreira um Tratado de paz, commercio e navegação, que não foi ratificado pelo governo imperial.

Em consequencia disto o dictador enviou á capital do imperio um plenipotenciario e então foi assignado o Tratado de 6 de Abril de 1856, de amisade, navegação e commercio, con-

vencionando-se ao mesmo tempo que no prazo marcado no Tratado se escolheriam outros plenipotenciarios para reconhecerem definitivamente a linha divisoria de ambos os paizes. Mas o governo Paraguayo criou sempre embarços á execução desses ajustes, por meio de regulamentos offensivos aos direitos do imperio e prejudiciaes ao commercio e navegação da provincia de Matto-Grosso.

O gabinete de 6 de Setembro de 1853 perdendo o seu chefe, o Marquez de Paraná, que falleceu a 3 de Setembro de 1856, foi reconstituído.

Ao Marquez de Caxias passou a presidencia do Conselho, e foi nomeado Ministro da Fazenda o Sr. Wanderley, occupando interinamente as pastas da Marinha e Extrangeiros.

XXXV

(3 de Novembro)

Dez gabinetes em nove annos.—Politica interna.—Diversas leis.—Viagem do Imperador e Imperatriz ao Norte.—Questão anglo-brazileira.—Casamento das princezas.—Guerra contra a Banda Oriental.—Guerra contra o Paraguay.—Considerações sobre diversos acontecimentos.

Senhores.

No periodo de que vou me occupar, de 1857 a 1866, o primeiro facto sobre que chamo a vossa attenção é a rapida substituição de ministerios. Em nove annos teve o paiz dez gabinetes.

O gabinete de 6 de Setembro de 1853, sob cuja administração foi promulgada a lei de 19 de Setembro de 1855, reformando a Lei Eleitoral e creando districtos que elegiam um deputado e um supplente, foi substituido pelo de 4 de Maio de 1857 sob a presidencia do marquez de Olinda, ministro de Imperio; occuparam outras pastas os srs.: da Fazenda, Sousa Franco; da Justiça, Francisco Diogo Pereira de Va concellos; de Estrangeiros, Visconde de Maranguape; a de Marinha, José Antonio Saraiva; a da Guerra, Jeronymo Francisco Coelho.

Dos membros desse gabinete Souza Franco e Coelho representavam o partido liberal.

A organização desse ministerio—com cidadãos de escolas politicas differentes, foi devida, a meu ver, á influencia da politica de conciliação proclamada pelo gabinete anterior e á da eleição de deputados pela nova lei, a qual deu em resultado ter o partido liberal enviado á camara temporaria representantes prestigiosos e já conhecidos no paiz.

Professando o principio de *dilatação* de credito, a bem do commercio e outras industrias, auctorisou a incorporação de bancos e approvou os seus Estatutos.

Esses estabelecimentos tinham a faculdade de emitir bilhetes ao portador e á vista até o total do capital effectivo, realisaveis em metal ou notas do thesouro

Os actos do governo excitaram viva discussão no parlamento.

Alem disto a organisação de um gabinete, onde tinham entrado liberaes e conservadores, não podia apresentar unidade de vistas politicas.

Em minha opinião já trazia em si este ministerio elementos de curta duração

A 12 de Dezembro de 1858 foi substituido pela administração formada dos seguintes ministros: Visconde de Abaeté, da Marinha e presidente do conselho; Sergio de Macedo, do Imperio; Torres Homem, da Fazenda; Silva Paranhos, de Extrangeiros; Nabuco de Araujo, da Justiça; Manoel Felizardo, da Guerra.

Esse gabinete sustentava principios economicos contrarios aos do antecedente.

Em Junho de 1859 o sr. Torres Homem apresentava á camara temporaria um projecto, que claramente definiu o pensamento do governo.

Este projecto obrigava o banco do Brazil e outros autorizados pelo poder executivo á realizarem em ouro seus bilhetes, 3 annos depois de publicada a lei, determinando tambem o maximo de emissão. Alem disto só ao poder legislativo dava a competencia de autorisar estabelecimentos de tal natureza.

Viva foi a discussão na camara temporaria.

Em consequencia da marcha que tiveram os factos resolveu o gabinete sollicitar o adiamento das camaras, ao que mais tarde deveria seguir-se a dissolução.

O poder moderador não concedeu a providencia solicitada e o ministerio retirou-se

A 10 de Agosto outro gabinete se organisou, e foi formado dos srs.: Silva Ferraz, presidente do conselho e ministro da Fazenda; Sebastião do Rego Barros, da Guerra; Cunha Paragná, da Justiça; João d'Almeida Pereira, do Imperio; Paes Barreto, da Marinha; Cansansão de Sinimbu, de Extrangeiros.

Depois da eleição de deputados conforme o systema eleitoral, que havia alterado a lei de 19 de Setembro de 1855, alguns membros do gabinete pediram demissão.

Não tendo sido possivel ao presidente do conselho dissuadir os de sa resolução dissolveu-se o gabinete.

A 2 de Março de 1861 outro ministerio foi organizado, sendo presidente do conselho e ministro da Guerra o mar-

quez de Caxias, e os srs.: Sayão Lobato, da Justiça; Silva Paranhos, da Fazenda; Joaquim José Ignacio, da Marinha; Sá e Albuquerque, de Extrangeiros; José Antonio Saraiva, do Imperio.

Nesse mesmo mez foi inaugurada uma nova repartição ministerial, a de Agricultura, Commercio e Obras Publicas, tendo sido o primeiro ministro effectivo dessa pasta o sr. Manoel Felizardo.

As divergencias, que appareceram, deram em resultado a retirada dos ministros do Imperio e de Extrangeiros, que foram substituidos pelos srs. Souza Ramos e Magalhães Taques.

A retirada dos dois ministros e divergencias mais pronunciadas, que se deram entre elles e seus antigos amigos, foram o preludio da organização do partido chamado—Progressista—que se formou de liberaes e conservadores.

Na sessão da camara temporaria em 1862 fez este veheamente opposição ao gabinete de 2 de Março.

Em consequencia de uma votação hostil propoz o gabinete a dissolução da camara.

Não tendo alcançado essa medida deixou o poder.

A 24 de Maio o sr. Zacarias de Goes e Vasconcellos, formou um ministerio, ficando elle com a pasta do Imperio, com os srs. Dias de Carvalho na pasta da Fazenda; José Bonifacio de Andrada e Silva, na da Marinha; Carneiro de Campos, na de Extrangeiros; Francisco José Furtado, na da Justiça; barão de Porto Alegre, na da Guerra; Sá e Albuquerque, na da Agricultura.

Essa administração durou quatro dias.

Recebida com declaração de desconfiança logo que se apresentou á camara temporaria, e não tendo obtido o recurso da dissolução desta, retirou-se a 28.

O marquez de Olinda foi encarregado de organizar novo gabinete: a 30 de Maio formou-se este dos srs.. Olinda, ministro do Imperio; marquez de Abrantes, de Extrangeiros; Bellegarde, da Agricultura; visconde de Albuquerque, da Fazenda; Polidoro da Fonseca Jordão, da Guerra; Raymundo de Lamare, da Marinha; Cansansão de Sinimbu, da Justiça.

Este gabinete foi substituido, por haver pedido demissão, visto que a camara eleita depois da dissolução da anterior, á 12 de Maio de 1863, representava as idéas sustentadas pelo ministerio de 24 de Maio de 1862.

Entendeu o gabinete que não devia continuar e cedeo o poder á opinião manifestada na ultima eleição.

A 15 de Janeiro de 1864 o sr. Zacarias de Goes e Vascon-

cellos, o mesmo chefe do gabinete, de 4 dias, de 24 de Maio, organisou o ministerio. Ficando elle na pasta da Justiça, teve por collegas os srs.: Dias de Carvalho, na da Fazenda; Dias Vieira, na da Marinha; José Bonifacio, na do Imperio; Mariano de Mattos, na da Guerra; Paes Barreto, na de Extran-geiros; Domiciano Ribeiro, na da Agricultura.

Posteriormente fez parte desse gabinete o sr. Francisco Carlos d'Araujo Brusque por fallecimento do sr. Paes Barreto.

A 31 de Agosto esse gabinete foi substituido pelo que foi organizado do seguinte modo: Presidente do conselho e ministro da Justiça, o sr. Francisco José Furtado; do Imperio, o sr. José Liberato Barroso; da Fazenda, o sr. Carlos Carneiro de Campos; da Agricultura, o sr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá; de Extran-geiros, o sr. Dias Vieira; da Guerra, o sr. Beaurepaire Rohan.

Esta administração que atravessou um periodo cheio de difficuldades que exigiam medidas extraordinarias, logo que se abriu a Assembléa Geral em Mai de 1865 encontrou opposição revelada ao eleger-se a meza da camara.

Retirou-se e foi formado outro sob a presidencia do Sr. Marquez de Olinda, ministro do Imperio, tendo sido confiadas as outras pastas aos Srs. Nabuco de Araujo—Justiça; Antonio Francisco de Paula Souza—Agricultura; Francisco de Paula Silveira Lobo—Marinha; José Antonio Saraiva—Extran-geiros; Dias de Carvalho—Fazenda. Este ministro foi depois substituido pelo Sr. Conselheiro Carrão.

A 3 de Agosto de 1866 outro gabinete substituiu este: o Sr. Zacharias de Vasconcellos, presidente do Conselho, foi nomeado ministro da Fazenda, Sr. Paranaguá da Justiça, Sr. Ferrn-des Torres do Imperio, Sr. Affonso Celso de Assis Figueiredo da Marinha, Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrade de Extran-geiros, Sr. Souza Dantas da Agricultura, Sr. Silva Ferraz da Guerra.

Concedida a demissão pedida pouco depois pelo ministro da Guerra, foi a respectiva pasta confiada ao Sr. Paranaguá, occupando a da Justiça o Sr. Martim Francisco e a de Extran-geiros o Sr. Sá e Albuquerque. Depois occupou esta pasta o Sr. Silveira de Souza por fallecimento do Sr. Sá e Albuquerque.

Esta administração durou até Julho de 1868: facto de que tratarei em outra lição.

Da exposição feita vêdes a rapidez com que se substituíram as administrações ministeriaes.

Se, como é verdade, algumas cahiram em obediencia aos principios do systema politico que nos rege, outras dissolve-

ram-se não porque sobre ellas influísse a acção do parlamento ou a da corôa, mas por divergencias de alguns ministros.

Entre outros um dos grandes males, que resulta da rapida substituição de gabinetes, é a impossibilidade do estudo e execução de uteis medidas administrativas e da satisfação das necessidades variadas de diferentes ramos do serviço publico.

E' dahi que nasce esse facto prejudicial aos interesses do paiz, que ordinariamente se observa, de serem planejados commettimentos de grande utilidade por um ministro e mezes depois alterados e muitas vezes abandonados por outro, tratando o novo funcionario de fazer novos estudos e tomar resolução contraria ao que anteriormente se pretendia.

Addiam-se assim as soluções reclamadas. o paiz soffre em seus interesses.

Dez ministerios em nove annos !

Este facto, parece-me, attesta vicios no systema sob que vivemos : não julgo que se o deva attribuir á falta de patriotismo dos estadistas, que têm tomado parte na direcção dos negocios publicos ou a dos representantes da nação.

Entre as diversas leis publicadas no periodo de que me occupo merecem menção as seguintes :

A de 18 de Agosto de 1861, alterando as Leis Eleitoraes de 19 de Agosto de 1846 e 19 de Setembro de 1855 ; dispozha ella que nenhuma das provincias dêsse menos de dois deputados á Assembléa Geral e que fossem ellas divididas em districtos eleitoraes de tres deputados cada um, ficando extinctas as suplencias :

A lei de 22 de Agosto de 1860 contendo providencias sobre os bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades ; as medidas restrictivas dessa lei foram triumphos alcançados pela escola conservadora de que era um dos chefes o Sr. Salles Torres Homem que, quando ministro da Fazenda do gabinete de 12 de Dezembro de 1858, apresentou o projecto á Camara em Junho de 1859 :

A de 10 de Setembro de 1860 regulando os direitos politicos dos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, cujos pais não estiverem em serviço de sua nação e dos estrangeiros que casarem com brasileiros e dos brasileiros que casarem com estrangeiros :

A lei de 11 de Setembro de 1861 que faz extensivos os effeitos civis dos casamentos celebrados na fórma das leis do imperio aos das pessoas que professarem religião differente da do Estado e determinando que fossem regulados os registros e provas d'estes casamentos e obitos das ditas pessoas, bem como as con-

dições necessarias para que os Pastores de religiões toleradas pudessem praticar actos produzindo effeitos civis :

A lei de 26 de Junho de 1862 substituindo o systema de pesos e medidas pelo systema metrico francez.

Entre outros acontecimentos do periodo, de que trato, mencionarei a viagem imperial.

O Senhor D. Pedro e sua consorte sahiram da Côrte, em Outubro de 1859, e visitaram as provincias da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Parahiba e Espirito-Santo.

Em Fevereiro do anno seguinte recolheram-se á Capital do Imperio.

Em 1862 as relações entre o Brasil e a Inglaterra interromperam-se.

Vou referir-vos as causas, que geraram a interrupção.

Tinha-se dado o naufragio de uma barca ingleza, em Junho de 1861, na costa do Albardão, na provincia do Rio-Grande do Sul.

Alguns cadaveres foram lançados pelo mar á praia, e parte do carregamento foi roubado por individuos que para evitarem a responsabilidade de seus actos sahiram do territorio brasileiro e passaram para o oriental.

Em Junho do seguinte anno outro facto se deu, e com aquelle criou os elementos das reclamações da legação ingleza.

Tres officiaes da fragata *Forte*, vestidos á paizana, em um passeio feito á Tijuca, tiveram altercação com a sentinella de um corpo de guarda.

Em consequencia do conflicto foram presos.

No dia immediato, porém, sahiram da prisão, logo que houve reclamação por parte da legação.

Depois de discussão entre o ministro de extrangeiros e a legação ingleza acerca dos dous factos, o representante da Grã-Bretanha, o Sr. Christie, em Dezembro desse anno exigio do governo imperial indemnisação pelos prejuizos causados pelo naufragio e satisfação pela prisão dos officiaes da marinha ingleza.

Não foi possível o accôrdo entre o ministro brasileiro e o representante da Grã-Bretanha.

Em consequencia disso no dia 30 do referido mez foi o governo imperial intimado de que o chefe da estação naval ingleza começaria logo a aprisionar embarcações brasileiras, que seriam detidas até satisfazer-se as exigencias do ministro o Sr. Christie.

Com effeito o almirante Warren capturou 5 navios.

Nestas circumstancias o governo de nosso paiz teve o apoio de todos, na Côrte, sem distincção de côr politica.

Afinal o Sr. Marquez de Abrantes, ministro de estrangeiros, realiso o pagamento, sob protesto, da quantia exigida como indemnisação dos prejuizos originados do naufragio da barca ingleza, e quanto á questão dos officiaes da fragata foi acceto por ambos os governos o arbitramento.

O rei da Belgica, e colhido arbitro, pronunciou-se em favor do Brasil.

Cortadas as relações entre ambos os paizes, só foram restabelecidas depois por intervenção do Senhor D. Luiz, rei de Portugal.

Funcionando a Assembléa Geral, a 6 de Maio de 1863 dirigio-se a Camara dos Deputados, em corporação, á presença do imperador para manifestar-lhe os sentimentos de gratidão pelas provas de patriotismo do Senhor D. Pedro na questão anglo-brasileira.

Esta Camara foi dissolvida a 12 de Maio, e convocada outra para 1º de Janeiro de 1864.

Neste anno casaram-se as Princezas, a Senhora D. Izabel com o Sr. Gaston de Orleans, conde d'Eu, a 15 de Outubro, e a Senhora D. Leopoldina, a 15 de Dezembro, com o Sr. Duque de Saxe.

Paso agora á dar-vos rapidas informações relativas á guerra do Brasil contra a Banda Oriental e contra o Paraguay.

Não cabe nos estreitos limites das exposições, que vos faço, narrar minuciosamente o que houve.

Para estudo completo do assumpto encontrareis importante^s escriptos que já estão publicados: eu apenas me encarrego nesta occasião de dar-vos ligeiros esclarecimentos.

De attendidas as reclamações do Brasil por vezes feitas ao governo do Estado Oriental, a respeito das violencias ás propriedades e subditos brasileiros residentes em territorio da republica, resolveu o gabinete imperial enviar uma missão especial a Montevidéu.

Foi della encarregado o Sr. José Antonio Saraiva, que para ali seguiu em Abril de 1864.

Encetadas as negociações, verificou-se desde logo que o presidente Aguirre furtava-se a adherir aos meios conciliatorios.

Taes occurrencias se deram que o diplomata brasileiro retirou-se para Buenos-Ayres á esperar instruções do governo.

A 21 de Jul. o foram ellas expedidas e chegando ás mãos do nosso enviado elle dirigio-se a Montevidéu, onde apresentou um *ultimatum*, em 4 de Agosto, ao Presidente da Republica.

Nada alcançando declarou á aquelle em data de 10 que o Almirante Tamandaré e o commandante de corpos da fronteira

receberiam instrucções para fazerem represalias e providenciarem sobre a protecção dos brasileiros.

Uma divisão ás ordens do Chefe Pereira Pinto seguiu para o rio Uruguay.

Encontrando o vapor *Villa del Salto*, foi-lhe dada caça, mas este escapou de ser aprisionado e foi logo depois incendiado pela tripulação.

O almirante brasileiro julgou indispensavel fazer o bloqueio de dous portos do Estado, Salto e Paysandú.

O presidente Aguirre sciencificado do facto expedio passaportes ao ministro residente o Sr. Loureiro, cassou o *exequatur* aos consules brasileiros n'aquelle Estado e entre outros actos hostis mandou queimar na praça publica os Tractados celebrados com o Brasil.

Flores, que já estava capitaneando a revolução contra a Banda Oriental, em Outubro, propôz ao almirante brasileiro a união dos esforços da esquadra com os dos revolucionarios contra o governo de Aguirre.

O almirante accitou a proposta e comprometteu-se a entregar á Flores as praças de Paysandú e Salto, logo que fossem rendidas e á prestar-lhe os auxilios de que precisasse para o feliz exito das operações, que o general tentasse.

Cumpr-me aqui dizer-vos que o presidente do Paraguay, quando teve conhecimento das reclamações da missão especial feitas a Aguirre, declarou em data de 17 de Junho ao governo imperial o haver tomado á si o encargo de mediador nas questões aventadas.

O enviado brasileiro que recebeu igual communicação do presidente Lopez respondeu que a mediação parecia-lhe desnecessaria, visto alentar esperanças de vêr solvidas as questões.

O governo imperial em Julho sciencificou o do Paraguay de estar de accôdo com a resposta do Sr. Saraiva.

A attitude do governo imperial desagradou ao presidente do Paraguay.

Aos 30 de Agosto dirigio elle uma *nota* ao ministro brasileiro em Assumpção declarando attentatoria do equilibrio dos Estados do Prata a occupação do territorio Oriental, que elle julgava realizada quando teve conhecimento da correspondencia, a que pôz fim o *ultimatum* de Agosto.

O ministro brasileiro em Assumpção respondeu que o governo imperial não desistiria da missão, que lhe cumpria, de proteger a vida e propriedade dos subditos de nosso paiz.

Lopez aguardou a primeira occasião, que lhe facilitasse a practica de um attentado ao imperio.

Esta appareceu logo: em Novembro o vapor *Marquez de Olinda* ancorou no porto da capital da Republica levando á seu bordo o presidente de Matto-Grosso Coronel Carneiro de Campos, membro da Assembléa Geral.

Quando estava prestes á partir foi capturado o vapor, os passageiros levados aos carcereos de Lopez e arrecadados os objectos, que se achavam no navio, inclusive quatro centos contos.

O ministro protestou contra o procedimento do governo do Paraguay e pediu seus passa-portes.

Foram-lhe dados estes, mas o ministro não pôde retirar-se senão depois que Lopez, por intervenção do ministro Americano, o Sr. Washburn, permittio que um vapor do Paraguay conduzisse o representante do Brasil á Bueno:-Ayres.

Não satisfeito com estas violencias resolveu Lopez enviar uma expedição para Matto-Grosso.

A 26 de Dezembro os Paraguayos investiram o forte de Coimbra: apesar de mal guarnecido por falta de obras de arte e pelo pequeno numero de praças repellio os aggressores no primeiro assalto.

Não tendo a guarnição mais meios de defeza o commandante Porto Carrero resolveu retirar-se para Corumbá.

Depois de terem occupado Coimbra os Paraguayos conseguiram a rendição de Albuquerque e Corumbá.

Assenhoreando-se do vapor *Anhanbaly* occuparam Dourados depois de tenaz resistencia de dezoito praças, que dirigidas pelo Tenente João Antonio Ribeiro procederam heroicamente.

Fugiram os habitantes do littoral, porém grande parte foram presos.

Uma expedição Paraguaya de oito mil homens mais ou menos, depois de ter atacado Nioac e Miranda, investio a colonia do Taquary e a incendiou.

Em Cuyabá logo que se soube do acontecido a população ficou aterrada; tomou porém o presidente as providencias que as circumstancias o permittiram para bater os Paraguayos se atacassem a capital.

Deixo por enquanto a narração do mais, que houve relativamente ao Paraguay, para occupar-me dos negocios de Montevideo.

Celebrado o accordo entre o barão de Tamandaré e o general Flores, tres canhoneiras e uma lancha a vapor sob o commando do primeiro tenente Joaquim José Pinto apresentaram-se diante da villa do Salto: Flores cercou-a por terra.

A 22 de Novembro de 1864 foi alcançada a rendição da praça e entregue esta ao general Flores.

Em seguida resolveu o almirante entrar em Paysandu.

No dia 6 de Dezembro foi essa praça atacada, tendo sido combinado o assalto com Flores, por 400 soldados, desembarcados dos navios brasileiros, que tinham entrado n'aquelle porto a 1.º do mesmo mez, e por mais cem marinheiros.

A praça estava bem guarnecida para resistencia.

Suspensas as hostilidades por falta de meios para continuação do assalto, foi levantado o cerco.

Depois que ali apresentou-se o exercito brasileiro, que havia passado a fronteira do Rio Grande em principios daquelle mez, foi de novo assaltada a praça e cahio em poder de nossas forças a 2 de Janeiro de 1865, depois de valorosamente defendida por sua guarnição.

Paysandu tambem foi entregue ao general Flores.

As relações entre o Brazil e o general Flores, que combatia contra o governo da Banda Oriental, necessitavam ser regularisadas pelos meios diplomaticos.

O governo imperial enviou o sr. José Maria da Silva Paranhos para tratar desse assumpto e tambem alcançar a alliança da republica Argentina ao Brazil na questão pendente.

O diplomata brasileiro partio para Buenos-Ayres: entrando em negociações para obter a alliança da Confederação Argentina, o presidente d. Bartholomeu Mitre lhe declarou manter neutralidade na guerra entre o Brazil e Montevideo.

Então seguiu o sr. Paranhos para o Estado Oriental, onde depois de conferencias com o general Flores estabeleceram-se as bases de alliança com o Brazil, obrigando-se aquelle general a prestar-lhe auxilios na guerra contra o Paraguay.

Igualmente houve accôrdo para ser atacada a cidade de Montevideo e ser derribado o governo do partido *blanco*.

A invasão da campanha do Rio Grande do Sul por Bazilio Munhóz e Apparicio, o assalto á cidade de Jaguarão por ordem do governo de Montevideo e os attemados do presidente do Paraguay levaram o governo brasileiro á necessidade de empregar meios extraordinarios para levantar forças,

O patriotismo do povo foi invocado: a criação de corpos de voluntarios da patria foi auctorisada pelo Decretó de 7 de Janeiro de 1865, e a guarda nacional chamada a serviço de guerra por Decreto de 21 do mesmo mez.

Os brasileiros corresponderam á confiança do governo imperial; levantaram-se forças.

Tendo sido resolvido, como já disse, o ataque a Montevideo o exercito brasileiro commandado pelo general Mena Barreto, ao qual se uniram tropas do general Flores, dirigio-se para ali.

Circunstancias porém occorreram que dispensaram o assalto à capital da Banda Oriental.

O diplomata brasileiro de accôrdo com Flores accceitou com modificações as propostas conciliatorias que o sr. Villalba, que então governava Montevideo, fizera.

Em consequencia de conferencias havidas foram estipuladas as bases, em que se firmou a convenção de 20 de Fevereiro, que entregou o governo provisório da republica ao general Flores, devendo ser dadas ao imperio as reparações conforme os ajustes celebrados entre aquelle general e o enviado extraordinario do Brazil.

Tendo Lopes procurado alcançar do presidente Mitre permissão para o transito de forças Paraguayas, que deviam invadir o Rio Grande do Sul, não a obteve.

Mitre mantinha neutralidade.

Lopes rompeu então com a Republica Argentina.

Fez seguir cinco vapores de guerra com destino a Corrientes.

Foram aprisionados em Abril de 1865 alguns vapores Argentinos; a cidade que não estava eficazmente guarnecida foi occupada e invadida a provincia de Corrientes por forças paraguayas.

Foi então que o governo da Confederação Argentina deixou a situação neutral, em que se mantinha e preparou-se para a guerra.

Havendo seguido para o Rio da Prata o sr. Francisco Octaviano em missão extraordinaria junto ao governo Argentino e Oriental, depois de se ter entendido com este, dirigio-se para Buenos-Ayres.

Mitre, que pela força das circumstancias, já não podia mais guardar neutralidade, accceitou, como representante do seu paiz, com Flores, chefe do governo Oriental, propostas do enviado brasileiro, e então celebrou-se a 1º de Maio desse anno o tratado da Triplice Alliança.

A Triplice Alliança começou logo a produzir seus effeitos.

Movendo-se o exercito brasileiro sob o commando do brigadeiro Manoel Luiz Ozorio, foi acampar acima de Paysandú e duas divisões da esquadra subindo o Paraná receberam o general argentino Paunero e as tropas, que elle commandava.

De accôrdo com o commandante da esquadra resolveu aquelle general atacar os paraguayos, que occupavam Corrientes.

Desembarcou ali Paunero com seiscentos soldados argentinos e alguns reforços de infantaria e artilharia brasileira, mas julgou conveniente não se demorar muito tempo temendo que o atacassem os paraguayos superiores em numero.

Seguiu a esquadra para Tres Bocas e bloqueou o rio Paraguay.

As forças brasileiras também se moveram e foram acampar perto da cidade de Concordia.

Ahi se lhes deviam reunir as Argentinas e Orientaes.

A 11 de Junho a fragata *Amazonas* e oito canhoneiras foram accommettidas por seis canhoneiras paraguayas e oito vapores, quando estavam ancoradas meia legua abaixo de Corrientes.

Deu-se então a batalha naval denominada de Riachuelo, em que a armada brasileira alcançou victoria e o chefe da divisão Francisco Manoel Barroso ganhou gloriosa fama.

Dos vapores paraguayos escaparam quatro.

Calcularam-se em dois mil os soldados inimigos, que ali morreram.

As forças brasileiras também tiveram sensiveis perdas.

Depois deste acontecimento ainda a esquadra distinguio-se na passagem de Mercedes e na de Cuevas.

Ao passo que a armada alcançava estes triumphos, a provincia do Rio Grande soffria os desastres da invasão paraguaya.

Mais de oito mil homens seguiram para S. Borja; alli tiveram um encontro com algumas companhias de guarda nacional e com o primeiro batalhão de Voluntarios da Patria commandado pelo coronel João Manoel de Mena Barreto.

A 12 de Junho as forças paraguayas sob o commando do tenente coronel Estigarribia occuparam S. Borja.

Depois de a saquearem seguiram com destino a Itaquí e Uruguayana.

Em Julho occuparam a villa de Ytaqui e depois encaminharam-se para Uruguayana, cuja rendição alcançaram sem encontrar resistencia.

Ao mesmo tempo que aquellas tropas faziam estes movimentos, outros batalhões de Lopes sob o commando do major Duarte marchavam pela margem direita do Uruguay.

De dolorosa impressão foram as noticias, que em todos os cantos do paiz se divulgaram da rendição de Uruguayana.

A 10 de Julho para alli partio o sr. D. Pedro II acompanhado de alguns batalhões de voluntarios, tropa de linha e do ministro da guerra.

No dia 11 de Setembro chegou ao acampamento do exercito nas proximidades de Uruguayana.

Os generaes Mitre e Flores já alli estavam. Este já tinha battido os paraguayos commandados pelo major Duarte nas visinhanças da Restauracion a 17 de Agosto.

Foi esta a batalha denominada de Jatahy, em que entraram batalhões dos alliados.

Depois disto as tropas triumphantes em Jatahy, precedido o accordo entre Flores e o barão de Porto Alegre, que commandava forças brasileiras, anteriormente ao mando de Canavaro e de Caldwell, passaram para a margem esquerda do Uruguay.

Devia ter lugar o ataque de Uruguayana no dia 18; os paraguayos porém entregaram-se.

O numero dos prisioneiros subio a seis mil.

O sr. D. Pedro II voltou ao Rio de Janeiro, onde chegou em Novembro de 1865.

Depois de libertada Uruguayana das forças paraguayas, ficaram alguns batalhões de observação á fronteira: delles se formou depois o segundo corpo do exercito commandado pelo barão de Porto Alegre.

As outras tropas marcharam com destino ao rio Paraná.

Era seu fim invadir o terrível inimigo.

Varias occurrencias se deram que retardaram a marcha do exercito de modo que só em principios de Abril de 1866 chegou á margem esquerda do Paraná.

A 5 apossou-se da Ilha em frente ao forte de Itapirú, onde a 10 os soldados brasileiros se assignalaram em heroicos feitos.

A 15 o general em chefe Ozorio, com uma pequena força de cavallaria foi o primeiro a entrar em terra paraguaya; a elle seguiram duas diviões brasileiras.

Itapirú foi atacado e rendido: ficou aberto o caminho por onde os alliados passaram para a margem direita.

Estero Bellaco foi o primeiro lugar onde os alliados tiveram combate com os paraguayos em seu territorio.

Alli estavam as forças acampadas quando inesperadamente foram agredidas pelos inimigos em numero de seis mil a 2 de Maio de 1866.

Os alliados alcançaram victoria.

Maior victoria porém foi a de Tuyuty a 24 do referido mezz ficaram mortos no campo mais de tres mil paraguayos.

Depois dos factos, que venho de referir, o general Ozorio, por doente, retirou-se e passou o commando do exercito ao marechal de campo Polidoro Jordão.

Chamado o segundo corpo de exercito para unir-se ao primeiro, chegou ao Passo da Patria a 29 de Julho.

A estas tropas coube atacar as fortificações de Curuzú no dia 3 de Setembro.

Foi occupada essa posição depois de victoria brillantemente ganha pelo segundo corpo ao mando de Porto Alegre.

Estes revezes levaram o presidente do Paraguay a pedir uma conferencia ao general Mitre, então commandante em chefe dos exercitos alliados.

Ella teve lugar a 12 de Setembro: ahi Lopes propoz meios conciliatorios para terminação da guerra: Mitre respondeu que a accitação da proposta pertencia aos governos alliados.

Malograram-se as esperanças de Lopes.

A 22 de Setembro o general Mitre de combinação com os alliados atacou Curupaity.

Desta vez a sorte decidio-se contra os alliados: grandes foram as perdas que elles tiveram.

Interromperam-se as operações de guerra por algum tempo.

O governo imperial resolveu confiar o commando em chefe das forças brasileiras contra o Paraguay ao sr. marquez de Caxias.

Já então dirigia os negocios do paiz o ministerio de 3 de Agosto.

O marquez entrou no exercicio de seu cargo a 28 de Novembro de 1866.

Ao chefe da esquadra Joaquim José Ignacio foi entregue o commando da força naval.

Deixo para expor em outra lição os factos, que se deram em relação á guerra de então em diante.

Antes de terminar esta lição seja-me licito dar-vos esclarecimentos sobre diversos successos.

A 29 de Julho de 1860 a princeza imperial a Senhora D. Izabel prestou juramento como herdeira do throno.

Completava ella então quatorze annos de idade

Em 10 de Setembro de 1861 quando a direcção dos negocios publicos estava confiada ao ministerio de 31 de Agosto desse mesmo anno, rebentou uma crise economica que impressionou vivamente o commercio e outras industrias na capital do Imperio e nas provincias.

Os estabelecimentos particulares do Rio de Janeiro suspenderam os seus pagamentos.

Dahi resultaram grandes prejuizos a todas as classes sociaes e grande agitação no espirito publico.

O governo vio-se forçado a tomar medidas extraordinarias: assim publicou o Decreto de 13 de Setembro autorizando o banco do Brazil a elevar a sua emissão ao triplo do fundo disponivel; o de 14 de Setembro dando curso forçado aos bilhetes do Banco do Brazil; o de 17 suspendendo e prorogando por 60 dias os vencimentos das letras e outros titulos

commerciaes pagaveis na Còrte e provincia do Rio de Janeiro e os protestos, recursos em garantias e prescripções dos referidos titulos; applicando aos negociantes não matriculados as disposições do Codigo Commercial relativas a moratorias e contendo outras disposições; o Decreto de 20 de Setembro, regulando a fallencia dos bancos e casas bancarias por forma diversa da legislação das fallencias ordinarias; o Aviso de 26 de Setembro declarando o modo porque o inventario e balanço dos bancos e casas bancarias fallidas deviam ser feitos; os Avisos de 27 e 30 do mesmo mez, os de 5 e 10 de Outubro e muitas outras providencias.

A respeito do convenio de 20 de Fevereiro de 1865, celebrado pelo sr. Paranhos, occorre-me dizer que na capital do imperio, quando alli chegou a noticia, dividiram-se as opiniões: uns applaudiram o acto do enviado do Brazil, outros se mostraram infensos,

O proprio governo, que, segundo parece, a principio applaudio o convenio, depois revelou um pensar diverso demittindo o diplomata.

Referindo-me ao ministerio de 3 de Agosto desse anno de 1866, organizado pelo sr. Zacarias de Vasconcellos, e depois vos direi como cahio, cumpre-me chamar a vossa attenção para o acto de ter sido esse gabinete o primeiro, que expoz ao parlamento a necessidade de medidas sobre o *elemento servil*.

XXXVI

(5 de Novembro)

Duas phases da guerra contra o Paraguay.—Mudança de situação politica no imperio.—Dissolução da camara.—Fim da guerra do Paraguay.—Manifesto do partido republicano.—Gabinetes que se seguiram ao de 16 de Julho.—Viagem imperial.—Regencia.—Volta do imperador e da imperatriz ao Brasil.—Abolição do *beija-mão*.—Tratados com o Paraguay.—Diversas leis.—Questão Religiosa.—Situação financeira —3ª Exposição nacional.—Considerações sobre diversos factos.—Conclusão.

Senhores.

Na lição antecedente eu vos disse que o Sr. Marquez de Caxias tinha sido nomeado commandante em chefe das forças brasileiras em operações contra o Paraguay.

Vou agora tratar desta nova phase, em que entrou a guerra.

Depois me occuparei de outra, que data da nomeação do principe o Sr. Conde d'Eu para commandar as nossas tropas em substituição do Sr. Caxias.

Já vos disse que muitos escriptos ha tratando do assumpto minuciosamente.

Recorrendo á elles alcançareis satisfactorio conhecimento de tudo quanto succedeu, eu porém limito-me á dar-vos rapidos esclarecimentos, por não me ser possivel referir a longa serie das occurrencias.

O Sr. Marquez de Caxias partio para o Sul e assumio o commando das forças em 28 de Novembro de 1866.

O governo imperial activou a organização e remessa de tropas: de diversas provincias do imperio seguiram para o theatro da guerra muitos contingentes; ao mesmo tempo promoveu-se a organização do terceiro corpo de exercito no Rio-Grande do Sul ás ordens do General Osorio.

O augmento das forças brasileiras tornou-se mais urgente, quando o general Mitre vio-se forçado á retirar-se do territorio paraguay com quatro mil homens mais ou menos do exercito argentino, dirigindo-se á seu paiz onde a tranquillidade publica tinha sido perturbada.

Appareceu nova proposta de paz: apresentou-a o ministro dos Estados-Unidos, quando se achava no acampamento dos exercitos alliados em Março de 1867.

O então commandante em chefe interino das forças alliadas, o Sr. Caxias, invocando as disposições do tratado da triplice alliança, respondeu que nenhuma negociação teria lugar, sem que primeiramente Lopez resignasse o poder e sahisse do Paraguay.

Diversas circumstancias e principalmente o desenvolvimento do cholera-morbus e de outras molestias, que accometteram as forças, impediram que os exercitos alliados realisassem operações contra o Paraguay.

Até Julho de 1867 tratou o Sr. Caxias de organisar e disciplinar as tropas, que iam chegando, e preparar os meios para atacar o inimigo.

Concluidos estes trabalhos e proseguindo a guerra, em fins d'esse mez Tuyu-Cué foi occupado.

Em meiado de Agosto alguns encouraçados da nossa esquadra transpuzeram Curupaity e aproximaram-se de Humaytá.

As principaes baterias desta fortaleza foram bombardeadas com grandes perdas para o inimigo.

Continuaram os encontros, e os exercitos alliados alcançaram victorias a 3, 21 e 29 de Outubro e 2 de Novembro.

No dia immediato, forças paraguayas em numero de sete mil homens cahiram inexperadamente sobre Tuyuty, que estava sob o commando do Sr. Porto-Alegre: depois de renhida peleja foram aquellas derrotadas.

O general Mitre, que tinha voltado ao theatro da guerra, de novo vio-se forçado a partir para Buenos-Ayres.

Coube o commando em chefe dos alliados outra vez ao Sr. Caxias.

Combinou este com o vice-almirante Joaquim José Ignacio no intuito de uma divisão da esquadra emprehender a passagem de Humaytá.

A execução deste plano realisou-se a 19 de Fevereiro de 1868, ao mesmo tempo que o general em chefe atacou o reducto Estabelecimento.

Desde que Lopez vio que já não era um obstaculo inaccessivel á nossa força naval a famosa fortaleza de Humaytá, com

suas baterias, correntes de ferro e torpedos, e tendo perdido outros baluartes seguiu para Tebycuary.

Para evitar as communicações do inimigo com Humaytá o Sr. Caxias mandou occupar o Chaco.

Fez-se o reconhecimento, sob o commando do general Osorio, das fortificações da praça em Março de 1868.

Humaytá foi abandonado e sua guarnição, que se tinha recolhido ao Chaco, rendeu-se no fim de 10 dias.

A occupação de Humaytá teve lugar a 25 de Julho.

Para atacar pelo lado esquerdo as fortificações do Piquiciry para onde se retirára Lopez depois de varios reveses, do abandono do Timbó e Tebycuary, determinou o commandante em chefe a abertura de uma estrada em terrenos do Chaco, de Palmas ao porto fronteiro á Villeta.

Por ali passou o exercito, que recebido á bordo dos vapores da esquadra no porto de Santo Antonio desembarcou na margem opposta.

A 5 de Dezembro deu-se a passagem da ponte do Itororó.

A 11 deu-se o combate de Avahy, a 27 o de Lomas Valentinas, a 30 o de Angaitura.

A primeiro de Janeiro do anno seguinte a capital Paraguay foi occupada sem resistencia.

Em um escripto, que tenho á vista mencionando os feitos militares das forças brazeleiras na quadra, de que trato, encontro referidas as victorias: de Tuyu-Cuá a 31 de Julho de 1867, Arroyo Ondo 3 de Agosto, Palmares 11, passagem de Curupaity 15, S. Solano 6 de Setembro, Pilar 20, Estero Rojas 24, Pare-Cué 3 de Outubro, Tataybá 21, Potrero Ovejas 29, Tahy 2 de Novembro, Tuyuty 3, passagem de Humaytá 19 de Fevereiro de 1868, Reducto Estabelecimento no mesmo dia, Rio de Oro 2 de Março, Sauce 21, Occupação de Curupaity e do Quadrilatero 23 e 24, Timbó 23, Andahy 2 e 4 de Maio, Reducto Corá 8, Monterita 9 de Junho, reconhecimento de Humaytá 16 de Julho, Passagem de Tebicuary 24, Occupação de Humaytá 25, Laguna Verá, no mesmo dia, Yacaré 26 de Agosto, Reducto de Tebicuary 28, Palmas 1º de Outubro, passagem de Angaitura 25 de Novembro, Passagem do Itororó 5 de Dezembro, Avahy 11, Sanga Blanca 18, Fiquissiry e Lomas Valentinas 21 a 27, Angaitura 30, Entrada em Assumpção 1º de Janeiro de 1869. Trezentos e quatro canhões e quarenta bandeiras foram tomadas ao inimigo nesse periodo glorioso.»

Antes de expôr as occurrencias relativas á guerra na segunda phase, vou dar-vos esclarecimentos sobre a mudança de situação politica do paiz no anno de 1868.

Tendo o Senhor D. Pedro II escolhido senador, pelo Rio-

Grande do Norte, o Sr. Francisco de Salles Torres Homem, entendeu o gabinete de 3 de Agosto de 1866 que semelhante acto o desprestigiava perante o paiz, visto ser o escolhido um dos chefes do partido conservador e hostil ao governo.

Dava-se além disso a circumstancia de achar-se contemplado na lista triplice um membro da Camara temporaria o Sr. Amaro Bezerra, que sustentava o ministerio.

Considerando impolitica a escolha do Sr. Torres Homem resolveu o gabinete pedir demissão, se porventura a corôa sustentasse o acto.

O presidente do Conselho, o Sr. Zacharias, expôz a opinião unanime de seus collegas ao Senhor D. Pedro II e qualificou de não acertada a nomeação do novo Senador.

Invocando as prerogativas da corôa o Senhor D. Pedro sustentou seu acto e instou dirigindo-se a cada um dos ministros no sentido de continuar o gabinete á testa dos negocios publicos, principalmente quando a guerra contra o Paraguay não estava finda.

O ministerio porém não retirou o pedido de demissão.

Foi chamado o Sr. Visconde de Itaborahy para organizar novo gabinete: occupando elle a pasta da Fazenda, teve por collegas os Srs. Paulino José Soares de Souza, Imperio; José Maria da Silva Paranhos, Estrangeiros; José Martiniano de Alencar, Justiça; Barão de Cotequipe, Marinha; Barão de Muritiba, Guerra; Joaquim Antônio Fernandes Leão, Agricultura; este e o Sr. Alencar foram depois substituidos pelos Srs. Nebias e Diogo Velho.

Esta organização teve lugar a 16 de Julho.

O poder foi confiado ao partido conservador, tendo sido o ministerio de 3 de Agosto de 1866 o ultimo do partido *Progressista*.

No dia 17 apresentou-se o gabinete á Camara temporaria e o presidente do Conselho expôz o programma.

Suscitada a questão de confiança, em cuja discussão tomaram parte os Srs. Itaborahy e Paranhos e do lado da opposição os Srs. José Bonifacio, Saldanha Marinho, Christiano Ottoni, o Sr. Tavares Bastos pediu o encerramento della.

Posta á votos a moção, o gabinete teve dez á seu favor e oitenta e dous contra.

Então propôz á corôa e obteve a dissolução da Camara.

Passo agora a tratar do proseguimento da guerra contra o Paraguay.

O Sr. Caxias depois de occupada Assumpção, ou porque considerasse quasi finda a campanha, não julgando necessaria sua presença para dirigir as ulteriores operações, ou por fati-

gado e doente retirou-se para Montevideo e entregou o commando ao Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza.

Dizem alguns escriptores, que trataram desta guerra, que o Sr. Caxias pretendia voltar ao exercito, mas a aggravação de seus encommodos o obrigou a pedir demissão do cargo de general em chefe.

O Sr. Caxias retirou-se para o Rio.

A 22 de Março de 1869 foi o principe o Sr. Conde d'Eu nomeado commandante em chefe das forças brasileiras.

O commando da esquadra ficou entregue ao chefe de divisão Sr. Eliziario Antonio dos Santos, desde a retirada do Sr. Joaquim José Ignacio para a Côrte, onde falleceu em principios de Março de 1869.

A 14 de Abril o Sr. Conde d'Eu chegou á capital do Paraguay, tendo partido da Côrte á 30 de Março.

Depois de attender a differentes necessidades do exercito deu começo á campanha.

Em Maio forças sob o mando do general José Antonio Corrêa da Camara bateram os Paraguayos em Jejuby, onde perderam estes mais ou menos quinhentos prisioneiros, trezentos mortos e algumas peças de artilharia.

O General em chefe, aproveitando-se da estrada de ferro de Assumpção a Villa Rica, mobilisou o exercito e emprehendeu diversos commettimentos em Agosto, alcançando feliz exito.

Perebibuy, tomado a 12 deste mez, Caraguataty, Campo-Grande e differentes outros combates deram triumphos ás tropas brasileiras.

Grandes eram os desastres soffridos pelo dictador Lopes; mais de oito mil homens perdidos entre mortos e prisioneiros, e tomadas mais de sessenta peças de campanha.

A destruição de seu arsenal em Caacupé, e de seis navios incendiados em Manduvirá e a nullificação de outros recursos preludiavam o fim da guerra.

Lopez perdendo constantemente os elementos de resistencis tratou de acolher-se á lugares remotos.

Houve necessidade de suspenderem-se as operações emquanto se preparavam os meios de perseguir o inimigo que, nas phrases de Menezes, entranhava-se pelas cordilheiras.

A Republica do Paraguay desde 15 de Agosto já não estava sob a dictadura de Lopez.

Nesse dia tinha entrado em exercicio o governo provisorio eleito a 7 e do qual eram membros Carlos Loizaga, Cyrillo Rivarolla e José Dias Bedoya.

Prontos os recursos para perseguição do inimigo, foram cetadas as operações.

Depois do combate de Naranjay, em 19 de Outubro, o general Canara marchou em seguida de Lopez.

No dia 1º de Março cahio de improviso sobre o dictador.

Achava-se este acampado em Serro-Corá á margem do Aquidabam.

No combate, que então travou-se, Lopez ficou ferido : ainda assim não quiz entregar-se quando intimado : resistio mas logo falleceu.

Eis como teve fim a campanha contra o Paraguay.

Desde 1869 se tinha organizado em alguns pontos do paiz e principalmente em S. Paulo e na Côrte o partido radical, cujo programma entre outros principios comprehendia o da supressão do poder moderador.

Pronunciando-se este partido pelas idéas republicanas, adquirio não pequeno numero de adeptos.

Os que residiam na capital do Imperio fundaram a 3 de Novembro de 1870 um Club para servir de centro aos e forços e aspirações do partido puramente democratico : por deliberação das pessoas presentes, em grande maioria, foi denominado *Club Republicano*.

A primeira reunião foi presidida pelo sr. conselheiro Christino Ottoni ; a segunda teve lugar a 5 do referido mez sob a presidencia do sr. conselheiro Saldanha Marinho.

Tendo-se dado a fusão das duas folhas radicacs a *Opinião Liberal* e o *Correio Nacional*, que na capital do Imperio estiveram á frente da idéa que deu occasião á criação do partido republicano, foi resolvida na sessão de 5 a fundação de um órgão do Club o qual appareceu no dia 3 de Dezembro sob o titulo *Republica* e com o manifesto republicano.

Este importante documento contém differentes partes sob as epigraphes : — Exposição de motivos. — Processo historico — O Sophisma em acção — Consenso unanime. — A federação. — Verdade democratica e — Conclusão.

Nesta ultima parte encontram-se estas phrases :

« »

«Fortalecidos pois pelo nosso direito e pela nossa consciencia, apresentamo-nos perante os nossos concidattos, arvorando resolutamente a bandeira do partido Republicano Federativo. «Somos da America, queremos ser Americanos.

«A nossa fórma de governo é em sua essencia e em sua pratica antinomica e hostil ao direito e aos interesses dos Estallos Americanos.

«A permanencia dessa forma tem de ser forçosamente alem

da origem de oppressão no interior, a fonte perpetua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

«Perante a Europa passamos por ser uma democracia monarchica, que não inspira sympathia e nem provoca adhesões. Perante a America passamos por ser uma democracia monarchizada, onde o instincto e a força do povo não podem preponderar ante o arbitrio e a omnipotencia do soberano.

«Em taes condições pode o Brazil considerar-se um paiz isolado, não só no seio da America, mas no seio do mundo.

«O nosso esforço dirige-se a supprimir este estado de cousas, pondo-nos em contacto fraternal com todos os povos e em solidariedade democratica com o continente, de que fazemos parte.»

Este manifesto foi assignado por muitos cidadãos, notando-se entre estes, como mais conhecidos, os srs.: dr. Joaquim Saldanha Maranhão,—Christiano Benedicto Ottoni,—dr. Aristides da Silveira Lobo,—dr. Flavio Farnese,—dr. Pedro Antonio Ferreira Vianna,—dr. Pedro Bandeira de Gouvêa,—dr. Francisco Rangel Pestana,—dr. Henrique Limpo de Abreu,—dr. Miguel Vieira Ferreira,—dr. José Maria d'Albuquerque Mello,—dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio,—dr. Salvador de Mendonça,—dr. Manoel Benicio Fontenelle,—Eduardo Carneiro de Mendonça,—Antonio Nunes Galvão,—Antonio Paulino Limpo de Abreu,—Emilio Rangel Pestana,—Maximo Antonio da Silva,—Antonio da Silva Netto,—Quintino Bocayuva,—Octaviano Hudson,—Augusto Cesar de Miranda Azevedo.

Differentes classes da sociedade acharam-se representadas nas assignaturas do manifesto. Ha nellas os nomes de cidadãos que presidiram provincias, de outros que tiveram assento na camara temporaria, de magistrados, medicos, engenheiros, advogados, jornalistas, negociantes e fazendeiros.

De algumas provincias, e notavelmente da nossa, foram enviadas numerosas adhesões ao manifesto.

Pouco depois em ambas as casas do parlamento, membros conspicuos do lado liberal e conservador referindo-se incidentemente a este movimento politico emittiram juizos favoraveis á legitimidade e á força crescente do partido republicano.

No periodo de que me occupo organigram-se tres ministerios pertencentes ao lado conservador, que subiu ao poder em 1868.

Já fallei do gabinete de 16 de Julho.

Foi este substituido pelo de 29 de Setembro de 1870, organigado pelo sr. visconde de S. Vicente, que occorreu a

pasta de Extrangeiros, tendo sido a do Imperio confiada ao sr. João Alfredo Corrêa de Oliveira; a da Fazenda ao sr. Francisco de Salles Torres Homem; a da Justiça ao sr. barão de Tres Barras; a da Marinha, ao sr. Luiz Antonio Pereira Franco; a da Guerra, ao sr. Raymundo Ferreira de Araújo Luna; e da Agricultura, ao sr. Jeronymo José Teixeira Junior.

Esta administração não durou seis mezes.

A 7 de Março de 1871 o sr. visconde do Rio Branco ormou novo gabinete, ficando a seu cargo a repartição da Fazenda e tendo por collegas os srs.: João Alfredo, na pasta do Imperio; Manoel Francisco Corrêa, na de Extrangeiros; Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, a da Justiça, Manoel Antonio Duarte de Azevedo, na da Marinha; Domingos José Nogueira Jaguaribe, na da Guerra; Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, na de Agricultura.

Pela retirada dos srs. Sayão Lobato, Domingos Jaguaribe e Theodoro Machado, foram nomeados para a pasta da Justiça o sr. Duarte de Azevedo; para a da Guerra o sr. Junqueira; para a da Agricultura o sr. barão de Itaúna; todos por decretos de 20 de Abril de 1872.

Fallendo o sr. barão de Itaúna foi nomeado o sr. Francisco do Rego Barros Barreto a 29 de Agosto de 1872.

A 28 de Janeiro do corrente anno o sr. visconde de Cavallias substituiu o sr. Corrêa e o sr. José Fernandes da Costa Pereira occupou a pasta da Agricultura, deixada pelo sr. Barros Barreto.

Por lei de 17 de Maio de 1871 foi outorgado consentimento para o imperador sair do imperio, ficando a princeza imperial como regente, com attribuições pertencentes ao poder moderador e ao chefe do poder executivo.

A 28 de Maio prestou ella juramento no Paço do Senado perante as camaras.

A 25 o imperador e a imperatriz embarcaram-se no paquete *Douro* com destino a Europa.

Em principios de Abril do anno seguinte voltaram.

Influenciado pelos exemplos dos naizes civilizados, que o Senhor D. Pedro II percorreu, logo que chegou ao Rio de Janeiro aboliu o *beija-mão*.

A declaração official desse acto consta do Aviso n. 132 de 27 de Abril do mesmo anno, no qual se encontram estas phrases que vou citar-vos.

«Nunca houve entre nós pragmatica ou regulamento para o ceremonial dos cortejos de gala, e audiencia do chefe do Estado. Nossos usos derivam das practicas da antiga monarchia portu-

gueza e dos estylos das diversas côrtes em parte modificados pela diversidade de nossos costumes e instituições.

«O beija-mão foi usado no primeiro reinado e restabelecido ainda durante a minoridade de S. M. Imperial o Senhor D. Pedro II, sem que nenhum acto do governo o declarasse obrigatorio nem de facto o fosse.

«Os homens mais eminentes do imperio acceitaram aquelle uso tradicional como uma homenagem de respeito á pessoa do chefe supremo da Nação e todo o povo brasileiro os acompanhou neste sentimento.

«Não tendo outra origem nem outro fundamento a cerimonia de que se trata, S. M. o Imperador, ouvido o seu conselho de ministros, resolveu abolir de todo o beija-mão e effectivamente já o tem dispensado.»

«Parece-me que o fundamento dado pelo ministro do imperio ao beija-mão, quando diz ser *uma homenagem de respeito á pessoa do chefe supremo da Nação*, não é verdadeiro, porque aquella cerimonia era observada tambem para com a imperatriz e princezas.

Julgo conveniente dar-vos esclarecimentos acerca das relações, que se estabeleceram entre o Brasil e o Paraguay depois de terminada a guerra.

Por Decretos de 27 de Março do anno passado foram promulgados : o tratado definitivo de paz entre o Imperio e aquella Republica, o de limites, ambos assignados em Assumpção a 9 de Janeiro, o para entrega de criminosos e desertores assignado á 12, o de amizade, commercio e navegação á 18.

Não me é possivel dar-vos conhecimento de todas as suas disposições ; limito-me apenas a citar algumas dellas.

No tratado de paz o Paraguay reconheceu como divida da Republica a importancia da indemnisação dos gastos de guerra feitos pelo imperio, dos damnos causados ás propriedades publicas e dos damnos e prejuizos causados ás pessoas e cidadãos do referido estado e firmaram-se clausulas relativas a navegação fluvial, ficando esta livre ao commercio de todas as nações, não se estendendo porém aos afluentes dos rios, á que o tratado se refere, salvo caso de leis ou estipulações especiaes em contrario.

Tambem acceitaram-se os principios do Congresso de Paris de Abril de 1856 relativos a abolição do corso, á mercadorias neutras e intimigas, á contrabando de guerra e á bloqueios, e estipulou-se o recurso aos bons officios de uma nação amiga antes do emprego da força no caso de apparecer qualquer grave desintelligencia entre as partes contratantes.

No tratado de limites, foram estes acceitos nos seguintes termos :

«O territorio do Brasil divide-se com o da Republica do Paraguay pelo alveo do rio Paraná desde onde comegam as possesões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná. Do Salto Grande das Sete Quedas continúa a linha divisoria pelo mais alto da serra de Maracajú até onde ella finda. Dahi segue em linha recta ou que mais se lhe approxime pelos terrenos mais elevados a encontrar a serra Amambay. Prosegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do rio Apa, e baixa pelo alveo deste até sua foz na margem Oriental do rio Paraguay. Todas as vertentes que correm pelo Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguay. A ilha do Fecho dos Morros é do dominio do Brasil.»

Este tratado contém outros artigos relativos a nomeação de commissarios para procederem a demarcação da linha divisoria e outras disposições, de que não é necessario fallar.

Dentre as leis publicadas no periodo, a que se refere esta licção, mencionarei duas muito importantes.

São estas: a de 23 de Setembro de 1871 que declarou de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde essa data em diante, libertos os escravos da nação e outros, e providenciou sobre a criação e tratamento d'aquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.

O assumpto, de que ella se occupa, é de alto alcance: o nascimento era uma das fontes de escravidão.

Extincta ella é facil de prever-se que a condemnavel instituição do estado servil, que herdamos da metropole ha mais de trezentos annos, e que temos mantido por especialissimas circumstancias, tende a desapparecer.

A meu vêr a data dessa lei é o inicio de uma nova era que deve ser applaudida por todos aquelles, que sentimentos humanitarios nobilitam e que reconhecem os males resultantes da violação de qualquer lei moral.

Cumprir dizer que esse legado, que recebemos da mãe-patria, tem sido de effeitos bem prejudiciaes aos interesses do paiz.

Considerada sob outro ponto de vista ainda a lei trouxe o beneficio de melhor garantir os direitos sustentados em nome da liberdade e que eram vacilantes na legislação antiga.

Não quero dizer que a lei não tenha defeitos, eu porém os considero de pouco valor quando attendo ao grande principio, que ella consagra, de extinguir a unica origem de escravidão que nos restava depois da repressão do trafico de Africanos.

Ontra é a de 6 de Agosto do corrente anno, que creou mais sete Relações no Imperio, determinando os districtos das existentes e das novamente creadas.

Em virtude dessa lei temos hoje onze Relações, constando a da Côrte de dezesete desembargadores, as da Bahia e Pernambuco de onze, as do Maranhão, Pará, Ceará, S. Paulo, Rio Grande do Sul e Minas de 7, e as de Matto Grosso e Goyaz, de cinco.

No anno passado teve começo a denominada—Questão Religiosa—cujo exito á ninguem é dado prever, levantada pelos bispos do Rio de Janeiro e Pernambuco.

Vou dar-vos informações sobre o começo da questão e o mais que tem occorrido até hoje.

O Grande Oriente do Valle do Lavradio, applaudindo o acto do parlamento que votára a lei de 28 de Setembro de 1871, celebrou uma festa maçónica como homenagem de consideração e respeito ao Grão-mestre o Sr. Visconde do Rio-Branco, chefe do gabinete de 7 de Março.

Nessa occasião o Sr. Padre Almeida Martins, orador do Grande Oriente, pronunciou um discurso que os jornaes publicaram.

O bispo do Rio de Janeiro, o Sr. D. Pedro de Lacerda, entendeu que o Sr. Almeida Martins, como padre catholico, tinha procedido mal em tomar parte em trabalhos maçonicos e mais ainda—em fazer alarde disso dando publicidade ao discurso proferido naquella festa.

Varios incidentes houve e afinal o bispo suspendeu de ordens o referido sacerdote.

Este acontecimento irritou a ordem maçónica; as lojas dirigiram lisonjeiras manifestações ao Sr. Almeida Martins.

Foi então que o Sr. Conselheiro Saldanha Marinho, Grão-mestre do Oriente ao valle dos Benedictinos, convidou o povo maçónico para uma reunião.

Verificada esta, dahi resultou a fusão dos dois Orientes para o fim de consorciados todos os esforços defender-se a maçonaria na lucta provocada pelo bispo do Rio de Janeiro.

O acto deste prelado encontrou um energico imitador no bispo de Pernambuco, o Sr. D. Frei Vital.

Em Dezembro de 1872 dirigio-se este ao vigario de Santo Antonio do Recife, nos seguintes termos :

«Constando-nos que o Sr. Dr. Antonio José da Costa Ribeiro, notoriamente conhecido por maçon, é membro da irmandade do Santissimo Sacramento dessa matriz, e pesando sobre os iniciados na maçonaria pena de excommunha maior lançada por differentes papas, mandamos que V. Rvdma. sem perda de

tempo dirija-se ao juiz daquela irmandade e ordene-lhe em nosso nome que exhorte caridosa e instantemente ao dito irmão a abjurar essa seita condemnada pela igreja. Se por infelicidade este não quizer retractar-se, seja immediatamente expulso do gremio da irmandade; porquanto de taes instituições são excluidos os excommungados. Da mesma sorte se proc da com todo e qualquer maçon porventura membro de qualquer irmandade existente na sua freguezia. Aguardamos a communicação de que as nossas ordens foram cumpridas.»

Iguaes circulares foram enviadas aos vigarios da Boa-Vista, do Recife, de S. José e da Capunga, e aos Rvdms. guardião de S. Francisco e provincial do Carmo, individuando alguns membros da irmandade, que eram reconhecidos maçons.

Differentes irmandades responderam que não satisfariam as exigencias do Diocesano, porque seus compromissos não as autorisavam a fazer as expulsões.

Segundo publicações feitas no *Jornal do Recife*, de Janeiro deste anno, a igreja da Soledade foi interdicta a 7.

As lojas mçonicas acceitaram a luta e publicaram os nomes de seus associados.

No dia 9 houve no Recife uma grande reunião de maçons, a fim de tratarem de uma representação ao poder legislativo.

Concorreram mais de seis mil pessoas, varios oradores se fizeram ouvir e a representação foi assignada, concluindo deste modo:

«E, pois, os abaixo assignados vêm pedir as medidas e providencias que a esta augusta camara pareçam adequadas a nos serem garantidos todos os direitos conferidos pela Constituição Política do Imperio, e especialmente a fiel observancia dos arts. 102 § 14, e 173 § 5º da mesma Constituição; visto como está o bispo desta diocese executando bullas que não tiveram a imperial sancção, e bem assim perseguindo por motivo de religião a concidadãos que respeitam e até professam a do Estado.

«Pedem, finalmente, a expulsão dos padres da Companhia de Jesus; qualquer que seja a denominação sob que se apresentem, e ora admittidos nesta provincia contra leis vigentes.»

A 28 do mesmo mez, segundo referem os jornaes, compareceu á presença do presidente da Provincia uma commissão que levava a representação dirigida aos poderes do Estado contra o prelado.

O orador desta commissão proferio o seguinte discurso que foi publicado no *Jornal do Recife*:

«Viemos em commissão depôr nas mãos do V. Exc. a re-

apresentação em que a maçonaria e 4,534 habitantes do Recife impetram do governo geral providencia contra os abusos do bispo desta diocese, e pedem sejam expulsos da provincia os jesuitas.

«É um salutar direito o que ora exercemos no direito de peligão garantido pelo art. 179 § 39 da Constituição politica do Imperio. Para uma associação pacifica, generosa e humanitaria qual é a maçonaria, e para um povo altamente cioso de seus bens e das suas heroicas tradições, qual é o povo pernambucano, o recurso por excellencia contra a prepotencia e o desatino é o recurso da lei. Póde V. Exc. crer que não queremos a perturbação e o tumulto, a de-organização e vertigem; queremos, sim, a liberdade como condição de suprema harmonia na sociedade, queremos a lei e o direito sem sobresalto e sem assombro, queremos os poderes constituídos gyrando dentro das suas legítimas orbitas.

«V. Exc. é testemunha de que a sociedade pernambucana não está hoje bem. Não disfarçamos a crise; ella é tremenda. Estamos ameaçados de vêr os templos todos da cidade fechados, e delles expulsos, depois de esbulhados de direitos imprescriptiveis, fideis fervorosos que com o seu dinheiro, esforços e sacrificios erigiram esses templos, e sempre nelles mantiveram digno e pomposo culto em honra da religião catholica. Estamos ameaçados de vêr esses templos, e mais os seus patrimônios—propriedade particular das irmandades e confrarias—passarem para o poder dos jesuitas, esses padres justamente execrados pelos seculos transactos e pela civilização contemporanea.

«Estamos ameaçados de obedecer a dous soberanos, um o legítimo imperante nacional, e outro um estrangeiro, o papa, facto este que importaria a negação de toda a organização politica interna, obra da soberania nacional, unica soberania, que a nossa constituição reconhece. Estamos ameaçados dos maiores horrores, quaes os que podem do dia para a noite trazer contra taes abusos o fanatismo das aggressões, ou a reacção dos aggreddidos.

«Ninguém póde firmemente garantir que sempre as cousas se manterão dentro dos limites em que ate hoje se tem prudentemente mantido, sem duvida por esperar-se dos poderes competentes efficaz remedio. São estes os motivos que determinaram a maçonaria e a população a lançar mão do recurso constitucional que aqui hoje nos traz, certos de que, no interesse da tranquillidade publica, e em respeito ás instituições juradas, serão desaggravados os nossos direitos, mantidas as promessas e garantias legais, e restituida assim á familia pernambucana a

paz de que ameação privar-a, e sem a qual não ha progresso nem bem-estar, e só desolação e ruina. Viva o presidente da provincia. Viva o povo pernambucano. Viva a religião catholica. Viva a maçonaria.»

A 9 de Fevereiro reuniu-se a irmandade do Divino Espirito-Santo para resolver sobre a interdição lançada pelo Diocesano.

O bispo revelava-se tenaz na luta contra os maçons; mas estes não recuavam.

A 14 do mesmo mez reuniu-se a irmandade do Santissimo Sacramento da matriz de S. José para tomar conhecimento da interdição lançada pelo Diocesano.

Entre outras deliberações resolveu que fossem suspensos todos os actos religiosos, que estavam a seu cargo, que o irmão thesoureiro guarda se todas as alfaías e que a meza ficasse autorizada a representar aos poderes do paiz contra os actos do prelado.

A 5 de Março a irmandade de S. José respondeu á intimação nos seguintes termos :

«Illm. e Revm. Sr. Accusando a recepção do officio de V. Revm. de 8 do corrente, ao qual acompanhou cópia do de S. Ex. Revm. o Sr. bispo diocesano, datado de 5 do mesmo a V. Revm. dirigido, cumpre-me dizer que a meza regedora desta irmandade, apezar da insistencia piedosa de S. Ex. Revm. (que parece filha de um coração movido por alguma infallibilidade) pela exclusão de nossos irmãos maçons, resolvessem que S. Ex. Revm. considere em vigor as nossas respostas de 2^o de Janeiro e 11 de Fevereiro findos; e que, compungida da mais acerba dôr, communicasse a S. Ex. Revm. que por deliberação suprema, no dia 6 do corrente, excluimos o nosso prestimoso e sempre lembrado irmão José Joaquim da Silva Guimarães, que era procurador geral desta irmandade, e que nessa razão temos resolvido eliminar todos os mais irmãos que fôrem filiados á maçonaria, e que, sendo a questão sómente de tempo, esperamos que a S. Ex. Revm. dotado, como é, de um coração cheio de caridade, não faltará paciencia para esperar; tanto mais quanto é ainda tão jovem que pôde sobreviver á exclusão do ultimo nosso irmão maçon Deos guarde a V. Revm a quem considero e respeito Consistorio da irmandade do patriarcha S. José da Agonia, 21 de Março de 1873. Illm. e Revm. Sr. frei Bento do Monte Carmello Flôres, digno provincial do convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife.—*Manoel Pereira Camello Pessoa*, secretario.»

A 10 de Maio, foi suspenso *ex-informata consciencia* o Deão da Sé de Olinda o sr. dr. Joaquim Francisco de Faria.

A 14 houve uma reunião popular com o fim de se dirigir uma felicitação ao sacerdote suspenso.

A principio pacificamente correram as cousas, mas grande agitação appareceu depois.

Um grupo de-tacou-se da reunião e atacou o collegio dos jesuitas, ficando feridos alguns destes, invadiu a casa onde estava a typographia da *União*, quebrou os objectos da officina e dirigio-se para o collegio de Santa Dorothea, onde não poderam entrar porque já então o presidente tinha reunido força para manter a ordem.

Nova reunião foi convocada para o dia 16.

A auctoridade policial por ordem da presidencia tratou de dissolver-a, mas só o conseguiu depois do emprego da força.

A 2 de Julho o bi po de Pernambuco mandou publicar a bulla de Pio IX, de 29 de Maio, declarando *«estar sujeita á pena de excommunhão a maçonaria brasileira, e que deviam ser dissolvidas completamente as irmandades, creando o bispo outras.»*

O presidente da Provincia dirigio ao procurador da corôa o seguinte officio :

«Palacio da presidencia de Pernambuco, em 8 de Julho de 1873.—Ilhm. e Exm. Sr. Chamo a attenção de V. Ex. sobre o n. 80 do periodico *União* de 2 do corrente, onde se lê uma pastoral do Revm. dicesano mandando publicar e cumprir um breve em fôrma de carta, do SS. Padre Pio IX, sem que tenha obtido préviamente o indispensavel beneplacito imperial, offendendo assim a Constituição politica do Imperio e praticando uma verdadeira usurpação do poder temporal ; pelo que lhe recommendo que proceda a respeito de conformidade com a lei, interpondo logo o recurso por ella estabelecido.»

O procurador da corôa, que servia interinamente, discordando da opinião do governo provincial, pediu demissão, tendo sido nomeado o desembargador Doria para substitui-lo.

A 21 de Julho os maçons no Recife festejaram o anniversario da extincção da Companhia de Jesus pelo Papa Clemente XIV em 21 de Julho de 1773, illuminando as *Lojas* e expondo-as á visita do publico. Grande foi a concurrencia de povo, que se associou a esta manifestação.

Tendo sido enviado ao governo o recurso interposto pela irmandade do Santissimo Sacramento da matriz de Santo An-

tonio do Recife, reuniu-se o Conselho d'Estado pleno no dia 3 de Maio para consultar sobre o recurso.

A sessão que começou á noite durou até depois de duas horas da madrugada.

A 12 de Junho o ministro do Imperio expedio um Aviso ao bispo de Pernambuco.

Dou-vos conhecimento dos principios, que elle contém, em alguns extractos:

«Ouvida a secção dos negocios do Imperio do Conselho de Estado, que deu o parecer junto:

«Ouvido o Conselho d'Estado pleno, que acceitou as doutrinas e conclusões do mesmo parecer:

«Considerando que os Decretos dos Concilios e Letras Apostolicas, assim como quaesquer outras constituições ecclesiasticas dependem para sua execução de beneplacito do governo ou de approvação da Assembléa Geral Legislativa, se contiverem disposição geral:

«Considerando que não tiveram beneplacito as bullas que fulminam excommunição contra as sociedades maçonicas:

«Considerando que a maçonaria como sociedade secreta é permitida pela lei civil, não tem fins religiosos, nem conspira contra a religião catholica e que portanto faltam-lhe character e intuitos que a sujeitem a jurisdicção ecclesiastica e á condemnação sem forma e figura de juizo:

«Considerando que a Constituição organica das irmandades no Brazil compete principalmente ao poder civil e que o prelado Diocesano a quem cabe approvar os respectivos estatutos na parte puramente religiosa, tem auctoridade limitada aos deveres dessa natureza:

«Considerando que a irmandade recorrente não tinha poder para expellir de seu gremio os membros que pertencessem á maçonaria, caso de que não cogitou o compromisso approvado pelo Ordinario:

«Considerando que ainda quando os maçons estivessem sujeitos á pena de expulsão e perda dos direitos que a lei civil lhes garante, como membros de irmandades, não podia um motivo pessoal de censura e punição estender-se a toda a confraria para o effeito de ser declarada interdicta:....

.»

Em conclusão declarou o ministro do Imperio no Aviso, cujos trechos acabo de citar, que o recurso da irmandade ficava provido devendo o bispo cumprir esta decisão no praso de

um mez, cessando os effeitos do acto de que a irmandade recorren.

O Aviso do governo não foi cumprido: o bispo de Pernambuco, que proseguia firme em seu proceder contra os maçons, julgou ser de seu dever não levantar as interdições.

Então, a 27 de Setembro, sob parecer da maioria do Conselho d'Estado o governo ordenou ao procurador da corôa que promovesse a accusação do bispo de Pernambuco por que assim o exigiam o direito e os interesses do estado, *cristero o bispo desobedecido ás ordens do governo e ás leis do Imperio, considerando-se superior a ellas*.

A sete do mez passado o bispo dava ao governo imperial a prova da nenhuma consideração que votava ás suas decisões: declarou interdictas as irmandades da Misericórdia, da Conceição dos militares, de N. S. do Livramento, de S. José de Riba-Mar, da Ordem 3ª do Carmo, de N. S. da Congregação, as da Igreja do Corpo Santo, as da Igreja da Madre de Deus, a da Trindade da Igreja de S. Francisco.

A 11 o sr. d. Francisco Balthazar da Silveira por ordem do governo apre-entou ao Supremo Tribunal de Justiça a denuncia contra o bispo de Pernambuco, pedindo a pronuncia e condemnação do prelado nas penas dos Artigos 86, 96 e 129 do Cod. Criminal.

Ao passo que o bispo luctava com as irmandades e resistia ao governo, aquellas não desanimavam: reagiam sempre.

Segundo as noticias ultimamente vindas de Pernambuco e constantes dos jornaes, occorreram alli mais os seguintes factos:

A 12, quando já se achavam interdictas todas as irmandades da matriz de S. Frei Pedro Gonçalves, uma dellas resolveu fazer a festa do padroeiro S. Miguel.

Grande foi a concurrença de povo para assistir ao conflicto entre ella e o clero.

Apresentando-se a irmandade com as vestes de que usava em serviços religiosos, os sacerdotes retiraram-se.

Effectuou-se porém o acto festivo só com a orchestra e orações dos fieis.

No dia 15, ordenou o prelado aos vigarios de S. José, do Recife, da Boa Vista e Santo Antonio, que quando tivessem de celebrar algum dos actos religiosos a que assistiam as irmandades do Sacramento ou das Almas, se comparecessem com opas membros dessas corporações, deviam os sacerdotes celebrar o serviço divino em outra qualquer igreja.

Tambem consta que não tendo havido sacerdotes que se prestassem a tomar parte em uma festa da Ordem 3ª do Car-

mo, por causa da interecção, estiveram em exposição a egreja, hospital e outras dependencias desde as nove horas da manhã até ás dez da noite, conforme resolveu a mesa regedora. Duas bandas de musica tecavam alternadamente nessa occasião, e grande foi o concurso de povo.

Tambem o bispo do Pará, acompanhando o proceder do de Pernambuco, encetou a lucta com as irmandades.

Já em 9 de Agosto ultimamente findo a secção dos negocios do Imperio do Conselho d'Estado, deu parecer em sentido favoravel ao recur-o á corôa interposto pela meza regedora da Ordem 3^a do Carmo da capital d'aquella provincia contra o acto do prelado, que impedio á referida irmandade de exercer suas funcções.

Eis o que presentemente posso vos dizer a respeito da questão religiosa.

Na capital do Imperio a 1^o de Janeiro do corrente anno abrin-se a Exposição Nacional dos productos, que devem figurar na Universal em Vienna d'Austria.

Foi a terceira Exposição nacional que se fez.

Do livro, que por essa occasião se publicou—Imperio do Brazil na Exposição Universal, de 1873, em Vienna d'Austria,—tiro os esclarecimentos, que passo a dar-vos, relativos á situação financeira:

«Exercicio de 1872-1873.

Este exercicio não está liquidado nem encerrado.

Conforme o systema de contabilidade, adoptado no Imperio, o anno economico começa no 1^o de Julho e termina em 30 de Junho do anno seguinte; mas continuam as arrecadações das rendas, e o pagamento das despesas, relativas a esse periodo até o fim de Dezembro, data em que terminam as operações do exercicio financeiro. De então em diante ha o prazo addicional de tres mezes nas thesourarias das Provincas, e de seis mezes no Thesouro, para encerramento das contas.

Assim não é possivel calcular com exactidão a receita do exercicio de 1872-1873: para seu encerramento faltam alguns mezes, nos quaes ainda se hão de arrecadar varias rendas e realisar diversas despesas.

Entretanto, segundo os dados officiaes, ministrados pelo ultimo relatorio do Ministerio da Fazenda, e pela synopse de

1871-1872 pode se estimar aproximadamente a sua receita e despesa pela forma seguinte:

Receita, incluídos os depósitos . . .	108.041:219\$000
Resto da emissão da moeda de nickel .	567:1.3\$000
Emissão dos bilhetes do thezouro . .	73:900\$000
Saldo do exercicio anterior . . .	12.595:382\$000

121.844:614\$000

Despesas dos diversos Ministerios . .	96.654:959\$000
---------------------------------------	-----------------

Dita autorisada por diferentes creditos especiaes e extraordinarios . . .	13.077:836\$000
--	-----------------

Somma . . .	109.732:855\$000
-------------	------------------

Saldo prezumivel.	12.111:759\$000
---------------------------	-----------------

1873-1874:

Neste exercicio, que apenas começa, a base do calculo da receita e despesa não pode ser outra se não a que offerece a respectiva lei do orçamento.

Segundo a lei que acaba de ser promulgada, de 25 de Agosto, são assim avaliadas:

Receita geral incluídos unicamente os depósitos, calculados em mil contos, por não se poderem estimar desde já os outros recursos	104.000:000\$000
---	------------------

Despesa votada com quantias definidas .	98.250:168\$140
---	-----------------

Dita autorisada, cuja importancia não é possível prefixar rigorosamente . . .	749:831\$860
---	--------------

99.000:000\$000

Saldo proprio do exercicio 5 000:000\$000

reunido ao do exercicio anterior —

12.111:757\$000 elevar-se-ha . . a 17.111:757\$000

Deste saldo tem de abater-se 5.600:000\$000 remettidos para despesas motivadas pela guerra do Paraguay, logo que cheguem ao Thezouro os documentos comprobativos do pagamento das mesmas.

Nas verbas de receita destes exercicios não se comprehende a importancia proveniente das quotas arrecadadas para o fundo de emancipação da escravos, visto ter destino especial em vista da lei de 1871».

Quanto á divida publica encontram-se no referido livro as seguintes informações :

«A divida publica do Brazil divide-se em consolidada e fluctuante.

A da primeira especie é interna e externa : esta proveniente de empréstimos levantados na Praça de Londres, e aquell^a de apolices emittidas nos termos da lei de 15 de Novembro de 1827, e Decreto de 15 de Setembro de 1868.

A externa importava em 30 de Junho em 135 601:777\$778 e a externa pôde a 286 157:200\$000 rs., sendo 257.468:700\$ das apolices da lei de 1867, e 28.688:500\$000 das do empréstimo de 1868.

A divida fluctuante compõe-se da anterior ao anno de 1827, dos depositos, bilhetes do Thezouro e papel-moeda.

Os depositos que procedem de empréstimo do cofre dos orphãos, bens de ausentes e outras origens, elevavam-se, nas datas a que se refere o ultimo relatorio do Ministerio da Fazenda, a 29.146:685\$000 rs.

Os bilhetes do Thezouro, cuja emissão pôde elevar-se a 20.000.000\$000, na conformidade do artigo 3º da lei de 17 de Julho de 1871, que auctorizou o prolongamento da estrada de ferro D. Pedro II, importavam em 30 de Junho na somma de 11.728:900\$000 rs.

O papel moeda em 30 de Março do corrente anno estava reduzido a 149.578:732\$000 rs..

Recapitulando vê-se que a divida passiva do Imperio é a seguinte :

Divida externa	135 601:778\$000
Interna fundada	286. 157:200\$000
Anterior a 1827	344:539\$000
Depositos	29.146:685\$000
Bilhetes do Thezouro	11,728:900\$000
Papel-moeda	149.578:732\$000
	612 557:825\$000

Os juros e amortisação dos empréstimos externos e do interno de 1868 são pagos em ouro, ou seu equivalente.»

Depois da narração dos principaes acontecimentos desde 1867 a 1873 cumpre-me agora fazer considerações a respeito de diversos factos.

Neste periodo teve a Familia Imperial de lamentar dois passamentos, o da princeza a sra. D. Leopoldina, a 7 de Fevereiro de 1871 em Vienna d'Austria, e o da imperatriz viuva, a sra. D. Amelia de Leuchtenberg.

Veio esta ao Brazil em Outubro de 1829; foi por occasião de seu casamento com o sr. D. Pedro I que criou-se a ordem da Roza.

Depois dos acontecimentos de 1831, que forçaram o sr. D. Pedro I a retirar-se para a Europa, ella fixou sua residencia em Lisboa, onde falleceu a 26 de Janeiro deste anno.

Já vos fallei da guerra contra o Paraguay; agora devo dizer-vos que depois della finda em 1870, tem nosso paiz gozado de tranquillidade.

Suas relações com outras potencias tem-se consolidado mais, e em prova disto mencionarei alguns tratados que foram celebrados.

São estes o de 19 de Novembro de 1872 assignado pelo sr. marquez de S. Vicente, por parte do Brazil e pelo general o sr. Bartholomeu Mitre, representante do governo Argentino, resolvendo de modo amigavel a questão entre as duas nações a respeito de ajustes definitivos de paz com o Paraguay;— os promulgados a 19 de Abril do corrente anno, de extradição entre o Brazil e Portugal, entre o Brazil e a Grã-Bretanha, entre o Brazil e a Italia; a convenção postal com o Perú.

Ainda como facto de grande alcance para nossas relações internacionaes citarei a permissão consagrada no Decreto de 25 de Janeiro ultimo aos navios de todas as nações para subirem até o porto de Santo Antonio, no Rio Madeira, na provincia do Amazonas.

Desenvolvem-se notavelmente no paiz as aspirações para os melhoramentos materiaes e moraes: em quasi todas as provincias organisam-se companhias para a construcção de linhas ferreas, e trata-se de outros meios de communicação; em cada canto do imperio, permitta-se-me a phrase, criam-se escolas populares de primeiras letras, fundam-se sociedades para a vulgarisação do ensino, ou diffusão de luzes.

Os poderes publicos tem applaudido os esforços da iniciativa individual em ambos os sentidos, e prestado alguns auxilios.

Tenta-se actualmente realisar a communicação do Brazil

com o Velho Mundo por meio do telegrapho: este acontecimento trará grandes vantagens.

Tendo sido auctorisado o sr. barão de Mauá em Agosto do anno passado a estabelecer e explorar um cabo telegraphico submarino entre o Imperio do Brazil e o Reino de Portugal e suas possessões, disse o governo na *Falla do Throno* a 2 de Dezembro que já estava contratado de accôrdo com o governo portuguez o assentamento entre a Europa e o Brazil e que em 1874 já se poderia usar de tão maravilhoso instrumento de actividade do nosso seculo e que se trabalhava com esforço para que a linha terrestre, exclusivamente brasileira a que vem unir-se o cabo transatlantico, fique prompta ao mesmo tempo.

Ainda na *Falla do Throno* de 3 de Maio deste anno, se trata do mesmo assumpto e nella se diz que foi transferida á Companhia do Cabo transatlantico a concessão feita a outros emprezarios para o assentamento de um telegrapho submarino entre o norte e o sul do imperio.

A 18 de Junho foi concedida a auctorisação para funcionar no imperio a *Brazilian Submarine Telegraph Company Limited*, organisaada na Inglaterra e cessionaria da *Telegraph Construcion Maritime Company Limited*, á qual foram transferidos pelo sr. barão de Mauá os direitos e obrigações do contracto entre elle e o governo celebrado para a collocação e castoio de um cabo telegraphico submarino entre o imperio do Brazil e Portugal.

Julgo conveniente dizer-vos que na *Falla do Throno* de 3 de Maio, a que ha pouco me referi, se reconhece a necessidade de reforma eleitoral e se diz *«que o projecto recentemente apresentado em nome do governo propõe-se a assegurar a primeira das condições de nossa forma de governo, a genuina expressão do voto popular, alvo dos mais constantes esforços de um povo livre cuja principal força deve derivar da opinião publica e da auctoridade da lei.*

Em relação a instrução publica é sabido que o governo estimulado pelos numerosos exemplos da iniciativa individual promette satisfazer as aspirações populares e não se descuidar tambem do ensino superior.

Ainda em principios do mez passado promulgou o Decreto n. 5,423 creando commissões de exames de preparatorios nas capitães das provincias em que não ha Faculdade.

Em minha opinião a acção dos poderes do paiz para facilitar a diffusão de luzes, vulgarisando os meios de ensino, e seriamente interessando-se pelo aperfeiçoamento da sociedade bazeado na cultura intellectual e na educação publica, deve merecer geral apoio.

Creio que assim é que pôde chegar um povo a altos destinos.

E o nosso paiz é um dos que mais necessita ter faceis elementos de instrução.

Tendo o Brazil, como se calcula, 10 milhões mais ou menos de habitantes, é bem desagradavel reconhecer-se e dizer-se que muito mais de metade não sabe lêr e escrever.

Em taes condições torna-se um povo sujeito a esse mal-estar, que naturalmente se origina da ignorancia de seus direitos e deveres.

Illustrado—elle alentará aspirações de dia em dia mais elevadas, caminhará em progressão ascendente na senda das prosperidades materiaes e moraes, sob o regimen de instituições democraticas.

Acredito que se nosso paiz não fosse, em sua maioria, formado de analphabetos, não se acharia sob a perniciosa influencia de uma centralisação asphyxiante, e nem accetteria como verdade esse dito de alguns politicos *que a Carta de 1824 é a mais sabia das constituições.*

Bem sei que alguns principios, relativos a direitos individuaes, consagrados pela Constituição Franceza de 1791, foram acceitos pela Constituição hespanhola de 1812, pela portugueza de 1820, e acompanhando estas o Sr. D. Pedro I os consagrou na Carta de 1824.

E' inegavel porém que a vista predominante na organisação della foi a de criar um *poder irresponsavel*, supremo fiscal de todos os outros.

Assim constituiu-se o *poder moderador*, privativo do imperador, ao qual se deram as attribuições de nullificar a acção do judiciario pela suspensão de magistrados, e pela amnistia, pelo perdão de penas; de embaraçar ou addiar as pretensões do legislativo pela dissolução do ramo temporario; de mudar o pessoal do governo, e impôr um pensamento politico contrario ás aspirações do paiz pela faculdade de livremente nomear e demittir os ministros.

A escola conservadora diz, e com razão, que o imperador *reina, governa e administra.*

E' uma verdade, que se revela da letra e espirito da Carta de 1824.

Nem o sr. D. Pedro I a outorgaria em condições diversas.

O sr. D. Pedro concorreu, sem duvida, para a realisação da independencia do Brazil associando-se á corrente das idéas, pelas quaes propugnavam energicamente os Fluminenses, os Paulistas e Mineiros; mas foi levado pela força das circumstancias.

Não houve espontaneidade em seu proceder: attesta isto o facto, que a historia registra, de ter elle mezes antes dirigido ao sr. D. João VI uma carta, em que dava o juramento —*escripto e sellado com seu sangue*—de nunca consentir que o Brazil se separasse da metropole.

Adherindo a uma politica liberal, enquanto della necessitou para fortificar-se no poder, seguiu caminho opposto desde que julgou azada a occasião de mostrar que o inspirava a ambição de um mando sem fiscalisação.

Dissolveu a Constituinte, prometteu uma Constituição mais liberal do que a projectada por aquella, e afinal outorgou a Carta, onde ficou claramente expresso que o *poder moderador é a chave de toda a organização politica, e é privativamente delegado ao imperador*.

Diante do espirito e da letra da Carta cahem, a meu vêr, todos os argumentos invocados pelos que negam ao imperador o direito á activa e irresponsavel interferencia na direcção dos negocios publicos.

E' sem fundamento o appello ao principio *o rei reina e não governa*: o sr. D. Pedro I não o acceitaria, por contrario a suas vistas de dominação.

Alem disto a maxima de Thiers foi proclamada em França depois de fundada em 1830 a monarchia de Julho, e a Carta é de 1824.

Ainda mais a nossa historia politica mostra que já houve tempo, em que os dois partidos chamados constitucionaes julgaram o systema politico em condições anormaes, porque o imperante não governava.

No movimento revolucionario de 1842 em S. Paulo e Minas fizeram os liberaes a franca manifestação de que consideravam coacto o imperador, e queriam libertal-o da coacção afim de que pudesse exercer seus direitos.

Pelo seu lado tambem os conservadores revelaram igual sentir: ainda em 1846 nos escriptos attribuidos a alguns de seus prestigiosos membros se dizia que havia um partido aulico dominando o imperante.

Entre esses escriptos mencionarei o pamphleto a *«Facção Aulica»*, que uns attribuiam á penna do sr. Vasconcellos e outros á do sr. Honorio.

Hoje muitos membros de ambos os partidos clamam contra o *governo pessoal*, considerando-o sem fundamento legal.

Parece-me que neste ponto não ha razão : cumpre á aquelles, que não querem a *politica imperial* firmada pela Carta de 1824, sustentar abertamente a necessidade de ser esta reformada.

Não ha outro passo a dar : eu penso que a reforma é indispensavel.

Senhores—Está satisfeito o meu compromisso : eu não vim aqui dar ensino completo de historia do Brazil; para isto precisaria eu de mais tempo, teria necessidade de organizar ou adoptar um compendio e seguir um methodo didactico de mais efficacia; vim, como disse na primeira lição, expôr os principaes acontecimentos, tendo em vista criar e desenvolver na mocidade deste collegio o gosto pelo estudo das coisas patrias.

Quando quizerdes alcançar satisfatorio conhecimento da nossa historia deveis recorrer ás varias obras, que ha, de escriptores nacionaes e estrangeiros.

As exposições, a que hoje dou fim, servirão para vos indicar as épochas e os successos, cujas causas, marcha e resultados des-jeis estudar.

Agradeço-vos a attenção, com que sempre me ouvistes.

APPENDICE

Tendo-se concluido a impressão do livro em Setembro de 1876 o editor julgou conveniente publicar em aditamento os factos mais importantes occorridos desde a data da ultima lição, 5 de Novembro de 1873, até Agosto proximo findo.

1873

7 DE NOVEMBRO

O governo imperial ordenou que o Procurador da Corôa promovesse a accusação criminal contra o Sr. Bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, por se ter recusado formalmente a cumprir a decisão provendo o recurso á corda interposto por varias irmandades da injusta interdicção contra ellas proferida pelo motivo de serem maçons alguns membros dellas.

25 DE NOVEMBRO

Foram iniciadas as conferencias litterarias, com exclusão de assumptos religiosos e politicos, no edificio destinado á escolas na freguezia da Gloria, na Capital do imperio.

Fallou o Sr. Conselheiro Manoel Francisco Corrêa sobre o ensino obrigatorio.

24 DE DEZEMBRO

Effectuou-se o desembarque do cabo telegraphico submarino destinado a realisar a communicacão da Capital do imperio com o Norte.

Feitos os arranjos necessarios em uma casa perto da igreja da Copacabana ás 2 horas da tarde foram dados os signaes chamando a attenção do telegraphista da Bahia. Em seguida o Senhor D. Pedro expedio aos Presidentes da Bahia, Pernambuco e Pará um telegramma nos seguintes termos :

« Já se acha o cabo submarino no territorio da capital do Brasil. A electricidade começa a ligar as cidades mais importantes deste Imperio como o patriotismo reúne todos os Brasileiros no mesmo empenho pela prosperidade de nossa magestosa patria. O Imperador sauda pois a Bahia, Pernambuco e Pará, por tão fausto acontecimento, na qualidade de seu primeiro compatriota e sincero amigo. Até os bons annos de 1874.»

1874

1º DE JANEIRO

Começou a execução da lei substituindo o antigo systema de pesos e medidas pelo Systema Metrico.

Deu-se a inauguração official do telegrapho electrico ligando a Capital do imperio ás capitaes da Bahia, Pernambuco e Pará.

O imperador expediu o telegramma seguinte :

«S. M. Imperial sauda da Capital do imperio as provincias da Bahia, Pernambuco e Pará. A inauguração, que teve lugar no dia de hoje, do telegrapho electrico submarino, que já se estende ao longo da maior parte da costa do imperio, conforme se espera, será um felicissimo augmento de importantes melhoramentos moraes e materiaes para a nossa patria.»

12 DE JANEIRO

Chegou ao Rio de Janeiro o Bispo de Pernambuco, e no dia 13 foi recolhido ao arsenal de Marinha.

Em 20 de Dezembro do anno anterior tinha o Supremo Tribunal de Justiça proferido a sentença de pronuncia e expedido a ordem de prisão, em cumprimento da qual, a 2 de Janeiro, foi o bispo preso e recolhido ao arsenal de Marinha no Recife.

24 DE JANEIRO

Foi promulgada a convenção sobre attribuições consulares, e entrega de desertores, celebrada em Abril de 1873 entre o Brasil e a Grã-Bretanha

21 DE FEVEREIRO

O Supremo Tribunal de Justiça condemnou o Bispo de Pernambuco á pena de 4 annos de prisão com trabalho, grão medio do artigo 96 do Codigo Criminal.

12 DE MARÇO

Esta pena foi commutada em 4 annos de prisão simples tendo de ser cumprida na Fortaleza de Santa Cruz.

24 DE MARÇO

O Supremo Tribunal de Justiça proferio a sentença de pronuncia contra o Bispo do Pa.á.

28 DE ABRIL

O Bispo do Pará foi preso, por ordem do Supremo Tribunal de Justiça, na Capital da Provincia

8 DE MAIO

A commissão mixta incumbida da demarcação de limites entre o Brasil e o Paraguay concluiu seus trabalhos.

19 DE MAIO

O Bispo do Pará chegou á cõrte.

22 DE JUNHO

Foi inaugurado o telegrapho electrico communicando o Brasil com a Europa. O imperador expedio telegrammas á Rainha Victoria, ao Rei de Portugal, ao Rei D. Fernando e a todos os Chefes d'Estados da Europa.

23 DE JUNHO

Chegaram á Capital do imperio, de volta de sua viagem á Europa, a princeza imperial e o Sr. Conde d'Eu.

1.º DE JULHO

O Supremo Tribunal condemnou o bispo do Pará a 4 annos de prisão com trabalho

A 23 foi commutada a pena em 4 annos de prisão simples, tendo de ser cumprida em uma fortaleza no porto do Rio de Janeiro.

8 DE JULHO

Foi promulgada a convenção postal celebrada entre o Brasil e Allemanha a 30 de Dezembro de 1873.

2 DE SETEMBRO

A' camara dos deputados foi apresentada uma denuncia pelo Sr. Leandro Bezerra contra os ministros os Srs. Visconde do Rio-Branco, João Alfredo e Visconde de Caravellas.

A commissão da camara, encarregada de dar parecer, apresentou este nos termos seguintes: «que a denuncia não tem procedencia alguma e deve ser rejeitada »

Foi approved no dia 14.

21 DE NOVEMBRO

Rompeo na Parahyba do Norte, e estendeu-se ás provincias de Pernambuco, Rio-Grande do Norte e Alagoas, um movimento sedicioso. Diversos grupos armados invadiram alguns pontos do interior dessas provincias, destruindo os archivios das camaras municipaes, collectorias e os padrões do systema metrico.

Os sediciosos ficaram conhecidos sob a denominação de *Quebra-kilos*.

1875

20 DE JANEIRO

O governo imperial contratou em Londres um emprestimo de cinco milhões de libras sterlingas: sendo o juro annual 5 por cento, amortisação de 1 por cento e o preço da emissão de 96 1/2

20 DE FEVEREIRO

Foi promulgada a convenção postal entre o Brasil e a Belgica, celebrada a 28 de Setembro de 1874.

24 DE ABRIL

Foi recebido em audiencia solemne por S. M. o Imperador,

no paço de S. Christovam, o Sr. Dr. Carlos Tejedor, ministro plenipotenciario da Republica Argentina.

20 DE MAIO

Os ministros Paraguay e Argentino assignaram na Capital do imperio um Tratado de limites, e a Convenção Addicional de damnos e prejuizos. O governo paraguay não os approvou.

2 DE JUNHO

O plenipotenciario Argentino Sr. Dr. Carlos Tejedor interrompeu a negociação incetada com os plenipotenciarios brasileiros e retirou-se para a Confederação Argentina.

12 DE JUNHO

Foi approvado o accôrdo celebrado pelos governos do Brasil e do Perú, em Fevereiro de 1874, á respeito de limites entre o imperio e aquella republica.

25 DE JUNHO

Foi organizado o seguinte gabinete : presidente do Conselho e ministro da Guerra, o Sr. Duque de Caxias ; do Imperio, Sr. José Bento da Cunha Figueiredo ; da Justiça, Sr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque ; de Extrangeiros, Sr. Barão de Cotegipe ; da Marinha, Sr. Luiz Antonio Pereira Franco.

17 DE JULHO

Foram amnistiados os bispos, governadores e outros ecclesiasticos da Diocese de Olinda e da do Pará, que se achavam envolvidos no conflicto suscitado em consequencia dos interdictos postos a algumas irmandades das referidas Dioceses e em perpetuo silencio os processos, que por este motivo tinham sido instaurados.

15 DE OUTUBRO

A Princeza imperia^l deu á luz um principe, que pela Constituição tem o titulo de principe do Grão-Pará.

20 DE OUTUBRO

E' desta data a Lei, que reforma a legislação eleitoral.

2 DE DEZEMBRO

O principe do Grão-Pará foi baptizado com o nome de D. Pedro d'Alcantara Luiz Philippe Maria Gastão Miguel Rafael Gonzaga.

Neste dia abriu-se a Exposição Nacional dos objectos, que tem de figurar na Internacional de Philadelphia.

1876

12 DE JANEIRO

Foi publicado o Decreto contendo instrucções regulamentares da lei da Reforma Eleitoral.

26 DE MARÇO

O imperador e a imperatriz partiram para os Estados-Unidos no «Steamer Hevelius».

2 DE AGOSTO

O director da repartição de Estatística communicou ao ministro do Imperio a conclusão dos trabalhos do recenseamento da população do Brazil.

Dessa communicacão vê-se que a população do Imperio é de 10,108,291 habitantes.

Destes 9,930.478 habitantes são : livres 8,419.672 e escravos 1,510.806.

Em relação aos sexos são : livres 4,318.689 homens e 4.100.973 mulheres ; escravos : 805.170, homens e 705.636 mulheres.

Em relação ao estado civil são livres : 2.975.446 solteiros, 1.165.866 casados e 177.387 viuvos ; 2,752.582 solteiros, 1,121,000 casados, e 227,291 viúvas ; escravos : 711,869 solteiros, 73,079 casados e 20,222 viúvos ; 622,804 solteiros, 63,016 casadas e 19,816 viúvas.

Em relação á religião são, livres 4,302,386 catholicos e 16,313 acatholicos, 4,089,520 catholicas e 11,453 acatholicas ; escravos: 805.170 catholicos e 705,633 catholicas.

Em relação á nacionalidade são, livres : 4.139.362 brasileiros e 179,337 estrangeiros, 4,636,829 brasileiras e 64.144 estrangeiras. Dos escravos que nasceram no Imperio são: 719,630 do sexo masculino e 652,616 do sexo feminino.

PROVINCIA DE S. PAULO

1873

19 DE DEZEMBRO

Inaugurou-se nesta capital a *Sociedade Propagadora da Instrução Popular*, sendo membros da Direcção os srs.:

Conselheiro Vicente Pires da Motta, dr. Leoncio de Carvalho, capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques, barão de Souza Queiroz, conselheiro Martin Francisco Ribeiro de Andrada, dr. Rodrigo A. da Silva.

1874

3 DE FEVEREIRO

Foi installada a Relação de S. Paulo da qual eram membros os srs. Tristão de Alencar Araripe, Presidente ; João José de Andrade Pinto, Procurador da corôa ; José Norberto dos Santos ; Frederico Xavier de Brito ; Olegario Herculano de

Aquino e Castro ; Antonio de Cerqueira Lima ; Agostinho Luiz da Gama.

20 DE MARÇO

Foi eleito deputado pelo 3º districto desta provincia o sr. dr. José Alves dos Santos para preencher a vaga deixada pelo sr. barão de S. João do Rio Claro.

21 DE JULHO

O clero desta Diocese reunio-se no convento de S. Bento e fundou a *Associação Conferencias de S. Pedro*.

1875

17 DE JUNHO

Foi installado nesta capital o Instituto dos Advogados Paulistas, sob a presidencia do sr. dr. Joaquim Ignacio Ramalho.

8 DE JULHO

Abertura da Exposição provincial.

10 DE JULHO

Inauguração da linha ferrea Sorocabana.

17 DE JULHO

Chegada de SS. MM. Imperiaes a esta capital.

27 DE AGOSTO

Inauguração da linha Mogyana e da Paulista até a estação de Santa Barbara, com assistencia do Sr. D. Pedro II.

30 DE AGOSTO

SS. MM. Imperiaes retiraram-se desta capital para o Rio.

21 DE OUTUBRO

Inauguração do ramal da linha Ytuana até Capivary.

15 DE NOVEMBRO

Inauguração do ramal da linha Mogyana ao Amparo.

1876

2 DE JULHO

Inauguração da linha do Norte, desta capital até Jacarehy (1ª secção).

11 DE AGOSTO

Inauguração da linha Paulista de Campinas a Rio Claro.

FIM

ERRATAS

Pag.	8 linha	17	Onde se diz:—a toda a força do arco— leia-se—à toda força do arco.
»	13	» 31	Onde se diz:—Gonçalo Coelho—leia-se— Gonçalo Monteiro.
»	22	» 39	Onde se diz:—Alves—leia-se—Alvaro.
»	40	» 27	Onde se diz:—sobre—leia-se—na.
»	91	» 5	Onde se diz:—e S. Vicente—leia-se—S. Paulo.
»	123	» 12	Onde se diz:—com admiravel—leia-se— ainda admiravel.
»	143	» 19	Onde se diz:—1º de Outubro—leia-se— 1º de Dezembro.
»	160	» 31	Suprima-se a palavra—como.
»	248	» 31	Onde se diz:—O governo provisorio etc.— leia-se—O governo provisorio que dei- xou de funcionar durante a estada do Sr. D. Pedro I, na capital, foi organi- sado de novo em 10 de Setembro de 1822. Foram delle encarregados:—o marechal de campo Candido Xavier, o bispo D. Matheos Pereira, o ouvidor da comarca da capital, José Corrêa Pa- checo e Silva.
			Este governo foi substituido por ou- tro tambem provisorio, eleito pelos eleitores de parochia e que começou a funcionar a 9 de Janeiro de 1823.
»	251	» 23	Onde se diz:—factos que—leia-se—factos, alguns dos quaes.
»	277	» 2	Onde se diz:—alferes, etc.—leia-se tam- bem—Elias d'Oliveira Machado.
»	279	» 6	Onde se diz:—effectuar — leia-se—effe- ctuar-se.
»	279	» 29	Onde se diz:—lhe—leia-se—lhes.
»	302	» 31	Onde se lê:—foram passou a princeza— passou á princeza.
»	302	» 35	Onde se lê:—nomeados os srs.—leia-se —foram nomeados os srs.
»	323	» 7	Onde se diz:—Diversas—leia-se—Duas.
»	327	» 7	Onde se diz:—retirou-se—leia-se—seguiu d'ali.

Alem dos erros apontados ha muitos outros typographicos,
que a intelligencia do leitor facilmente corrigirá.

LIVROS PUBLICADOS

POR

JOSÉ MARIA LISBOA



Cousas e Lousas, 1 vol. (extincto).

Almanak de Campinas para 1871, 1 volume
(extincto).

Almanak de Campinas e Amparo para 1872,
1 vol. (extincto).

**Almanak da Campinas e Rio-Claro para
1873**, 1 vol. (existem alguns exemplares).

Almanak Litterario Paulista para 1876,
(de collaboração com os srs. Abilio Marques e J. Taques.)



NO PRÉLO

Almanak Litterario de S. Paulo para 1877.